

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTORIA

GUSTAVO MACIEL

**NEGOCIANTES, MERCADORES E CAIXEIROS PORTUGUESES NO CEARÁ  
NO SÉCULO XIX: A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE MERCANTIL  
LUSITANA DE FORTALEZA E A PROVINCIALIZAÇÃO DO COMÉRCIO  
CEARENSE. 1799-1870**

NITERÓI

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GUSTAVO MACIEL

**NEGOCIANTES, MERCADORES E CAIXEIROS PORTUGUESES NO CEARÁ  
NO SÉCULO XIX: A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE MERCANTIL  
LUSITANA DE FORTALEZA E A PROVINCIALIZAÇÃO DO COMÉRCIO  
CEARENSE. 1799-1870**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como exigência parcial para a obtenção do grau de mestre.  
**Área de concentração: História Social**

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gladys Sabina Ribeiro

NITERÓI

2017

## Ficha Catalográfica Elaborada

### Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

M152n Maciel, Gustavo  
NEGOCIANTES, MERCADORES E CAIXEIROS PORTUGUESES NO CEARÁ NO  
SÉCULO XIX: A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE MERCANTIL LUSITANA DE  
PORTALEZA E A PROVINCIALIZAÇÃO DO COMÉRCIO CEARENSE. 1799-1870  
/ Gustavo Maciel ; Gladys Sabina Ribeiro, orientador.  
Niterói, 2017.  
238 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense,  
Niterói, 2017.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2017.m.77596188320>

1. Negociantes portugueses. 2. Caixeiros portugueses. 3.  
Imigração portuguesa. 4. História econômica do Ceará. 5.  
Produção intelectual. I. Título II. Ribeiro, Gladys Sabina,  
orientador. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de  
História.

CDD -

Biblioteca responsável: Angela Albuquerque de Instân - CRB/2318

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Gladys Sabina Ribeiro (UFF) - Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Isabel Idelzuite Lustosa da Costa - (Casa Rui Barbosa) - Arguidora

---

Prof. Dr. Paulo Cruz Terra (UFF) – Arguidor

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Verónica Secreto Ferreras (UFF) - Arguidora suplente

À memória de meu muito amado avô materno, Leoncio Leão Salles de Oliveira, que tantas vezes me colocou no colo para ler as histórias da Grécia e do Sertão.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao PPGh|UFF, junto ao qual esta dissertação de mestrado foi realizada. Meus agradecimentos são dirigidos aos funcionários, professores e colegas. À Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, pela concessão de uma bolsa de mestrado, que muito me auxiliou por quase um ano.

Agradeço à minha orientadora, Gladys Sabina Ribeiro, pela presteza com que orientou minhas atividades de pesquisa e escrita. Acredito que o trabalho com esta me forneceu muito além de excelentes indicações de leitura. Ela ensinou-me as habilidades de diálogo com as fontes e a maneira correta de estruturar o texto de história. Acredito que o que tenho de melhor hoje, nesse meu incipiente caminho de tornar-se historiador, devo à Gladys. Trabalhar com a professora também foi a realização de um sonho, pois, como estudioso da imigração portuguesa, sempre tive contato e admiração por seu trabalho, que é um marco no campo da historiografia da imigração lusitana.

Ao Professor Carlos Gabriel Guimarães, componente de minha banca de qualificação, e com quem tive a oportunidade de acompanhar um curso sobre negociantes portugueses. Obrigado pelas melhores lições sobre história econômica, assunto que eu nunca tinha visto com profundidade, pelas indicações bibliográficas, pelos textos fornecidos e pelo divertido convívio.

Ao professor Paulo Terra, que participou de minha banca de defesa, pelos questionamentos e indicações de melhorias. Sou grato especialmente pelas dicas para o segundo capítulo, mais direcionado aos caixeiros portugueses. Sua rica bagagem de

historiador do trabalho permitiu-me dar uma forma melhor e mais completa ao material de que dispunha.

À Isabel Lustosa, que esteve presente tanto em minha banca de qualificação como na de defesa, por seu brilhantismo, beleza e simpatia. Obrigado pelas indicações de aprofundamento, bem como por fazer-me enxergar as questões de maior relevância em minha pesquisa e que deveriam ser mais bem aproveitadas. Isabel Lustosa é uma autora e pesquisadora consagrada e, para mim, que sou seu conterrâneo, ela foi um referencial mais forte ainda. Sinto-me extremamente privilegiado e orgulhoso pela oportunidade de dialogar com uma pesquisadora e conterrânea de tamanho quilate e receber dela tão boas lições.

À Verónica Secreto pelo acolhimento de sempre, que, desde os meus primeiros dias em Niterói, foi tão receptiva e amistosa. Além do carinho, Verónica também me deu importantes lições no seu curso. Com maestria, a professora colocou-nos em contato com larga variedade de historiadores, de diferentes origens. Ela nos instrumentalizou e incentivou a perceber as formas como os sujeitos históricos estabelecem conexões entre si.

Ao professor Paulo Fontes agradeço por permitir-me ser aluno em sua disciplina de História do trabalho, no CPDOC\FGV. Não só pela oportunidade de me instruir no citado campo historiográfico, como de fazer intercâmbio em outra instituição. O professor, notório conhecedor de Thompson e autores afins, concedeu-me importantes sugestões sobre como explorar a realidade e a mobilidade dos caixeiros estudados nesta pesquisa.

À professora Sônia Regina de Mendonça por ter dado as melhores lições que tive sobre Gramsci e Bourdieu, em seu curso ministrado na UFF.

Também sou grato ao professor Daniel Alves, da Universidade Nova de Lisboa. No início de 2014 trocamos ideias sobre o meu projeto de pesquisa, e até acertamos orientação, o que infelizmente foi impossível pela falta de financiamento para cursar o mestrado em história fora do país, privilégio que a democracia de então reservava para áreas tidas como “prioritárias”.

Sou grato ao Paulo Cardoso, do Arquivo Público do Ceará e a Velêda Saraiva Leão, do Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico do Ceará. Ambos sempre me ajudaram muito a ter acesso aos documentos que precisei.

Ao professor André Frota de Oliveira, verdadeira figura de grande intelecto, e de rara fidalguia. Com ele pude aprender a ler a grafia oitocentista, e dele também recebi importantes pistas sobre os negociantes portugueses de Fortaleza.

À Raquel Pret e Wânia Lírio por terem sido tão receptivas em Niterói e por terem feito minha matrícula no PPGH\UFF. A Aline Benevenuto e Cláudia Kropf pelo calor humano.

Aos colegas mais especiais, Luíza Cutrim, Felipe Peçanha e Marina Marins pelo companheirismo.

À Luaia Rodrigues, que, desde meus primeiros momentos na UFF, ajudou-me conseguindo textos de difícil acesso, dando-me informações estratégicas sobre diversos assuntos importantes, e também pelo carinho. Este agradecimento se estende a Júlia Passos pelos mesmos motivos.

À Caroline Guedes, com quem estabeleci amizade e com quem dividi muitos momentos importantes. A Carol foi uma importante interlocutora; dialogamos, muito, sobre história, política e movimentos sociais.

Aos amigos de Fortaleza, Daniel Santos, Afrânio Holanda, Ticiano Brito e Geórgia Santiago que foram companhias importantes em momentos difíceis, que me ajudaram muito a esfriar a cabeça nos nossos jantares e mergulhos no mar. À Nyrlei Lacerda, amiga que conheci em Fortaleza, mas faz muito tempo que vive no Rio. Tinha horas que o marasmo acadêmico de Niterói pesava, e ter a Nyrlei do outro lado da ponte era massa, muito do que sei e penso sobre o microcosmo Carioca, devo a ela.

À Isabel Monteiro Gondim (Bebel), Aprígio Nogueira Gondim Júnior e José Walfrido Monteiro Gondim (Fidoca). Durante muitos anos convivi com esta família icoense, os três me repassaram muitas memórias e histórias familiares, estas informações foram as primeiras pistas de algumas questões, que nesta pesquisa, foram confirmadas e aprofundadas.

À Camila Alves que tantas vezes me forneceu uma vaguinha sua, quando eu precisava pegar livros emprestados na biblioteca da UFC.

À Daniele Bezerra, que além de ter feito a revisão final da introdução e dos capítulos 1 e 2, foi uma colega de trabalho que acabou se tornando uma amiga, o período que trabalhamos na escola Aurélio Câmara, também foi um momento de muitas trocas de ideias, de conhecimento e de carinho.

Aos outros colegas de escola, Marina Montenegro e Leine Sena, também foram companheiras importantes e interlocutoras. Agradeço também ao João Eudes Alexandre, por termos tido importantes diálogos sobre história econômica, bem como pelos livros

de história fiscal que me emprestou, o que fez muita diferença no resultado final desta dissertação.

À minha família estendida; Carolina Ruoso, a pessoa com quem tenho laços há mais tempo, que, além de interlocutora, acompanha-me desde nossos anos de adolescência; ao Edson Holanda, meu grande parceiro\irmão que foi meu maior incentivador. O cara fez-me voltar ao caminho do historiador. Sou imensamente grato a Clarissa Schimidtt, a grande responsável por eu ter ido parar em Niterói. Além de amiga verdadeira e incentivadora, recebeu-me em sua casa e deu-me muitas orientações sobre como viver em Niterói, e no mundo acadêmico. Ao Daniel Viana, que, com sua energia e misticismo, tem sido, por tantos anos, um grande companheiro e guia.

À minha família estendida em Niterói. Ao Bruno Castelo Branco, o cara que me abriu um mundo! Meu primeiro amigo feito na UFF, o Bruninho também foi uma espécie de anjo da guarda, prevenia sobre tantos detalhes importantes no que diz respeito aos procedimentos práticos do PPGH\UFF, orientou-me como fazer relatórios e afins. Era ele quem me alertava sobre os cuidados que eu deveria ter. Lembro que no dia que um certo alagoano me negou a solidariedade que eu esperava de um conterrâneo, foi do Bruno , desse carioca do Meyer que recebi a amizade e praticamente fui adotado por ele e seus amigos. Ao Júlio do Carmo Môuco, essa mistura de Niterói com Petrolina, meu confidente. Com ele matava minha saudade do Nordeste ao mesmo tempo em que dividimos tantos sonhos, o Julinho também compartilhou muito do seu conhecimento em História Econômica, boa parte do que tem nessa dissertação foi fruto de conversas e indicações dele , com quem tive e ainda tenho muitos debates. À Debora dos Santos Martins, amiga inteligente como deveria ser, e valente como uma travesti. Dividi com “Debinha” muitas e longas discussões, momentos em que cresci muito, mas do que sinto mais saudade dessa filha de Iemanjá, é dos nossos mergulhos nos aiocás de

sua mãe. À Bruna Dourado, que, apesar de ser recifense, conheci na UFF, e, em pouco tempo já estávamos grudados, curtindo nossa saudade da psicodelia nordestina. “Bruninha” também foi uma grande interlocutora, nossos objetos de pesquisa guardavam questões comuns. Estas quatro pessoas têm sido meus amigos mais presentes desde o começo do meu mestrado, eles abriram suas casas para mim, me acolheram em muitas ocasiões, foram meus parceiros de praia, levaram em incontáveis vezes documentos e cópias de textos para a Coordenação do PPGH\UFF bem como para os componentes das bancas de qualificação e defesa. De tudo que deixei em Niterói, é deles que sinto mais falta.

Ao meu pai e aos meus irmãos: Antônio, Raimundo, Lúcio e Tiago. Agradeço todos os momentos em que me ajudaram. Sem eles não teria chegado até aqui. Eles são minha milícia sertaneja, apesar das profundas divergências que tenho com eles, no final das contas, sempre estiveram prontos para me defender ferozmente.

Aos meus professores de graduação da UFC (Universidade Federal do Ceará), refiro-me, especificamente, aos mais queridos e admirados: Meize Lucas, Régis Ramos Lopes, Tião Ponte, Frederico de Castro Neves, Assis, Norberto Ferreras ( que reencontrei na UFF) Adelaide Gonçalves, Almir Leal de Oliveira e, principalmente, à Ivone Cordeiro Barbosa. Ivone foi minha professora de Introdução aos estudos históricos , e orientadora de graduação, quando em outra pesquisa, que nada tinha a ver com comércio, posto que focava artífices portugueses, ela me incentivou muito, a despeito daqueles que julgavam estranho um estudo de estrangeiros no Ceará. Lembro bem dela dizendo que deveríamos largar a mania de nos julgarmos tão autóctones. Preservo vivos os momentos de incentivo, e das primeiras lições de como proceder com os documentos. Fazendo aqui um “detournement” de um trecho de Thomas Mann, que em *Morte em Veneza*, afirmou “que literatura não é vocação , é uma maldição!”. Digo

que para mim, o caminho do historiador também foi uma maldição ao invés de uma vocação, tentei por mais de uma vez deixar a história, e deixei, cheguei a voltar para as minhas raízes, morei em um sítio e lá engordei carneiros, que eram comprados por restaurantes especializados em carne ovina. Financeiramente era mais promissor, e ainda assim a voz da Ivone me aparecia, tal qual um fantasma, me lembrando de como era fascinante investigar, abrir um documento e até sentir o seu cheiro. No meu caso, realmente a história não têm sido exatamente uma vocação, têm sido minha maldição, que foi jogada pela Ivone, e a ela sou muito grato.

Aos meus queridos colegas de graduação e PET: Ana Carla Sabino, Daniel Camurça, Eudes Gomes, Viviane Lima, Régia Agostinho, Silvana Mariz, Henrique Barbosa, Idalina Freitas, Gesner Farias, Pedro Trigueiro e tantos outros que agora não me recordo, pois estas lembranças mexem lá no fundo.

Aos meus companheiros, que me instigaram tanto a ir para a UFF, aqueles que comigo viveram o batismo das barricadas e que passaram pela minha vida desde os tempos de movimento estudantil secundarista, até pouco tempo atrás, quando surgiu a Assembleia Anticapitalista Horizontal Autoconvocada de Fortaleza: João Victor de Alencar, Paloma soares, Francirene de Paula, Ivoneide Fernandes( Neidinha), Tyrone Cândido, Ilana do Amaral, Paulo Valente, Sara Moreira (sarinha), Jean Filipe, Caciana Linhares e Adolpho Jr, Roberto Kenedy Franco, Fabiano Santos, Ítalo Moura, Rodrigo Noronha ( leitinho), Adriano Costa Cardoso, Rebeca Escudeiro, e mais gente que vai me desculpar pelo esquecimento, mas que foi muito importante.

A Alfredo Vieira Holanda, meu terapeuta. Ele tem me ajudado através das lições deixadas por Jung, ele me guia na minha luta mais pessoal, ajudando-me a vencer

os meus instintos, as forças telúricas internas e externas. Em suma, tem me ajudado a encontrar o autoconhecimento e a me tornar um homem melhor.

Sou terna e apaixonadamente grato ao Rafael Barbosa, meu namorado, meu raio de sol. Foi ele quem me deu carinho e apoio nos momentos mais difíceis da execução desta dissertação. Quando minha vida pareceu entrar numa seca, ele me presenteou com orquídeas, me ensinou a cultivá-las, e sem que eu percebesse, ele foi mudando a atmosfera ao meu redor, tornando tudo mais leve, principalmente eu. Suas habilidades de psicólogo e mestrando também foram úteis e de grande ajuda.

À Helena Maciel, minha “mãinha”. Das pessoas a quem sou grato, é a ela a quem mais devo. Minha mãe foi meu principal órgão fomentador, a capes que me desculpe, mas minha mãe foi quem mais gastou comigo, e estou me referindo apenas ao período do mestrado mesmo. Seria impossível, com meu salário de professor estadual de meio horário, custear um ano de residência na zona sul de Niterói. Graças a ela, pude viver e comer dignamente, e morar em um bom e seguro endereço mesmo sem ter bolsa, pois a ajuda da capes só chegou no segundo ano de mestrado. Além das questões materiais, agradeço por nunca ter desistido de mim, e ter me apoiado nos meus sonhos.

Por fim, e mais importante que tudo, agradeço à Deus, que é grande e poderoso.

Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar.

Fernand Braudel

## RESUMO

No Ceará, a partir da passagem do século XVIII para o XIX, e, principalmente, no decorrer do período oitocentista, ocorreu a dinamização de sua economia como consequência da conquista de maior autonomia política. Este processo é denominado provincialização econômica. O objeto deste trabalho é a formação de uma comunidade mercantil por imigrantes lusitanos na cidade de Fortaleza. Este grupo agiu como promotor das transformações econômicas da província do Ceará no período em questão. O início do recorte temporal coincidiu com o nascimento da praça comercial de Fortaleza, bem como com a formação da comunidade mercantil lusa desta cidade. Na passagem para o século XIX, a Vila da Fortaleza tomou movimento comercial significativo. E, a partir desse momento, teve a presença de portugueses no comércio. O impacto dos portugueses na formação da praça comercial de Fortaleza foi observado a partir de três grupos de sujeitos: negociantes, comerciantes e caixeiros. Estas categorias profissionais correspondem aos três níveis da hierarquia daquilo que chamamos de comunidade mercantil lusitana de Fortaleza.

Palavras chave: Negociantes portugueses, Caixeiros portugueses, Imigração portuguesa, História econômica do Ceará.

## ABSTRACT

In Ceará, during the passage from the eighteenth to the nineteenth century and mainly during the former, the economy became more dynamic due to the greater political autonomy acquired. The formation of a province may be encouraged by the economy growth and the object of this work is the birth of a merchant community in Fortaleza composed by immigrants from Portugal. This group promoted relevant economical

transformations in the Province of Ceará during the historical period studied. The beginning of this period coincided with the start of Fortaleza's commerce, which also is the formation of the Portuguese merchant community. In the transition between the XVIII and XIX centuries, the commerce in Fortaleza increased and because of this, some portugueses arrived. The impact of the fixation of those immigrants can be understood by the observation of three professional categories: businessman, traders and commerce workers.

**Key-words:** Portuguese businessman, Portuguese commerce workers, Portuguese immigration.

#### **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANRJ- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

APEC- Arquivo Público do Estado do Ceará

BNRJ-Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A ECONOMIA DO CEARÁ E A PRESENÇA DE NEGOCIANTES PORTUGUESES: A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE MERCANTIL DA PRAÇA DE FORTALEZA DURANTE O SÉCULO XIX 1806- 1870.....</b>	<b>37</b>
1.1 OS NEGOCIANTES PORTUGUESES, O COMÉRCIO DO ALGODÃO E A EMERGÊNCIA DA CAPITALIDADE DE FORTALEZA.....	38
1.1.1 Os Negociantes e a Câmara da vila da Fortaleza do Ceará.....	46
1.1.2 O Algodão e O Crescimento da Vila da Fortaleza no Período Joanino.....	55
1.2 A ESTRUTURAÇÃO DE FORTALEZA COMO PARTE DO PROCESSO DE CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA EM ÂMBITO PROVINCIAL.....	59
1.3 A ECONOMIA DO CEARÁ E DE FORTALEZA ATÉ OS ANOS 1870.....	68
1.3.1.A agricultura de exportação.....	69
1.3.2 Economia Local/Regional: Abastecimento e Atividades Subsidiárias da Exportação.....	75
1.3.3PECUÁRIA.....	80
EXTRATIVISMO.....	81
PRODUTOS MANUFATURADOS E ARTESANAIS.....	85

<b>CAPÍTULO 2 – CIRCULAÇÃO, COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA MATERIAL.....</b>	<b>87</b>
2.1 OS VELHOS CAMINHOS DO CEARÁ, AS CONEXÕES E PROVINCIALIZAÇÃO DAS VIAS DE TRANSPORTE.....	88
2.2 AS CONEXÕES MARÍTIMAS DO COMÉRCIO DO CEARÁ A PARTIR DA MOVIMENTAÇÃO DAS ALFÂNDEGAS DE FORTALEZA E DO ARACATI.....	99
2.2.1 A introdução de importados no Sertão: consumo e cultura material.....	107
2.3 CONEXÕES E CIRCULAÇÃO DE PORTUGUESES ENVOLVIDOS NA ATIVIDADE DE COMÉRCIO.....	112
<b>CAPÍTULO 3 – NEGOCIANTES, MERCADORES E LOJISTAS.....</b>	<b>165</b>
3.1 O COMÉRCIO PORTUGUÊS EM FORTALEZA.....	165
3.2 PORTUGUESES E INGLESES: CONCORRÊNCIA E PARCERIA.....	167
3.2 RELAÇÕES DE CRÉDITO.....	195
3.4 RELAÇÕES COM O ESTADO.....	206
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>211</b>
ANEXO- Listas de nomes de portugueses registrados nos Termos de Residência de estrangeiros de Fortaleza.....	216
REFERÊNCIAS.....	219

## INTRODUÇÃO

O Século XIX teve como característica, a convivência de traços da modernidade inaugurada nos processos revolucionários burgueses, que impactaram vários campos, entre os quais destacamos a economia, com aspectos sobreviventes do Antigo Regime. Esta definição tem como atributo complementar o fato de no Brasil ter se mantido a unidade do império português na América, o que facilitou a permanência de estruturas econômicas originárias do período colonial, como por exemplo, o fato de as camadas dominantes do comércio terem continuado compostas por grupos de negociantes portugueses e/ou seus descendentes em vários pontos do Império brasileiro, como o Rio de Janeiro e Fortaleza.

No início do Oitocentos, ocorreram transformações advindas da nova maneira de governar causadas pela transferência da corte portuguesa e pela maior liberdade de comércio. Destacamos, em especial, a entrada do capital inglês que passou a impactar mais diretamente na economia da então América Portuguesa. No Ceará, durante a passagem do século XVIII para o XIX, entre o fim do regime colonial e o período joanino, houve a dinamização da economia em consequência da maior autonomia política que a província passou a ter.

A sua transformação em capitania autônoma deu, no âmbito local, o pontapé para maiores níveis de arrecadação e acumulação de capitais. Graças à autonomia pôde-se exportar para Lisboa, diretamente do porto de Fortaleza, o que antes era produzido no Ceará e ganhava o rumo do comércio atlântico, via Recife. Portanto, a partir deste momento negociantes ligados ao trato do algodão passaram a residir e negociar em Fortaleza. Antes, a capital do Ceará era uma pequena Vila, sem expressão

econômica, que detinha este posto apenas por ser o local mais adequado para a ligação entre o Ceará e as mais altas autoridades coloniais; era um ponto geográfico de importância basicamente administrativa.

A atividade econômica, até essa época, estava localizada nas cidades do interior, principalmente Icó, Aracati e Sobral. Pode-se somar aos fatores elencados acima a citada influência inglesa na economia brasileira, que em âmbito local ocorreu por meio das compras britânicas de algodão cearense, bem como da venda de seus manufaturados.

Os primeiros passos desta pesquisa ocorreram ainda nos fins da década de mil novecentos e noventa, sob a orientação da professora Ivone Cordeiro Barbosa. Como bolsista do PET (programa outrora ligado a CAPES e denominado Programa Especial de Treinamento) iniciei uma pesquisa sobre imigrantes libaneses. Depois dos primeiros contatos com a documentação sobre estrangeiros, no Arquivo Público do Ceará, percebi a presença significativa de portugueses no período anterior à chegada dos libaneses.

A investigação não foi continuada naquela ocasião. Eu não tinha ainda um interesse específico voltado para os trabalhadores portugueses urbanos e não tinha como foco o mundo do comércio. De todo modo, dessa época ficaram os fichamentos e alguns documentos copiados, bem como um texto de projeto, que em alguma medida foram aproveitados para traçar os objetivos dessa dissertação.

Nos anos que transcorreram depois do final da pesquisa mencionada, dediquei-me aos estudos de Patrimônio e História da Arte. Foi um período também dedicado à atividade de professor substituto nos departamentos de História da Universidade Estadual do Vale do Acaraú e na Universidade Federal do Ceará.

Após este período, retirei-me do ambiente acadêmico e do magistério, em qualquer nível. Mudei de atividade e passei a trabalhar com engorda de ovinos na propriedade de minha família, em Aquiraz, no litoral leste da zona metropolitana de Fortaleza. Assim, fiquei afastado alguns anos da pesquisa histórica.

A pesquisa sobre imigrantes portugueses só voltou à minha agenda em 2013, quando retornei às leituras relacionadas ao tema e aos documentos coligidos. Gradualmente, adicionei às fontes que já tinha outras fontes. Todavia, a minha investigação ainda era apenas uma versão ampliada do que existiu anos antes.

Em 2014, fiz contato com a professora Gladys Sabina Ribeiro. Naquele momento entendemos que seria melhor optar ou pelos artífices urbanos, ou pelos portugueses ligados ao comércio, o que foi a opção escolhida. Então, o desenho dessa dissertação assumiu forma. O seu objeto passou a ser uma comunidade mercantil formada por negociantes, mercadores e lojistas. Compreendeu-se com amplitude estes três termos. Se existia o grande negociante português, que movia o comércio grosso ou as finas importações, também existiam o mercador e o *proletariado mercantil* igualmente lusitanos, que eram presentes no Oitocentos fortalezenses.

Uma comunidade mercantil<sup>1</sup> portuguesa viveu em Fortaleza. Foi dela que tratamos, contudo, é igualmente importante que a compreendamos como um todo, pois toda essa gente formava um conjunto de migrantes que saíram de Portugal, premidos pela fome e pela miséria, ao longo de todo século XIX, embora a grande migração tenha se acentuado apenas após os anos de 1870.

Havia, portanto, uma sociedade mercantil no interior da sociedade que a rodeava. Inseridos nessa sociedade mercantil portuguesa encontramos elementos que

---

<sup>1</sup> BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. VII Os jogos da Troca*. Martins Fontes Rio de Janeiro. 1998. p. 334. O termo “ comunidade mercantil” adotamos desta obra de Braudel, bem como o significado que ele atribui, o de ser uma estrutura formada pelos diversos níveis de indivíduos envolvidos na atividade mercantil.

compunham uma pirâmide mercantil, cuja hierarquia era uma estrutura simultaneamente construída por laços étnicos, nacionais e profissionais e que se achavam em relações de cooperação, exploração e conflito.

O início do recorte temporal dessa dissertação é o primórdio da praça comercial de Fortaleza. Para nós, este foi também o momento de nascimento de uma comunidade mercantil lusa. Isso se deveu ao fato de que só na passagem para o século XIX a Vila da Fortaleza passou a ter um movimento comercial significativo. Por este motivo, a partir desse momento a cidade passou a ter uma certa quantidade de portugueses no comércio.

O impacto dos lusitanos na formação da praça comercial de Fortaleza pode ser observado a partir de três grupos: negociantes, comerciantes e caixeiros. Estas categorias profissionais correspondem aos três níveis da hierarquia daquilo que chamamos de comunidade mercantil lusitana de Fortaleza. Para a reflexão sobre os diferentes aspectos da vida destes sujeitos, comentaremos como foi travado contato com bibliografia de variada natureza e de que forma ela ajudou a aguçar o nosso olhar.

Os estudos voltados para a imigração portuguesa foram o pontapé inicial do nosso diálogo historiográfico. Os artigos e livros de Gladys Sabina Ribeiro sobre o tema nos abriram um universo complexo<sup>2</sup>. Os imigrados para o Rio de Janeiro se inseriam de diferentes modos nos ambientes do trabalho, bem como desenvolviam frequentemente relações conflituosas com os nacionais, dada a forma que os lusos dominavam os empregos do setor comercial da capital imperial e da nascente república.

---

<sup>2</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em Construção. Identidades nacionais e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2002. \_\_\_\_\_. *Mata Galegos. Os Portugueses e os Conflitos de Trabalho na república Velha*. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense, 1989. \_\_\_\_\_. *Alimentando o mito do Eldorado: Intercâmbio de capitais entre Brasil e Portugal*. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Porto. 2002

Os aspectos presentes na obra desta autora que mais nos interessaram foram: a atuação dos portugueses, que ao promover hierarquias no mundo do trabalho, se destacavam junto à sua comunidade e ascendiam aos melhores empregos; como eles tanto se relacionavam com seus patrícios quanto com os brasileiros e com as autoridades do país que haviam escolhido viver; a sua distribuição no tecido citadino e as relações de trabalho no seio da comunidade portuguesa e entre portugueses e brasileiros.

A partir da leitura do que escreveu Gladys S. Ribeiro, bem como por meio da sua orientação, passei a examinar autores que tratam dos portugueses e de sua relação com o comércio e/ou trabalhadores do comércio. Estudei igualmente textos sobre a presença portuguesa nos outros patamares do mundo mercantil, de modo a compreender como negociantes e mercadores foram cruciais para o desenvolvimento tanto de redes de negócios, de solidariedade e de proteção mútuos nas regiões nas quais se inseriram, como abordaremos em seguida.

Alguns destes autores mostraram novos caminhos e possibilidades de diálogo. Lenira Martinho<sup>3</sup> de forma pioneira produziu um estudo sobre os caixeiros na sociedade carioca do período da Independência. Foi a partir de suas conclusões que se pode primeiro perceber a variedade de funções e do que significava ser caixeiro. Certo que Martinho se muniu da definição destas funções trazidas no dicionário comercial Savary, mas a riqueza de sua elaboração historiográfica está na apresentação empírica da diversidade laboral do trabalho caixeiral.

---

<sup>3</sup> MARTINHO, Lenira Menezes. *Caixeiros e Pés – descalços: Conflitos e tensões em um meio urbano. In Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte. Rio de Janeiro, 1992

Destacamos igualmente o trabalho de Bruno Câmara<sup>4</sup> sobre a comunidade mercantil lusitana do Recife oitocentista. A capital pernambucana era uma realidade mais próxima de Fortaleza, o que tornou a pesquisa desse historiador importante para o nosso trabalho. O seu olhar percorreu de maneira inspiradora os diferentes níveis da comunidade mercantil lusitana do Recife, os anos de 1830 e 1870. Enfatizou os laços étnicos que transbordaram para as outras articulações da vida política e econômica. Mostrou também como os portugueses se distribuía na malha comercial recifense, detalhando a inserção destes sujeitos, evidenciando as disputas políticas em torno do domínio comercial e da promoção da imigração de mais trabalhadores lusos. Esta última questão foi tratada pelo autor como escravidão branca em Pernambuco.

Como nossa pesquisa investigou o fato de certos portugueses que aportaram em Fortaleza, na tentativa de se fixar, já serem originários de uma primeira experiência em Recife, demos especial atenção ao momento em que Bruno Câmara<sup>5</sup> analisou fluxos e refluxos dos imigrantes; percebeu que um número reduzido de portugueses deixava definitivamente Pernambuco e que um outro, mais expressivo, vivia “transitoriamente”. Para este autor, isso indicaria um retorno constante ao Recife, o que nos ajudou a refletir melhor a circulação dos caixeiros portugueses residentes em Fortaleza, no período aqui estudado.

Câmara também constatou, no Recife oitocentista, o que o historiador português Jorge Pedreira havia notado para a comunidade mercantil da cidade de Lisboa, entre meados do século XVIII e inícios do século seguinte: entre os negociantes e caixeiros havia a predominância de minhotos. Este padrão também se repetiu em

---

<sup>4</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas Câmara. *O “retalho” do comércio: A política partidária, a Comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870*. Tese de Doutorado em História. Recife. UFPE, 2012.

<sup>5</sup> CÂMARA, op.cit.p.270

Fortaleza. Ao que parece, a prevalência do Norte português foi um padrão nas saídas da terra portuguesa.

No que diz respeito à categorização dos caixeiros enquanto classe a partir da década de 1850, Fabiane Popinigi<sup>6</sup> trouxe uma clara contribuição. Os seus estudos se iniciaram nessa década, quando encontrou os primeiros sinais de descontentamento dos caixeiros em relação aos seus trabalhos e patrões, e alcançaram o início do século XX. Para ela, o que autores como Lenira Martinho pensaram ser um tipo de identificação do caixeiro com o mundo de seus patrões, seria efetivamente um jogo de barganhas e trocas, adaptado ao ambiente paternalista das casas comerciais. Como parte das percepções do desenvolvimento da luta destes trabalhadores, Popinigi<sup>7</sup> da mesma forma notou que algumas associações de trabalhadores do comércio, já lutavam abertamente por melhoria nas condições de trabalho e por dias livres.

Feitas estas leituras, notamos a importância da discussão dos ambientes vivenciados pelos lusitanos. Foi dessa forma que passamos à investigação e análise de uma sociedade específica, que agregava portugueses e mesclava funções beneficentes e profissionais: A Sociedade Beneficente Portuguesa Dous de Fevereiro. Marconi Marotta<sup>8</sup> e Victor Fonseca<sup>9</sup> tornaram-se leituras seminais para o debate e aprofundamento sobre o associativismo.

---

<sup>6</sup> POPINIGIS, Fabiane. *“Operários de Casaca” Relações de trabalho e lazer no Comércio do Rio de Janeiro na Virada dos séculos XIX e XX*. Campinas. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2003.

<sup>7</sup> POPINIGIS, op. cit.p. 21- 29, 87

<sup>8</sup> MAROTTA, Marconi Cordeiro. *As sociedades do Império. Política, Economia e Associativismo no Rio de Janeiro do Segundo Reinado*. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFF. Niterói, 2015.

<sup>9</sup> FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: Associativismo no Rio de Janeiro, 1903- 1916*. Edições Muiraquitã. Niterói. 2008.

Os trabalhos destes autores refinaram a nossa percepção sobre este caráter misto da única sociedade de portugueses de residentes em Fortaleza, no período por nós estudado. Essa agremiação tinha serventia híbrida, por causa de seus benefícios, tanto ligada ao trabalho quanto à assistência. A análise de seus estatutos revelou muito das hierarquias existentes entre os portugueses, desde o seu funcionamento até a circulação de imigrantes e as tentativas de controle dos trabalhadores lusitanos por parte dos seus patrícios empregadores.

Vitor Fonseca, analisando o princípio do século XX, fez uma discussão muito interessante por indicar o que foi o fenômeno do associativismo, o seu surgimento, as suas definições e como se deu também entre ingleses, franceses e norte americanos<sup>10</sup>. Explicou como essas tradições se processaram e fez uma comparação com a dificuldade de situações análogas se repetirem no contexto brasileiro. Abordou também o enquadramento funcional e legal das associações brasileiras do século XIX até o XX<sup>11</sup>.

Marconi Marotta<sup>12</sup> tratou do associativismo no Rio de Janeiro do Oitocentos. Elaborou definições que estabeleceram as diferenças entre os muitos órgãos mutualistas que encontrou naquela cidade. Fez também tipologias que nos ajudaram a definir a sociedade por nós estudada.

Dentro de um viés voltado para a história econômica, tanto Nuno Madureira<sup>13</sup> quanto Jorge Pedreira<sup>14</sup> nos mostraram a forma de organização dos homens de negócio no universo português. Sendo o nosso objeto os portugueses, pois

---

<sup>10</sup> FONSECA, op. cit. P 20- 26

<sup>11</sup> FONSECA, op. cit. P 53- 74

<sup>12</sup> MAROTTA, Marconni Cordeiro. *As sociedades do Império. Política, Economia e Associativismo no Rio de Janeiro do Segundo Reinado*. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFF. Niterói, 2015.

<sup>13</sup> MADUREIRA, Nuno Luís. *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*. Editorial Estampa. Lisboa, 1997.

<sup>14</sup> PEDREIRA, Jorge M. Brasil, *Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (séculos XVII e XVIII)*. Anais da Universidade de Évora, 8 e 9.1998 1999.

muitas das suas práticas devem ser entendidas a partir do seu contexto de origem. Estes autores complementaram as informações que obtivemos a partir da historiografia brasileira que abordou os homens de negócio.

As obras de João Fragoso<sup>15</sup> e de Fabio Pesavento<sup>16</sup>, trabalharam as noções de redes e de circuitos. Carlos Gabriel Guimarães<sup>17</sup> nos forneceu um arsenal comparativo para pensarmos a relação dos negociantes e comerciantes varejistas portugueses com seus concorrentes e/ou parceiros ingleses, que também tinham presença forte no mundo mercantil brasileiro, no período aqui abordado. Guimarães nos deu também importantes informações sobre as relações estabelecidas pelo capital inglês dentro do Império Brasileiro. Já Eulália Lobo<sup>18</sup>, em um de seus estudos sobre os imigrantes portugueses no Brasil, indicou a importância de entendermos os homens de negócio portugueses em período posterior a esta pesquisa, onde se voltou especificamente para o comércio de tecidos<sup>19</sup>. Neste trabalho, se pronunciou a favor da investigação das redes de contato entre negociantes lusitanos residentes no Rio de Janeiro e outros negociantes de mesma origem que viviam em outras partes do Brasil. Foi assim que reforçamos nossa hipótese sobre o contato entre os comerciantes e negociantes portugueses do Ceará e a praça mercantil carioca.

---

<sup>15</sup> FRAGOSO, João. *Mercados e Negociantes Imperiais: Um ensaio sobre a economia do Império Português (séculos XVIII e XIX)*. In *História : Questões e Debates*, Curitiba, n.36, p. 99-127, 2002. Editora UFPR.

<sup>16</sup> PESAVENTO, Fabio. *Para além do Império Ultramarino Português : As redes Trans e extraimperiais no Século XVIII*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

<sup>17</sup> GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença Inglesa nas Finanças e no Comércio no Brasil. Os casos da sociedade Bancária Mauá , Macgregor & cia e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia.(1808-1840)*. Alameda .São Paulo .2012

<sup>18</sup> LOBO, Eulália Lahmeyer. *Os circuitos comerciais das empresas do ramo de tecidos, roupas e armarinhos do Rio de Janeiro: o estudo de dois casos*. In *Convergência Lusíada* n 19. Rio de Janeiro 2002

<sup>19</sup> LOBO, op.cit. p

Esse foi o caso de um dos maiores negociantes do Brasil de então, José Smith de Vasconcelos, o primeiro Barão de Vasconcelos. Tendo iniciado os seus negócios em Fortaleza, depois se mudou para a sede do Império, sem nunca ter deixado os vínculos com o Ceará, onde deixou casada uma de suas filhas.<sup>20</sup> Ele também, mesmo após a mudança para o Rio de Janeiro, manteve seus negócios em Fortaleza<sup>21</sup> e Liverpool.<sup>22</sup>

Dos autores que discutiram especificamente o Ceará, dialogamos tanto com historiadores quanto geógrafos. Como historiadores tiveram importância as considerações feitas pelos trabalhos de Tyrone Cândido<sup>23</sup>, Antônio Otaviano Filho<sup>24</sup>, Edson Holanda<sup>25</sup>, Cicinato Ferreira<sup>26</sup> Neto e Ana Isabel Cortez<sup>27</sup>; além dos clássicos da historiografia cearense de Raimundo Girão<sup>28</sup>.

---

<sup>20</sup>NOBRE, Leila. *Alfredo Salgado e sua residência aristocrática*. Fortaleza, 2010. Disponível em <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/09/alfredo-salgado-e-sua-residencia.html>

<sup>21</sup>VASCONCELOS, Barão de. Smith de Vasconcelos, Barão. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Imprimerie La concorde. Lausanne, 1918. P 529-51

<sup>22</sup>The Glasgow Herald- 9 de março de 1875. P. 6  
<https://news.google.com/newspapers?nid=GGgVawPscysC&hl=pt-BR>

<sup>23</sup>CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *PROLETÁRIOS DAS SECAS: ARRANJOS E DESARRANJOS NAS FRONTEIRAS DO TRABALHO (1877-1919)*. Tese de Doutorado em História. Fortaleza. UFC, 2014.

<sup>24</sup>VIEIRA Jr, Antonio Otaviano. *Entre o futuro e o Passado. Aspectos Urbanos de Fortaleza (1799 – 1850)*. Fortaleza. Secretaria da cultura do Estado do Ceará, 2005.

<sup>25</sup>BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do norte (1877-1884)*. Doutorado em História Social. São Paulo: PUCSP, 2013.

<sup>26</sup>FERREIRA, Cicinato Neto. *História do Fisco Cearense*. Fortaleza Editora Premius. 2011.

<sup>27</sup>REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. *O Espaço a serviço do Tempo. A Estrada de Ferro de Baturité e a Invenção do Ceará*. Tese de Doutorado em História. Fortaleza. UFC, 2015

<sup>28</sup>GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1947.

\_\_\_\_\_, *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, 1986.

Na pesquisa de Antônio Otaviano<sup>29</sup> encontramos o ponto de partida para a compreensão de uma comunidade mercantil protagonizada por portugueses. Ele nos descortinou o momento em que Fortaleza deixava de ser uma vila de importância meramente administrativa e passava a ter algum interesse comercial, graças a então recente separação do Ceará de Pernambuco. Esse fato teve, como consequência econômica, a possibilidade de se enviar mercadorias do Porto da Vila da Fortaleza para Portugal.

Segundo este autor<sup>30</sup>, a produção do antigo Ceará Grande, capitania anexa à de Pernambuco, devia ir por terra ou mar para Recife, e de lá seria exportada. Da capital cearense só saíam comunicações administrativas. De acordo com suas indicações, nesses primeiros anos em que se pôde mercadejar de Fortaleza para Lisboa, se fixou em Fortaleza um pequeno número de mercadores e “negociantes” que se organizaram em grupo e defenderam a manutenção da função de capital em Fortaleza, pois as vilas interioranas ameaçavam assumir este posto.

Tyrone Cândido nos ofereceu interessantes informações sobre o estado da exploração dos trabalhadores no Ceará oitocentista<sup>31</sup>. O resultado de sua pesquisa nos foi útil, pois pudemos perceber o quadro de como certas relações - como as remunerações pelo trabalho e pelas aquisições de mercadorias- ocorriam em um contexto ainda não capitalista, em que o dinheiro pouco circulava. Era o que podemos chamar de uma economia pouco monetizada, em uma conjuntura de formação de mercado interno.

---

<sup>29</sup> VIEIRA Jr, op. cit. p 7-20

<sup>30</sup> VIEIRA Jr, op. cit. P 11, 17-18

<sup>31</sup> CÂNDIDO, op. cit. P 64-75

O processo de formação das estradas provinciais foi abordado por Ana Isabel Cortez Reis<sup>32</sup>. Estas vias desviavam o fluxo das mercadorias cearenses, que antes seguiam para Recife, colocando-as no rumo do porto da Vila da Fortaleza. A autora desnudou o debate entre as autoridades provinciais, geralmente defensoras dos interesses da comunidade mercantil de Fortaleza - grupo no qual estavam inseridos nossos sujeitos pesquisados- e as forças políticas das vilas do interior. Para os fortalezenses era interessante que as estradas fossem as mais retilíneas possíveis, o que resultaria em economia de tempo; por sua vez, os interioranos exigiam que as estradas seguissem caminhos tortuosos, para atender um número maior de localidades e até mesmo não deixar tradicionais centros comerciais fora das novas vias de circulação.

Em História do Fisco Cearense, Cicinato Ferreira Neto<sup>33</sup> construiu uma narrativa da evolução local dos processos de arrecadação. Este trabalho serviu por nos mostrar o desenvolvimento fiscal da província do Ceará, destacando os embriões institucionais do fisco. Por meio deste pesquisador, encontramos a luta do Estado contra as forças econômicas contrárias à centralização das exportações em Fortaleza, luta teve que dar um molde localista às instituições aqui reproduzidas.

Para essa dissertação, foram relevantes também as contribuições da tese de doutorado de Edson Holanda Barboza<sup>34</sup>, que abordou as situações de circulação nas quais encontramos os caixeiros observados nesta dissertação de mestrado. Essa pesquisa tratou dos cearenses que migravam para a Amazônia nos oitocentos. Trouxe as ideias de *zona de contato e posições situacionais*, que eram maneiras pelas quais se estruturavam as conexões entre os trabalhadores, bem como as relações com seus patrões<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> REIS, op. cit

<sup>33</sup> FERREIRA NETO, op. cit.

<sup>34</sup> BARBOZA, op. cit.

<sup>35</sup> BARBOZA, op. cit. P 36 - 40

Com relação à história econômica local, temos ainda as contribuições de Raimundo Girão em seus dois: “História Econômica do Ceará”<sup>36</sup> e “Evolução Histórica do Ceará”<sup>37</sup>, este último foi de especial utilidade por ser mais extenso e mais completo que o primeiro, talvez por ter tido uma publicação posterior.

Girão, com estilo tradicional na sua escrita, nos forneceu dados essenciais para as análises aqui empreendidas. Deu-nos pistas sobre questões como a ligação comercial com Recife, mantida pela família Pinto Nogueira; informações sobre os negociantes portugueses do Icó. Foi nele que nos fundamentamos para sustentar afirmações com base em uma série de dados de exportação de algodão e café<sup>38</sup>.

Quanto à leitura dos trabalhos dos geógrafos, em especial, citamos os de Clélia Lustosa<sup>39</sup>, José Levi Sampaio e Raimundo Jucier de Assis<sup>40</sup>. Estes autores contribuíram para pensarmos as modificações que a cidade de Fortaleza e a província do Ceará sofreram por causa da dinamização comercial ocorrida após a separação de Pernambuco. Lustosa dirigiu seu olhar para a cidade diante das modificações geradas pela ascensão política e econômica. Os dois últimos autores demonstraram as ligações

---

<sup>36</sup> GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1947.

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_, *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, 1986.

<sup>38</sup> MACIEL, Gustavo. *Negociantes, Mercadores e Caixeiros Portugueses no Ceará no Século XIX: A formação da comunidade mercantil lusitana de Fortaleza e a provincialização do comércio cearense. 1810-1870*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói. UFF, 2017.p 46 - 51

<sup>39</sup> COSTA. Lustosa M.C. *Fortaleza, capital do Ceará: Transformações no espaço urbano ao longo do século XIX*. Fortaleza. Revista do Instituto Histórico do Ceará. 1994.

<sup>40</sup> SAMPAIO, José Levi Furtado; ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. *Formação Territorial do Ceará: Dos Caminhos Antigos aos Projetos Ferroviários (1817-1877)*. Boletim Goiano de Geografia, V.32, N 2, p. 139-157, jul/dez. 2012.

que esta cidade foi impondo ao resto da província. O trabalho de Sampaio e Assis<sup>41</sup> tem fortes ligações com a pesquisa de Ana Isabel Cortez Reis<sup>42</sup>.

Assim, apesar da bibliografia citada, destacamos que foi difícil fazer um estudo exclusivo sobre um único grupo, como caixeiros ou negociantes. Não foi nada trivial encontrar grande quantidade de fontes por segmento profissional ou classe. Destarte, a busca pela comunidade mercantil portuguesa foi também o objeto possível para uma variedade documental que nem sempre se apresentou como uma série. Foi buscar agulha no palheiro, informado por pesquisas anteriores que nos deram importantes pistas a seguir e nos indicaram possíveis caminhos para juntar os parcos dados com vistas à análise. A seguir mostraremos como dividimos este estudo.

A partir de agora, descreveremos de maneira sucinta o que cada capítulo contempla. Também são mencionadas as fontes mais utilizadas em cada um e maiores detalhes sobre elas estão disponíveis em notas explicativas, estrategicamente elencadas nas passagens em que são utilizadas.

No primeiro capítulo, “A economia do Ceará e a presença de negociantes portugueses” abordamos a formação da comunidade mercantil da praça de Fortaleza durante o século XIX, especificamente entre 1806-1870. Destacamos a ação e a presença dos agentes lusos que participaram nesse processo. Tratamos de como ocorreram as mudanças na economia do Ceará, no período que vai de início até meados do século XIX. Mostramos também as consequências dessas mudanças, que influenciaram na transformação de Fortaleza, como o centro urbano mais importante da província cearense. Esse foi o momento em que esta cidade se tornou uma base para negociantes portugueses, sendo que estas alterações se anunciaram a partir da autonomia do Ceará com relação à capitania de Pernambuco, a partir do ano de 1799.

---

<sup>41</sup> SAMPAIO ; ASSIS. Op. cit.

<sup>42</sup> REIS. Op. cit.

Desde aquele momento, as embarcações puderam movimentar mercadorias de Fortaleza diretamente para Lisboa e vice-versa, sem precisar mais passar por Recife.

No período joanino houve uma ligação mais direta com o mercado inglês e as transformações se aceleraram. Em 1810, a pequena comunidade mercantil de Fortaleza buscou a afirmação de sua vila como capital do Ceará, o que ocorreu em parte por causa da ação organizada de um grupo de negociantes portugueses. Nesse período, mesmo não sendo ainda a urbe mais importante da capitania, já era a mais promissora. De lá já saíam carregamentos significativos de algodão, pois em suas proximidades foi onde primeiro a cotonicultura floresceu com mais vigor.

O impacto do capital britânico foi determinante. Em 1811 se fixou em solo fortalezense uma firma inglesa, a casa Singlehurst, que se ocupava principalmente de exportar para Liverpool o algodão produzido no Ceará. Sabe-se que, neste período de revolução industrial, este era o principal produto de exportações para os ingleses saídos da província.

Já na condição de cidade, a sua economia foi impulsionada pelo comércio algodoeiro, o que transformou Fortaleza em um centro consumidor de importados e atraiu mais negociantes, lojistas e caixeiros portugueses. Da metade deste capítulo em diante, foram expostos dois importantes aspectos para o entendimento da conjuntura econômica em que os portugueses se inseriam, que no caso foram os fenômenos de estruturação urbana e comercial de Fortaleza e a formação de uma economia agrária no Ceará oitocentista.

Assim, discutimos as transformações estruturais de Fortaleza, ocorridas para a sua adequação ao papel de centro exportador e político, e também como a economia agrária do Ceará, nos Oitocentos, revelou um quadro de um mercado interno em

desenvolvimento. Por fim, comentamos a historiografia que melhor indicou a relação entre os portugueses e o mundo do comércio.

Neste capítulo, utilizamos documentos da Capitania do Ceará, que comprovam a natureza do seu comércio na passagem do século XVIII para o XIX, atas da Câmara da Vila da Fortaleza, termos de residência de estrangeiros de Fortaleza, ofícios do governo provincial aos vice-consulados, ofícios da comissão de obras públicas da província, bem como compilações de fatos construídas pelo Barão de Studart e o dicionário de comércio de Jacques Savary de Brulons, em sua tradução para o português de Alberto Jaqueri de Sales.

No segundo capítulo, “Circulação, Comércio, Consumo e Cultura Material” mapeamos, inicialmente, os antigos caminhos do Ceará; as velhas estradas que comunicavam principalmente as vilas do interior entre si e/ou com Recife e muito pouco conectavam Fortaleza. Com a transformação do Ceará em província, foi iniciado um processo de “provincialização” do comércio, o que implicou na construção de novas vias que privilegiavam as trocas entre o interior e a capital.

Em seguida, contemplamos as conexões entre os portos do Ceará que possuíam alfândega (Fortaleza e Aracati), e os destinos do comércio internacional, como Lisboa e Liverpool. Abordamos também as formas como os negociantes portugueses mediavam esses laços. Podemos assegurar que agiam em redes e estruturavam circuitos que integravam o Ceará ao comércio atlântico, por meio de Fortaleza.

Neste capítulo observamos, igualmente, os portugueses em suas relações comerciais, no interior da província. Procuramos mostrar como eles encaminharam as mercadorias dos principais portos para o interior e muito frequentemente conduziam comboios. Por fim, analisamos os impactos da introdução dessas mercadorias na cultura material das populações sertanejas, tanto para as elites quanto para os setores populares.

O segundo capítulo teve como base documental os termos de residência de estrangeiros, os relatórios de presidentes de província, o fundo das alfândegas de Fortaleza e Aracati, estatutos da Sociedade Beneficente Portuguesa, ofícios da Presidência da província aos agentes consulares, ofícios da comissão de obras públicas ao presidente da província e anúncios dos jornais *O comercial e Pedro II*.

No terceiro capítulo, “Negociantes, mercadores e lojistas portugueses e os seus negócios”, começamos por descrever o que significava ser cada uma dessas três categorias profissionais. Os negociantes estavam no topo das transações comerciais, pois atuavam como donos e sócios de diferentes negócios simultaneamente; os mercadores se encontravam em um nível intermediário e os lojistas eram aqueles que possuíam apenas um único estabelecimento. Feitos esses esclarecimentos, analisamos os tipos de atividade comercial que aqueles agentes se envolviam.

Além disso, observamos as relações de crédito. As atividades de alguns importantes negociantes portugueses em Fortaleza, no século XIX, alcançaram empréstimos concedidos tanto aos nacionais como aos seus patrícios portugueses. Os endividamentos contraídos estavam ligados principalmente ao financiamento de produtores agrícolas e ao estabelecimento de comerciantes menos abastados. Comprovamos que, entre os portugueses, os empréstimos eram concedidos em melhores condições porque os capitais concedidos aos brasileiros eram resguardados por altos juros.

Para este capítulo, além das fontes utilizadas nos capítulos anteriores, acrescentamos o relato da viagem de Gardner, memorialistas, um juramento de naturalização, documentos de origem cartorial, como hipotecas, inventários e documentos de compra e venda, e concessões de passaportes.

Por último, para finalizar esta dissertação, abordamos a relação de negociantes com a administração provincial. Percebemos que para se tornar fornecedores do governo da província, certos portugueses entravam em concorrência aberta com os negociantes ingleses. Esse fato nega teses antigas que afirmavam que os negociantes portugueses não competiam como grandes importadores.

Pela observação dos aspectos pesquisados e analisados podemos afirmar que, a praça comercial de Fortaleza e a comunidade mercantil de origem lusitana aí residente se formaram ao mesmo tempo, entre os fins do século XVIII e inícios do século XIX. A coletividade portuguesa estudada, por nós, havia sido atraída por um fenômeno comercial que naquele tempo era recente, tratava-se de uma vilinha que estranhamente ostentava o nome de capital, mas que materialmente não correspondia à imagem esperada. O fator principal que concorreu para este acontecimento foi a vantagem conferida pelos poderes colonial e imperial que garantiram privilégios comerciais à vila da Fortaleza que, a partir do referido período histórico, passou a associar a capitalidade política à econômica dentro do território cearense, associando esta autoridade local ao poder de exercer a exportação e se integrar diretamente ao comércio internacional atlântico.

Concluimos também que os portugueses, e neste caso estamos nos referindo especificamente aos negociantes do que lá residiam no período joanino, incidiram como um dos coeficientes mais importantes para a manutenção da capitalidade em Fortaleza, quando as cidades mais populosas do interior ameaçaram tomar para si este posto. Ser capital era poder exportar e o que estes negociantes fizeram nada mais foi que defender a base de seus negócios, suas casas comerciais, seus armazéns. Caso a capital fosse deslocada, esses investimentos, que nem eram tão antigos, seriam inviabilizados.

Foi detectado um crescimento desta comunidade mercantil paralelo ao aumento da urbe fortalezense. A presença lusitana foi marcante em todos os níveis do comércio da cidade no período tratado. Desde os grandes negociantes, passando por mercadores, donos de lojas e chegando aos mais simples caixeiros, era notável a presença de portugueses. Este impacto não se dava pela quantidade, mas sim pela proporcionalidade, pois mesmo em crescimento, Fortaleza ainda era um microcosmo se compararmos ao Rio de Janeiro ou Recife, por exemplo.

Como parte da realidade analisada, percebemos que os negociantes e trabalhadores portugueses transitavam em circuitos; sendo que os primeiros indivíduos tinham circularidade mais extensa, alcançando o exterior por razão de seus empreendimentos. A circularidade dos homens de negócio era coincidente com os destinos de exportação e importação, que mais comumente se conectavam com Fortaleza: Liverpool e Lisboa. Revelamos negociantes portugueses exercendo o papel de grandes importadores, como donos de navios, como os irmãos Salgado Couto ou mesmo proprietário de casa comercial em Liverpool, como foi o caso de José Smith de Vasconcelos.

CAPÍTULO 1 – A ECONOMIA DO CEARÁ E A PRESENÇA DE NEGOCIANTES  
PORTUGUESES: A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE MERCANTIL DA PRAÇA  
DE FORTALEZA DURANTE O SÉCULO XIX 1806 – 1870

Por esse tempo, Fortaleza ainda não abrigava proprietários, como era o caso de Recife e Olinda, principalmente. Predominavam comerciantes e em pequeno número, pois a atividade de exportação apenas iniciara e os mais poderosos eram portugueses e ingleses... .

Maria Auxiliadora Lemenhe<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora . *As Razões de uma cidade. Fortaleza em questão*. Fortaleza. Stylus comunicações. 1991. p 80

## 1.1 OS PORTUGUESES, O COMÉRCIO DO ALGODÃO E A EMERGÊNCIA DA CAPITALIDADE DE FORTALEZA

A relação entre a economia do Ceará e os portugueses de Fortaleza, nas primeiras décadas do século XIX, é o objeto deste capítulo. Nesta reflexão inicial, procuramos esclarecer a relação, da pequena, porém ativa comunidade de negociantes portugueses residentes na Vila da Fortaleza do Ceará (assim ela era chamada até o início do século XIX), com a permanência do status de capital de capitania após o desmembramento em relação a Pernambuco.

Em seguida, refletiremos sobre como a história econômica e a historiografia da imigração portuguesa contribuíram para o exercício de relacionar o comércio, a agricultura, o consumo e os negócios. Um pouco mais adiante, apresentaremos o caso do Senador Alencar, quando ainda era conhecido como José Martiniano, ou Padre Alencar, que foi presidente da província do Ceará nos anos 1830. Foi ele quem incentivou a vinda de imigrantes europeus, principalmente de açorianos, uma vez que acreditava que, trazer trabalhadores europeus, principalmente artífices e agricultores, seria uma forma de melhorar o ritmo dos serviços urbanos, das obras do governo na cidade, de intensificar a circulação de mercadorias e de oferecer gente laboriosa e competente para os serviços urbanos e agrícolas.

É preciso lembrar que o Ceará foi desmembrado de Pernambuco em 1799<sup>44</sup>. Naquele mesmo ano foi criada a Junta da Fazenda no Ceará. Antes, os produtos do território cearense eram tributados pela Junta da Fazenda de Pernambuco<sup>45</sup>. Daquela data em diante se iniciou um processo de autonomia econômica e política da Vila da Fortaleza (depois cidade em 1823) que tanto encerrou os velhos vínculos fiscais com as

---

<sup>44</sup> GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, 1986. P 241, 242

<sup>45</sup> FERREIRA, Cicinato Neto. *História do Fisco Cearense*. Fortaleza Editora Premium. 2011. P 19.

autoridades pernambucanas, quanto superou o poderio de três vilas que constituíam as principais praças comerciais da capitania e da província até a metade do século XIX. Estas vilas eram o Aracaty, Icó e Sobral<sup>46</sup>

Elas tinham suas existências ligadas ao que Capistrano de Abreu chamou de civilização do couro<sup>47</sup>, posto que extraíam suas riquezas das atividades ligadas à criação de gado e tinham uma vida material, como um todo, marcado por este ramo econômico. Fortaleza era apenas a sede administrativa, a cabeça de conquista, fato que se devia à sua localização quase central, no litoral do Ceará, bem como no meio do caminho entre São Luís e Recife.

Entretanto, as condições iniciais de desenvolvimento econômico, ainda deixavam Fortaleza em situação de inferioridade populacional<sup>48</sup> ao compararmos com as vilas do interior (Icó – Sul e Sobral – Noroeste) e da costa leste (Aracati). Por causa dessa desvantagem em relação aos centros interioranos, é que Fortaleza poderia deixar de ser capital, no momento em que isso realmente traria benefícios econômicos<sup>49</sup>.

A hipótese que defendemos é que para a manutenção do status de capital, mesmo existindo povoações mais populosas em outros pontos do litoral e do interior da província, houve a ação determinante de um grupo de negociantes portugueses, que era pequeno em número e riqueza, porém ativo e articulado. Lembramos que esta ideia já havia sido defendida por Otaviano Vieira<sup>50</sup>. Acrescentaremos ao que este historiador afirmou, ainda mais informações obtidas a partir dos trabalhos de Lemenhe<sup>51</sup> e Girão<sup>52</sup>, e de nossa pesquisa documental .

---

<sup>46</sup> VIEIRA Jr, Antonio Otaviano. *Entre o futuro e o Passado. Aspectos Urbanos de Fortaleza* (1799 – 1850). Fortaleza. Secretaria da cultura do Estado do Ceará, 2005.p 20-21.

<sup>47</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Ed. da Univ. de Brasília, 1963, pág. 149.

<sup>48</sup> VIEIRA,op. cit.. p. 22

<sup>49</sup> Ibid. p. 22-26

<sup>50</sup> VIEIRA, Antonio Otaviano Jr. *Entre o Futuro e o Passado: Aspectos Urbanos de Fortaleza* (1799 – 1850) Fortaleza. Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. 2005

<sup>51</sup> LEMENHE. Op. cit.

Esta comunidade mercantil teve a sua formação inicial com a fixação de comerciantes e de negociantes atraídos pelo movimento comercial, impulsionado pelo algodão. No ano de 1806, o governador da Capitania do Ceará Grande concedeu uma licença para o negociante português, Luís Martins de Paula, residente em Fortaleza, para transitar entre esta cidade e Lisboa.

Concedo licença a Luís Martins de Paula para transportar na galera = Felicidade= de que he mestre Antonio Pinto de Souza à Lisboa onde vai negociar alguns gêneros de te paiz que leva embarcados na mesma galera a cujo transporte se lhe não ponho embaraço algum...<sup>53</sup>

É deste momento em diante que se pode ver o processo de crescimento comercial da então vila da Fortaleza, fenômeno que teve um impulso inicial com a ação de portugueses, como podemos ver no exemplo do pioneirismo de Luís Martins de Paula e do Comendador Machado, de quem nos ocuparemos mais a frente. Outro fato que destacamos é que para o ano de 1816 encontramos uma lista com os produtos que seguiam de Fortaleza, para Lisboa<sup>54</sup>.

Dentre estas mercadorias, o algodão já superava os couros e carnes, ou seja, Fortaleza despontava economicamente com a exportação algodoeira e eram os portugueses que operavam diretamente com Lisboa<sup>55</sup>. Este processo se fortificou com o advento da transferência da corte para o Brasil e com a consequente abertura ao comércio com a Inglaterra. Tal como o caso do inglês Peter John Fawkes,<sup>56</sup> que àquele tempo enviava cargas de algodão em navios que seguiam para Liverpool, podemos

---

<sup>52</sup> GIRÃO, 1986. Op. cit

<sup>53</sup> APEC – Documentos avulsos da Capitania do Ceará cx 20-22 documento 12

<sup>54</sup> APEC – Documentos avulsos da Capitania do Ceará cx 20-22 documento

<sup>55</sup> GIRÃO, 1986. Op.cit. p. 244

<sup>56</sup> APEC – Fundo: Alfândegas de Aracati e Fortaleza. Caixa 02 – Alfândega de Fortaleza 1836 – 1867.

verificar a ação de negociantes\comissários por meio dos papéis da alfândega de Fortaleza.

A inserção do algodão brasileiro no mercado inglês foi o fator fundamental para a vila de Fortaleza ter tido relativa acumulação de capital entre os fins do século XVIII e inícios do XIX<sup>57</sup>. Por isso, tornou-se uma praça comercial e deu chances para a fixação de portugueses, fossem como simples caixeiros, fossem como negociantes ou lojistas.

José Jobson Arruda alertou para a inserção do algodão brasileiro no mercado inglês<sup>58</sup>. Um dos fatos mais relevantes que este autor chamou atenção é que parte dos interesses ingleses voltados para o algodão brasileiro não se devia apenas ao ato de incorporar mais uma área produtora à sua cadeia produtiva, mas também seria o de bloquear a saída desta *comodity* para o mercado francês nos princípios dos Oitocentos. No período das guerras napoleônicas, a Inglaterra tinha outras áreas entre suas principais fornecedoras, como os Estados Unidos e a Índia, mas a crucial área fornecedora para a França era o Brasil. Portanto, cortar o fornecimento de algodão para a indústria francesa seria de importância estratégica para a Inglaterra que, ao mesmo tempo em que garantiria mais uma área fornecedora para si, desmantelaria a indústria concorrente.

Deste modo, o algodão foi um dos principais motivos para a Inglaterra querer a sua presença no mercado brasileiro, fato consumado após a transferência da corte portuguesa para o Brasil.<sup>59</sup> Os tecidos de algodão eram os principais produtos de

---

<sup>57</sup> GIRÃO, 1986. Op.cit. p 252-253. Lemenhe apesar de citar uma relativa acumulação de capital , devido o comércio do algodão, e afirmar a existência de comerciantes ingleses , não trata explicitamente da relação entre os britânicos e a saída do algodão. In . LEMENHE. Op. cit. p. 56-57, 80.

<sup>58</sup> ARRUDA, José Jobson de. *O algodão brasileiro na época da revolução industrial*. Am.Lat.Hist.Econ.Anõ 23 num 2 Mayo – Agosto 2016.

168-169pp

<sup>59</sup> Ibid, p. 168- 169 pp

exportação da Inglaterra,<sup>60</sup> no período. Logo, ao estabelecer o controle sobre uma área que era fornecedora do inimigo\concorrente poderia convertê-la em eventual fonte para a indústria britânica nos períodos de safra ruim nos Estados Unidos.<sup>61</sup>

Ao mesmo tempo, sabotaria a produção francesa. Tanto isto é verdade que logo nos primeiros anos do período joanino foram abertas casas comerciais inglesas no norte do Brasil. Em Fortaleza, em 1811, surgiu a casa Singlehurst & Corllet, que tinha sede em Liverpool, e que depois abriu filial em Parnaíba, com atividade ligada ao envio de algodão para o porto da citada cidade inglesa, onde ficava a matriz<sup>62</sup>.

Desde os fins do século XVIII, o algodão, gerou interesse pela ocupação do Ceará. Em 1777, o negociante português Antonio José Moreira Gomes se fixou na capitania para mercadejar e incentivar a produção de algodão arbóreo, que ocorria naturalmente nesta região. No ano de 1802, fez rico relato em que dizia ter animado fazendeiros a produzir a dita fibra<sup>63</sup>.

Segundo Girão, o resultado de sua ação foi o sucesso da dinamização do algodão enquanto cultura comercial na Serra de Uruburetama, não longe da capital. Naqueles anos já se sentia também, nas adjacências de Fortaleza, um certo incremento desta cultura , sendo relatado: “que os abitantes dos contornos desta **Va ou Vila** da Fortaleza vendo os progressos da agricultura daquela serra, se animarão à porfia na plantação do dito gênero, de tal sorte que he o maior ramo do comércio deste paiz<sup>64</sup>”.

O trecho citado nos traz informações preciosas: este negociante português se fixou no Ceará para explorar o algodão, foi pioneiro na atividade e criou as primeiras conexões entre o mercado e os produtores. Possivelmente, estes agricultores ou/e

---

<sup>60</sup> Ibid, p. 170

<sup>61</sup> Ibid. 168-170

<sup>62</sup> GIRÃO, 1986. Op . cit. p. 252.

<sup>63</sup> GIRÃO, Raimundo. *O Comendador José Antonio Machado e sua descendência*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza.1942 .p 14- 16

<sup>64</sup> GIRÃO, 1986. Op. cit., p. 147.

fazendeiros ignoravam as possibilidades comerciais do produto. O impacto político da ação deste negociante português foi tamanho que, poucos anos após ter iniciado suas compras de algodão cearense, a câmara da vila da Fortaleza, em 1783, tomou a iniciativa de pedir a ascensão da então Capitania anexa do Ceará Grande à categoria de capitania geral, justificando o seu pedido na necessidade de negociar diretamente com Lisboa<sup>65</sup>. A socióloga Maria Auxiliadora Lemenhe<sup>66</sup> foi mais assertiva ao ligar o fenômeno do algodão no Ceará, com o surgimento da atividade comercial em Fortaleza.

Coincidem com o início do cultivo do algodão os apelos feitos por representantes da coroa, produtores e comerciantes da capitania para que esta, desvinculada da de Pernambuco, tenha autonomia administrativa e o direito de comercialização direto com Portugal.

Para os poucos comerciantes de Fortaleza e talvez para os produtores situados nas áreas próximas a ela, 'independência' do Ceará significaria a permissão para realizar as transações diretas com a metrópole, ou seja, um recurso para diminuir o controle da comercialização exercido pela praça do Recife, que beneficiava os comerciantes estabelecidos em Aracati.<sup>67</sup>

O que não podemos deixar de observar é que o algodão a que se referia naquele momento, era uma planta nativa, arbórea e que tinha fios longos, o que lhe teria rendido boa aceitação no mercado. É notável o fato de que, segundo o testemunho do negociante lusitano, já naqueles primeiros momentos tenha se tornado o principal produto de exportação das terras cearenses.

---

<sup>65</sup> GIRÃO, *ibid.* p. 123-124

<sup>66</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de uma cidade. Fortaleza em questão*. Fortaleza. Stylus comunicações. 1991. p 53

<sup>67</sup> *Ibid.* p 53

Outro dado curioso é que este português enviava o algodão de Fortaleza para um comprador de nome Putier,<sup>68</sup> na cidade de Salvador. Seria ele francês? Será que os negociantes portugueses, no Brasil, e naquele período, já estavam entrelaçados em redes de contatos comerciais variadas, que incluiriam negociantes de outras nacionalidades?

Devemos destacar o fato de que o fornecimento de algodão, até 1810,<sup>69</sup> era extremamente estratégico para Portugal, pois existia até o referido período, um razoável desenvolvimento de manufaturas em terras lusitanas, o que havia sido fruto das políticas econômicas pombalinas. Segundo Fragoso, boa parte dos tecidos de algodão, não era apenas tingido, mas também, fiado em Portugal<sup>70</sup>. Podemos ver abaixo o volume de saída da produção de algodão, a partir do porto de Fortaleza, nos princípios do Oitocentos:

Produtos Exportados	1803	1804	1805	1806	1807	Total
Algodão	3:934\$720	15:600\$640	39:987\$200	54:219\$560	91:330\$560	205:072\$320
Courama (a)	53\$900	5:363\$800	6:993\$700	9:461\$720	12:611\$300	34:484\$450
Mantimentos (b)	-	-	-	1:697\$100	130\$800	1:827\$900
Drogas (c)	28\$000	416\$240	-	1:147\$200	-	1:591\$440
Madeiras	-	201\$600	-	380\$800	317\$000	898\$600
Vários (d)	-	-	309\$700	-	385\$000	104:744\$660
<b>Total</b>	<b>4:016\$620</b>	<b>21:582\$280</b>	<b>47:290\$600</b>	<b>66:905\$250</b>	<b>104:744\$660</b>	<b>244:569\$810</b>

Fonte: Lemenhe, op.cit.p.54

71

<sup>68</sup> GIRÃO, 1986. Op. cit. p 147

<sup>69</sup> FRAGOSO, João Luís. *Mercadores e Negociantes Imperiais :Um Ensaio sobre a Economia do Império Português ( Séculos XVIII e XIX)*. História: Questões e Debates, Curitiba,n.36,p.99-127, 2002. Editora UFPR.p 103-105

<sup>70</sup> Ibid.

<sup>71</sup> Fonte: Lemenhe, op.cit.p.54

Para se compreender melhor o interesse suscitado pelo algodão cearense, recorreremos ao Dicionário de Comercio, de autoria de Jacques Savary de Brullons, adaptado para a língua portuguesa por Alberto Jaqueri de Sales, em 1813,<sup>72</sup>. Na parte referente ao algodão, destacava-se como suas principais qualidades a brancura e as possibilidades de dar forma e fiar. Essas características eram associadas aos algodões cultivados em regiões de clima mais seco e de alta incidência solar, que eram então vendidos nos mercados de Alexandria e Esmirna<sup>73</sup>. Ao se aprofundar nos tipos de algodões cultivados no Brasil, o autor - que provavelmente foi Sales, pois este trecho do dicionário foi adaptado para o público dos domínios de língua portuguesa - fez uma diferenciação entre os algodões cultivados no Pará e no Maranhão. Afirmou que, o algodão paraense era de qualidade ruim, devido à humidade do clima, e que o produto maranhense, já apresentava melhores características, pelo fato de ter sido cultivado em ambiente mais apropriado, provavelmente no que hoje conhecemos como cerrado maranhense, portanto, menos húmido.

Observando as condições climáticas citadas, em que as melhores estirpes algodoeiras eram cultivadas em ambientes predominantemente secos e luminosos, o espécime encontrado no Ceará, terra ensolarada e com chuvas ainda mais limitadas que o Maranhão, possivelmente correspondeu aos anseios do mercado de então. Em princípios do período joanino, tais características foram confirmadas por comandantes de navios ingleses, que afirmavam ser a fibra cearense de “ belíssima qualidade, alvura e asseio”.<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> SALES, Alberto Jaqueri de. *Dicionário Universal de Commercio. Trad. E adaptação manuscrita do Dictionnaire Universel de Commerce, de Jaques Savary des Brulons*, 4 vols. 1813,p 88 . T 1.

<sup>73</sup> Alexandria fica no Egito, na costa do mediterrâneo. Esmirna, fica na Turquia, e àquela época, se localizava no Império Otomano. É uma cidade portuária do mediterrâneo. No século XIX, ambas estas cidades , eram as praças onde se negociavam os mais bem afamados tipos de algodão.

<sup>74</sup> GIRÃO,1986. Op. cit. p., 151

### 1.1.1 Os negociantes portugueses e a Câmara da vila da Fortaleza do Ceará.

Havia, entre o fim do século XVIII e início do século XIX, uma presença de portugueses na vila da Fortaleza. Um exemplo é José Antônio Machado, que virou o futuro comendador Machado, e ocupou os cargos de vereador (1825-1827) e procurador (1809, 1823-1825)<sup>75</sup> em um período de grande instabilidade e perigo para a comunidade mercantil lusa da cidade, posto que nos momentos decisivos da Confederação do Equador no Ceará, os portugueses de Fortaleza, foram vistos como um obstáculo para o sonho político dos confederados<sup>76</sup>. Esses indivíduos se organizaram a partir do Senado da Câmara, o que foi um fenômeno típico do mundo português, como afirmou Fátima Gouveia:

(...) as câmaras ajudaram a dar forma à rede política e administrativa imperial, por servirem como espaço de representação e refúgio para os grupos e indivíduos que habitavam as diferentes áreas associadas à soberania portuguesa, por outro, elas também desempenharam papel político fundamental ao servirem de espaço para o desenrolar das disputas travadas entre os grupos que almejavam uma maior proximidade da figura real que tal instituição propiciava (...)<sup>77</sup>

Ao examinar nossa documentação, percebemos que o afirmado por essa historiadora pode ser verificado por meio desses negociantes que buscaram se inserir na Câmara e utilizá-la como instrumento para melhorar e garantir suas situações. Existem evidências que os negociantes que analisamos se comportaram do mesmo modo encontrados por Gouveia.

Como a venda do algodão, anteriormente, havia mostrado os potenciais da Vila da Fortaleza enquanto praça comercial era indispensável para a continuidade desse

<sup>75</sup> ANRJ, códice.1116.Folhas 21- 24

<sup>76</sup>GIRÃO, 1986. Op. cit. p 268- 269

<sup>77</sup> GOUVEIA, Fátima. *Poder autoridade e o senado do Rio de Janeiro, ca 1780-1820*. Niterói. Revista Tempo n 13 Julho 2002. p 125.

progresso que ela continuasse como capital. No ano de 1799, de acordo com o historiador Otaviano Vieira,<sup>78</sup> um fato significativo ocorreu nessa vila. Os homens mais “ricos” do lugar se reuniram na Câmara para redigir um documento, uma carta que foi enviada ao Príncipe regente, que vivia na cidade do Rio de Janeiro.

A maior parte dos reunidos se declarava negociante, sendo que a maioria era nascida no Reino e, portanto, portuguesa. Entre eles, dos doze homens com maior patrimônio, dez viviam de algum negócio e sete eram lusos. Dos três que foram listados como negociantes de grosso trato, dois eram portugueses.<sup>79</sup> Pode parecer um tanto exagerado separar os portugueses quando ainda o Brasil estava unido a Portugal, mas no mundo do comércio essa diferenciação ocorria. Outro fator de diferenciação, é que de acordo com Joel serrão<sup>80</sup>, estes portugueses aos quais nos referimos, seriam emigrantes e não colonizadores. No século XVIII, a legislação portuguesa passou a regular e dificultar com mais afinco as saídas de pessoas para o Brasil. Para Serrão, a diferença entre colonizador e imigrante, era que o primeiro, mesmo sendo um tipo de emigrante, era o que chegava ao seu novo destino, em acordo com os interesses do Estado; aqueles outros que não se enquadravam nestas características, eram apenas emigrantes, porque eram movidos basicamente pelas necessidades e\ou vontades pessoais, não seriam colonizadores e sim apenas emigrantes. Logo faz sentido, mesmo em se tratando do final do período colonial, trabalharmos com o conceito do português como um elemento distinto dos luso-brasileiros, que seriam aqueles nascidos na América Portuguesa.

No documento<sup>81</sup> acima citado, pretendiam traçar argumentos necessários para que a função de capital fosse mantida em Fortaleza, uma vez que havia realmente um receio de que uma das vilas interioranas tomasse essa função. Devem ser aqui

---

<sup>78</sup> VIEIRA, op. cit. p. 8, 9 .

<sup>79</sup> VIEIRA, *ibid.*, p 11.

<sup>80</sup> SERRÃO, Joel. Emigração. *Dicionário de História de Portugal*. 1 Ed. Lisboa p.20: RIBEIRO, 2002. P. 151.

<sup>81</sup> VIEIRA, op. cit. p.15-23

colocados os argumentos que foram postos contra qualquer iniciativa que trouxesse mudanças. Eram eles: a localização da vila da Fortaleza no centro do litoral da capitania; a existência de um lugar adequado para um porto; a qualidade da água para o consumo humano; a ausência de inundações e o pequeno progresso do comércio que se sentia na vila desde que o Ceará havia sido desmembrado de Pernambuco.

O mais marcante desta carta é que ela demonstra que, em parte, foi o interesse de negociantes portugueses, por sua vez impulsionados pelos negócios, que contribuiu para Fortaleza ter se mantido como cabeça administrativa do Ceará e ponto de ligação comercial com a Europa e com o restante da América Portuguesa.

Se revelamos a presença de negociantes portugueses na Câmara de Fortaleza, entre os anos de 1814 e 1827, infelizmente esta documentação achada no Arquivo Nacional, não se prolongou pelo oitocentos afora: está disponível apenas para os anos citados. Esse material é basicamente formado pelas atas de escolha de procuradores e vereadores<sup>82</sup>.

Certos portugueses importantes, todos negociantes, figuraram entre os vereadores, o que indica que esse grupo de pessoas compôs a elite camarária fortalezense. De dois em dois anos eram escolhidos três vereadores e um procurador. Em 1814, o negociante luso Manoel José Theófilo era vereador; em 1819, encontramos igualmente o negociante Antônio Nunes de Mello, integrante de um clã importante na praça, que reunia seus irmãos; em 1823, destacamos a presença de Mathias Pacheco, como vereador e do comendador José Antônio Machado, que ocupava o cargo de procurador<sup>83</sup>.

#### 1.1.1.1 Os portugueses de Fortaleza contra a Confederação do Equador

---

<sup>82</sup> ANRJ- Câmara de Fortaleza. Códice 1116

<sup>83</sup> ANRJ- Câmara de Fortaleza. Códice 1116 . p 20-21

Machado, ainda no século XVIII, auxiliava o negociante Moreira Gomes, citado anteriormente e que foi o pioneiro no envio do algodão cearense para a Bahia e no incentivo aos plantadores. Ressaltamos que Machado se casou com a filha de Moreira Gomes<sup>84</sup>. No ano de 1809 ingressou na Câmara<sup>85</sup>, portanto esteve entre os homens que insistiram na permanência da Vila da Fortaleza como capital. Entretanto, foi a partir 1823,<sup>86</sup> momento em que as agitações ligadas à confederação do Equador começaram que podemos lhe atribuir maior destaque político. Naquele ano, segundo a ata de posse dos cargos da câmara da cidade de Fortaleza, Machado era o Procurador daquela casa legislativa<sup>87</sup>.

Quando chegou a Fortaleza o primeiro Presidente de província nomeado pelo Imperador D. Pedro I, o tenente coronel Pedro José da Costa Barros, havia naquele momento uma Junta Governativa que era a autoridade em vigor no Ceará, e que foi dissolvida pela Câmara de Fortaleza e pelo Ouvidor e Corregedor da Comarca<sup>88</sup>, Dr. Joaquim Marcelino de Brito. Segundo Girão, tanto a câmara de Fortaleza quanto o ouvidor de sua Comarca, representavam os interesses dos portugueses, então chamados de corcundas<sup>89</sup>. A Junta Governativa, não aceitou a sua dissolução nem a nomeação do presidente da Província, enviando-lhe de volta ao Rio de Janeiro. Ainda de acordo com este clássico historiador cearense, José Antonio Machado, no seu papel de procurador da Câmara da Capital do Ceará, estabeleceu contato com o Chefe da Junta, Tristão

---

<sup>84</sup> GIRÃO, Raimundo. *O comendador José Antonio Machado e sua descendência*. Revista do Instituto Histórico do Ceará. Fortaleza. T 56. p. 14

<sup>85</sup> Ibid.

<sup>86</sup> GIRÃO, 1986. Op. cit. 264.

<sup>87</sup> ANRJ- Câmara de Fortaleza. Códice 1116. Folha 21.

<sup>88</sup> GIRÃO, loc.cit.

<sup>89</sup> Ibid.

Gonçalves, e lhe disponibilizou transporte para os Estados Unidos, ao se precaver da ameaça da chegada de Lord Cochrane, que em breve fecharia o porto de Fortaleza<sup>90</sup>.

A obra de Girão, apesar de não ter demonstrado a força coletiva dos portugueses, fazendo apenas pequenas indicações<sup>91</sup> de seus interesses conjuntos, nos forneceu passagens que demonstram a articulação de figuras como Machado. De modo oposto ao deste historiador, a socióloga Maria Auxiladora Lemenhe<sup>92</sup>, conseguiu compreender muito bem que os portugueses tiveram um papel coletivo na atração de importância econômica para a cidade, porém, esta autora os subestimou no que diz respeito ao poder de se organizar politicamente<sup>93</sup>. Lemenhe faz a seguinte afirmação sobre Fortaleza no período da Confederação:

Ao contrário de Pernambuco, a rebelião no Ceará surge nos sertões e não no litoral. Dizíamos que as insatisfações partiram sobretudo de proprietários que dominavam no interior. Por esse tempo, Fortaleza ainda não abrigava proprietários, como era o caso de Recife e Olinda, principalmente. Predominavam comerciantes e em pequeno número, pois a atividade de exportação apenas iniciara e os mais poderosos eram portugueses e ingleses, aos quais as disputas pelo poder deveriam ter uma significação menor do que teria para os nacionais. .... Ademais a adesão sem resistência da Câmara de Fortaleza ao movimento poderia, assim, ter-se dado pela inevitabilidade de um fato consumado ou ainda pela impossibilidade de fazer frente ao contingente armado de que dispunham os proprietários do interior...<sup>94</sup>

Por um lado, consideramos do nosso ponto de vista a análise de Lemenhe correta, notadamente no que diz respeito à geopolítica dos interesses indicada em seu

---

<sup>90</sup> Ibid. p. 268

<sup>91</sup> Ibid. p. 264.

<sup>92</sup> LEMENHE, op. cit. 80

<sup>93</sup> Ibid.

<sup>94</sup> Loc. cit. 80

estudo, pois os núcleos interioranos eram favoráveis ao Recife como capital, por razões até anteriores aos fatos narrados. Vejamos que, dos centros sertanejos ligados à confederação, a vila do Crato havia sido um foco da Revolução Pernambucana de 1817, era a terra de Tristão Gonçalves de Alencar, irmão de José Martiniano de Alencar. A vila do Campo Maior do Quixeramobim foi onde se iniciou esse movimento no Ceará, e seu papel não pode ser desprezado, pois era um centro tradicional de grandes fazendeiros, o que se nota pelo seu nome, e era Vila desde o século XVIII; a sua Câmara teve a audácia de declarar o não reconhecimento de D. Pedro I, tratando-o apenas como príncipe de Portugal, e de lá também despontou uma das mais importantes lideranças, o Padre Mororó, que era o responsável pelo jornal do governo confederado, que também é o primeiro jornal do Ceará<sup>95</sup>, esta vila estava ligada por estrada aos centros comerciais do sul e leste da província, o que ajuda a explicar, por questões econômicas, sua adesão ao movimento. O “tripé” sertanejo que sustentou a luta separatista, se completa com a Vila do Icó, que além de ter também aderido, décadas antes havia sido contrária à emancipação do Ceará e, portanto, favorável à manutenção dos velhos vínculos comerciais e fiscais com Pernambuco.

Por outro lado, Lemenhe afirmou<sup>96</sup> que as disputas políticas em curso, naquele momento, pouco importariam aos portugueses, pensamos que há um equívoco em sua análise. Não é essa interpretação que fazemos a partir das passagens da obra de Girão<sup>97</sup>, tendo em vista que este historiador demonstrou que a Câmara da Vila da Fortaleza representava os interesses dos negociantes portugueses, bem como reforçou a posição contrária dos lusos em relação à Confederação do Equador.

---

<sup>95</sup> GIRÃO, 1986. Op.cit. p.389

<sup>96</sup> LEMENHE, op. cit. p. 80

<sup>97</sup> GIRÃO, 1986. Op. cit. p. 264-268

Com base em nossa pesquisa documental, fundamentada no fundo da Câmara de Fortaleza, sob custódia do Arquivo Nacional<sup>98</sup>, também discordamos de mais um ponto dessa passagem de Lemenhe. Ela afirmou que a Câmara de Fortaleza havia aderido ao movimento rebelde. Não encontramos esta adesão na documentação da Câmara de Fortaleza,<sup>99</sup> por nós coligida, no Arquivo Nacional, entre os anos de 1814 e 1827, como também, não encontramos nenhuma menção ou sinal da adesão da câmara desta Câmara ao movimento separatista. Girão confirma esta não adesão: alegou que em julho de 1824, os portugueses da cidade, o que incluía os vereadores e o procurador da Câmara, haviam sido “privados de seus cargos públicos e de suas funções militares.”<sup>100</sup> Portanto, a Câmara de Fortaleza, dominada por negociantes lusitanos, não teria aderido ao movimento. De modo contrário, este órgão legislativo se posicionou contra os rebeldes, reconheceu o Presidente de Província nomeado pelo Imperador e tentou destituir a junta que naquela ocasião governava o Ceará.

Em 1825, Machado continuava Câmara, só que como vereador<sup>101</sup>. Ele também era conselheiro do governo da Província. Percebemos ao analisarmos o desencadear dos fatos, que a sua influência política cresceu. Naquele mesmo ano, ele sofreu um atentado, levou um tiro de pistola, testemunhado pelo Presidente da Província de então.<sup>102</sup> A causa do crime seria uma vingança planejada pelo lado dos rebeldes que havia pouco tempo tinham sido derrotados e punidos. José Antonio Machado, só pelos fatos até agora expostos, pode ser considerado uma das pessoas chave para se entender

---

<sup>98</sup> ANRJ- Câmara de Fortaleza. Códice 1116

<sup>99</sup> ANRJ- Câmara de Fortaleza. Códice 1116

<sup>100</sup> GIRÃO, 1986. Op. cit. p. 268

<sup>101</sup> ANRJ- Câmara de Fortaleza. Códice 1116, folha 20

<sup>102</sup> BNRJ/Hemeroteca Digital. Império do Brasil: Diário Fluminense. Número 117\ 27 de maio de 1826. Vol 7, folha 234. Repartição dos Negócios do Império do Brasil. Ofício de 20 de maio de 1825 do Presidente da Província do Ceará Antonio Sales Nunes Berdford dirigido ao Imperador

tanto o surgimento da província do Ceará, quanto o desenvolvimento de sua capital, Fortaleza. Após estes acontecimentos, ele ainda foi presidente da Província, em 1829, e, por mais outras quatro vezes, teve que assumir por períodos curtos esse mesmo cargo, nos anos de 1843, 1855, 1862 e 1864<sup>103</sup>. Percebemos, assim, que a sua influência teve longo alcance na política do Ceará.

Definitivamente, podemos então afirmar que os negociantes portugueses articularam-se na câmara fortalezense, desde o final do século XVIII,<sup>104</sup> com pretensões de ampliar ganhos econômicos, e por isso a Câmara reivindicou a ruptura dos laços com Pernambuco. Mais tarde, na ocasião da Confederação do Equador, a Câmara da já cidade de Fortaleza se opôs de forma ostensiva aos rebeldes, demarcando assim seus interesses mais próximos a que se mantivesse a unidade imperial brasileira.

1.1.1.2 A comunidade mercantil lusitana e a regularização dos serviços de correio no Ceará.

Outros fatos indicam mais evidências para o que queremos demonstrar, como as listas indicativas dos doadores para a estruturação dos correios no Ceará, o documento que data do ano de 1813.<sup>105</sup> Participaram das listas homens das cidades de Icó, Sobral, Aracati, Granja e Fortaleza. Ao analisar cada listagem, feita por Vila, notamos que apenas aquela que se referia à Fortaleza foi identificada explicitamente como uma “lista de negociantes”; nenhuma das outras cidades teve seus doadores identificados desta forma.

---

<sup>103</sup> GIRÃO, 1942. Op. cit. p.18

<sup>104</sup> GIRÃO, 1986. Op. cit. p. 123-124

<sup>105</sup> VASCONCELOS, Barão de. *Documentos oferecidos ao Instituto do Ceará*. Estabelecimento dos Correios no Ceará - 1o. de Maio de 1812 . Revista do Instituto do Ceará. Tomo 23, 1908. P .302-305

As listas do interior são extensas e recheadas com títulos e funções, como Capitão-mor, alferes e, principalmente, sobrenomes da nobreza da terra. Já a lista fortalezense é menor, tem apenas dezesseis doadores, que foram apenas discriminados como negociantes (embora, como foi indicado acima, eles também desempenhassem funções de administração estatal) e com os seus primeiros nomes pura e simplesmente grafados.

Acreditamos que o maior adorno que poderiam ter, seria a identificação de “negociante”, o que claramente indicava, naquele contexto, quem tinha mais poder econômico à disposição. Tanto é que foram estes homens de Fortaleza os que mais doaram dinheiro para os correios, tanto em valores individuais, quanto no conjunto da soma<sup>106</sup>.

Os interioranos arrecadaram menos. Se olharmos para as doações individuais destes últimos, por exemplo, veremos que o seu relativo poder econômico pouco combinava com a honra das funções e nomes que possuíam. O valor obtido em Fortaleza foi de 273\$200; a segunda Vila em doação foi a do Icó, que totalizou 116\$600 e teve quarenta e dois doadores<sup>107</sup>. Tal diferença se torna ainda maior se compararmos as doações de Fortaleza com as de outras cidades. Individualmente, os negociantes residentes em Fortaleza, em sua maioria, portugueses, fizeram mais sombra ainda aos homens do Sertão.

Os maiores doadores da capital entregaram individualmente o valor de 50\$000 enquanto os principais doadores sertanejos individualmente repassam apenas o valor de 12\$000 e 25\$000.<sup>108</sup>

---

<sup>106</sup> Ibid.

<sup>107</sup> Ibid.

<sup>108</sup> Ibid.

### 1.1.2 O algodão e o crescimento da Vila da Fortaleza no Período Joanino.

Sendo Fortaleza, naquela altura, menor que as três principais vilas do interior, por que tão poucos homens doaram mais dinheiro? A nossa hipótese é que apesar de a capital não ser a maior vila, era a que naquele momento dava mais sinais de um incipiente enriquecimento, pois estava lucrando com a nova atividade econômica que havia se iniciado fazia pouco: o algodão! As vilas do Sertão tinham o seu tamanho e a sua importância ainda ligados à velha atividade das carnes e dos couros.

Assim, se Fortaleza por um lado era menor, por outro era nela que o capital estava circulando mais, em se tratando de Ceará, claro. Os negociantes que lá residiam, ao que parece, recém-estabelecidos, possuíam dinheiro disponível para o patrocínio dos correios, um serviço tão importante para a atividade mercantil, categorizado por Weber como “serviço informativo.”<sup>109</sup> Para Max Weber ,

A precondição indispensável para a formação, em tais termos, de um comércio atacadista, isto é, de um comércio atacadista de especulação, era a existência de uma organização suficiente de serviços informativos e uma organização suficiente do sistema de transportes.<sup>110</sup>

Os correios, principalmente naquela época, eram um serviço que, uma vez estabelecido, diminuiria os custos de transação, porque as informações de interesse circulariam com regularidade. O motivo de aqui reforçarmos a importância dos serviços

---

<sup>109</sup> WEBER, Max. A Gênese do Capitalismo Moderno. Organização, apresentação e comentários: Jessé de Souza. São Paulo. Ática, 2006. P 37

<sup>110</sup> Ibid.

postais, nos inícios dos Oitocentos, igualmente se deve às análises de Weber. De acordo com este autor<sup>111</sup>, os jornais só passaram a exercer a divulgação de informações especializadas sobre preços e ofertas de mercadorias no século XIX: naquele período, eles faziam isso na forma de listas públicas de preço.<sup>112</sup> É necessário reforçar que o objeto analisado por este autor foi o contexto central na economia ocidental, o que nos faz concluir que, no caso de uma zona periférica e pré-capitalista, como o Ceará oitocentista, esse fenômeno deu-se de maneira mais tardia, como de fato pensamos ter ocorrido. Por exemplo, o jornal O Comercial,<sup>113</sup> o primeiro jornal voltado para os interesses comerciais editado em Fortaleza, só começou a ser impresso em 1845, quase no meio do século. Em vista disso, os serviços postais eram tão cruciais para os atacadistas portugueses (e não portugueses) da praça de Fortaleza, em 1813, quanto para seus pares das praças da Europa do século XVIII.

É isto o que estamos tentando mostrar. Ou seja, os homens de negócio portugueses de Fortaleza, não estavam reunidos oficialmente debaixo de nenhuma sociedade, ainda, mas vemos que eles se uniam para encaminhar políticas que projetassem os seus negócios. Estas evidências sinalizam para a existência de um grupo organizado.

E é pelo volume de algodão exportado que, podemos ver o enorme crescimento dessa cultura na economia do Ceará, tendo como região de central destaque, Fortaleza, principal beneficiária desse movimento por ter sido o seu essencial

---

<sup>111</sup> Ibid. P 37- 38

<sup>112</sup> Ibid.

<sup>113</sup> Sobre o jornal “*O Commercial : Jornal dos Interesses Commerciaes, Agricolas e Industriaes*”, nossa principal fonte jornalística, era de impresso por Francisco Luis de Vasconcellos. Este jornal divulgava notícias de cunho governamental, bem como outras notícias e matérias nacionais e internacionais de cunho econômico. Para o período de 1854, ano de sua fundação até 1859 Não conseguimos encontrar editorial ou nome de editor. Já a partir do ano de 1860, o padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar era identificado como seu editor, e órgão passa a se identificar como , de interesses comerciais, agrícolas e político liberal conservador, e desse período em diante apresenta editoriais, em que as vezes troca farpas com o Jornal conservador Pedro II. Também nenhum estudo feito sobre este Jornal foi encontrado.

porto de escoamento. Girão nos ajuda a ver a evolução do desempenho fortalezense como exportador de algodão:

“Em 1810, pelo porto de Fortaleza embarcavam 169.072 kg: pelo do Aracati, 138.750 e pelo do Acaraú, 87.885, num total de 395.707 kg. Nos anos de 1811,1812,1813,1814 e 1815 o porto da capital exportava respectivamente, 172.071kg, 152.550kg, 312.675kg, 316 705 e 245.895,...Em 1816, 1817,1818,1819 remeteu ainda o mesmo porto, também respectivamente,358.875 kg, 181.440kg, 462.960 kg e 636.360kg...”<sup>114</sup>

Pode-se perceber claramente, pelos números acima levantados, que a produção que saía de Fortaleza se avolumou no decorrer do período joanino. Além desses dados, temos igualmente à nossa disposição a lista de importações e exportações do porto de Fortaleza, de 1821<sup>115</sup>. Nela existe uma relação pequena, porém valiosa, de produtos de exportação, sendo que os gêneros que ali constavam eram o couro, os seus derivados e o algodão.

Os couros e as solas totalizavam um valor de 24:140\$000, já as 21229 arrobas de algodão exportadas, somavam 127:377\$000<sup>116</sup>. Este desempenho é comprovado por meio da comparação com o valor obtido pelo antigo principal produto cearense, os couros, uma vez que no início dos Oitocentos, o algodão assumiu a posição mais relevante na produção de riquezas no Ceará.

Devemos complementar essas informações sobre as trocas comerciais, ressaltando que se recebia muitos produtos da Inglaterra, sobretudo, o ferro, os manufaturados de ferro e a pólvora. Pela análise desta mesma lista, também chegamos à

---

<sup>114</sup> GIRÃO,1986. Op. cit p 151

<sup>115</sup> ARANHA, Manoel Guedes. *Opinião de Guedes Aranha sobre o Comércio da praça de Lisboa com o porto de Fortaleza-1821*. Fortaleza. Revista do Instituto histórico do Ceará, 1894. T 20. p. 141142

<sup>116</sup> Ibid.

outra conclusão interessante: é que neste ano a importação de tecidos de algodão foi maior de Portugal do que da Inglaterra<sup>117</sup>.

O valor em compras de tecidos de algodão ingleses foi de 3: 915\$300, enquanto que a importação de gêneros similares de origem lusitana totalizou o valor de 8:825\$980. Além destes, a lista de importações aponta que o que vinha de Lisboa era em maior quantidade e variedade do que os importados da Inglaterra, inclusive no que tange aos manufaturados, tais como sapatos, metais brutos, armas chapéus, pólvora móveis etc...<sup>118</sup> Tal desempenho mostra uma ligação muito forte com a produção artesanal e manufatureira portuguesa.

Segundo Fernando Piteira Santos,<sup>119</sup> desde o fim do século XVIII a região da cidade do Porto tinha larga e variada produção artesanal e manufatureira, sendo a reexportação de produtos ingleses apenas uma parte da realidade econômica de Portugal com relação ao Brasil. A bem da verdade, este autor afirma que muito do que se mandava para o Brasil era português mesmo e, para ele, o comércio entre Brasil e a cidade do Porto só sofreu muito nos anos de 1808 até 1814. Depois deste intervalo, até o fim do quartel, o Porto teria voltado a exportar significativamente para o Brasil.<sup>120</sup>

Deste período em diante, foi impossível não associar a economia do Ceará e de Fortaleza com a cotonicultura. Ao menos até a crise desta cultura, nos anos de 1980<sup>121</sup>, o algodão foi importante na região. Na época da guerra civil estadunidense, é bom lembrar que no Ceará e nas outras províncias, houve um segundo *boom*, de tamanho maior que o primeiro, que foi de 1780 a 1840. Foi quando este produto se tornou uma espécie de ouro branco e deixou marcas, como a constituição de uma elite

---

<sup>117</sup> Ibid

<sup>118</sup> Ibid.

<sup>119</sup> SANTOS, Fernando Piteira. *Geografia e Economia da Revolução de 1820*. Publicações Europa-América. Lisboa, 1961. p 52- 55

<sup>120</sup> Ibid.

<sup>121</sup> LIMA, Átila de Menezes. *Geografia da acumulação capitalista: o caso do algodão em Iguatu – Ceará*. Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre . 2010

do algodão, que ensejou a acumulação de capital e a conseqüente transformação de Fortaleza .

## 1.2 A ESTRUTURAÇÃO DE FORTALEZA COMO PARTE DO PROCESSO DE CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA EM ÂMBITO PROVINCIAL E O PAPEL DOS IMIGRANTES.

A geógrafa Clélia Lustosa analisou como Fortaleza tomou feições físicas de uma capital.<sup>122</sup> Informou que em 1800, ou seja, um ano após a emancipação com relação à capitania pernambucana, ocorreram os primeiros trabalhos de arruamento na cidade. Mais tarde no período joanino:

“Constatada a necessidade de se construir edificações públicas e elaborar normas para a expansão da vila, o governador da Capitania do Ceará, de 1812 a 1820, Coronel Manuel Ignácio de Sampaio, trouxe como seu ajudante de ordens, o português Tenente Coronel Engenheiro Antônio José da Silva Paulet. Sampaio iniciou a organização administrativa da Capitania à Alfândega ( 1.07.1812) implantando o correio ( 1. 5. 1812) e promovendo a reconstrução da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, de pedra e alvenaria, bem como a construção de edifícios públicos, dentre eles o Mercado (1815-1818)..<sup>123</sup>”

É de Silva Paulet<sup>124</sup> a primeira planta de Fortaleza, e que já previa um crescimento para a cidade. Nela, o engenheiro português fixou um padrão que se seguiu durante todo aquele século, tanto por conta do formato em xadrez da malha urbana,

<sup>122</sup> COSTA, M.C. Lustosa. *Fortaleza, capital do Ceará: Transformações no espaço urbano ao longo do século XIX*. Fortaleza. Revista do Instituto Histórico do Ceará. 1994.p 81- 102

<sup>123</sup> Ibid.p. 92

<sup>124</sup> Antonio José da Silva Paulet foi um arquiteto português levado para o Ceará pelo governador Sampaio, que assumiu a capitania em 1812. De acordo com Raimundo Girão ele traçou um plano para a vila da Fortaleza “inspirado no urbanismo mais em voga então, consertando vielas tortas em ruas lineares, cruzadas perpendicularmente, ao gosto das urbes hispano-americanas.” In Girão, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. p. 253.

quanto da largura das ruas. As situações apresentadas por Clélia Lustosa<sup>125</sup>, nos levam a concluir que, somadas estas obras, a pequenina cidade poderia iniciar um funcionamento mais orgânico, onde graças à circulação facilitada e às instituições governamentais mínimas, poderia operar de acordo com as novas responsabilidades ligadas à complexificação de sua função de capital.

A aceleração das modificações estruturais ocorridas na capital e em outros pontos da província deveu-se: à consolidação de uma estrutura de arrecadação,<sup>126</sup> segundo Cicinato Ferreira Neto. Isto ocorreu após a lei de 12 de agosto de 1834, um ato adicional à Constituição de 1824, que prescrevia que os impostos de natureza mais interna, portanto mais fáceis de arrecadar, seriam pertencentes ao erário provincial.

Os impostos de natureza local seriam elaborados e aprovados pela assembleia provincial, enquanto a tributação das importações teria caráter imperial. O fisco da província é que era o principal impulsionador das obras estruturantes daquele momento,<sup>127</sup> e esta regulamentação nos ajuda a entender as iniciativas tomadas pelo poder provincial na década de 1830.

Sobre este período, Clélia Lustosa destacou o governo de José Martiniano de Alencar (o Senador Alencar) como sendo um período político que contribuiu muito para uma “hegemonia” de Fortaleza. Em nossa pesquisa não encontramos elementos que mostrem Fortaleza como cidade hegemônica, mas sim fazendo parte de uma capitalidade complexa que, em termos econômicos, era dividida até meados do século com as principais vilas do Sertão. Sobre o conceito de capitalidade, temos como referência Fernanda Bicalho,<sup>128</sup> que usou o conceito tanto para os casos de cidades

---

<sup>125</sup> COSTA. Op. cit

<sup>126</sup> FERREIRA, Cicinato Neto. *História do Fisco Cearense. Fortaleza*. Editora Premium, 2011.p 16-18

<sup>127</sup> Ferreira, *ibid.* p .17

<sup>128</sup>BICALHO, Maria Fernanda. *O Rio de Janeiro no século XVIII: A Transferência da Capital e a construção do Território Centro-Sul da América Portuguesa*. In Urbana. Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. V1 N1 2006. P 2-8

quincentistas, como o Rio de Janeiro, como para aquelas capitais surgidas no século XVIII e que foram pensadas para serem capitais e pontos de expansão territorial, como a Vila Boa de Goiás.<sup>129</sup> E pensamos ser este o caso de Fortaleza.

No segundo capítulo mostraremos que a ascensão de Fortaleza ocorreu também graças ao apoio do oeste da província. Este fato, nos fez questionar a hegemonia de Fortaleza, enquanto capital do Ceará, ainda nos anos de 1830. De fato, até meados do século XIX, ela não era a maior urbe da província e, dividia as funções aduaneiras com o Aracati, que teve a sua alfândega até o ano de 1856.

Apesar de não concordar com o termo hegemonia aplicado ao período do governo Alencar, aceitamos que esse período foi decisivo e de importância estruturante para a centralização das funções provinciais em Fortaleza. Conforme Clélia Lustosa, foi na gestão do futuro senador que se criou um banco provincial, se construiu açudes de pedra e cal, e se incentivou a agricultura, bem como se enviou professores qualificados para as principais vilas do interior.<sup>130</sup>

Sobre a estruturação da capital, Lustosa afirma:

A administração de Alencar foi muito benéfica para o progresso de Fortaleza. Ele dotou a capital com iluminação a azeite; fez o reservatório do Pajeú; construiu chafarizes, uma aguada pública para as lavadeiras de roupa, uma ponte de pedra e cal sobre o riacho Pajeú, facilitando o acesso ao bairro da Prainha, onde se encontrava a Alfândega, mandou construir estradas..<sup>131</sup>

Pela descrição dessas ações governamentais, notamos que Alencar ampliou as condições de habitabilidade da capital, facilitou a oferta de serviços como a área de trabalho para lavadeiras, ofertou crédito por meio da tentativa de criação de um banco

---

<sup>129</sup> Ibid. p. 4.

<sup>130</sup> COSTA, op. cit. p 95

<sup>131</sup> Ibid.

para a província e integrou melhor duas áreas da cidade: a região do porto e da alfândega, a Prainha e a zona da vila propriamente dita.

### 1.2.1 O governo de Alencar e a atração de imigrantes.

Assim, com base na investigação que fizemos, podemos aprofundar o diálogo com Clélia Lustosa e olhar com mais minúcia as ações do governo alencarino, que foi destacado por ela. Percebemos, então, que as melhorias levaram à política de atração de colonos açorianos.

Ainda em fins do século XIX, o Barão de Studart em uma obra intitulada *Datas e Factos para a História do Ceará*, nos informou que no ano de 1837 entraram pelo porto de Fortaleza 120 colonos mandados engajar nos Açores pelo presidente Alencar.<sup>132</sup> Essa foi uma decisão governamental que objetivou fornecer trabalhadores qualificados nos ramos dos ofícios e da agricultura, o que era uma preocupação perceptível nos seus relatórios de Presidente de Província. Em sua opinião, o Ceará, bem como Fortaleza careciam de trabalhadores manuais industriais e qualificados, um dos motivos que dificultavam o incremento econômico provincial.

O governo de Alencar via nesses colonos um meio de solucionar a falta de trabalhadores qualificados. Ao mesmo tempo, acreditava que esses em contato com a população local passariam suas técnicas para os homens da terra. Portanto, percebe-se que a atração desses colonos carecia de planejamento mais detalhado e estudado, tal qual a situação descrita por Gladys S. Ribeiro sobre as experiências de fixação de colonos estrangeiros feitas na década de 1820.

Segundo esta autora:

---

<sup>132</sup> STUDART, Barão de. *Datas e Factos Para a História do Ceará*. Tomo II. Fortaleza. Fundação Waldemar Alcântara\Edição FAC-Similar. 2001. P 109.

se não existia um projeto claro de colonização, havia uma preocupação constante com o assunto e ajudas aos colonos europeus estabelecidos, além da permissão 'de fato' para a entrada de imigrantes, sobretudo portugueses.<sup>133</sup>

No debate em torno dos objetivos por trás da atração de colonos europeus, Gladys S Ribeiro, aponta que o governo deixava entrar portugueses ao longo de todo o primeiro quartel do XIX e dos anos regenciais. Estes portugueses hierarquizavam o mercado de trabalho e formavam uma sociedade igualmente hierarquizada: portugueses, brasileiros, forros e seus descendentes, bem como escravizados e escravos ao ganho e de aluguel lutavam por sobrevivência e por locais do que a autora chamou de mercado de trabalho incipiente<sup>134</sup>.

Forjava-se uma luta pela liberdade, no dia a dia da cidade do Rio de Janeiro, que eram conflitos ao redor da autonomia e da sobrevivência. Então, a fixação de trabalhadores não era apenas para ensinar ofícios, mas para que também se apresentasse soluções graduais para enfrentar a libertação dos escravos e o embranquecimento deste incipiente mercado de trabalho, já na primeira metade do século XIX. Os modelos europeus de raça e racialidade, já estavam presentes de alguma maneira no início dos Oitocentos, sobretudo para se criar um trabalhador branco e industrioso<sup>135</sup>.

Podemos afirmar que a preferência por europeus, mesmo no tímido projeto de Alencar, e ainda naquela altura do século, não tinha relação com o racismo científico mais comum no fim do século XIX. Gladys S. Ribeiro, ao analisar o pensamento ilustrado português, presente no Brasil e em Portugal entre os fins do século XVIII e inícios do XIX, por meio dos memorialistas, nos deu a ideia de que já para alguns dos

---

<sup>133</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em Construção. Identidades nacionais e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2002 p 159

<sup>134</sup> Ibid.

<sup>135</sup> Ibid. p. 157

memorialistas o elemento português era desejado como fator civilizador, portador de uma cultura de trabalho.<sup>136</sup>

Para esta autora, apesar de o governo não praticar política migratória definida, deixar imigrantes entrarem livremente, não deixava de ser uma política efetiva,<sup>137</sup> o que incentivava a clandestinidade. Seguindo esse raciocínio, percebemos que havia autonomia para que as províncias resolvessem os seus problemas de mão-de-obra, uma vez que conseguimos identificar nos registros de residência<sup>138</sup> feitos pela polícia, muitos dos açorianos trazidos por Alencar<sup>139</sup>. Dos duzentos e trinta e dois estrangeiros, que foram registrados nos *Termos de Residência de Estrangeiros de Fortaleza*<sup>140</sup>, duzentos e dois eram portugueses. Seguindo a pista do nome da embarcação, Brique Maria Carlota, do lugar de partida: Ilha de São Miguel, e anos de viagem: 1837 e 1838; conseguimos identificar os referidos ilhéus. Esses imigrantes somaram no livro I feito no ano de 1839, e portanto, mais próximo das duas viagens promovidas por Alencar nos anos de 1837 e 1838, 48 indivíduos.

De certo modo, a vinda desses indivíduos obedeceu às políticas governamentais, tanto relativas a deixar acontecer as iniciativas provinciais,<sup>141</sup> bem

---

<sup>136</sup> Ibid. p. 145-161.

<sup>137</sup> Ibid. p.180- 189.

<sup>138</sup> Fundo: Secretaria de Polícia da Província do Ceará. Termos de Residência de Estrangeiros 1809-1842

<sup>139</sup><sup>139</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656 APEC – Fundo: Secretaria de Polícia da Província do Ceará. Termos de Residência de Estrangeiros 1809-1842

<sup>140</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839-1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656.

<sup>141</sup> RIBEIRO, 2002. Op.cit. p .163. Nesta passagem de *A Liberdade em Construção*, Gladys Sabina Ribeiro afirmou que as províncias conseguiram legalmente o poder de transportar colonos estrangeiros. Como podemos verificar neste trecho da página citada: “ As discussões sobre a colonização prosseguiram através da Regência. Aprovou-se uma lei de naturalização em 1832; deu-se autorização às províncias para trazerem imigrantes; permitiu-se o ancoramento de navios que transportassem estrangeiros imigrantes...”

como fazer vista grossa aos que vinham de forma clandestina. Ao examinar os citados registros de residência de estrangeiros, e após verificação do nome da embarcação e da data da viagem em muitos desses documentos, percebemos que houve indivíduos que foram passageiros no brique Maria Carlota em suas duas viagens, patrocinadas pela província cearense (1837 e 1838), de São Miguel dos Açores até Fortaleza. Foram identificados como parte dos portugueses atraídos por Alencar.

Estes ilhéus haviam se fixado ou em ofícios subsidiários de atividades agrícolas, como os carpinas que foram viver e trabalhar em engenhos de cana de Maranguape, região de Fortaleza, ou em ofícios urbanos, ou como trabalhadores marítimos vivendo na região portuária e também em outros postos de trabalho como sapateiros ou carpinas por exemplo.

Podemos citar vários casos desses açorianos engajados por iniciativa de Alencar. Mostraremos aqui apenas dois, posto que este trabalho não pretende aprofundar a análise do uso da mão de obra portuguesa fora do comércio. Um desses imigrantes era José Duarte Pereira<sup>142</sup>, natural da Ilha de São Miguel e vindo no Maria Carlota. Exercia o ofício de tanoeiro e residia no mercado público de Fortaleza. O outro é João Francisco de Oliveira, carpina e morador na localidade de Jubaia em Maranguape<sup>143</sup>. Nota-se, por meio dos termos de residência de estrangeiros, que muitos ilhéus se instalaram e/ou se fixaram naquela região (Maranguape), próxima de Fortaleza e em locais onde abundavam os engenhos que produziam aguardente, como o engenho Ypióca, que igualmente era propriedade de um português.<sup>144</sup>

---

<sup>142</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656 APEC – Fundo: Secretaria de Polícia da Província do Ceará. Termos de Residência de Estrangeiros 1839-1842. Caderno 01. Folha 42. Termo de 14 de Outubro de 1839.

<sup>143</sup> <sup>143</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656APEC – Fundo: Secretaria de Polícia da Província do Ceará. Termos de Residência de Estrangeiros 1839-1842. Caderno 01. Folha 47. Termo de 14 de Novembro de 1839.

<sup>144</sup> <http://www.grupotelles.com/historia>

Eles se empregavam como carpina, serralheiro e feitor. É bom lembrar que Maranguape foi a única vila a ter um agente consular, a constatação feita por meio da documentação onde constam as comunicações entre o vice-consulado de Portugal, sediado em Fortaleza e ligado ao consulado de São Luís<sup>145</sup>, e o presidente da província. Ali encontramos autorizações para que o vice-cônsul designasse representante seu apenas naquele lugar, em 1867.<sup>146</sup> Isto se deveu provavelmente à relativa presença de portugueses naquela vila, uma vez que tal tipo de representação consular não foi encontrada para nenhuma outra Vila do interior, apenas para Maranguape.

### 1.2.2 O engenheiro Herbster, os engajados portugueses e a crítica ao trabalhador local.

Mais tarde, pelos idos da segunda metade do século XIX, Clélia Lustosa destacou a ação de outro engenheiro, o pernambucano Adolpho Herbster. Ele foi responsável por uma série de obras e pelo segundo plano diretor da cidade de Fortaleza<sup>147</sup>.

Ao longo da pesquisa, pude travar contato com os papéis de Herbster, seus despachos, ofícios e relatórios<sup>148</sup>. Ali pudemos constatar que os serviços de estradas

---

<sup>145</sup>APEC-n Ofícios aos agentes consulares 1863 – 1876. Ofícios de 25 de outubro de 1866 e 30 de janeiro de 1867. Ala: 04 Estante: 04 Prateleira: 18 número novo do livro: 156 número antigo do livro: 173. Ofício do presidente da província ao vice – cônsul de Sua Majestade Fidelíssima de 23 de maio de 1869. De acordo com esta documentação, o consulado português sediado na capital maranhense, tinha jurisdição também sobre as províncias do Ceará e Piauí.

<sup>146</sup> APEC – Ofícios aos agentes consulares 1863 – 1876. Ofícios de 25 de outubro de 1866 e 30 de janeiro de 1867. Ala: 04 Estante: 04 Prateleira: 18 número novo do livro: 156 número antigo do livro: 173. Ofícios do presidente da província ao vice-cônsul de Sua Majestade Fidelíssima de 26 de agosto de 1863; de 16 de novembro de 1863; de 25 de outubro de 1866; 9 de maio de 1871.

<sup>147</sup> COSTA. Op. cit. p 104 – 107.

<sup>148</sup> BR APEC, OP. COM, 09. Ofícios da comissão de obras públicas de Fortaleza. 1858-1863. Nós privilegiamos o período em que este engenheiro trabalhou na chefia do citado setor, por se tratar de um momento marcante na afirmação de Fortaleza como capital, a partir a segunda metade do Oitocentos, ela

para as regiões (próximas ou não) de interesse econômico se intensificaram, assim como os serviços de arruamento da cidade.<sup>149</sup> O engenheiro relatou, em 1858, que no ano anterior, com o uso de engajados portugueses, é que foi realizado com sucesso o primeiro calçamento de Fortaleza, que antes tinha ruas de areia, no tempo seco, e de lama, no tempo chuvoso.

Nas palavras do engenheiro pernambucano, o trabalhador local era avaliado de forma muito parecida com o que se dizia anos antes, no período do governo de Alencar:

Quanto a conduta do pessoal... he a pior possível <sup>150</sup>

Hospital de socorros públicos... Esta obra q a princípio progredia, foi como as demais obras desta capital, obrigada a parar pela falta de materiaes, hoje porem ella continua com a rapidez que nos proporciona os pequenos recursos do país e a morosidade e ignorância dos nossos artistas.

Palácio do Governo...Este edificio em que se tem gasto uma soma considerável e no qual foram feitas obras de pedreiro e carpina, de alguma importância, prova evidentemente o atraso em que se acha a architettura nesta província, e a pouca habilitação dos homens profissionais e mestres de obras , ahi eles levantam guerra de morte ao bom gosto e perfeição e sem o duvidar compuzerão uma nova ordem architetonica.<sup>151</sup>

---

já era a maior cidade da província, e pôde acelerar o processo de sufocamento da concorrência de outras cidades. A atividade burocrática deste setor gerou um gigantesco montante de documentos que versam sobre uma infinidade de temas, como pagamento , indisciplina, ou falta de trabalhadores ; pedidos de material, contabilidade de todos os serviços, dos quais, só nos interessa, aqueles que descrevem as obras que informam sobre as mudanças materiais de natureza estrutural, que pudessem explicar o desvio dos fluxos econômicos para a capital. Selecionamos dois relatórios gerais do andamento das obras da província, referentes aos anos de 1857 e 1858 , estes documentos que resumem uma situação integral daquele momento , já nos bastam , para provar o privilégio dado as obras em benefício da capital. Além destes, também coligimos ofícios do dito engenheiro enviados a presidência da Província, na quantidade de , quatro ofícios do ano de 1856, três do ano de 1859, sete do ano de 1858 , três do ano de 1859 e um de 1861.

<sup>149</sup> BR APEC, OP. COM, 09.Ofícios da comissão de obras públicas de Fortaleza. 1858-1863. Ofício de abril de 1858.

<sup>150</sup> BR APEC, OP. COM, 09.Ofícios da comissão de obras públicas de Fortaleza. 1858-1863. Ofício de abril de 1858. Ofício de 16 de Maio de 1858. Documento assinado por Herbster e dirigido ao presidente da Província.

<sup>151</sup> BR APEC, OP. COM, 09.Ofícios da comissão de obras públicas de Fortaleza. 1858-1863. Ofício de sete de Abril de 1856. Nome antigo do fundo: Correspondências do Engenheiro da província Adolpho Herbster.

Para a solução desse problema de falta de trabalhadores hábeis, Herberster indicava o mesmo remédio que Alencar: a contratação de trabalhadores engajados e companhias de trabalhadores.

### 1.3 A ECONOMIA DO CEARÁ E DE FORTALEZA ATÉ OS ANOS 1870

O objetivo deste item, é revelar a quantas andava a economia do Ceará no Oitocentos. Estas informações são indispensáveis para se compreender o universo em que os sujeitos por nós pesquisados, se inseriram. A apresentação que faremos dos dados econômicos não é ilustrativa, e sim interativa. Para tanto, faz-se necessário expor, de maneira preliminar, os elementos concretos com os quais nossos sujeitos, todos eles de alguma forma envolvidos com o comércio, tiveram de se confrontar de maneira direta ou indireta em suas atividades profissionais. Nesse sentido nos inspiramos no pensamento fundamental de Marc Bloch:

O objeto da história é, por natureza o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, (os artefatos ou as máquinas)... são os homens que a história quer capturar.<sup>152</sup>

Seguiremos esse raciocínio de Bloch ao perscrutarmos os portugueses da praça de Fortaleza, uma vez que analisaremos o que estava por trás de seus “ vestígios ” na economia na qual se integraram , e como os produtos do Ceará em parte foram os “ artefatos” que estiveram presentes em suas vidas profissionais. Os lusos são um dos

---

<sup>152</sup>BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. P.54.

elementos basilares na formação econômica cearense, e se estabeleceram em um mercado provincial, que naquele momento estava em movimento de viva formação.

Deve-se dar atenção ao caráter experimental que essa economia em formação, por vezes tomava. Determinados produtos naturais do Ceará e do Norte do Império, como o algodão Mocó, ao serem reconhecidos como potenciais para o mercado conseguiram vendagem rápida<sup>153</sup>. Já outros, como o látex de maniçoba<sup>154</sup>, não tiveram igual sucesso naquele momento, mas servem de demonstrativos de que, a uma economia provincial, era feita de tentativas, bem e mal sucedidas, de criar mercadorias viáveis para o mercado internacional, bem como para a especificidade climática do Ceará. Devemos ressaltar aqui que, apesar de neste subitem nos utilizarmos de fontes primárias e de historiografia recente, a maior parte dos dados apresentados é proveniente das obras de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil<sup>155</sup> e Raimundo Girão<sup>156</sup>.

### 1.3.1 A agricultura de exportação:

Neste período, as economias do Ceará e, especificamente, a de Fortaleza passaram pelos maiores altos e baixos da sua história. Nesses anos, a agricultura comercial teve um crescimento nunca visto antes, bem como teve, no fim dos anos de 1870<sup>157</sup>, uma queda brusca, graças à maior estiagem até então registrada (1877-1879),

---

<sup>153</sup> GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica do Ceará*. p. 252. E GIRÃO, Raimundo. O Comendador José Antonio Machado e sua descendência. Revista do Instituto do Ceará. 1942. P 15-16

<sup>154</sup> BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. *Ensaio estatístico da província do Ceará*. Tomo 1. Edição fac-similar da edição de 1862. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.. P. 342

<sup>155</sup> BRASIL, *ibid.*

<sup>156</sup> GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1947.

\_\_\_\_\_, *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, 1986.

<sup>157</sup> CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. Tese de Doutorado em História. Fortaleza. UFC, 2014. p.72

que nas palavras de Girão “... fez descer ao índice mais rasteiro a curva ascensional da riqueza cearense, assim como das províncias limítrofes.”<sup>158</sup>

Os dois principais fatores de impulso foram o algodão e o café. A guerra civil americana anulou a cotonicultura dos estados do sul estadunidense, o que foi positivo para o Ceará, devido à dificuldade de recuperação daquela economia nos anos seguintes. Portanto, a conjuntura abriu espaço para a produção algodoeira de outras partes do mundo, dentro elas o Ceará, cuja produção entrou em considerável expansão, o que se deveu em parte “(...) a alta deste produto nos mercados europeus, consequência da guerra civil dos Estados Unidos.”<sup>159</sup>

O crescimento da agricultura não foi apenas em relação ao aumento dos valores exportados. Da mesma maneira, houve um aumento da circulação de capitais em forma de moeda, além de uma maior distribuição. Foi em meados do século XIX, de acordo com Tyrone Cândido, que a população do Ceará além de não ser majoritariamente escrava, o que é de conhecimento de toda historiografia cearense, estava em boa parte, não em maioria, em estado de desocupação, e mesmo esta parcela menos ocupada, não se achava excluída do processo de produção direta, pois poderia ser aproveitada em trabalhos temporários, havia mobilidade destes indivíduos.<sup>160</sup>

O aparecimento da cotonicultura gerou empregos para boa parte dessa população, ao mesmo tempo em que, a remuneração pelo trabalho trouxe algo que outrora não existia: um ambiente propício à complexificação da economia. Houve, portanto, uma monetização e um aumento, ou surgimento, de um mercado interno, formado tanto pela população mais abastada, quanto pelos mais pobres, porque se

---

<sup>158</sup> GIRÃO, 1986. Op. cit. p. 200

<sup>159</sup> Ibid. p. 158-159

<sup>160</sup> CÂNDIDO, op. cit. p. 64-68.

passou a contar com um mínimo poder de compra. A monetização é clara nas relações entre os proletários do campo e seus patrões, serve-nos bem esta passagem de Cândido:

Quando nas propriedades havia áreas de melhores solos, os patrões costumavam reunir ali uma considerável quantidade de moradores ou agricultores de povoados próximos, autorizando-lhes a plantação de roçados. Somente uma pequena parte destes lavradores era de arrendatários, sendo a grande maioria ocupada sob o regime da parceria. Destacava-se a modalidade da “meia” (também chamada “meação”) na qual o proprietário fornecia terra e sementes, financiando o agricultor durante a formação e o trato do roçado. Metade da colheita deveria caber ao dono das terras (daí o nome do sistema), ficando o roceiro com a outra metade. Nos tempos em que a comercialização do algodão realizava grandes lucros, os patrões interessavam-se em receber de seus moradores o máximo do arbusto em detrimento de cereais (feijão, milho, arroz) e “frutas de rama” (o jerimum, a melancia e o melão), mas os roceiros procuravam não se descuidar em reservar um tempo para cultivar esses produtos que, ao fim e ao cabo, eram os que lhes garantiriam certa segurança alimentar, a si e aos membros da família.<sup>161</sup>

Anteriormente, a pecuária ligada à exportação de carnes e couros gerava pouca circulação de capitais, pois era uma atividade extensiva, que empregava poucos indivíduos por unidade de produção e havia poucos empregados para se remunerar. Os vaqueiros recebiam os seus pagamentos em forma de gado ou eram pagos por meio de trocas de mercadorias.<sup>162</sup> Assim se vivia nos períodos anteriores à forte expansão da cultura comercial do algodão. Na época anterior à cotonicultura, o regime predominante já era livre, portanto para efeitos de entendimento das principais atividades econômicas do Ceará, não existe transição de mão de obra escrava para o trabalho livre, a transição que existiu foi da pecuária para a agricultura comercial, ficando claro que a criação de gado (bovino, caprino e ovino), não deixou de existir, apenas se tornou secundária.

Nessa época, apesar da produção do algodão ter gerado alguma riqueza, ocorria a falta de moeda convencional, assim a própria mercadoria era convertida em moeda de troca, o que reforça a afirmativa de que houve dinamização nas trocas<sup>163</sup>, mesmo entre os pobres: como a circulação de novels desta pluma, chamados de

---

<sup>161</sup> Ibid. p. 65

<sup>162</sup> Ibid, p. 67-68.

<sup>163</sup> LEMENHE, op. cit. p .57

“nimbos”, que funcionavam como moeda de troca, dentro de uma economia pouco monetizada<sup>164</sup>. É possível, por meio destas informações, compreender o quadro de virada econômica que se passou no Ceará, entre o momento de sua transformação em capitania autônoma e província até os anos de 1870.

Mais dados nos ajudam a perceber que, a despeito da pobreza, a população camponesa no Ceará, não equivalia ao quadro de miséria que ocorreu nos anos da grande seca de 1877-1879. Esta situação é evidenciada por Verónica Secreto<sup>165</sup>, que ao pesquisar as revoltas dos quebra-quilos mostrou populações interioranas, que ao se rebelarem contra as mudanças nos padrões de pesos e medidas, comprovaram sua posição de consumidores e trabalhadores livres<sup>166</sup>. O detalhe importante é que estas revoltas se deram um pouco antes da grande seca.

O aumento da abrangência de áreas de agricultura comercial passou a ocupar também um espaço antes destinado à subsistência e ao refúgio nos períodos de secas, que eram as serras. Esses espaços se tornaram áreas cafeeiras. Tyrone Cândido<sup>167</sup> resume a situação apresentada:

São de meados do século XIX, no entanto, as alterações econômicas mais significativas relacionadas à constituição da agricultura exportadora na província cearense. Como nunca antes, cresceu nesse período o comércio de produtos cultivados com a intenção de alimentar lucros de plantadores e comerciantes, fazendo avançar as fronteiras agrícolas sobre territórios antes dominados pela pecuária ou pelas culturas de subsistência. Foi o caso do café, produzido inicialmente em pontos da serra da Aratanha e difundindo-se, em seguida, por outras regiões da província. Os ganhos obtidos com o café propiciaram o surgimento de certa aristocracia rural em Baturité que logo se destacou como a mais importante região cafeeira do Ceará.<sup>168</sup>

---

<sup>164</sup> CÂNDIDO, op. cit. p. 69.

<sup>165</sup> SECRETO, Maria Verónica. (Des) medidos. A revolta dos quebra-quilos (1874-1876). Mauad X \Faperj. Rio de Janeiro. 2009. p. 47

<sup>166</sup> Ibid.

<sup>167</sup> CÂNDIDO, op. cit. p. 70.

<sup>168</sup> Ibid.

De acordo com Alice Canabrava<sup>169</sup>, o Ceará foi a única província do Norte do Império a exportar Café e portanto, a ter uma produção lucrativa desse produto. Esta cultura brotava em suas úmidas e frescas serras, ainda segundo esta autora, nem mesmo a Bahia, tinha uma produção significativa, as plantações existentes em Ilhéus serviam apenas para abastecimento local, só o Ceará, e especialmente o Maciço de Baturité, dentre todas as províncias do Norte, colhia em quantidade e qualidade compatíveis com a exportação<sup>170</sup>. Além do algodão, o café foi importante e se tornou o segundo produto de exportação do Ceará. Percebemos que o aparecimento da sua produção, esteve ligado ao processo de centralização do comércio em Fortaleza. A área de destaque do seu cultivo foi o maciço de Baturité<sup>171</sup>. Mesmo não sendo a maior região de clima propício à cultura cafeeira no Ceará, foi este o lugar onde melhor sucesso teve a cafeicultura<sup>172</sup>.

A região do Maciço do Baturité distante apenas cem quilômetros de Fortaleza, pôde crescer graças à pequena distância do porto exportador, apesar da existência das más estradas. Regiões mais distantes, e que haviam plantado café bem antes, como a serra da Meruoca, não tiveram durante o Oitocentos desenvolvimentos similares da cafeicultura. Entretanto, a Meruoca contava com a presença desta planta desde o século XVIII, introduzido em 1747 e primeiro plantado no Sítio Santa Úrsula<sup>173</sup>.

As sementes que chegaram ao maciço<sup>174</sup> vieram do Pará ou de Pernambuco, via região Cariri, de modo que só em 1846-1847<sup>175</sup> saiu a primeira safra destinada à exportação, que foi de 9.79 kg<sup>176</sup>. Tamanho era o benefício de estar perto de Fortaleza

---

<sup>169</sup> CANABRAVA, Alice. A Grande Lavoura. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo. Diffel, 1974. P.87

<sup>170</sup> Ibid

<sup>171</sup> GIRÃO, 1986. Op. cit. p. 166-167

<sup>172</sup> Ibid.

<sup>173</sup> Ibid. p. 165-167.

<sup>174</sup> BRASIL, op. cit. p.357

<sup>175</sup> Ibid

<sup>176</sup> GIRÃO. Op. cit. p166-167

que no ano fiscal seguinte, 1848-1849, a quantidade remetida para o exterior foi de 113.625 kg.<sup>177</sup>

Esse crescimento foi proporcionalmente grande para tão pouco tempo, e seguiu aumentando nos anos seguintes. Para os períodos de 1860-1861, rendeu 1.293.300 e 506:091\$000 e para 1864-65, 2.810.940 e 1.678:054\$000<sup>178</sup>. Sendo assim, o café superou o algodão em valor de exportações, algo muito importante de se notar posto que nesses anos o algodão cearense saísse bem, pois não contava com a concorrência americana.

No ano fiscal de 1877-1878, o café também superou o algodão em valor<sup>179</sup>. Em nossa concepção, a economia não deve ser entendida apenas pelo que gira em torno das atividades produtivas ligadas à exportação. Outras questões relacionam produção e consumo e devem ser consideradas, como podemos citar, a agricultura voltada para a população da província e para as províncias vizinhas, ou para outras regiões dentro do Império.

Para o Ceará, a imprecisão dos dados foi salientada tanto por Raimundo Girão<sup>180</sup> como Thomaz Pompeu de Sousa Brasil<sup>181</sup>. Este último autor, em meados do século XIX, elaborou um volumoso trabalho estatístico, intitulado *Ensaio estatístico da província do Ceará*, que contabilizou detalhadamente os dados econômicos da província, entre 1845 até 1860,<sup>182</sup> o que para nós é um importante documento por ter sido publicado em 1862. Este lapso temporal serve de boa amostragem para as duas metades do XIX, pois se nota que realmente as exportações dos principais produtos

---

<sup>177</sup> Ibid.

<sup>178</sup> Ibid. p. 167

<sup>179</sup> Ibid, p. 166.

<sup>180</sup> GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste- ETENE, 1986

<sup>181</sup>

<sup>182</sup> BRASIL, op. cit.

sofreram um salto entre o fim da primeira metade desse século e o início da segunda desta centúria, tanto para o caso do café como do algodão.

Quero dizer, então, que o ensaio estatístico que Sousa Brasil fez do Oitocentos, se constituiu em uma fonte histórica para os padrões econômicos das duas metades do século, pois demonstrou o estado da economia cearense antes e depois do fenômeno agroexportador.

### 1.3.2 Economia Local/Regional: Abastecimento e Atividades Subsidiárias da Exportação.

Para se entender como ocorriam as relações econômicas dentro do Império do Brasil e a questão do mercado interno, retomamos dois autores que trataram das economias regionais. Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira trabalharam a importância do mercado interno, dos circuitos econômicos interiores, da mobilidade da mão de obra e das riquezas, fatores fundamentais para se ter um entendimento da economia brasileira que não seja voltada apenas para o mercado externo.<sup>183</sup>

Partiram de uma concepção de região que privilegiava as relações de produção. Concordaram com a ideia de um Brasil feito de ilhas econômicas, espelhando-se um tanto ou quanto no pensamento do economista Antônio Barros de Castro e na sua ideia de “arquipélago colonial brasileiro”, lançada em seu artigo *A herança regional no desenvolvimento brasileiro*, que foi um marco para a história regional brasileira<sup>184</sup>. Para este último autor, as economias das regiões do Brasil não

---

<sup>183</sup> LINHARES, Maria Yedda. TEIXEIRA, Francisco Carlos. Região e História Agrária. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 8, n 15 . p 17- 26.

<sup>184</sup> Ibid. p.23

estavam fechadas e isoladas entre si, a bem da verdade; elas reestruturaram ligações e vínculos entre si.<sup>185</sup>

Estas relações são componentes da economia e, às vezes, elas estão indiretamente ligadas ao setor exportador. Um exemplo disso é a migração temporária de sertanejos de áreas secas para as serranas nos períodos de colheita do café.<sup>186</sup> Quer dizer que, se não houvesse uma economia viva, capaz de sustentar e manter uma população de trabalhadores, a região vizinha e mais rica não podia contar com um contingente de trabalhadores temporários de reserva. Portanto, a falta desses trabalhadores que executavam tarefas indispensáveis, inviabilizaria a atividade como um todo.<sup>187</sup>

Logo, usaremos um exemplo para melhor compreensão do que foi dito aqui: os cafezais do maciço de Baturité, que precisavam dos trabalhadores dos sertões secos vizinhos de Quixadá e Canindé. Concluímos, então, que microrregiões do Ceará formavam circuitos, onde ocorriam trocas que viabilizavam tanto a subsistência quanto a exportação. As regiões de serra e de sertão apresentavam ambos os tipos de produção<sup>188</sup>.

O sertão seco não era apenas o que produzia algodão para o mercado interno e externo, mas também era igualmente o que criava gado e fornecia carne; regiões serranas produziam além do café derivados de cana, que desciam para os sertões, de onde vinha a carne e onde eram deixadas a rapadura e a aguardente, que eram artigos tradicionais da dieta sertaneja. Havia, pois, uma complementaridade de produtos e de trabalhadores entre as partes do Ceará.<sup>189</sup>

---

<sup>185</sup> Ibid.

<sup>186</sup> LIMA, Pedro Airton Queiroz. *A sombra das ingazeiras: o café na serra de Baturité (1850-1900)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

<sup>187</sup> Ibid.

<sup>188</sup> LIMA, *ibid.*

<sup>189</sup> CÂNDIDO, *op. cit.* p. 50

Pelos motivos comentados acima, as atividades que analisaremos são relevantes para compreensão da economia do Ceará e não podem ser entendidas como simples subsistência, tanto por seu impacto nas atividades mais rentáveis, como porque em certos momentos também se tornaram produtos de exportação também.

A cana de açúcar, mesmo não ocupando extensa área, desempenhava um papel relevante. De acordo com Thomaz Pompeu<sup>190</sup>, era o terceiro produto em importância econômica e produzia um excedente que era remetido principalmente à província vizinha de Pernambuco, o que mostra uma autossuficiência deste produto em terras alencarinas. Além disso, o açúcar, a rapadura e a aguardente eram artigos indispensáveis para a cultura alimentar cearense. Na primeira metade do Oitocentos, os canaviais e os seus respectivos engenhos se dedicavam mais à aguardente e à rapadura. No entanto, a partir de 1858 o açúcar predominou notadamente nas comarcas de Fortaleza e Baturité<sup>191</sup>.

Os dados referentes ao que saía deste produto são infelizmente limitados a estas duas comarcas e mostram crescimento da produção com o pico da saída, o ano de 1858-59<sup>192</sup>, com 197 mil arrobas enviadas, pois em 1848-1849 temos uma totalidade decrescida de apenas 51 arrobas<sup>193</sup>, o que comprova o crescimento das safras em dez anos.

De acordo com o próprio Thomaz Pompeu, o açúcar produzido em outras regiões, como o Cariri e a Serra da Ibiapaba, seguia por via térrea para as províncias adjacentes do Piauí, Pernambuco, Paraíba e até Bahia<sup>194</sup>. Assim podemos dizer que a relação dos produtores cearenses de cana dependia da competição entre as demandas

---

<sup>190</sup> BRASIL, op. cit. p. 360.

<sup>191</sup> Ibid

<sup>192</sup> Ibid.

<sup>193</sup> Ibid.

<sup>194</sup> Ibid.

locais, que pediam mais aguardente e rapadura, e a demanda regional, que comprava o açúcar que provavelmente era reexportado - pelo menos o que seguia para Pernambuco deveria tomar o rumo do exterior.

Isso nos mostra como ainda havia muitos vínculos entre regiões de outras províncias e determinadas áreas do interior cearense. É este fenômeno que serve para Pompeu afirmar que a maior parte do açúcar era despachada sem passar por Fortaleza, e que era maior do que o que era registrado na alfândega Fortalezense:

Presumindo que o consumo interno e exportação por terra e cabotagem para as províncias vizinhas sejam superiores à exportação externa, calculo que os 1,094 engenhos e engenhocas....que restam não produzam menos de 500.000 arrobas de açúcar ,rapaduras e mel ...<sup>195</sup>

Este autor<sup>196</sup> igualmente aponta para um consumo conectado pelas velhas ligações entre regiões do velho norte. Tal cenário ocorre no caso da aguardente, que devia abastecer principalmente as localidades interioranas das outras províncias, do mesmo modo que ocorria no Ceará:

O fabrico de aguardente, depois que o assucar tomou maior desenvolvimento, tem diminuído nesta comarca de Fortalesa, donde anteriormente se exportava para fora da província: mas continua em grande escala pelo interior onde é consumida, e exportada por terra para as províncias limítrofes.<sup>197</sup>

A saída de produtos cearenses pelas fronteiras com outras províncias gerava um problema, uma vez que essas mercadorias não eram tributadas, o que significava um prejuízo para o erário cearense. Isto ocorria com quase todos os produtos. De acordo com Cicinato Ferreira Neto<sup>198</sup>, o presidente Alencar, já denunciava este problema nas suas reclamações comunicadas aos presidentes das outras províncias. Esta questão

---

<sup>195</sup> Ibid. p. 365.

<sup>196</sup> Ibid. p. 363

<sup>197</sup> *ibid.*

<sup>198</sup> FERREIRA, Cicinato Neto. História do Fisco Cearense. Fortaleza. Editora Premius. 2011. P 63.

passou por uma tentativa de solução mais direta com a criação de coletorias no interior da província. É impressionante que mesmo com a fiscalização efetuada pelas coletorias o problema da sonegação persistiu. Criou-se uma série de agências fiscais do Ceará e cidades de outras províncias com o objetivo de vigiar as mercadorias cearenses que saíam por estes pontos.<sup>199</sup>

Pode-se, a partir destas informações<sup>200</sup> estabelecer que houvesse duas áreas de maior concentração de canaviais: uma ao norte da província, que seria a soma das comarcas de Fortaleza e Baturité e a outra no Cariri, ao sul da província e na fronteira com as províncias de Pernambuco, Paraíba e Piauí. As duas regiões produziam açúcar, rapadura e aguardente<sup>201</sup>.

A primeira, por estar mais próxima ao porto exportador e, portanto, ligada aos circuitos do grande comércio nacional e internacional, podia privilegiar a produção açucareira. Já o Cariri, mesmo também produzindo açúcar, continuou privilegiando a aguardente e a rapadura, que eram duas atividades decorrentes do cultivo da cana voltadas para o abastecimento das zonas interioranas do Ceará e províncias adjacentes.

Para Thomaz Pompeu de Sousa Brasil<sup>202</sup>, o tabaco no século XIX era o quarto produto em importância na agricultura do Ceará, para o período de 1845-1860,<sup>203</sup> que ele analisou. Era cultivado nas ribeiras, principalmente dos rios Jaguaribe, Banabuiú e Acarape. Consumido em toda a província apenas em forma de rolos secos, e era igualmente enviado para províncias vizinhas, principalmente para o Piauí.<sup>204</sup>

---

<sup>199</sup> Ibid..

<sup>200</sup> BRASIL, op. cit. 359-363

<sup>201</sup> Ibid. p.359- 364

<sup>202</sup> Ibid. p. 364

<sup>203</sup> Ibid.

<sup>204</sup> Ibid. p.364-366

Utilizado o azeite de mamona para iluminação, segundo Pompeu,<sup>205</sup> o seu consumo era extenso. Entretanto, este autor só teve acesso ao quantitativo do consumo do Farol e da cadeia pública, que foi de duas mil camadas, e estimou o consumo geral em 18.000 camadas. Em termos de exportação, o porto de Fortaleza registrou os seguintes valores e quantidades referentes ao que foi vendido para fora. Nos melhores anos 1852-1853 e 1857-58: respectivamente 1484 e 932 camadas, tendo totalizado 1:184\$000 e 1:444\$520. Existiu, portanto, uma flutuação muito grande na saída do óleo de mamona, que nos outros anos foi fraca.<sup>206</sup>

Os produtos derivados da mandioca foram de importância primordial, posto que além de ser uma cultura comercial, era mais que o arroz e o feijão, base da alimentação no Ceará dos Oitocentos. Dois são os seus subprodutos mais importantes: o polvilho e a farinha.

Tanto a farinha podia ser exportada nos anos de bom clima, como podia ser amplamente importada em anos de quebra de safra. Analisando por quinquênios, podemos ver que saíram do Ceará, em alqueires, 1845-50.... 25: 413, 1850-55 ... 18:835, 1855-60...2:866. Tal diminuição de exportações está relacionada ao contraditório, movimentos representados por esses anos, cujas saídas de farinha pelo porto de Fortaleza caíram, enquanto cresceram os envios a partir de portos menores. Estes portos foram os de Acaracú, Mundahú, Cascavel e Aracati<sup>207</sup>.

### 1.3.3 Pecuária

---

<sup>205</sup>Ibid, p. 366

<sup>206</sup>Ibid.

<sup>207</sup> Ibid, p. 367-368.

A pecuária era a atividade econômica mais antiga, sendo que os dois tipos de gado de maior importância comercial eram o bovino e o equino. A pecuária bovina era a atividade primordial do Ceará e ocupada pelos luso-brasileiros. Portanto, além da importância da carne como mercadoria, outros produtos tinham destaque, tanto na economia local como na pauta de exportações. Estes produtos seriam os couros<sup>208</sup> e os chifres, estes últimos eram matéria prima para o fabrico de pentes, que também eram exportados para dentro do Império.<sup>209</sup>

A produção de cavalos, burros, mulas e jumentos era importante por serem a base do transporte terrestre, naqueles tempos. Entre os anos de 1857 e 1860, a produção anual de gado bovino era estimada em 300.000 cabeças, o que nos cálculos de Thomaz Pompeu equivaleria a um rebanho de 1.200,000 cabeças. No caso do gado “cavallar”, a produção foi estimada em 36.000 animais por cada ano, sendo avaliados como oriundos de um rebanho de 140.000 animais<sup>210</sup>.

O consumo interno de carne deixava na província metade dos garrotes e novilhas encaminhados para as vendas. Assim, o que se enviava para fora girava em torno de 150.000 cabeças<sup>211</sup>.

#### 1.3.4 Extrativismo

A carnaúba é uma palmeira típica das ribeiras do Ceará, do Piauí e do Rio Grande do Norte. Na cultura material das populações dessas regiões, ela tinha um uso múltiplo, principalmente ligado à construção e à confecção de artigos de palha. Usava-se igualmente a sua cera. A utilização tradicional deste vegetal já era noticiada pelas

---

<sup>208</sup> Ibid. p. 308- 408

<sup>209</sup> Ibid. p. 482- 484

<sup>210</sup> Ibid, p. 389-390.

<sup>211</sup> Ibid, p. 390.

autoridades coloniais, porém, só a partir de 1810 passou a despertar o interesse econômico do Estado imperial português, tendo sido analisada neste ano pelo naturalista brasileiro Arruda Câmara:

O produto da cera se extrai das folhas novas – explica o naturalista: cortadas estas e secas, desapega-se da sua superfície em abundância um pó alvo que, posto ao lume, se derrete em cera branca, com o mesmo cheiro e todas as outras propriedades da cera, com a diferença, porém, de ser mais dura e quebradiça; mas este defeito corrige-se misturando-se com duas partes de cera branca do comércio; nesta proporção se formam velas perfeitas que dão boa luz; mas deve o cerieiro alisá-las com mais presteza do que as de cera ordinária. Eu tenho excitado a muitos habitantes do sertão a traficarem com este objeto, e em algumas partes já se tem extraído quantidade que vendem a 60 réis cada libra; depois de se ter extraído a cera das folhas, servem estas para se tecer chapéus e esteiras, que se aformoseam tingindo as palhas de diversas cores... Não posso por ora informar da quantidade de cera que se pode extrair de cada folha...<sup>212</sup>

Ainda no início do século XIX, mais precisamente no ano de 1811, de acordo com Raimundo Girão, o conde das Galvêas enviou certa quantidade da cera da palmeira a Lloyde Grandville, para testes na Inglaterra. Nessa ocasião, os potenciais da cera de carnaúba foram bem avaliados por William Thomas Brand, que proferiu comentários sobre a planta na Sociedade Real de Londres. Iniciou-se, então, a inserção deste produto no mercado internacional.<sup>213</sup>

Em 1837, o cearense Dr. Marcus Macedo, estudante na Sorbonne, em Paris, defendeu um trabalho monográfico no qual atestava o uso da cera da carnaúba como própria para encerar assoalhos. Um pouco mais tarde, Girão ainda afirmava que uma empresa francesa havia se interessado por essa matéria prima e pretendia construir uma fábrica de velas no Ceará, uma vez que havia descoberto um método para alvejar a cera. Contudo, esta empresa não conseguiu levar a cabo tal projeto.<sup>214</sup>

---

<sup>212</sup> GIRÃO, 1986. Op.cit. p. 169.

<sup>213</sup> Ibid.

<sup>214</sup> Ibid.p.170

Ressalto aqui, que Girão não mencionou o nome desta empresa. Mas, o que estas situações nos dizem de mais importante, é como foi o processo de adequação da cera de carnaúba ao mercado, ou seja, exatamente a transformação de um produto com bom potencial em uma mercadoria viável e rentável. É bom lembrar que os dados referentes à saída deste produto, organizados pelo Senador Pompeu, dizem respeito apenas ao porto de Fortaleza, que exportou nos melhores anos da década de 1850 em média 30.000 arrobas<sup>215</sup>.

Ainda conforme Raimundo Girão,<sup>216</sup> o porto de onde mais a cera da Carnaúba saía era o do Aracati, sendo Pernambuco o seu principal comprador. No ano fiscal de 1856-1857, o porto fortalezense enviava 26.11 kg e, saíam do Aracati 538. 568 kg<sup>217</sup>. A predominância do porto aracatiense demonstra uma continuidade de vínculos regionais, além disso, outra facilidade era o fato de o Aracati estar encrustado na região mais abundante em carnaubais<sup>218</sup>.

Podemos verificar, então, que o consumo interno da cera era bem significativo. Se analisarmos o ano de 1862, saíram dos dois principais portos da província 720.000kg<sup>219</sup> e foram consumidos dentro da província, 560.000kg<sup>220</sup>.

A espécie vegetal *Manihot gloziiovii*<sup>221</sup>, conhecida no Ceará como maniçoba, produz látex semelhante ao da seringueira e é típica das áreas serranas e dos sertões menos secos. A sua exploração comercial só ocorreu a partir do ano de 1845, quando os

---

<sup>215</sup> Ibid.

<sup>216</sup> Ibid. p. 171

<sup>217</sup> Ibid

<sup>218</sup> Ibid.

<sup>219</sup> Ibid

<sup>220</sup> Ibid

<sup>221</sup> Ibid 173-174

processos de vulcanização desenvolvidos por Hancock, na Inglaterra, e Goodyear, nos Estados Unidos, já estavam em pleno uso na indústria<sup>222</sup>.

Segundo o ensaio estatístico de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil,<sup>223</sup> no primeiro ano de saída pelo porto de Fortaleza foram exportadas: 334 arrobas de látex.<sup>224</sup> As quantidades são de pouca importância até que no ano fiscal de 1854-1855 saíram 15,955 arrobas<sup>225</sup>. Graças a pouca regulação do poder provincial, o látex cearense foi frequentemente adulterado, o que resultou no descrédito de sua qualidade. Isso levou, novamente, a que o envio para fora do Império chegasse aos níveis baixos de antes<sup>226</sup>.

Ainda conforme Raimundo Girão<sup>227</sup>, a exportação deste gênero voltou a ter destaque entre os anos de 1870 e 1878, momentos em que a média enviada por ano foi de 250 toneladas<sup>228</sup>. A grande seca de 1877-1879 interrompeu e desorganizou esta produção, que foi retomada nos anos de grande exportação de borracha<sup>229</sup>. Todavia este novo período encontra-se fora do recorte temporal desta pesquisa.

De acordo com Thomaz Pompeu de Sousa Brasil<sup>230</sup>, a atividade de extração do sal, no século XIX, era feita em diversos pontos do litoral do Ceará. Desde os tempos coloniais, o sal cearense tinha como destino, além do abastecimento local, as regiões mais interioranas. E chegava a seguir para o vale do São Francisco, pela estrada Geral do Jaguaribe. Esta estrada anteriormente era um caminho indígena. Ainda em consonância com o Senador Pompeu, apesar da sua abundância, o sal era pouco explorado, o que era uma verdadeira contradição.

---

<sup>222</sup> Ibid

<sup>223</sup> BRASIL, op. cit. p. 342-343

<sup>224</sup> Ibid

<sup>225</sup> Ibid

<sup>226</sup> BRASIL, op. cit. 342-343

<sup>227</sup> GIRÃO, 1986. Op. cit. p. 173.

<sup>228</sup> Ibid.

<sup>229</sup> Ibid. p. 174

<sup>230</sup> BRASIL, op. cit. p. 350

Mesmo assim, a produção das salinas cearenses, além de abastecer toda a província, supria também as necessidades do Piauí e do centro-sul do Maranhão, o que demonstra os vínculos econômicos regionais entre estas províncias.<sup>231</sup>

### 1.3.5 Manufaturados e artesanato

Ainda seguindo os dados levantados por Brasil, em seu ensaio estatístico<sup>232</sup>, podemos ver alguns artigos artesanais e manufaturados que são presentes até hoje na tradição e economia cearenses. Estes produtos tinham uma dimensão econômica maior no século XIX, tanto por serem vendidos para fora ou para o mercado interno, quanto por serem de valor instrumental para outras atividades econômicas. Uma lista das doze principais mercadorias deste ramo ajuda a ter uma ideia global da ocupação de boa parte dos braços da população cearense daquele período: couro salgado, sola, couros miúdos preparados, carne charqueada, queijos, sabão, velas de carnaúba, calçados, chapéus de seda, produtos de palha (chapéus, esteiras e cestos), tecidos grossos de algodão, redes e costuras, bordados e crivos.<sup>233</sup>

Se observarmos bem estes manufaturados, eles eram originários basicamente de duas atividades agropecuárias e de uma atividade extrativista: 1 – pecuária bovina: couros, solas, queijos e carnes; 2 – cotonicultura/algodão: tecidos grossos, redes, costuras, bordados e crivos; 3 – exploração da carnaúba: velas e artigos de palha.

O couro salgado<sup>234</sup> era exportado de diferentes portos cearenses para o estrangeiro e para as províncias do Maranhão e de Pernambuco. A sola era preparada de

---

<sup>231</sup> Ibid.

<sup>232</sup> Ibid.

<sup>233</sup> Ibid, p. 396-400.

<sup>234</sup> Ibid, p. 397.

forma muito rústica, com exceção de um curtume francês existente entre 1845 e 1860, que trabalhava com técnicas mais apuradas, os destinos das solas eram iguais aos do couro salgado, exterior e províncias vizinhas. Destaco que o porto do Aracati era o principal ponto de saída para esta atividade.<sup>235</sup>

Quanto aos queijos, a maior parte se destinava ao consumo interno. Por volta de um décimo dessa produção era enviado para fora da província, o que o Senador Pompeu quantificou em 100.000 libras<sup>236</sup>. Para o período de 1852 até 1860, saíram pela alfândega da capital 5000 arrobas de carne seca por ano, o que renderia 20:000\$000<sup>237</sup>.

---

<sup>235</sup> Ibid.

<sup>236</sup> Ibid, p. 402.

<sup>237</sup> Ibid, p .397-399.

## CAPÍTULO 2 – CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES DO COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA MATERIAL

Neste capítulo são analisadas as relações entre o trânsito de mercadorias e a atuação dos portugueses que trabalhavam no comércio. Os impactos de suas ações podem ser vistos, por meio da introdução de produtos importados e do contato entre as zonas de produção agropecuária, e dos pontos de exportação no litoral do Ceará. Duas questões se colocam: até aonde iam as redes nas quais os negociantes e mercadores portugueses se inseriam na condução dessas mercadorias? Quem consumia os produtos e como circulavam?

Estudaremos a movimentação dos lusitanos. Para isso, uma vez que no capítulo anterior mostramos as atividades econômicas existentes na província, no período estudado, é de fundamental importância reconstituir os caminhos do comércio no Ceará e perceber de que forma esses agentes jogaram com a situação de mudança constante que as vias de transporte sofriam, durante o século XIX.

É sabido que novos caminhos foram criados com o processo de provincialização<sup>238</sup>; tanto estradas de terra quanto de ferro foram construídas, sendo que estas últimas, mais tardiamente. Essas transformações, ao invés de extinguir as velhas vias, criaram uma nova integração na qual os caminhos

---

<sup>238</sup> SAMPAIO, José Levi Furtado; ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. *Formação Territorial do Ceará: Dos Caminhos Antigos aos Projetos Ferroviários (1817-1877)*. Boletim Goiano de Geografia, V.32, N 2, p. 139-157, jul/dez. 2012.

pioneiros passaram a ser tributários dos novos, integrando assim uma nova e mais complexa capilaridade. Então se faz necessário, antes de tudo, uma exposição do estado das comunicações terrestres no Ceará, ao longo do século XIX.

## 2.1 – Os velhos caminhos do Ceará, suas transformações e a provincialização do fluxo de mercadorias

No primeiro capítulo discutimos o processo de formação de uma comunidade mercantil lusitana em Fortaleza, juntamente com o surgimento de uma atividade mercantil que justificou a fixação de negociantes estrangeiros naquela cidade. Um dos fatos que devemos considerar, para a época e espaço estudados, é que dentre outras coisas, Fortaleza carecia de ligações com o interior da capitania/província.

Partindo da Obra Gabriel Parente Nogueira<sup>239</sup>, que muito se inspirou em Carlos Studart Filho<sup>240</sup>, o mais antigo caminho que passava pelo Ceará era a Estrada Velha, tradicional ligação entre Pernambuco e São Luís do Maranhão. Ela atravessava todo o litoral cearense, perpassando por Aracati e Fortaleza <sup>241</sup>. Podemos ver no mapa desenvolvido por Nogueira com base nas informações dadas por Carlos Studart, os velhos caminhos que desenhavam o comércio do interior do Ceará, e que seguiremos discutindo.

---

<sup>239</sup> NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Fazer-se nobre nas fímbrias do Império: Práticas de Nobilitação e Hierarquia Social da Elite Camarária de Santa Cruz do Aracati*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. 2012

<sup>240</sup> STUART FILHO, Carlos. *Vias de comunicação do Ceará Colonial*. Revista do Instituto Histórico do Ceará. Tomo LI . Fortaleza, 1937. p. 15-47

<sup>241</sup> Ibid.p 69



desembarcavam no seu porto seguiam sertão adentro, sendo que havia uma significativa variedade de importados vindos de Recife.

Os pontos mais importantes de passagem desta estrada, dentro do Ceará, eram Icó, onde entroncava com a Estrada das boiadas. Ela também tinha uma ligação com uma estrada secundária, que levava até a Estrada Nova das boiadas, e Crato, onde cruzava com a Estrada Oeiras (PI) – Piacó (PB). Das cidades do Icó e do Crato as mercadorias desciam do Aracati. A Estrada Geral do Jaguaribe servia então de via por onde tanto os rebanhos do Ceará quanto os do Piauí seguiam para Aracati, onde seriam beneficiados.

Na mesma via, em direção contrária, seguia o sal extraído das praias que desde tempos remotos abasteciam os sertões, indo até o vale do São Francisco. Também percorriam, nesta mesma direção, os produtos trazidos de Recife e que desembarcavam no porto aracatiense.

A Estrada das boiadas e a Estrada Oeiras-Piacó cruzavam o Ceará de oeste a leste; cruzavam também a Estrada do Jaguaribe, mas seguiam em direção ao Recife. A Estrada Nova das boiadas saía de Sobral, cruzava a via jaguaribana e entrava no Rio Grande seguindo também para Recife <sup>244</sup>.

Nota-se que este conjunto de estradas foi organizado de acordo com os principais destinos (Aracati e Recife) dos produtos sertanejos, ou seja, o couro e as carnes. Desse modo, se percebe que dentro do Sertão havia essa malha de estradas e ligações e, entre elas, que funcionavam quase absolutamente isoladas de Fortaleza, havia uma circulação de mercadorias nos dois sentidos. Dessa circulação, a capital da capitania/província simplesmente não participava.

---

<sup>244</sup> Ibid p 70- 77

É importante salientar que estas estradas formavam uma teia, resultante das conexões entre algumas vias, que começavam dentro do Ceará e outras que vinham do Piauí e atravessavam o território cearense, em direção ao Recife. Podemos somar a estes, caminhos secundários que ligavam povoados à vilas menores.

Vale salientar que até o início do século XIX todas as regiões da capitania estavam predominantemente ocupadas por sesmarias/fazendas, o que motivava uma relativa capilaridade de vias. A única via de acesso a Fortaleza era a já citada Estrada Velha, o que significava que, para quem partisse com ordens da administração local o deslocamento seria até Aracati e de lá a possibilidade de ter acesso aos Sertões, uma vez que da Estrada Geral se alcançava vias de trânsito para toda a capitania/província.

A partir da autonomia da capitania e, principalmente, com a sua transformação em província, ocorreu um processo de formação de uma capitalidade centrada em Fortaleza. Isto se traduziu, dentre muitas consequências, também na mudança de rotas dentro do Ceará. Tais mudanças têm relação com o poder de exportar diretamente de Fortaleza, realidade que se efetivou por meio da construção de vias de ligação com a capital e da melhoria do seu porto, ou seja, de um trabalho de unificação provincial usando as vias de transporte.

Da dificuldade de Fortaleza exercer autoridade política e influência econômica sobre o interior do Ceará, deriva a ideia defendida pelos geógrafos Levi Sampaio e Raimundo Jucier de Assis<sup>245</sup>. Para estes geógrafos, o que existia no Ceará do período colonial até a metade do século XIX era uma centralidade

---

<sup>245</sup> SAMPAIO, José Levi Furtado. ; ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. *Formação Territorial do Ceará: Dos Caminhos Antigos aos Projetos Ferroviários (1817-1877)*. Boletim Goiano de Geografia, V.32, N 2, p. 139-157, jul/dez.2012. p 144

dividida, o que quer dizer centralidades. Eles igualmente indicaram que grupos com interesse no crescimento da capital concorreram para desestimular o circuito de comércio que unia Recife, Aracati e Icó, abrindo espaço para que a elite mercantil luso-fortalezense tivesse acesso ao mercado consumidor dos sertões e que, simultaneamente, se tornasse porto de exportação para outras áreas produtoras de algodão e gado.

Como parte do processo de centralização das atividades em Fortaleza ocorreu, de acordo com Clélia Lustosa<sup>246</sup>, um conjunto de modificações que visavam não só a melhoria dos equipamentos ligados à governança, mas também obras que favoreciam a circulação de pessoas e produtos, tais como a construção do mercado público (1809-18), arruamento (1800), instalação da alfândega (1812), reconstrução da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção em alvenaria e pedra, assim como outros prédios públicos<sup>247</sup>.

Porém, neste período inicial de reformas, a principal<sup>248</sup> obra foi o ordenamento em traçado xadrez para a cidade, feito pelo mesmo engenheiro que comandou as obras anteriores, o português Tenente-coronel engenheiro Antônio José da Silva Paulet. Outro fato importante relacionado à melhor estruturação de Fortaleza para ser capital e porto também é abordado por Clélia Lustosa<sup>249</sup>: foi o governo de José Martiniano de Alencar, que ficou mais conhecido como Senador Alencar.<sup>250</sup>

---

<sup>246</sup> COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza Capital do Ceará: *Transformações no espaço urbano ao longo do século XIX*. Revista do instituto histórico do Ceará. Fortaleza, 2014. P 94

<sup>247</sup> Ibid.

<sup>248</sup> Ibid

<sup>249</sup> Ibid. 94-96

<sup>250</sup> Ibid.

No seu governo, dentre outras medidas, como mencionadas anteriormente, <sup>251</sup>foram trazidos imigrantes portugueses que vieram em duas viagens de Lisboa para o Ceará, entre os anos de 1837<sup>252</sup> e 1838<sup>253</sup>. Um dos objetivos da promoção da vinda desses imigrantes lusos era amenizar a falta de artífices como carpinteiros, canteiros, trabalhadores da construção naval, etc<sup>254</sup>. Havia realmente o problema da falta deste tipo de mão de obra, o que era evidenciado pelo presidente da província em seu relatório, como um dos fatores que dificultavam o desenvolvimento da vila<sup>255</sup>, de modo não esperado essa experiência não saiu como o esperado, posto que nas palavras do próprio José Martiniano de Alencar, boa parte desses açorianos era formada por indolentes e criminosos<sup>256</sup>.

Nossa pesquisa reforça essas afirmações de Clélia Lustosa, ao consultar os termos de residência de estrangeiros<sup>257</sup>. Ali podemos notar que quase todos os portugueses que afirmaram ter vindo, nas viagens da Escuna Maria Carlota, estavam trabalhando nas funções acima citadas e vivendo ou em Fortaleza

---

<sup>251</sup> STUDART, Barão de . *Datas e Factos para a História do Ceará*. T II. Typographia Studart. Fortaleza, 1896. Edição fac- símile. Fundação Waldemar Alcântara. Fortaleza, 2001. P. 109

<sup>252</sup> Ibid

<sup>253</sup> ALENCAR, José Martiniano de. Relatório de presidente de província do ano de 1838. p 17-21. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/167/000004.html>

<sup>254</sup> Ibid

<sup>255</sup> ALENCAR, José Martiniano de. Relatório de presidente de província do ano de 1837. p 3. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/167/000004.html>

<sup>256</sup> ALENCAR, José Martiniano de. Relatório de presidente de província do ano de 1838. p 17-21. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/167/000004.html>

<sup>257</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Cada termo era assinado pelo próprio imigrante, na presença do chefe de polícia da cidade de Fortaleza. Este corpo documental é dividido em dois livros. O Livro I, referente ao ano de 1839, momento em que o negociante português, José Eustáquio Vieira, era o chefe de polícia da cidade; e Livro II, referente ao ano de 1842. Os dois livros registraram 232 estrangeiros vivendo em Fortaleza e adjacências. No livro I contabilizamos 113 portugueses, dentre os quais localizamos 46 açorianos, que compuseram o grupo de imigrantes trazidos no governo Alencar. No Livro II, contabilizamos 92 portugueses. Mais a frente, nesta dissertação, esses dados serão explorados mais detalhadamente.

ou em pontos próximos - estratégicos - para o seu abastecimento e movimentação da economia de seu entorno. Esse era o caso dos engenhos Maranguape, que contrataram alguns carpinas.

Mais tarde, outro engenheiro chefe da província, o pernambucano Adolfo Herbster, passou a fazer novas adequações à cidade, na década de mil oitocentos e cinquenta, e essas transformações contribuíram para a condição de capitalidade de Fortaleza<sup>258</sup>.

É hora, portanto, de explicitarmos o que compreendemos por capitalidade<sup>259</sup>. Julgamos que o conceito de capitalidade analisa melhor a situação aqui abordada do que o conceito de hegemonia, utilizado por Clélia Lustosa, que pensou em um processo de acúmulo de poder e capital, ao ponto de Fortaleza ter se tornado hegemônica frente ao resto do Ceará<sup>260</sup>.

Julgamos que a noção de capitalidade é mais apropriada por refletir melhor, o processo paulatino de conquista dos atributos de capital, que foram: O crescimento de sua influência econômica foi potencializado por canalizar para si os investimentos estruturais em prejuízo das praças interioranas que não receberam o equivalente à sua respectiva importância; a construção de estradas que privilegiavam Fortaleza como ponto de exportação, bem como a criação de empecilhos para a movimentação de outros portos da província, o que direcionava as transações para o Porto fortalezense em benefício dos negociantes que operavam a partir dele. Logo, esta capitalidade não é fruto apenas de um

---

<sup>258</sup> COSTA. Op. cit. p. 105-107.

<sup>259</sup> BICALHO, Maria Fernanda. *O Rio de Janeiro no século XVIII: A Transferência da Capital e a construção do Território Centro-Sul da América Portuguesa*. In Urbana. Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. V1 N1 2006. P 2-8

<sup>260</sup> COSTA, op . cit. p 94-96

desenvolvimento espontâneo de sua economia, foi algo em boa medida promovido e facilitado pelo Estado<sup>261</sup>, Fortaleza lucrou muito ao se manter fiel ao Império do Brasil, quando se contrapôs aos separatistas de 1824. Este fenômeno foi apoiado, necessariamente, em centralidades menores, que teve que cooptar, tal como foi o caso da vila e depois da cidade de Sobral<sup>262</sup>.

Entretanto, antes de penetrarmos no campo de análise dessas alianças internas, devemos nos deter ainda ao engenheiro Adolfo Herbster e na sua ação na abertura de ligações e caminhos. A partir da correspondência do engenheiro<sup>263</sup>, que investigamos e por meio da qual comprovamos o envolvimento de negociantes portugueses na importação de materiais para as obras públicas, conseguimos observar as obras que favoreciam o comércio de Fortaleza. Os trabalhos do setor de obras públicas deste período teve o claro sentido de criar uma capitalidade, ao forçar os fluxos de mercadorias para Fortaleza.

Uma delas foi o primeiro calçamento de suas ruas. Até o ano de 1856, havia ocorrido duas tentativas de execução do serviço, que não deram certo, A causa do insucesso para o engenheiro chefe da província era o despreparo dos trabalhadores locais, para empreendimento. Foi assim que ele orientou que o

---

<sup>261</sup> BICALHO, Loc . cit

<sup>262</sup> SAMPAIO, José Levi Furtado. ; ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. Op . cit . p 15-154

<sup>263</sup> BR APEC, OP. COM, 09. Ofícios da comissão de obras públicas de Fortaleza. 1858-1863. Nós privilegiamos o período que este engenheiro trabalhou na chefia desse setor, por se tratar de um momento marcante na afirmação de Fortaleza como capital, a partir a segunda metade do Oitocentos, ela já era a maior cidade da província, e pôde acelerar o processo de sufocamento da concorrência de outras cidades. A atividade burocrática deste setor gerou um gigantesco montante de documentos que versam sobre uma infinidade de temas, como pagamento , indisciplina, ou falta de trabalhadores, pedidos de material, contabilidade de todos os serviços, dos quais, só nos interessa, aqueles que descrevem as obras que informam sobre as mudanças materiais que pudessem explicar o desvio dos fluxos econômicos para a capital. Selecionamos dois relatórios gerais do andamento das obras da província, referentes aos anos de 1857 e 1858 , estes documentos que resumem uma situação integral daquele momento , já nos bastam , para provar o privilégio dado as obras em benefício da capital. Além destes, também coligimos ofícios do dito engenheiro enviados a presidência da Província, na quantidade de , quatro ofícios do ano de 1856, três do ano de 1859, sete do ano de 1858 , três do ano de 1859 e um de 1861.

governo engajasse um grupo de oficiais calceteiros europeus, e foi dessa maneira que um grupo de portugueses executou com eficácia o calçamento<sup>264</sup>. Parece pouco, mas podemos imaginar como devia ser difícil a locomoção pelas ruas fortalezenses de então, e quais as dificuldades este quadro representava para a atividade comercial.

De acordo com o relatório das obras públicas feitas por Herbster<sup>265</sup>, e encaminhado para o presidente da província em 1856, tal como mencionamos, podemos destacar que as ligações que se privilegiavam eram aquelas que conectavam Fortaleza com as localidades de sua imediata influência e de seu interesse econômico, e não outras que podiam acelerar as relações com os sertões mais distantes. O que se percebe é que esses primeiros recursos, que a administração provincial teve em seus anos iniciais, se destinaram ao desenvolvimento de Fortaleza e de sua região.

Herbster pouco se ocupou de um tópico chamado estradas da província. Deu mais atenção às melhorias das vias entre Fortaleza e Soure, Arronches, Maranguape, Pacatuba e Baturité. A ligação com Maranguape tinha um caráter de segurança para o abastecimento de gêneros frescos, como legumes e frutas para a capital, o que era uma preocupação explícita na época, além da produção de cachaça e algodão.

É deste lugar que se tem uma das primeiras notícias de uma máquina/engenho de descaroçar algodão, tendo sido de propriedade de um negociante português. Os demais lugares citados – Arronches, Pacatuba e Baturité

---

<sup>264</sup> BR APEC, OP, CO, EX. 03. Ofícios expedidos a presidência da província. Ofício de 18 de Fevereiro de 1856

<sup>265</sup> BR APEC, OP, CO, EX. 03. Ofícios expedidos a presidência da província. Ofício de 18 de Fevereiro de 1856

– vão receber primeiro uma estrada até Pacatuba, que foi prolongada até Baturité, de acordo com o engenheiro. Em termos de melhorias de vias, esta foi a maior obra do período, o que se deu pelo fato de ser uma região de sertões produtores de algodão e de serras onde se localizava a principal área cafeeira, ou seja, o mesmo caminho podia escoar os dois principais gêneros de exportação do Ceará oitocentista<sup>266</sup>. E, estava, pois, em curso a estruturação do principal corredor econômico da província, posto que mais tarde este seria o espaço escolhido para ser inaugurada, nos anos 1870, a primeira e principal ferrovia cearense, motivada pelo crescente rendimento dos algodoads e cafezais<sup>267</sup>.

Deve se destacar que em nenhuma parte do Ceará estes dois produtos citados foram colhidos em espaços geográficos tão próximos. Isto resultou do fato dessa área ser uma depressão sertaneja ladeada pelo cordão central de serras e nelas ocorrer um microclima fresco e úmido, causado pela localização de suas terras entre 700 e 1000 m de altitude.

A estrada para Soure foi outra obra que se deve destacar, pois seria mais tarde extensiva a Sobral, o que de certo modo confirma a tendência de aproximação com esta vila sertaneja. Podemos assim afirmar que se privilegiaram as ligações de Fortaleza com as suas regiões vizinhas mais prósperas e com a vila de Sobral<sup>268</sup>.

Levi Sampaio<sup>269</sup> apontou como grupos sobralenses reconheceram como mais vantajosa uma relação política e econômica com Fortaleza, afinal, Sobral era relativamente próxima da capital e também, de todas as vilas aqui

---

<sup>266</sup> SAMPAIO; ASSIS, op. cit. p 151- 154

<sup>267</sup> Ibid.

<sup>268</sup> Ibid. p. 153- 154

<sup>269</sup> Ibid

citadas, a mais distante do circuito Recife – Aracati – Icó. Foi igualmente apontada por Sampaio a influência do grupo saquarema do Ceará, encabeçado pelo Senador Pompeu<sup>270</sup>.

A partir de meados do XIX, este grupo favoreceu o crescimento fortalezense que por sua vez trazia reflexos positivos para a elite agrária e comercial do noroeste da província, região centrada no burgo sobralense<sup>271</sup>. Pelas informações acima, podemos afirmar que a capitalidade fortalezense não resultou somente dos fatores algodão e autonomia provincial, mas também de alianças internas. É notório, pelo que investigamos, que a provincialização do Ceará não só criou uma centralidade real na sua sede política, como também inverteu a localização do seu eixo econômico, que antes era no leste – sul, do Aracati ao Icó passando para o centro e noroeste, ou seja, as regiões entre Fortaleza, Baturité e Sobral.

Isto não quer dizer que as cidades de Aracati e Icó perderam por completo e, repentinamente, a importância como centros comerciais. O que ocorreu é que elas continuaram compondo a capilaridade pela qual as mercadorias transitavam na província, só que em uma posição um pouco mais abaixo na hierarquia econômica que foi se formando no Ceará Imperial.

Podemos dizer que<sup>272</sup> este rumo do desenvolvimento econômico cearense é confirmado quando, na década de 1870, dos três principais projetos de ferrovias para a província o primeiro a ser executado foi o de Fortaleza até Baturité, sendo o segundo, e último, o do porto de Camocim até Sobral. O terceiro projeto da linha ferroviária foi o de Aracati – Icó – Crato, mas foi politicamente

---

<sup>270</sup> Ibid

<sup>271</sup> Ibid.

<sup>272</sup> Ibid. p 153

bloqueado, pois seus detentores eram os mesmos que construíram a ferrovia Fortaleza – Baturité e, portanto, os maiores interessados no seu malogro <sup>273</sup>.

Para concluir, podemos dizer que processo de centralização das vias, para reforçar o sucesso econômico da capital, teve uma primeira etapa concluída nos anos 1850, quando Fortaleza de fato já era a maior urbe da província. Foi quando se ordenou o fechamento da alfândega do Aracati, que funcionava até essa época por causa de inadequações do porto fortalezense e da consequente incapacidade de o porto da capital de receber maiores embarcações.

Esse fim prejudicou seriamente os negociantes que exportavam e importavam naquela praça. A questão das alfândegas nos conduz para o problema das importações e exportações feitas a partir destas duas cidades.

## 2.2 – AS CONEXÕES MARÍTIMAS COM O COMÉRCIO DO CEARÁ A PARTIR DA MOVIMENTAÇÃO DAS ALFÂNDEGAS DE FORTALEZA E DO ARACATI.

Era a partir dos portos de Fortaleza e de Aracati que os negociantes portugueses realizavam as suas operações de exportação e importação. Somente em Fortaleza existia uma quantidade de portugueses na atividade comercial que podemos denominar de comunidade mercantil. Em Aracati também foram localizados negociantes lusitanos; a partir de autorizações para passaportes e de outras fontes foram detectados negociantes portugueses em plena atividade. Então,

---

<sup>273</sup> Ibid.

mesmo que nesta dissertação destaquemos a ligação com as importações da Inglaterra e exportações para este destino, os negociantes portugueses ainda assim são o objeto central da nossa pesquisa, uma vez que buscamos entender por meio de quais mecanismos eles atuavam e por quais vias encaminhavam as suas transações.

Quem<sup>274</sup> primeiro nos deu indício da principal conexão do Ceará com o comércio exterior foi Gilberto Freyre. Em *Ingleses no Brasil*, observou que o algodão do norte do país era muito requisitado pelos ingleses. Afirmou que “Liverpool chegou com efeito a absorver grande parte do algodão da Bahia e do Ceará,  $\frac{3}{4}$  do algodão exportado por Pernambuco e metade do açúcar.<sup>275</sup>”

O fluxo contrário, ou seja, as importações trazidas da Inglaterra demonstram o outro lado desse intercâmbio, e isto foi lembrado pelo mesmo autor: “Mas adquirindo no Ceará algodão e tatajuba\* os ingleses não se descuidaram em vender aos cearenses suas louças e seus panos.<sup>276</sup>”. Assim, Freyre deixou um primeiro indício que orientou nossa análise sobre esta documentação alfandegária: existiu uma ligação direta entre o comércio de exportação para a Grã-Bretanha e o de importação, em geral, pois de acordo com estes papéis a importação foi basicamente de gêneros ingleses, pelo menos nesses anos da primeira metade do Oitocentos. Esta movimentação comercial demonstra como os ingleses superaram os portugueses, como fornecedores de manufaturados, já demonstramos no nosso primeiro capítulo, o quanto tinha sido notável, deste tipo de mercadoria de origem portuguesa, e que esta não era apenas reexportada para a América Portuguesa, via

---

<sup>274</sup> FREYRE, Gilberto. *Os Ingleses no Brasil*. 3ed. Rio de Janeiro:Topbooks,2000.P. 89

<sup>275</sup> Ibid

<sup>276</sup> Ibid. p 245

Lisboa ou Porto, mas sim fabricada nas imediações destes dois importantes centros lusitanos<sup>277</sup>.

Freyre também citou a obra de Thomaz Pompeu de Souza Brasil<sup>278</sup> que analisou o caráter qualitativo do algodão cearense, o que teria incitado o desejo dos ingleses em adquiri-lo:

Segundo Thomaz Pompeu de Sousa Brasil em seu ensaio sobre A cultura do algodão, especialmente no Ceará..., de 1778 a 1801 comerciantes britânicos adquiriram a bom preço algodão brasileiro, reputado então de 'excelente'; e o algodão que passou a ser mais estimado por eles parece ter sido o do Ceará, embora só em 1809 pudessem os cearenses estabelecer contato direto com o comércio de Londres .<sup>279</sup>

Esta passagem de Thomaz Pompeu<sup>280</sup>, lembrada por Freyre, nos sugere que as trocas com os ingleses se iniciaram no fim do século XVIII, mas que até 1809 não foram diretas, entre o Ceará e o citado país. Esta afirmação, portanto, se referiu ao momento em que o algodão era comprado em Recife ou Salvador. Apenas mais tarde os navios ingleses passaram a frequentar os portos cearenses<sup>281</sup>.

Assim, a hipótese que aqui defendo é que o Ceará se tornou uma parada atraente para navios que já executavam o trato com Pernambuco, complexificando um circuito existente entre Recife e Liverpool. Por meio da

---

<sup>277</sup> MACIEL, Gustavo. *Negociantes, mercados e caixeiros portugueses no Ceará: A formação da comunidade mercantil lusitana de Fortaleza e a provincialização da economia cearense. 1810-1870*. Dissertação de Mestrado. PPGH\UFF. Niterói. 2017.p 31, 35- 36, 46.

<sup>278</sup> FREYRE, Gilberto. *Os Ingleses no Brasil*. 3ed. Rio de Janeiro:Topbooks,2000. P.245: BRASIL, s/d, II. p . 165

<sup>279</sup> FREYRE. Loc.cit

- Tatajuba é uma árvore, cuja madeira era utilizada para se obter um pigmento, que àquela época foi utilizado pela indústria têxtil inglesa.

<sup>280</sup> BRASIL, s/d, II. p . 165: FREYRE, Gilberto. *Os Ingleses no Brasil*. 3ed. Rio de Janeiro:Topbooks,2000. P.245

<sup>281</sup> Ibid

consulta da documentação das duas alfândegas cearenses<sup>282</sup>, tentamos comprovar que tanto o algodão e outros gêneros seguiram para Liverpool, como deste ponto da Inglaterra chegavam gêneros manufaturados em valor superior ao exportado e que adentravam para terem seu consumo nos sertões.

O trecho transcrito da obra freiriana também nos dá indicativos da qualidade do algodão cearense daquela época, guardadas as precauções com os exageros. A documentação das alfândegas<sup>283</sup> vai dos anos fiscais de 1835 até 1838, passando, portanto, a corresponder a maior parte do período da presidência de Alencar. Nela flagramos a saída de algodão para a praça de Liverpool, assim como é acusada a entrada de importados<sup>284</sup>.

Encontramos um quadro geral<sup>285</sup> do comércio da praça do Aracati feito pelo seu inspetor, com base no mapa do movimento comercial dos anos de 1835 até 1838, e relatado ao mencionado presidente da província:

...o mappa mostra haverem entrado neste porto nos trez últimos anos financeiros 11 embarcações inglesas a saber: 1 brique barca, 6 briques, 2 patachos, 1 escuna, cujas embarcações fizeram 15 viagens, tendo vindo com cargas no ano de 1835 a 1836, hum brique, e nos anno de 1837 a 1838, hua galera, e 2 briques e ...lastro entraram as restantes, tendo sahido todas elas com os principais gêneros do paiz Algodão, couros e pontas de boys, levando nestes últimos tempos sahido para Liverpool, 5.500 patações, para estes bem evidente de que nossos gêneros de exportação não chegam para fazer face ao débito que contrahio... com os paeses estrangeiros .<sup>286</sup>

---

<sup>282</sup> BR APEC, ALF, ARA- Fundo das Alfandegas de Aracati e Fortaleza - Caixa 01: Alfândega de Aracati.

<sup>283</sup> BR APEC, ALF, ARA- Fundo das Alfandegas de Aracati e Fortaleza -

<sup>284</sup> BR APEC, ALF, ARA- Fundo das Alfandegas de Aracati e Fortaleza -

<sup>285</sup> BR APEC, ALF, FOR Fundo Alfândegas de Aracati e Fortaleza. Alfândega de Aracati, caixa 01: 1836-1849. Mapa de movimentação entre os anos de 1835 e 1838

<sup>286</sup> BR APEC, ALF, FOR Fundo Alfândegas de Aracati e Fortaleza. Alfândega de Aracati, caixa 01: 1836-1849. Mapa de movimentação entre os anos de 1835 e 1838.

Como foi dito anteriormente, o produto da cotonicultura assim como as outras riquezas da terra saíam em todas as embarcações inglesas, quando de seus retornos. Ao que parece, entretanto, nem todas, nos primeiros anos observados pelo inspetor, chegaram com mercadorias, mas, mesmo assim o valor das importações excedia bastante o das exportações.

Como mostraremos mais detalhadamente a frente, podiam ser mercadorias como estas, deixadas pelos britânicos, que mercadores e negociantes portugueses, como os irmãos Pinto de Icó, conduziam para o interior da província. Os demais produtos citados, com destaque, eram todos de interesse para a indústria de roupas e de calçados.

O couro, por motivos óbvios, e as pontas de boy, ou seja, os chifres, eram matéria prima para a confecção de botões. Mais tarde, no início dos anos quarenta, a importação de tecidos foi também confirmada quando esta sofreu com as dificuldades de armazenamento, quando na responsabilidade da alfândega aracatiense:

Os armazéns desta alfândega naturalmente contém em si uma considerável porção de fazendas inglesas, ao passo que sendo eles mal construídos, edifícios em lugar bastante ermo oferecem maior facilidade de serem arrombados <sup>287</sup>

---

<sup>287</sup> BR APEC, ALF, ARA- Fundo das Alfandegas de Aracati e Fortaleza - Caixa 01: Alfândega de Aracati. Ofício de 02 de maio de 1842.

Duas informações são importantes neste relato. A obviedade com que é tratada a presença dos tecidos ingleses, o que só confirma o seu domínio de mercado, e o estado dos armazéns aracatienses, que pelo visto estavam em quase abandono. Este abandono deve ter causas para além do descuido das autoridades, que podiam ter esquecido que estavam constantemente cheios de panos britânicos.

A negligência com estes armazéns igualmente podia derivar de um maior investimento na alfândega da capital, ou mesmo de um abandono proposital, tendo em vista que não muito tempo depois a alfândega foi fechada. Esse fechamento faz com que pensemos que isso aconteceu aos poucos e que, portanto, propositalmente ela foi inviabilizada, para que o movimento dos negócios ficasse mais centralizado em Fortaleza. Embora não citada pelos geógrafos Levi Sampaio e Raimundo Jucier de Assis<sup>288</sup>, a existência de uma única alfândega foi igualmente parte do que eles muito bem chamaram de provincialização do comércio, bem como seria a quebra daquilo que eles denominaram como centralidade dividida<sup>289</sup>.

Ao que parece as viagens dos ingleses ao Aracati se inseriam no caminho do velho circuito que ligava esta cidade cearense - juntamente com os sertões que a partir dela eram abastecidos e escoados - com a praça recifense, como se pode ver no seguinte comunicado de 2 de julho de 1836:

Tenho a honra de informar a Vossa Excia que o patacho inglez Betsey vindo de Pernambuco despachado para Liverpool com escala por este porto(...) tendo principiado a carregar para o porto de seu destino...<sup>290</sup>

---

<sup>288</sup> SAMPAIO; ASSIS. op cit, p 144

<sup>289</sup> Ibid.

<sup>290</sup> BR APEC, ALF, ARA - Fundo: Alfândegas de Aracati e Fortaleza. Caixa 01: Alfândega de Aracati-1836-1849 comunicado ao presidente da província 02 de julho de 1836.

Freyre<sup>291</sup> havia levantado em sua obra dados sobre a presença inglesa que mostram que boa parte da relação comercial do norte, e especialmente do Recife, se dava por meio da cidade de Liverpool<sup>292</sup>. O que podemos entender, entretanto, é que se antes os ingleses adquiriam algodão dos campos cearenses em Pernambuco, não demorou muito que passassem a ir pegá-lo mais próximo da fonte, sem deixar de ir para o destino tradicional, o porto recifense. Só que naquele momento esta viagem era acrescida da parada de carregamento no Aracati.

Assim, podemos visualizar o velho eixo econômico do leste do Ceará, mesmo em decadência. Porém, naquele momento, ainda mostrava a sua capacidade de drenar a produção de sua velha zona de influência. Este velho corredor de negócios, que não havia deixado de existir, passou a incluir também os ingleses, demonstrando continuidade.

Quando se analisa o mapa<sup>293</sup> da movimentação do porto do Aracati podemos verificar que os valores do que chegava da Inglaterra superava o que para lá se mandava<sup>294</sup>. Entretanto, quando se observa o critério de tonelagem, era de Recife que vinha o maior volume de mercadorias<sup>295</sup>, o que significa o quanto todas aquelas regiões que eram abastecidas a partir de Aracati, continuavam a fazer um comércio desligado de Fortaleza.

---

<sup>291</sup> FREYRE, op. cit. p. 89

<sup>292</sup> Ibid. p.89, p. 245.

<sup>293</sup> BR APEC, ALF, ARA - Fundo: Alfândegas de Aracati e Fortaleza. Caixa 01: Alfândega de Aracati-1836-1849 comunicado ao presidente da província 02 de julho de 1836.

<sup>294</sup> BR APEC, ALF, ARA - Fundo: Alfândegas de Aracati e Fortaleza. Caixa 01: Alfândega de Aracati-1836-1849 comunicado ao presidente da província 02 de julho de 1836.

<sup>295</sup> BR APEC, ALF, ARA - Fundo: Alfândegas de Aracati e Fortaleza. Caixa 01: Alfândega de Aracati-1836-1849 comunicado ao presidente da província 02 de julho de 1836.

Mesmo com a dinamização política e da praça mercantil de Fortaleza, o seu concorrente, o velho circuito Recife – Aracati – Icó, continuava drenando boa parte do comércio provincial pelo simples vigor de suas transações, posto que não recebia atenção governamental. Na década de 1810<sup>296</sup>, as searas de algodão já tinham se espalhado pelo vale jaguaribano, ou seja, a cotonicultura não estava restrita mais à região próxima de Fortaleza, e, portanto estava rendendo dividendos para a praça concorrente<sup>297</sup>.

Claramente a morte nos negócios do Aracati mais parece um ato político do que uma decadência lenta e natural. Quanto à alfândega de Fortaleza, de modo surpreendente, nos mesmos anos analisados e em apenas uma parte da documentação, ainda não encontramos as exportações para a Inglaterra, embora saibamos que elas ocorreram segundo Raimundo Girão<sup>298</sup>. Contudo, achamos dados curiosos sobre a importação de gêneros britânicos, com destaque para a importação de pólvora por negociantes portugueses, cujos pedidos são frequentes:

...offico que me remeteo do consul geral do Império em Liverpool , tenho de afirmar a V.Excia que no manifesto manifesto da carga do brique inglez - reliance- vierão 200 barris de pólvora de emndes e irmão quer 60 espingardas de José Smith de Vasconcelos,, 22 de abril de 1842. <sup>299</sup>

Essa operação descritiva, feita por um negociante lusitano, atesta a complementaridade entre a atividade mercantil de portugueses e as importações de

---

<sup>296</sup> GIRÃO, 1986. Op. cit . p. 151-153

<sup>297</sup> Ibid

<sup>298</sup> GIRÃO, Raimundo. Evolução Histórica Cearense. Fortaleza. Banco do Nordeste S.A. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste- ETENE, 1985.

<sup>299</sup> BR APEC, ALF, FOR Fundo: Alfândegas de Aracati e Fortaleza. Caixa 02: Alfândega de Fortaleza 1836-1867. Ofício de 22 de Abril de 1842.

artigos britânicos. De fato, Portugal havia deixado de ser o principal fornecedor de importados do Brasil e foi sendo substituído pela Inglaterra, o que evidentemente não anulou a rede de negociantes portugueses que continuou a existir no Brasil, se adaptando ao novo contexto e ao novo fornecedor.

Vale destacar que outros negociantes lusitanos encomendaram e receberam muita pólvora de Liverpool, como é o caso de Martinho Borges. Podemos, por exemplo, comparar com a quantidade de uma das encomendas do negociante inglês Peter Faulkes, que recebeu em 1844<sup>300</sup>, cento e cinquenta barris de pólvora, uma quantidade um pouco menor que as outras cargas recebidas pelos portugueses. Estes dados comprovam que, em determinados contextos, os sujeitos das duas nacionalidades atuavam em pé de igualdade no mundo dos negócios.

### 2.2.1 A introdução de importados no Sertão: consumo e cultura material

Nesta parte, buscamos a dimensão da penetração das mercadorias importadas, tanto do ponto de vista do alcance geográfico quanto dos usos das adaptações e dos acréscimos que estes objetos sofriam. Essa circulação é também fruto da ação de negociantes, mercadores e comerciantes, dentre estes, muitos portugueses.

---

<sup>300</sup> BR APEC, ALF, ARA - Fundo Alfândegas de Aracati e Fortaleza. Caixa 02 : Alfândega de Fortaleza, ofício de julho de 1844.

Como sinais que comprovam o uso desses utensílios podemos destacar a grande<sup>301</sup> coleção de arte utilitária e decorativa do Museu Dom José de Sobral e os estudos de escavação em áreas de habitações camponesas datadas das duas metades do século XIX<sup>302</sup>.

Sobre a coleção de arte utilitária do museu sobralense podemos dizer que é considerada pelo “ ICOM ”, International Council of Museums, a quinta maior coleção deste gênero no Brasil<sup>303</sup>. Tal fato deve-se ao massivo trabalho de acumulação de objetos feitos ao longo do século XIX, em grande parte, originários da Inglaterra. Tais peças vão de objetos de vidro passando por diversos tipos de louças, de pratarias e de bronze. Estas peças foram adquiridas em sua maior parte das famílias da região<sup>304</sup>.

O fato de elas terem permanecido por anos na posse da população local como herança de avós e de bisavós oitocentistas atesta que foram amplamente consumidas. A elas podemos atribuir um óbvio valor, o que corresponde a um certo status. Devemos salientar que o uso das mercadorias\objetos não é apenas uma prática econômica, mas igualmente cultural, posto que muitas vezes os gêneros importados tiveram seu uso original subvertido.

Os lugares onde estes objetos podem ser encontrados informam bastante sobre os percursos de mercadorias da época em que chegaram ao Ceará; sobre o consumidor e sobre os intermediários que faziam possível a sua chegada.

---

<sup>301</sup> [http://www.unifor.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=752&Itemid=1177](http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=752&Itemid=1177)

<sup>302</sup> SYMANSKY, L. C. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: Um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. *Revista de Arqueologia*, 21, n.2: 73-96, 2008.

<sup>303</sup> [http://www.unifor.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=752&Itemid=1177](http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=752&Itemid=1177)

<sup>304</sup> [http://www.sobral.ce.gov.br/cidade/museu\\_domjose.htm](http://www.sobral.ce.gov.br/cidade/museu_domjose.htm).  
[http://www.unifor.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=752&Itemid=1177](http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=752&Itemid=1177)

Para o historiador francês Thierry Bonnot:

O percurso geográfico e simbólico de um objeto, pelo pouco que podemos capturar nas suas mínimas repercussões históricas, oferece ao etnólogo um meio particularmente eficaz de analisar as questões e construções sociais em obra...<sup>305</sup>

Considerando as práticas ligadas aos objetos, deve-se pensar de acordo com o que Baudrillard<sup>306</sup> orientou em seu estudo, O sistema dos objetos. Para se entender<sup>307</sup> os sentidos dos usos dos objetos não se deve pensar apenas nas peças individualmente, mas sim no conjunto em que elas estão inseridas. O conjunto que Baudrillard<sup>308</sup> se refere não é o da fábrica, por exemplo, um aparelho de chá ou jantar. O tipo de conjunto que melhor revela relações de consumo e modos de uso é aquele formado pelos consumidores e não pela fábrica ou pelos que o comercializam. Em outras palavras, o fabricante pensava um uso para seus produtos, que poderia ser modificado pelos compradores dos mesmos.<sup>309</sup>

Esse autor afirmou<sup>310</sup> que o entendimento do uso histórico de um objeto está ligado aos outros objetos próximos e ao lugar onde se encontra. Pelos motivos expostos por Baudrillard<sup>311</sup>, que refletem sobre cultura material e seus usos<sup>312</sup>, apresentamos um caso concreto, que foi investigado por um estudo do

---

<sup>305</sup> BONNOT, Thierry. Itinerário biográfico de uma garrafa de sidra. In Cândido, Manuelina Maria Duarte; Ruoso, Carolina (org). *Museus e Patrimônio: experiências e devires*. Recife. Fundação Joaquim Nabuco, 2016.

<sup>306</sup> BAUDRILLARD, Jean. *El sistema de los objetos*. Siglo XXI editores. Mexico, D.F. 2010. P. 83-85

<sup>307</sup> Ibid. p .83- 85

<sup>308</sup> Ibid.

<sup>309</sup> Ibid.

<sup>310</sup> Ibid.

<sup>311</sup> Ibid.

<sup>312</sup> Ibid.

arqueólogo Luís Symansky<sup>313</sup>, feito no sul do Ceará e que escavou dois sítios datados do século XIX.

Luís Symansky<sup>314</sup> fez duas prospecções arqueológicas, uma delas é da primeira metade<sup>315</sup> e a outra da segunda metade do Oitocentos<sup>316</sup>. Dadas as características dos restos de habitações neles encontradas, ambas pertenceram a camponeses moradores de fazenda, ou de pequenos donos de terra. O perfil desses consumidores é diferente daquilo que se imagina de consumidores de peças importadas naquele período, como os antigos donos das peças, que hoje estão no museu de Sobral.

É necessário deixar claro, que a escravidão era uma realidade legal que cobriu todo o Império do Brasil, mas este fato não significou nem de longe que o uso de escravos na produção agrícola fosse o mesmo nesse imenso e heterogêneo território. A produção agrícola do Ceará oitocentista, bem como vastas áreas do sertão do que hoje chamamos de Nordeste, não dependiam da escravidão<sup>317</sup>, esta produção era feita por gente cabocla<sup>318</sup>, que vivia na condição de moradores de fazendas ou como pequenos proprietários, como já foi comprovado por Verônica Secreto<sup>319</sup>, quando descreveu as revoltas dos quebra – quilos, que foram atos de rebeldia de gente pobre livre, que se levantou justamente por perdas no seu poder de compra e por receio das mudanças nos padrões de pesagem e medição das mercadorias que consumiam<sup>320</sup>. Os objetos prospectados por Simansky<sup>321</sup>,

---

<sup>313</sup> SYMANSKY, L. C. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: Um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. *Revista de Arqueologia*, 21, n.2: 73-96, 2008.

<sup>314</sup> Ibid.

<sup>315</sup> Ibid. p. 89- 93

<sup>316</sup> Ibid. p . 79- 89

<sup>317</sup> SECRETO, op. cit .p . 47

<sup>318</sup> Ibid

<sup>319</sup> Ibid

<sup>320</sup> Ibid

pertenceram a esta gente trabalhadora, não muito pobre ou remediada, ao ponto de ainda consumirem alguma mercadoria importada<sup>322</sup>, ainda que mais barata ou em pequenas quantidades, e dessa maneira se integraram aos circuitos de comércio internacional.

As louças, por sua vez, constituem a categoria material mais indicativa de uma esfera de interação mais ampla: a do capitalismo internacional, sobretudo da produção industrial europeia. Em termos de decoração, essa amostra caracteriza-se pelo predomínio das louças mais baratas, brancas (59,3%) e minimamente decoradas(34,4%), com apenas uma peça pintada a mão, e uma decalcada (...). Porém embora não ocorram exemplares de alto valor econômico...comuns nas unidades domésticas da elite nordestina (...) é bastante provável que mesmo as louças mais simples do sítio Queimadas I fossem consideradas bens de prestígio pela população local (...).<sup>323</sup>

O estudo arqueológico para um consumo que mesclava peças importadas de louça barata com a cerâmica local, tal como Baudrillard lembrou, é um conjunto que melhor informa sobre o sentido de uso de cada objeto, ou seja, quando percebemos o contexto em que estava e os outros objetos com os quais estava associado<sup>324</sup>.

O contexto de uso dessas peças era de um relativo prestígio, pois mesmo baratas ou em pequena quantidade, estes objetos conferiam uma certa distinção entre as camadas pobres. O seu uso apresentava-se em complementaridade com a cultura material local, pois peças importadas eram utilizadas juntamente com peças originárias do artesanato local. Além disso, o seu uso apresentou grande criatividade, pois mesmo em pequena quantidade, os artigos

---

<sup>321</sup> SYMANSKY. Op. cit.

<sup>322</sup> Ibid. p. 77

<sup>323</sup> Ibid. p. 86

<sup>324</sup> BAUDRILLARD, op. cit. p. 83-85

importados, nem sempre eram utilizados da maneira que seus fabricantes projetavam, como foi o que o estudo arqueológico constatou.

Como resultado de análise do material prospectado, por Symansky<sup>325</sup> e sua equipe, foi sendo perscrutada uma maior quantidade de pires do que de xícaras, seu tradicional par. Essa desproporção é um forte indicativo de que os pires tiveram uma intensidade de uso bem maior do que as xícaras, e assim foram sujeitos á funções múltiplas<sup>326</sup>. O estudo aponta o provável uso dos pires como pequenos pratos e também como recipientes para bebidas quentes, como café e chá<sup>327</sup>. Dado o calor da região<sup>328</sup>, os líquidos podiam esfriar mais rápido neles e, assim, parece que eram consumidos popularmente<sup>329</sup>.

## 2.3 – TRABALHADORES, COMÉRCIO E CIRCULAÇÃO DE PORTUGUESES.

### 2.3.1 Circulação de trabalhadores lusos e as autoridades de origem portuguesa.

Analisamos, neste tópico, a circulação de portugueses que viveram no Ceará e deslocavam-se em função de suas atividades comerciais. Primeiro, observamos a sociedade beneficente portuguesa *Dous de Fevereiro*<sup>330</sup>, sediada em Fortaleza. Não abordaremos exclusivamente esta instituição, mas suas ações atravessam as questões aqui trabalhadas, que são: hierarquias e diferenças dentro

---

<sup>325</sup> SYMANSKY. op. cit. p. 88

<sup>326</sup> Ibid. p 88

<sup>327</sup> Ibid

<sup>328</sup> Ibid

<sup>329</sup> Ibid

<sup>330</sup> BR APEC, GP, CO. Fundo Governo da Província do Ceará. Ofícios ás associações. Est 04, Ala 04, Prateleira 18, Livro 167. Número antigo do livro: 175. Estatutos da Sociedade Beneficente Portuguesa Dous de Fevereiro de 1872.

desta comunidade mercantil portuguesa; controle e circulação de trabalhadores, bem como os interesses relativos ao mercado de trabalho para caixeiros

Para compreendermos o porquê de uma sociedade dita beneficente, se distribuiu em diferentes problemas ligados ao grupo tratado e recorreremos à ajuda de dois autores que estudaram o associativismo do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX, Vitor Fonseca<sup>331</sup> e Marconi Marotta<sup>332</sup>. Fonseca mesmo tendo seu objeto situado no século XX, fez um interessante percurso pela história do associativismo brasileiro oitocentista, expondo a classificação e os tipos de associação de acordo com a legislação de cada época desta centúria. Ele também detalha muitos cuidados que denotam uma atitude de muito controle do Estado, que determinava formas de eleição e outras práticas<sup>333</sup>.

Marconi Marotta<sup>334</sup>, ao estudar o associativismo carioca do Oitocentos, estabeleceu uma classificação muito interessante, posto que mais baseada na prática dos sujeitos do que na legislação. Este autor foi percebendo, por meio de dados empíricos, as leis e as práticas das associações. Para tal, usou suas regras internas e a forma como se identificavam nos jornais.

Ele primeiro as dividiu com base em dois padrões<sup>335</sup>:

1 – As que reuniam por critério homogeneizante, como nacionalidade, região ou corporativista.

---

<sup>331</sup> FONSECA, Vitor Manoel Marques da. No gozo dos direitos civis: Associativismo no Rio de Janeiro, 1903- 1916. Edições Muiraquitã. Niterói. 2008

<sup>332</sup> MAROTTA, Marconni Cordeiro. As sociedades do Império. Política, Economia e Associativismo no Rio de Janeiro do Segundo Reinado. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFF. Niterói, 2015.

<sup>333</sup> FONSECA, Op. cit. 53-72.

<sup>334</sup> MAROTTA, op. cit. p. 47-48.

<sup>335</sup> Ibid.

2 – As que existiam para fins diversos e estavam incluídas, neste tipo, as beneficentes que, na época, já eram mais da metade das sociedades abertas, além de outras, como as de caridade, instrução, recreativas e de homenagens <sup>336</sup>.

O quadro por nós estudado apresentou semelhanças com muitas das situações analisadas por Fonseca<sup>337</sup> e Marotta<sup>338</sup>, apesar de investigarmos um universo urbano radicalmente menor que o Rio de Janeiro. Além disso, a comunidade lusa de Fortaleza, não era apenas pequena, mas também nova, recém-estabelecida. Estes fatores, que eram a pequenez quantitativa da comunidade lusitana e seu recente estabelecimento, incidiram diretamente nos problemas que a sociedade beneficente Dous de fevereiro enfrentou, e o contexto lhe impôs a versatilidade.

Se levarmos em conta os critérios de Marotta, essa sociedade não se encaixa em nenhum dos padrões que resolviam as questões clássicas beneficentes, uma vez que também agia na colocação dos caixeiros em postos de trabalho. Era uma associação baseada em critério de nacionalidade e tinha atividades recreativas. Portanto, a prática que a definia era múltipla, o que podemos atribuir ao fato de não existir nenhuma outra entidade para reunião e associação de portugueses na região.

Nos seus estatutos, diversos artigos revelavam que um dos objetivos desta entidade era o controle sobre a mão de obra portuguesa, essencial para o funcionamento dos negócios mercantis. No artigo quinto, por exemplo, era afirmado que caso o trabalhador português não conseguisse emprego, ganharia passagem para outra província próxima, ou para outra mais distante, no próprio

---

<sup>336</sup> Ibid. p. 47-48.

<sup>337</sup> FONSECA, op. cit. 47-48

<sup>338</sup> MAROTTA, op. cit. p. 47-48.

Império. Junto levaria uma recomendação, de modo a facilitar que conseguisse trabalho<sup>339</sup>.

A mesma instituição também intermediava a colocação dos portugueses em Fortaleza. De acordo com as suas normas, ela deveria manter contato com outras beneficências portuguesas. Por este motivo, suspeitamos que todas essas entidades estavam envolvidas em um quadro maior e que de algum modo influenciava a circulação de trabalhadores lusitanos. Possivelmente, esta era uma espécie de rede que abrangia a costa brasileira, ou pelo menos, algumas de suas principais praças comerciais.

O artigo 5, nos dá outra informação importante, além da existência de um tipo apoio que remanejava o trabalhador português para outra praça comercial do Norte do Império. As. O artigo contemplava com o direito de mudança de praça os portugueses **presentes/residentes**, (grifo meu) caso estejam em necessidade e tendo direito à passagem com recomendações para trabalho em outras províncias próximas<sup>340</sup>, pensamos nesta diferença como algo importante e indicadora das formas que os caixeiros portugueses vivenciaram este fluxo.

Note-se que existe uma discreta diferença entre presente e residente. Ao nosso ver, presente podia ser a situação de um imigrante que não conseguiu até então se tornar um residente e que, precisando de trabalho, se submetia naquele momento a uma migração interna no império. Assim começamos a ver, em casos

---

<sup>339</sup> BR APEC, GP, CO. Fundo Governo da Província do Ceará. Offícios ás associações. Est 04, Ala 04, Prateleira 18, Livro 167. Número antigo do livro: 175. Estatutos da sociedade Beneficente Portuguesa Dous de Fevereiro de 1872 e 1888

<sup>340</sup> BR APEC, GP, CO. Fundo Governo da Província do Ceará. Offícios ás associações. Est 04, Ala 04, Prateleira 18, Livro 167. Número antigo do livro: 175. Estatutos da sociedade Beneficente Portuguesa Dous de Fevereiro de 1872

como este citado, os detalhes da circulação interna dos imigrantes portugueses dentro do território do Império brasileiro.

Ao que parece, havia portugueses que se constituíam em espécie de autoridade para a comunidade portuguesa. Talvez tenham sido ligados ao comércio e possivelmente eram agentes da circulação de trabalhadores lusos. Um sinal desta possibilidade é um ofício da presidência da província, que respondia a um comunicado do consulado de Portugal. Nele, havia referência ao apoio, em forma de passagem, que o calceteiro português Manoel José Martins teria direito, “na forma do artigo e do respectivo contrato”<sup>341</sup>, apesar de não se tratar de um caixeiro ou pequeno mercador. Para nós, este é um exemplo de que as autoridades portuguesas protegiam os lusitanos nas relações de trabalho estabelecidas. Neste caso, a ação consular asseguraria a mobilidade do indivíduo.

Outra informação que demonstra a ação de agentes portugueses na circulação de trabalhadores, mas igualmente em uma diversidade de assuntos de práticas variadas, foi a promulgação, no Brasil, em novembro de 1851, do decreto número 855 que, segundo Gladys Sabina Ribeiro, regulava as isenções e atribuições dos agentes consulares estrangeiros no Império, bem como o modo como se dava a arrecadação e a administração das heranças de súditos de suas nações.<sup>342</sup> E ainda segundo a mesma autora, a primeira parte destas atribuições era descrita no seu artigo primeiro:

---

<sup>341</sup> BR APEC, GP. Fundo Governo da Província do Ceará Ofícios aos agentes diplomáticos e consulares. Ala 04, Estante 04, Prateleira 18, Livro 156, número antigo do livro: 173. Ofício de 25 de novembro de 1863.

<sup>342</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *Alimentando o mito do Eldorado: Intercâmbio de capitais entre Brasil e Portugal*. Centro de Estudos Educação e Sociedade. In. SOUSA, Fernando de. *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto. Cepese, 2002. p 324.

No artigo 1.º desse decreto, os agentes consulares deveriam favorecer e promover a navegação e o comércio legal dos seus nacionais, protegê-los contra medidas ilegais; assisti-los em suas pretensões justas perante autoridades locais; representá-los em medidas que afetassem o comércio e navegação; deveriam receber declarações, protestos, termos que lhe apresentassem os capitães de navios; legalizá-los; passar escritura, fazer contratos marítimos e casamentos, entre outras medidas administrativas.<sup>343</sup>

O decreto regulava a mobilidade que vemos atestada na documentação que compulsamos, que fazia parte da experiência dos portugueses dos residentes em Fortaleza e, provavelmente, em todas as outras províncias do Brasil.

### 2.3.2- Os portugueses na cidade: conexões entre moradia trabalho e circuitos comerciais.

Nesse sentido, os chamados Termos de Residência de Estrangeiros são um corpus documental especialmente reveladores<sup>344</sup>. De origem policial, neles temos dados da trajetória dos portugueses, ou seja, por onde andaram e viveram desde que desembarcaram no Brasil, antes de se estabelecerem em Fortaleza.

Aproximadamente um quarto deles viveu, ou no mínimo esteve de passagem, por outras cidades comerciais importantes do norte agrário, antes de se fixar na capital do Ceará. A nosso ver, isto indica, no mínimo, uma intensa circulação. Entretanto, temos uma questão que fica por resolver: Esta circulação

---

<sup>343</sup> Ibid.

<sup>344</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839-1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656.

seria de fato de imigrantes vindos de outras cidades do norte do Império, ou será que tinha relação com as outras beneficências portuguesas?

2.3.2.1 Os circuitos das mercadorias como circuitos de trabalhadores do comércio.

Em nossa pesquisa constatamos que dos duzentos e trinta e dois estrangeiros que foram registrados nos *Termos de Residência de Estrangeiros de Fortaleza*<sup>345</sup>, duzentos e dois eram portugueses. Este tipo de fonte guarda características comuns com um importante material utilizado por Gladys Sabina Ribeiro em *A liberdade em Construção*, que neste caso, são os Códigos de Legitimação e Apresentação de Passaportes<sup>346</sup>. O trabalho feito por esta historiadora, tanto nos serviu como parâmetro comparativo em algumas circunstâncias que são trabalhadas a partir deste ponto da dissertação, e mais do que isso, foram um importante referencial metodológico, que nos orientou sobre como proceder com fontes oriundas do controle policial de estrangeiros.

Como já foi dito, tanto os *Códices* pesquisados por Ribeiro, como os nossos *Termos*, são documentos de origem policial. No caso da Historiadora carioca, para as décadas de vinte e trinta do Oitocentos, foi detectado uma grande riqueza de informações, que seriam

---

<sup>345</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839-1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656.

<sup>346</sup> RIBEIRO, 2002. Op. cit. p 181.

“ nome, data, idade , estado civil, e local onde contraiu casamento; profissão, onde a exerceria e para quem trabalharia no Brasil, além do tipo de negócio que montaria ou no qual se empregaria; finalidade da vinda; procedência; destino ; rua da residência presumível e de quem era a casa de moradia; nível de alfabetização – se sabia ler e escrever , assinar o nome ou era analfabeto - ;e que transporte veio – nome e tipo de embarcação; se trouxe passaporte e de onde;...”<sup>347</sup>

A ressalva dada pela historiadora em questão é que , se por um lado a possibilidade de tipos de informação era rica, por outro, estas informações não seriam constantes<sup>348</sup>, ou seja , todas essas informações não foram encontrada para cada imigrante registrado. Para ela, tal inconstância no cuidado de se registrar, poderia ser culpa do funcionário responsável pelas anotações das informações. Em nosso caso, tivemos o mesmo problema, existe riqueza de informações, no entanto, não apareceram com regularidade.

Descrevendo os nossos registros policiais, podemos dividir a apresentação das informações de acordo com o livro I dos termos (1839) e com o livro II (1842, ). Para o primeiro livro, os dados informados foram: Nome, idade, nacionalidade, naturalidade; rua em que vive (em nenhum termo deste livro foi informada a numeração dos endereços); ano, nome e tipo da embarcação em que chegou ao Império e de onde veio; ano, nome e tipo da embarcação em que chegou a Fortaleza, e se veio por terra para Fortaleza; profissão, nome do patrão, e se coabitava com o mesmo ou no lugar de trabalho; características físicas.

Para o livro II, do ano de 1842, as informações são quase as mesmas, porém, deixa-se de informar o nome do empregador, nos casos dos trabalhadores. A informação do número da rua aparece, embora não seja um elemento constante, posto que a maioria declarou apenas a rua em que residia, é um dado que não se

---

<sup>347</sup> Ibid. p 182

<sup>348</sup> Ibid.

encontrava de maneira alguma no primeiro livro. Todavia, o que nos chamou mais a atenção ao analisar este documento, foi a forma como os dados declarados foram organizados.

Visualmente a forma como esta documentação foi escrita, passou a dar grande destaque aos traços físicos do imigrante; se por um lado no primeiro livro, as características corporais eram descritas no fim do texto, sem sofrer nenhum destaque; por outro, no Livro II de 1842, a descrição física aparece separada do texto, destacada em uma grande coluna do lado direito da folha. Com o passar dos meses do referido ano, esta coluna cresceu e ficou escrita com letras maiores, se tornando maior que o próprio texto, estes dados eram: estatura (alta, ordinária e baixa), cor da pele (no caso dos portugueses: alva, rosada e parda), nariz (alto, regular, grosso e afilado), boca (regular, ordinária), cor dos olhos e dos cabelos, barba (pouca, muita e sua cor que poderia ser diferente da dos cabelos) e rosto (oval, comprido, redondo).

De forma surpreendente, essas informações que descreviam fisicamente o imigrante aparecem com regularidade em todos os termos do Livro II. Considerando o que Gladys Sabina Ribeiro afirmou sobre os códices “A riqueza de detalhes normalmente obedecia ao preciosismo de quem fazia a anotação”<sup>349</sup>. Podemos pensar na hipótese, de que o nível desse preciosismo do burocrata que efetuava o registro, muitas vezes não fosse apenas um capricho, mas sim uma orientação, uma ordem de seu superior. No nosso caso, informações importantes são ausentes, como o número da casa ou a embarcação em que chegou o imigrante; no entanto, as informações sobre os traços físicos dos imigrantes é constante, aparece com regularidade em todos os termos, não é esquecida em nenhum. A

---

<sup>349</sup> Ibid. p 182

nossa hipótese é que esta seria a forma de melhor registrar a imagem desses sujeitos, posto que aquela era uma época em que provavelmente a fotografia não fosse facilmente acessível aos órgãos de controle policial, pensamos que a atenção aos referidos detalhes corporais fosse uma forma de se fazer uma eventual descrição e identificação individual.

Sobre a circulação dos imigrantes, antes de se fixarem em Fortaleza, detectamos que, aproximadamente um quinto destes indivíduos reemigraram para Fortaleza, oriundos de províncias próximas entre os anos de 1839 e 1842. Detectamos que uma boa parte deles havia passado por alguma praça comercial importante do litoral setentrional do Império, antes de se fixarem em Fortaleza.

Do total, sessenta e cinco indivíduos afirmaram terem estado antes em outra cidade brasileira, sendo que destes, quarenta e seis haviam passado por ou vivido em Recife; doze em São Luís; dois no Rio de Janeiro; um em Salvador e um em Acaracu (porto do litoral oeste do Ceará). O Ceará mantinha fortes relações comerciais com Pernambuco e com o Maranhão, as capitais dessas províncias que estavam entre as maiores do império. E Fortaleza se encontrava entre essas duas, aliás, o Ceará desde o período colonial, era também o principal caminho terrestre que ligava São Luís ao Recife.

Tendo como base uma análise mais pormenorizada dos termos de alguns imigrantes, conseguimos detectar características comuns entre alguns dos indivíduos registrados. Estas características nos ajudam a vislumbrar a ligação destes indivíduos com prováveis redes de solidariedade, bem como auxiliam a identificar os circuitos por onde passavam.

Como primeira conclusão, a partir das informações fornecidas por esses indivíduos, podemos afirmar que a quase totalidade desses imigrantes portugueses, era formada por caixeiros ou por indivíduos que afirmavam ter “profissão comercial” ou “viver de negócio”. Este dado nos indica que, a mobilidade destes indivíduos tem relação com sua atividade mercantil. Este é o caso de Francisco Pereira da Costa, natural da vila de Mundim em Portugal, que havia chegado a Fortaleza em 1840, mas que residia em Recife desde 1837, ele declarou ser caixeiro.<sup>350</sup> Também é o caso de José Antonio Ferreira, natural de Guimarães, este homem emigrou do porto de Lisboa para Recife no ano de 1837, em 1841 ele reemigrou para Fortaleza, sendo aqui registrado nos termos de residência em maio de 1842, ele declarou ser de “profissão comercial”<sup>351</sup>.

De todos os portugueses que partindo de São Luís e Recife reemigraram para Fortaleza, apenas quatro não pertenciam ao mundo mercantil. Foi o caso de Manoel da Silva, de “profissão marítima”, era natural de Lisboa e de lá emigrou para São Luís do Maranhão em 1834. Manoel se mudou da capital da província maranhense para Fortaleza em 1838<sup>352</sup>.

Para efeitos de comparação, observamos a movimentação dos britânicos. São cinco indivíduos, quatro declararam ser comerciantes ou negociantes com estabelecimento próprio e apenas um caixeiro. Deles, apenas um

---

<sup>350</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839-1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Livro 2 (1842). Folha 2 (frente).

<sup>351</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839-1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Livro 2 (1842). Folha 6 (frente)

<sup>352</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839-1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Livro 2 (1842). Folha 23 (frente)

veio de Recife para Fortaleza, se chamava Alfred Henry<sup>353</sup>, vivia de negócio e veio do Recife para Fortaleza em 1835, tendo seu registro efetuado nos termos de residência de Estrangeiro em 1839. O restante dos britânicos vieram diretamente de Liverpool, inclusive os que eram naturais de Londres, como é o caso de Willian Corlett<sup>354</sup>, londrino que veio para Fortaleza diretamente de Liverpool em 1831. Seguindo igual rota, o caixeiro inglês Henry Ellery<sup>355</sup>, aos quinze anos de idade no ano de 1835, saiu do porto de Liverpool no brique inglês *Florat* para desembarcar em Fortaleza no mesmo ano, onde se empregou como caixeiro do também inglês Peter James Faulkes<sup>356</sup>. Este último por sua vez, também havia saído de Liverpool tendo Fortaleza como destino, só que em data bem anterior, 1821.

Apesar do número dos britânicos ser bem inferior ao dos portugueses, é possível tecer uma comparação e concluir que a característica de circular entre as praças comerciais do norte do Império, foi algo mais próprio dos portugueses. Pois mesmo havendo uma importante comunidade mercantil inglesa fixada em Recife, não se detectou indivíduos dessa origem se movimentando daquela praça pernambucana para Fortaleza. Os poucos britânicos presentes em Fortaleza, em sua maioria, tinham se deslocado diretamente d Inglaterra para o Ceará. Nota-se, portanto, que era parte da realidade dos caixeiros portugueses a possibilidade da movimentação ou reemigração.

---

<sup>353</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839-1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Livro 1.(1839) Folha 24 (frente)

<sup>354</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839-1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Livro 1 ( 1839) Folha 35

<sup>355</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839-1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Livro 1(1839) Folha 38

<sup>356</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839-1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Livro 2 ( 1842) Folha 25 (verso)

A escolha de novos espaços brasileiros pelo imigrante que estava já residindo no império ou que acabava de chegar podia funcionar como se ele estivesse em uma zona de fronteira, tal qual foi pensado por Jorge Pedreira<sup>357</sup>, este autor entendeu que a América Portuguesa, pode ser visto como “uma sociedade de fronteira”<sup>358</sup>, porque graças a sua constante expansão territorial e econômica, exercia uma espécie de magnetismo sobre os emigrantes, que eram atraídos pelas chances de trabalho e negócios. Nesse caso, a província do Ceará podia se encaixar em tal definição, pois era um espaço cuja intensificação da exploração mercantil só havia começado nos fins do século XVIII e por isto oferecia oportunidades para trabalhadores do comércio e para o estabelecimento de negócios<sup>359</sup>. Pedreira também indicou que a relação da emigração de reinóis para o Brasil usava os centros comerciais mais importantes como ponto para penetração em um território que, por seu baixo desenvolvimento econômico estava em constante expansão. Por esse motivo sempre oferecia possibilidades de estabelecer negócios de forma pioneira<sup>360</sup>.

O Ceará, e especificamente a sua capital, encontravam-se no século XIX vivendo uma situação ainda nova, ocasionada por dois fatores. O primeiro foi a crescente produção de algodão, que ocorria desde os fins da colônia. Só para se ter uma ideia, o valor das exportações de algodão pelo porto do Recife se igualou ao valor das exportações de açúcar<sup>361</sup>, isto ajuda a comprovar que a produção desta fibra, havia crescido, tanto na região, quanto no Ceará, pois era por este porto que

---

<sup>357</sup> PEDREIRA, Jorge M. Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (séculos XVII e XVIII). Anais da Universidade de Évora, 08 e 09.1998 \1999: P. 47-72. 49-51, 54

<sup>358</sup> Ibid. p.49

<sup>359</sup> Ibid.p. 50

<sup>360</sup> Ibid. p. 47-72. 49-51p

<sup>361</sup> GIRÃO,1986. Op.cit. p 148

que parte do algodão cearense ainda escoava , e essa produção seguiu aumentando século dezanove adentro.<sup>362</sup>

O segundo fator foi a sua autonomia em relação a Pernambuco. Deve-se destacar o fato de que mesmo após a oficialização e a criação da administração da provincial faltavam equipamentos e estrutura. Nesse caso, o que mais fazia falta era um porto adequado aos grandes navios e estradas que ligassem a capital com as áreas de produção no leste e sul da província. Então, até a década de 1840, estas áreas do Ceará continuavam utilizando o velho porto de ligação como o Recife. Portanto as safras cearenses tinham saída, tanto pelo porto de Fortaleza, quanto pelo de Recife.

De acordo com Lemenhe<sup>363</sup>, para o ano de 1811, 81% (11.354 arrobas) do algodão comercializado no porto fortalezense seguia diretamente para a Inglaterra, e apenas 18, 7% seguia para Recife, onde era reexportado. Se compararmos com o porto do Aracati, que tradicionalmente ligava comercialmente as regiões sul e leste do Ceará à praça recifense, a coisa muda de figura, do porto daquela vila, a totalidade do algodão comercializado (9.249 arrobas) era enviado para Recife. O algodão cearense, tanto engrossava a pauta de exportações de Fortaleza quanto de Recife, depende apenas de qual região era produzido.<sup>364</sup>

Este quadro nos revela um espaço com as características de fronteira econômica, ou seja, pouca e recente estrutura somada a uma crescente atividade econômica. Não se pode afirmar que todos estes portugueses viessem para trabalhar unicamente com o algodão, mas esta cultura agrícola certamente possibilitou acúmulo de capital - o que impulsionou a formação de um mercado

---

<sup>362</sup> Ibid.

<sup>363</sup> LEMENHE, op. cit. p 63

<sup>364</sup> Ibid.

consumidor para outros produtos e/ou serviços e também dinamizou o mercado de trabalho.

Os vínculos do Ceará com estes portos primeiro se deviam à ligação obrigatória entre o porto cearense do Aracati e o do Recife, para onde tudo o que se exportava do Ceará devia seguir. De lá, devia ser redistribuído para o restante da colônia ou da metrópole; em segundo lugar, ressaltamos a existência do já explorado fenômeno econômico do algodão no resto do século, conforme vimos no capítulo 1.

Um artigo de Manuel Gaspar de Oliveira<sup>365</sup>, sobre as potencialidades da província, foi publicado em meses diferentes de 1850, no *Jornal Pedro II*<sup>366</sup>. Durante o mês de outubro do dito ano, o autor afirmava que já se exportava algodão tanto por meio de Recife como de São Luís. Por mar, São Luís era mais próxima. Segundo Gaspar de Oliveira, cobrava taxas portuárias bem mais baratas do que o porto pernambucano<sup>367</sup>.

Para várias regiões do oeste do Ceará, o porto ludovicense seria mais próximo, tanto por mar, como por terra. Logo, podemos associar a circulação e reemigração de portugueses do Recife e de São Luís para Fortaleza aos laços comerciais entre estas praças, oriundos pelos negócios do setor algodoeiro, e não apenas ao fato de existir vizinhança. A mudança de cidade só seria interessante se

---

<sup>365</sup> *Jornal Pedro II* Março – Outubro de 1850. BN

<sup>366</sup> SABINO, Ana Carla . A imprensa em pauta. *Jornais Pedro II, Cearense e Constituição*. Fortaleza: Museu do Ceará\Secult, 2006 .p 63. Segundo a historiadora Ana Carla Sabino, o *Jornal Pedro II*, começou a funcionar com o nome de *Dezesseis de dezembro*, em 1838, um pouco mais tarde em 1840 toma o nome do Imperador , que seguiu usando até o final da monarquia, passando a se chamar *O Brazil* , por poucos meses até seu fim definitivo em 1890. Era um jornal de caráter político conservador, que aquela época surgiu em oposição ao governo liberal de José Martiniano de Alencar.

<sup>367</sup> *Jornal Pedro II* Março – Outubro de 1850. BN

o novo destino oferecesse possibilidades de se estabelecer bem em um mercado que, se não era grande, pelo menos estava em desenvolvimento.

Voltando ao assunto de como os portugueses constituíam autoridades dentro das suas comunidades, podemos ainda tecer certas considerações em torno da sua atividade associativa em Fortaleza. Percebemos que a Sociedade Beneficente Portuguesa Dous de Fevereiro exerceu algum tipo de controle de mão de obra. Para esta afirmativa, tomamos por base dois documentos desta instituição: os seus estatutos dos anos de 1872 e 1888<sup>368</sup>.

Nota-se que esta sociedade pode também ser entendida como uma organização de patrões, e não apenas uma associação com fins mutualistas, pois a usavam como meio de controlar um mercado de trabalhadores (caixeiros em sua maioria) portugueses. Não era de uma única classe, pelo menos no que dizia respeito à sua composição. Nela se reuniam os negociantes, os comerciantes de porte menor e os caixeiros, contudo, pelo que as fontes indicam, havia um predomínio político dos negociantes.

É esta configuração mista, com o predomínio de uma classe sobre as outras, que vemos como uma forma de controle de trabalhadores que não limitado ao ambiente de trabalho, mas extensivo ao comportamento cotidiano dos caixeiros. Dessa maneira, pensamos serem as divisões de uma instituição reveladoras das frações e dos grupos que a compuseram, bem como dos seus reais objetivos, que nem sempre são ditos claramente.

---

<sup>368</sup> BR APEC, GP, CO. Fundo Governo da Província do Ceará. Ofícios ás associações. Est 04, Ala 04, Prateleira 18, Livro 167. Número antigo do livro: 175. Estatutos da sociedade Beneficente Portuguesa Dous de Fevereiro de 1872.

Para conhecê-los, observamos quais os encaminhamentos e as decisões que fizeram parte da ação desta entidade. Por meio dessa análise, pudemos ver como o grupo agiu, de qual forma e como alcançou seus objetivos. Sobre as classes componentes dessa associação havia os proletarizados, em geral caixeiros, e todos obrigatoriamente portugueses. Estes tinham direito a benefícios, tais como, auxílio financeiro em caso de doença, desemprego e morte. Eram os chamados de **sócios efetivos**.<sup>369</sup>

Uma segunda categoria era a dos **sócios benfeitores**, que pagavam uma quantia bem mais elevada e podiam ser de qualquer nacionalidade, embora não pudessem compor a diretoria. A terceira e mais importante categoria era a dos **sócios beneméritos**, que também podiam ser de qualquer nacionalidade, além de serem os únicos com o privilégio de compor a diretoria<sup>370</sup>.

Vislumbramos, então, que os sócios benfeitores eram comerciantes de médio e menor porte. Os negociantes estariam entre os beneméritos, que seriam os de maior poder e com o direito de direção da entidade. Nota-se que a hierarquia dos sócios refletia a divisão social do trabalho. Interessa igualmente chamar atenção para a pequena burguesia, que mesmo sem grande poder dentro desta entidade, estava lá representada pelos sócios benfeitores e, provavelmente, se sentia beneficiada pelas ações de suas diretorias, mesmo sem poderem ter um papel decisivo.

---

<sup>369</sup> BR APEC, GP, CO. Fundo Governo da Província do Ceará. Offícios ás associações. Est 04, Ala 04, Prateleira 18, Livro 167. Número antigo do livro: 175. Estatutos da sociedade Beneficente Portuguesa Dous de Fevereiro de 1872

<sup>370</sup> BR APEC, GP, CO. Fundo Governo da Província do Ceará. Offícios ás associações. Est 04, Ala 04, Prateleira 18, Livro 167. Número antigo do livro: 175. Estatutos da sociedade Beneficente Portuguesa Dous de Fevereiro de 1872

O que classificamos aqui como pequena burguesia são os mercadores, tal qual são definidos por Jaquerie de Salles<sup>371</sup>, ou seja, os que atuavam como donos de estabelecimentos retalhistas. Essa classificação segue também as discussões atuais da historiografia internacional. Jonatahn Morris define este grupo como sendo “ clearly understood to denote a small proprietor in contradiction to a large one...”<sup>372</sup>. O historiador português Daniel Alves, que igualmente se dedicou ao estudo dos lojistas lisboenses entre 1870 e 1910, considera o termo pequena burguesia operativo, apesar das muitas diferenças internas que este grupo possa ter em seu trabalho, tal definição inspirada em Arno Mayer tomou a seguinte figura:

“ ...os lojistas , numa versão simplificada, serão aqui entendidos como os donos de estabelecimentos comerciais fixos de venda a retalho...a maioria destes indivíduos operava empresas de dimensão familiar, trabalhando eles próprios , por vezes com as próprias mãos, ao lado de alguns elementos da família mais próxima , ou de alguns, poucos, empregados.”<sup>373</sup>

É digna, portanto, de maior pesquisa a circulação de negociantes e de mercadores portugueses, posto o exemplo dos negociantes da família Pinto, apresentados no capítulo segundo. Para além da circulação dos caixeiros em âmbito regional, a presença deles na cidade também deve ser considerada.

Os trabalhadores do comércio e os pequenos comerciantes viviam em universos muito próximos, para não dizer que seriam os mesmos sujeitos em momentos diferentes de suas trajetórias. Os caixeiros eram empregados que desenvolviam diversas atividades. Possuíam, em geral, uma mínima

---

<sup>371</sup> SALLES, op.cit

<sup>372</sup> MORRIS, Jonathan. *Traders, taxpayers, citizens: the lower middle classes from liberalism to fascism in Modern Italy*( 2002), 7 (2), 153-169. P 154-155

<sup>373</sup> ALVES, Daniel . A República atrás do Balcão. Os lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia. (1870-1910) p 18.

qualificação<sup>374</sup>, pois sabiam ler e comumente dominavam aritmética comercial. Tal aprendizado era obtido em Portugal (onde pela cultura de emigração, frequentemente, o jovem que pretendia emigrar recebia um pouco mais de educação, e tal investimento era encaminhado, conscientemente, pela família para que ele conseguisse um posto de caixeiro no Brasil). Em aulas de comércio, no Brasil, também adquiriam e aperfeiçoavam os seus conhecimentos através de aulas particulares. No citado estudo feito por Gladys Sabina Ribeiro e Paulo Terra, que apesar de focar na instrução comercial de iniciativa governamental, também afirma existirem aulas particulares que eram ofertadas a partir dos anúncios de jornal<sup>375</sup>. Fabiane Popinigris<sup>376</sup> observou que esses profissionais obtinham os saberes necessários à prática profissional, junto aos seus patrões ou aos caixeiros já estabelecidos, uma vez que, geralmente, chegavam muito jovens e eram instruídos, tal qual os aprendizes. Caixeiros à procura por aulas de comércio, em solo brasileiro, também foram observados por Gladys Sabina Ribeiro. <sup>377</sup>Esta historiadora encontrou “vários pedidos de matrícula nas aulas de Comércio da Corte de lusos com idade entre 14 e 16 anos.”<sup>378</sup>

Lenira Martinho, em seu estudo pioneiro da caixeiragem brasileira, que mencionamos na introdução desta dissertação, dialogou com Silva Lisboa para definir e listar a variedade das funções que um caixeiro eventualmente poderia assumir:

---

<sup>374</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina; TERRA, Paulo Cruz. *Aulas de Comércio: mundo da educação versus mundo do trabalho livre e pobre na cidade do Rio de Janeiro*. In Venancio, Giselle Martins ; Secreto, Maria Verônica; Ribeiro, Gladys Sabina. *Cartografias da cidade (in) visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro. Mauad Editora\ Faperj.2017. p 198-199

<sup>375</sup> Ibid 201

<sup>376</sup> POPINIGIS, op. cit. p 33-34,46, 92.

<sup>377</sup> RIBEIRO; TERRA, 2017. Op. cit p 200

<sup>378</sup> Ibid.

- Caixeiro de balcão: encarregado pelos comerciantes a retalho, de efetuar vendas nos balcões;
- Caixeiro de fora (ou de porta-fora): encarregado das cobranças e das vendas fora do estabelecimento, geralmente acompanhado de um escravo.
- Caixeiro de escritório: Encarregado do expediente e de todo o trabalho do escritório, como cópias de cartas, faturas, de letras, ou das compras e vendas em grosso (atacado).
- Guarda – livros ou primeiro caixeiro: Fazia a escrituração dos negociantes, cuidando da caixa, além da correspondência.<sup>379</sup>

É útil lembrar que esta divisão de funções era ideal e que a autora usou uma forma didática de exposição. Sobre a mesma questão, Popinigis<sup>380</sup>, também se apoia em Martinho, pois em suas pesquisas pôde verificar através de fontes literárias e em jornais de época<sup>381</sup> que esta hierarquia realmente existia, no entanto, Popinigis aprofundou-se e comprovou uma maior complexidade dos ditos caixeiros de balcão<sup>382</sup>. Para esta autora, no grau mais baixo dos caixeiros existiam indivíduos que, mesmo sendo parte da caixeiragem, faziam os serviços menores, como limpeza, e no Rio de Janeiro eram conhecidos como “*vassouras*”.<sup>383</sup> Existiam também os caixeiros de fora, responsáveis por cobranças, entregas e outros serviços externos<sup>384</sup>. E se tratando de um mercado muito menos complexo que o do Rio de Janeiro, no Ceará, essas funções podem ter se apresentado mais misturadas. Pode-se dizer também que o desempenho simultâneo de funções cresceu em proporção inversa ao tamanho do negócio, ou seja, quanto maior o

---

<sup>379</sup> MARTINHO, Lenira Menezes. Caixeiros e Pés – descalços: Conflitos e tensões em um meio urbano. In *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte. Rio de Janeiro, 1992. P38-39

<sup>380</sup> POPINIGIS, op. cit. p32- 35

<sup>381</sup> Ibid. 34-35

<sup>382</sup> Ibid 33-34

<sup>383</sup> Ibid.

<sup>384</sup> Ibid 34

estabelecimento, menor a tendência de haver cruzamento de funções pelo fato de o número de trabalhadores à disposição ser maior.

A caixeragem fazia o atendimento<sup>385</sup>, a arrumação e a contabilidade da loja, do armazém ou do escritório. Os caixeiros cumpriam igualmente o papel de dar seguimento às ordens dos patrões; podiam fiscalizar o trabalho dos peões dos armazéns e dos escravos<sup>386</sup>. Estes trabalhadores tinham um papel chave na administração desses negócios, e por isso eram especialmente assediados e controlados pelos negociantes, Lenira Martinho<sup>387</sup> enfatiza que, “estabelecia-se, portanto, entre patrão e empregado, uma relação na qual os limites da autoridade do comerciante sobre o caixeiro eram medidos pela sua própria vontade e consciência.”<sup>388</sup>

### 2.3.2.1 Os caixeiros portugueses vistos através dos jornais

Nos jornais do período estudado (principalmente em “O comercial”, jornal de interesses comerciais)<sup>389</sup> foram encontrados anúncios sobre caixeiros, tanto de procura destes para trabalhar, quanto anúncios feitos por estes indivíduos comunicando a sua saída de um trabalho. Às vezes davam a notícia da sua transformação de antigo funcionário para dono de estabelecimento. Fabiane

---

<sup>385</sup> MARTINHO. Op. cit. 38-40

<sup>386</sup> Ibid. p. 81

<sup>387</sup> Ibid. p. 42.

<sup>388</sup> Ibid.

<sup>389</sup> Sobre os jornais pesquisados, em nota da página 88 desta dissertação, já está comentado o Jornal Pedro II. Sobre o jornal “*O Commercial : Jornal dos Interesses Commercias, Agricolas e Industriaes*”, nossa principal fonte jornalística, era de impresso por Francisco Luis de Vasconcellos. Este jornal divulgava notícias de cunho governamental, bem como outras notícias e matérias nacionais e internacionais de cunho econômico. Para o período de 1854, ano de sua fundação até 1859 Não conseguimos encontrar editorial ou nome de editor. Já a partir do ano de 1860, o padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar era identificado como seu editor, e órgão passa a se identificar como, de interesses comerciais, agrícolas e político liberal conservador, e desse período em diante apresenta editoriais, em que as vezes troca farpas com o Jornal conservador Pedro II. Também nenhum estudo feito sobre este Jornal foi encontrado.

Popinigis<sup>390</sup>, anteriormente, já havia encontrado casos em que os jornais eram utilizados por ex-caixeiros que se estabeleciam como comerciantes, para divulgar sua boa reputação e imagem na praça, sendo que os ex-patrões, por sua vez, também utilizavam os meios da imprensa escrita, para confirmar ou negar a boa conduta de seus antigos empregados<sup>391</sup>.

O que notamos, ao analisar as funções econômicas de um órgão de imprensa escrita, confirma o pensamento de Raymond Willians, que diz ser o jornal não apenas um meio de comunicação, mas também um meio de produção. Os jornais são meios de produção, a princípio, por um motivo simples, o fato de chamarem os consumidores por meio da publicidade; o outro motivo, menos óbvio, de interesse mais específico para o entendimento do mercado de trabalho para caixeiro, é que o jornal também serviria como intermediário entre trabalhadores e empregadores, uma vez que é possível se perceber a busca de caixeiros para serem contratados, portanto uma situação em que um meio de comunicação, ao dinamizar e até mesmo modernizar a relação entre capital e trabalho, tornava-se, também, um meio de produção.

Os anúncios que comunicam a procura por caixeiros acabaram dinamizando o funcionamento deste mercado de trabalho, facilitando a colocação dos que procuravam um trabalho e sanando a eventual necessidade de mão de obra, por parte de negociantes e comerciantes. Este papel que o jornal então tomava, pode ser considerada uma transformação nos velhos padrões de ingresso

---

<sup>390</sup> Ibid. 74-76, 92

<sup>391</sup> Ibid

na profissão mercantil que, àquela época, dependiam muito dos laços familiares e regionais entre os portugueses<sup>392</sup>.

Esse anúncio mostra bem esta relação:

Quem precisar de hum moço para caixeiro de escrita, ou armazém, dirija se a esta tipografia que se diz quem a isso se propõe .<sup>393</sup>

Procurava-se caixeiro com habilidades de escrituração, tal qual foi exemplificado através da pesquisa de Lenira Martinho. Também pode ser percebido que o jornal era um agente da produção, que não só anunciava os caixeiros, como funcionava como um intermediário para a colocação deste, quase como uma agência de emprego, uma vez que era de lá, da sede da tipografia que editava o jornal, que o pretendente deveria se apresentar ou procurar as informações sobre o futuro emprego.

O anúncio do comerciante português Francisco Dutra Macedo mostra a forma como ocorria a remuneração da caixeragem. Ei-lo:

Francisco Dutra Macedo precisa dúma pessoa que tenha habilitações necessárias para tomar conta d'uma casa de negocio, dando-se-lhe um ordenado sofrível ou interesse<sup>394</sup>

As suas habilidades não são expressas claramente, como afirmamos antes. É provável que a menor escala do mercado de Fortaleza requeresse uma

---

<sup>392</sup> POPINIGIS, op. cit. p. 155-156, 32-33; MARTINHO op. cit. p. 40-41, 69- 70; RIBEIRO, 1989. Op. cit. p. 20-21

<sup>393</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial. Outubro de 1856. BNRJ. P 4

<sup>394</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital.O Comercial. 10 de Dezembro de 1857 . BNRJ. P.4

versatilidade desses caixeiros, mais do que conhecimentos muito específicos. Entretanto, a forma de remuneração é bastante importante para recuperarmos o cotidiano e como viviam esses trabalhadores.

O salário era “sofrível”, porém colocada a possibilidade de trabalhar por interesse, ou seja, ganhar uma comissão em cima do que fosse vendido, levava que trabalhassem até como responsáveis pelo estabelecimento. Notamos isso também em outros anúncios, que comunicam que determinados e pequenos estabelecimentos, até pontos de feira, pertenciam aos comerciantes e negociantes, sendo os seus responsáveis apenas caixeiros, como podemos observar no anúncio abaixo:

Desidério Antonio de Miranda previne ao publico que tem um quarto na feira , de que he caixeiro Antonio Ricardo Junior, a quem da interesse nos lucros, e sendo o único comprador o dito D.A de Miranda , o mesmo senão responsabiliza por qualquer divida contrahida pelo dito Antonio Ricardo Junior, cuja declaração faz para se livrar de polemica com algum espertalhão. Ceará 23 de janeiro de 1850 Desiderio Antonio de Miranda.<sup>395</sup>

Por conta da provável e pouca especialização do mercado de trabalho, não encontramos muitos anúncios que descrevessem habilidades específicas dos caixeiros procurados. A função de cobrador também aparecia entre as desejadas. A moradia com o patrão, fato revelado em outras pesquisas sobre este assunto e em outros pontos do país<sup>396</sup>, foi observada, da mesma forma, em nossa investigação.

### 2.3.2.2 Relações entre moradia e controle.

---

<sup>395</sup> Biblioteca pública Menezes Pimentel\Hemeroteca. Jornal Pedro II. 23 de janeiro de 1850 p 5

<sup>396</sup> MARTINHO, op. cit. p. 40- 41; RIBEIRO, 2002. Op. cit. p. 197, RIBEIRO, 1989. Op. cit. p. 20-21, POPINIGIS, op. cit. p.155-157,

Retomamos neste ponto o trabalho de investigação junto aos *Termos de Residência de Estrangeiros*<sup>397</sup>, verificamos que dos 232 portugueses que tiveram suas residências registradas, dez afirmaram viver com seus patrões. No que diz respeito à forma como os portugueses se distribuía na cidade, as situações anteriormente encontradas por Gladys Sabina Ribeiro, também apresentaram semelhanças com as que apresentamos neste tópico, e por isso nos serviram de referencial comparativo e metodológico. A autora já havia indicado<sup>398</sup>, que as áreas prediletas para moradia eram as zonas de forte movimento comercial, tanto para os negociantes, como para os caixeiros. Ribeiro ainda reforça que para o caso da caixeiragem, viver em regiões de fluxo mercantil seria uma opção pelo fato de muitos morarem com seus empregadores<sup>399</sup>. Este tipo de informação aparece no Livro I, feito em 1839.

O nome do patrão sumiu nos registros feitos a partir de 1842, localizados no Livro II. Um exemplo da situação descrita é o caso de João Gonçalves de Miranda<sup>400</sup>, que era caixeiro de José Dias Macieira, com quem residia na Rua Formosa (atual Barão do Rio Branco), este jovem trabalhador havia se mudado de São Luís para Fortaleza em 1838. Situação similar foi vivida por José Lobo<sup>401</sup>, com treze anos de idade e natural da cidade do Porto, era caixeiro de seu tio/patrão, Joaquim Teixeira Leite, com quem residia..

---

<sup>397</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Cada termo era assinado pelo próprio imigrante, na presença do chefe de polícia da cidade de Fortaleza, o negociante português, José Eustáquio Vieira.

<sup>398</sup> Ribeiro . op. cit 197

<sup>399</sup> Ibid.

<sup>400</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Livro I Folha 47. Numeração antiga do livro: 1656.

<sup>401</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Livro I Folha 50

Outros revelavam apenas o nome do seu patrão, isto poderia ser uma forma de respaldar sua idoneidade junto ao órgão policial que fazia o registro. Esta circunstância pôde ser percebida no registro de Manoel José Tavares<sup>402</sup>, natural da Ilha do Pico e que declarara ser caixeiro do negociante português Antonio Nunes de Mello. Manoel José não afirmou se residia com o patrão, apenas disse quem ele era. A mesma coisa pode ser dita do caixeiro Manoel Ignácio da Silva Pimentel<sup>403</sup>, que da mesma forma que Manoel José, também era natural da Ilha do Pico; este tinha como empregador Manoel Nunes de Mello. Os casos destes caixeiros também nos levam a pensar nos vínculos entre suas trajetórias, os dois eram da mesma ilha nos Açores e eram empregados de dois irmãos, do clã de negociantes portugueses Nunes de Mello.

Sobre esta situação apresentada, podemos tecer a seguinte ilação: É possível que os Nunes de Mello, pertencessem a alguma rede de relações, que facilitasse o encaminhamento de indivíduos da ilha do Pico, para lhes servir. O caminho de seus caixeiros é similar aos de seus patrões, os Nunes de Mello eram originários da Ilha do Pico, este fato já é em parte a explicação, certamente mantinham contato com a sua terra de origem, o que ajudaria a intermediar a chegada de caixeiros daquele lugar. Não menos importante é a informação de que pelo menos um dos irmãos do referido clã, Antonio Nunes de Mello, havia vivido em Recife até 1837, ano em que se mudou para Fortaleza.<sup>404</sup>

---

<sup>402</sup>BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Livro I Folha 65

<sup>403</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Livro I Folha 65 (verso)

<sup>404</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Livro I Folha 03. Numeração antiga do livro: 1656

Destacamos também aqueles que declararam endereços iguais, o que nos leva a pensar que vivessem nos estabelecimentos, nos quais trabalhavam, e que se localizavam em áreas comerciais ou que dividissem o aluguel em cortiços, fato que indicaria laços de solidariedade. A informação do endereço exato, com número e rua, apenas aparece nos termos do Livro II dos termos de residência.

Outra diferença em relação ao primeiro livro, é que no segundo livro, não se cita e nenhum dos termos o nome dos patrões. Conseguimos obter a informação de poucos, porém ricos exemplos de caixeiros portugueses que coabitavam. Podemos citar os moradores do número 26 da Rua da Palma, em Fortaleza. Um deles era um caixeiro cujo nome está rasurado no documento, ele era natural da cidade do Porto e<sup>405</sup> antes de se fixar em Fortaleza vivia em Recife. O outro indivíduo que habitava este mesmo endereço se chamava Narciso José Ferreira, declarou ser de profissão comercial, natural de Braga, tendo migrado para Recife em 1826 e se mudado para Fortaleza em 1830. Além de viverem em mesmo endereço, a trajetória era similar, ambos tinham como experiência anterior a vida em recife. Alguns ainda declaravam-se apenas como habitantes dos mercados de fora e de dentro da cidade de Fortaleza<sup>406</sup>.

Além desses casos, só localizamos mais dois, em que podemos afirmar com certeza que viviam em um mesmo endereço. Apesar da numeração do imóvel ser um dado frequente ele não aparece na maioria dos termos, geralmente o imigrante fornece como informação apenas a rua em que residia.

---

<sup>405</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Livro II Folha 2(frente) Numeração antiga do livro: 1656.

<sup>406</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656.

Acerca das áreas onde os portugueses habitavam e levando em conta tanto os indivíduos que declaravam endereço completo, como aqueles que informavam apenas o nome da rua, a maioria indica a Rua da Palma como área de residência. A segunda zona de habitação, era a Praça Carolina ou Rua dos Mercadores, seguida pela Rua Formosa. Estes três espaços eram zonas comerciais de Fortaleza. Segue aqui o padrão encontrado de área preferencial para a moradia dos lusitanos detectado por Ribeiro <sup>407</sup> no Rio de Janeiro imperial, ou seja, a região de trabalho era a região de moradia, em todos os níveis da comunidade mercantil, negociantes, caixeiros e mercadores viviam e labutavam nessas áreas. Da mesma forma que foi apresentada para o caso carioca, em Fortaleza, os portugueses de estabelecimento mais antigo e os recém-chegados, além dos mais jovens, habitavam a mesma região.<sup>408</sup>

A relação entre os caixeiros não era necessariamente harmoniosa e guardava tensões previsíveis para o ambiente de exploração do trabalho. Tal característica pode ser verificada através de um romance do escritor cearense Rodolpho Theóphilo<sup>409</sup>. É certo que não devemos tomar o testemunho literário como uma fonte exata do passado, no entanto, se a literatura for focada a partir de outro ângulo, como o proposto por Sandra Jatahy Pesavento, o texto literário se torna uma fonte, que possibilita ao historiador captar “as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e davam o clima de um momento dado no passado...” <sup>410</sup> . O romance *O Caixeiro*, de

---

<sup>407</sup> RIBEIRO, 2002. Op. cit. p. 172, 197

<sup>408</sup> Ibid. p172

<sup>409</sup> THEÓPHILO, Rodolpho. *O Caixeiro*. Fortaleza. Tipografia Moderna. 1927

<sup>410</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O mundo como texto: leituras da História e da Literatura*. <http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30220/pdf>. P39

Rodolpho Theóphilo, apesar de ter sido publicado em 1927, retratou o ano de 1868 e foi baseado na sua experiência, quando este autor foi um jovem caixeiro e iniciava-se na vida laboral<sup>411</sup>. É um texto rico para se compreender as sociabilidades existentes entre os sujeitos que trabalhavam no comércio fortalezense dos Oitocentos.

Theóphilo era um homem múltiplo, famoso no Ceará por sua atividade de farmacêutico<sup>412</sup>, também era um sujeito de destaque na crítica da política e das injustiças de sua terra e de seu tempo.<sup>413</sup>Esse escritor –farmacêutico<sup>414</sup>, dirigia sua pontaria tanto aos grandes problemas que via, quanto aos que viveu em sua sofrida trajetória. Para o historiador Francisco Régis Lopes Ramos<sup>415</sup>, “... ele perpetuava a memória na força da letra, redigia a luta destemida da sua vida, fazia os trajetos de sua biografia. Palavra de receita e revelação.”<sup>416</sup>Ainda segundo Ramos :

O seu procedimento metodológico não se sustentava simplesmente na fundamentação teórica que pregava o resgate do passado...O mais importante era uma determinada ética de justiça, de mãos dadas com a estética da denúncia sem delongas.<sup>417</sup>

As palavras deste autor constituem um testemunho permeado pela indignação e tensão de quem experienciou a dureza da vida, de quem labutava no grau mais baixo da hierarquia mercantil que aqui investigamos. Apresentamos um primeiro exemplo, que denunciava o sofrimento dos caixeiros mais jovens e

---

<sup>411</sup> RAMOS, Francisco Regis Lopes. Rodolpho Theóphilo e Capistrano de Abreu: Algumas memórias no Museu do Ceará. Trajetos. Revista de História . UFC. Fortaleza, Vol 3, número 5, 2004. P 82

<sup>412</sup> FERNANDES, George Pimentel. A violência segundo Rodolfo Teófilo. Documentos. Revista do Arquivo Público do estado do Ceará. Número 4. Cidade e Violência. Secretaria de Cultura do estado do Ceará. Fortaleza. 2006. P 98- 100

<sup>413</sup> Ibid

<sup>414</sup> Ramos, op. cit. p 81

<sup>415</sup> Ibid. p 80

<sup>416</sup> Ibid.

<sup>417</sup> Ibid.p 81

iniciantes na atividade, sobre quem pesava a autoridade dos caixeiros superiores, que de acordo com Theóphilo, exerciam mando opressivo. Situações análogas a esta, foram detectadas antes de nós por Popinigris<sup>418</sup>, esta autora descortinou um verdadeiro quadro de exploração ampliada. Voltando a nossa investigação, podemos averiguar esse fenômeno por meio desta passagem: “Pela manhã acordei, na forma do costume, aos gritos do Joaquininho, primeiro caixeiro: Levanta preguiçoso (...)”<sup>419</sup>.

Theóphilo destila uma dose maior de veneno, quando trata das casas comerciais de propriedade de portugueses, o que para ele, eram as que tratavam com mais crueldade e ganância seus trabalhadores subalternos.

A casa comercial em que estava era uma exceção quanto ao tratamento que dava aos seus auxiliares. Não os pagava com generosidade mas também não fazia como outras, as portuguesas, que tratavam os caixeiros a ponta pés, faziam deles carreiros de mercadorias e muito mal os pagavam.<sup>420</sup>

As palavras deste escritor cearense podem guardar muito de realidade sobre a rudeza dos patrões portugueses e revelam, em grande medida, as críticas que eram feitas contra o domínio lusitano do comércio varejista brasileiro. Apesar da obra de Theóphilo ter fortes elementos de sua trajetória pessoal, este tipo de ataque contra o mundo do comércio lusitano, já era algo notório na literatura brasileira. Fabiane Popinigris<sup>421</sup>, utilizou-as para problematizar o cotidiano dos caixeiros que pesquisou, destacou os trabalhos de Martins Pena<sup>422</sup>, *O Caixeiro da*

---

<sup>418</sup> POPINIGIS, op. cit. p. 224,

<sup>419</sup> THEÓPHILO, Rodolfo. *O Caixeiro*. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/Museu do Ceará. Fac-símile Fortaleza. 2006. P 34.

<sup>420</sup> Ibid. p 57

<sup>421</sup> POPINIGIS, op. cit. p 34-35, 79

<sup>422</sup> Ibid. p. 34

*Taverna*; de Joaquim Manoel de Macedo<sup>423</sup>, *O moço loiro* e de forma mais enfática trouxe a figura do português, João Romão<sup>424</sup>, personagem do romance *O Cortiço*, escrito pelo maranhense Aloísio de Azevedo; a partir desta obra, a autora fez apreciações sobre a dureza labuta e da pobreza como traços do cotidiano dos caixeiros<sup>425</sup>.

Analisamos este romance<sup>426</sup> e percebemos que traços comuns com a realidade retratada por Theófilo estão presentes na obra do escritor ludovicense. A estória de Azevedo se passa no Rio de Janeiro, e envolve imigrantes portugueses, pode-se verificar o dia a dia dos lusos através dos personagens principais, um cavouqueiro, um ex- caixeiro em ascensão social, um Barão para não citar mais. Para nós, foi importante constatar os indícios das relações entre os patrões e os caixeiros. Estes trabalhadores tinham acesso à vida familiar<sup>427</sup> até à intimidade dos seus patrões, como eram jovens e, provavelmente, muitos fossem até bonitos, Azevedo escancarou o medo que nutriam os patrões, de que suas esposas fossem seduzidas pelos seus jovens funcionários.<sup>428</sup>

Porém, a forma mais comum de interação entre caixeiros e seus patrões, era o trânsito destes últimos, entre as residências dos empregadores e os estabelecimentos onde trabalhavam. Estes espaços eram frequentemente vizinhos, e mesmo que um caixeiro não residisse em um deles, ele teria acesso à área residencial de seus senhores, para se alimentar, por exemplo<sup>429</sup>. Azevedo nos

---

<sup>423</sup> Ibid 35

<sup>424</sup> Ibid 79

<sup>425</sup> ibid

<sup>426</sup> AZEVEDO, Aloísio de . [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/cortiço.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/cortiço.pdf)

<sup>427</sup> Ibid p. 5

<sup>428</sup> ibid

<sup>429</sup> ibid

trouxe à luz exemplos parecidos com o que Theóphilo acusou: a difícil labuta que começava muitas vezes no escuro da madrugada, como podemos verificar na seguinte passagem:

A venda fechou-se um pouco mais cedo que de costume. Bertoleza atirou-se ao colchão, estrompada; João Romão recolheu-se junto dela, porem não conseguiu dormir: sentia calafrios e pontadas na cabeça. Chamou pela amiga, a gemer, e pediu-lhe que lhe desse alguma coisa para suar. Supunha estar com febre. A crioula só descansou quando, muitas horas adiante, depois de mudar-lhe a roupa, o viu pegar no sono; e daí a pouco, às quatro da madrugada, erguia-se ela, com estalos de juntas, a bocejar, fungando no seu estremunhamento pesadão, e pigarreando forte. Acordou o caixeiro para ir ao mercado; gargarejou um pouco da água à torneira da cozinha e foi fazer fogo para o café dos trabalhadores, riscando fósforos e acendendo cavacos num fogareiro, donde começaram a borbotar grossos novelos de fumo espesso.<sup>430</sup>

Vemos através do esforço dos patrões, que a rotina destes era muito árdua, o que não os isentava de explorar de forma inflexível e fatigante seus jovens empregados. Tal rotina deveria esgotar os caixeiros, muitos por serem adolescentes, fase biológica da vida que, hoje em dia sabemos, exige mais horas de sono que o normal da vida adulta.

Os caixeiros podiam sofrer muito pelas condições de trabalho e não escapavam de cobranças e reclamações públicas. O anúncio do jornal conservador Pedro II<sup>431</sup> mostra isso:

#### ATENÇÃO

Os Senhores negociantes, e lojistas desta cidade, que quiserem ouvir criticar e falar mal de seus caixeiros, podem ir, das 6 horas da tarde até as 9 da noite a casa do sr Francisco Luiz Salgado, e ouvirão o que he, e o que não he.

Hum queixoso <sup>432</sup>

---

<sup>430</sup> Ibid p70

<sup>431</sup> MACIEL, op. cit. p. 88. Em nota de rodapé.

<sup>432</sup> Jornal Pedro II 6 de abril de 1850,P.4. Biblioteca Pública Menezes Pimentel\hemeroteca.

Vemos que havia interesse em fiscalizar o trabalho da caixeiragem. Francisco Salgado, negociante português importante, cuja firma mais tarde incorporou à casa inglesa Singlehurst, gozava de prestígio e boas referências no mundo comercial da capital cearense.

Mais do que uma reclamação de um pretense consumidor, este texto revela que existia uma reunião de patrões com a finalidade de regular seus trabalhadores. Nesse período, não havia uma instituição que fizesse tal função, que mais tarde seria a tarefa da associação beneficente portuguesa, a partir dos anos de 1870. Na beneficência se exigia de seus sócios bons comportamento e conduta exemplar tanto na sociedade, em geral, quanto no ambiente de trabalho, o que abordaremos algumas páginas à frente.

2.3.2.3 A reemigração: Entre a fuga do antilusitanismo e a busca por trabalho.

Continuando nessa questão do controle sobre os trabalhadores, percebemos que os patrões sentiam alguma dificuldade em manter seus empregados, uma vez que podemos perceber uma pressão para que eles não saíssem dos postos que ocupavam, e para os quais a sociedade beneficente os encaminhava. Vejamos mais uma vez o que diz o estatuto de 1872:

Artigo 27 - Sobre eliminações:

---

1-Os que “as expensas” da sociedade, recusarem aceitar qualquer emprego, segundo suas habilitações, que por esta lhe for adquirido.

2-Os que empregados segunda vez pela sociedade, abusarem da benevolência desta despedindo-se do emprego sem justo motivo.<sup>433</sup>

Sob a perspectiva dos dirigentes da sociedade beneficente, estas medidas significavam mando sobre a vida dos caixeiros. Era nítido o objetivo de mantê-los à disposição dos seus empregadores. Em seus dois parágrafos, esse artigo parece desejar conter alguma mobilidade dos trabalhadores deste ramo. A questão que nos colocamos é a medida quantitativa ou/e proporcional desta mobilidade. Saindo do óbvio, podemos pensar nas interdições como o indicativo do seu contrário, ou seja, os caixeiros provavelmente usavam de um poder pouco comum em um contexto urbano e em uma sociedade escravista: eram livres. Além disso, devemos considerar suas experiências de mobilidade, uma vez que eram imigrantes.

Os portugueses ligados ao comércio, em sua maioria, chegavam ao Brasil fora dos esquemas de atração forjados pelo Estado ou pelas sociedades colonizadoras, que financiavam passagens para os que se dirigiam ao campo, no decorrer dos Oitocentos. Como já situamos em nosso primeiro capítulo, Gladys<sup>434</sup> Sabina Ribeiro, ao discutir a concepção de colonização presente nas obras dos memorialistas, expôs que a preferência pelo homem branco se devia a uma suposta tendência deste ao trabalho. Os memorialistas eram uma expressão de influência

---

<sup>433</sup> BR APEC, GP, CO. Fundo Governo da Província do Ceará. Ofícios ás associações. Est 04, Ala 04, Prateleira 18, Livro 167. Número antigo do livro: 175. Estatutos da Sociedade Beneficente Portuguesa Dous de Fevereiro de 1872.

<sup>434</sup> RIBEIRO, 2002. Op.cit. p. 145-161

iluminista, que em termos econômicos concebia de modo fisiocrata o enriquecimento de uma sociedade que, em grande parte, seria baseado na produção agrícola. Por isso, é mais do que natural, que as iniciativas de atração dos europeus feitas a partir do Estado e das elites brasileiros, buscassem dirigir os imigrantes principalmente para o campo. Miriam Halpern Pereira<sup>435</sup> deixa claro que, mesmo os lusos quando eram atraídos por este tipo de esquema, eram dirigidos para a agricultura. Para ela “ Era essencialmente a emigração contratada que se fixava nas fazendas do interior.”<sup>436</sup> Diferente dos casos do imigrante “ livre”, que para a mesma autora , “quando não era arrastado pelos engajadores...optava preferencialmente pelos empregos urbanos”<sup>437</sup>.

Cabral de Mello<sup>438</sup> afirma que desde a Lei de Terras<sup>439</sup>, as iniciativas mais ou menos bem encaminhadas, de criar condições para a imigração europeia, tinham cunho de colonização agrícola. Questão também tratada por Paula Beiguelmam<sup>440</sup>, que identifica diretamente o imigrantismo, com as demandas dos grandes produtores rurais paulistas<sup>441</sup>.

O tipo de imigrante por nós investigados vinha ou por conta própria ou financiados por futuros patrões. Os contatos entre trabalhadores provavelmente também eram feitos durante a viagem, e o navio podia ser um ponto de trocas entre a classe caixeiral. Peter Linebaugh evidencia que o navio era mais que um meio de

---

<sup>435</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração ( 1850-1930)*. Bauru. Edusc, 2002.p 48-49

<sup>436</sup> Ibid

<sup>437</sup> Ibid

<sup>438</sup> MELLO, Evaldo Cabral. *O Norte agrário e o Império*. São Paulo. Topbooks,1999.p 68-69, 82-83

<sup>439</sup> Ibid 68-69

<sup>440</sup> BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. Editora Brasiliense. São Paulo,1987. P. 10-26

<sup>441</sup> Ibid

locomoção, sendo também um lugar de comunicação e troca de experiências.<sup>442</sup>

Nos termos de residência de estrangeiros de Fortaleza <sup>443</sup> encontramos portugueses que já haviam se fixado no Império, antes de migrarem, para a capital do Ceará. Alguns chegaram a esta cidade, em momentos diferentes, mas por rotas iguais, trabalhamos exemplos disso algumas páginas à frente, quando revelamos que indivíduos residentes no mesmo endereço, haviam chegado a Fortaleza, tendo residido antes no Recife. Podemos pensar em duas possibilidades para isso: primeiro, os contatos citados entre os próprios futuros caixeiros; depois, a articulação das sociedades beneficentes entre si, que enviavam lusos desempregados para as províncias próximas, de modo a conseguirem algum tipo de trabalho.

Tentamos verificar qual desses dois fatores mais impactavam a mobilidade desses migrantes. A chegada de caixeiros vindos de outras províncias também pode ser atribuída ao antilusitanismo, principalmente no Recife. De acordo com Bruno Câmara <sup>444</sup>, a década de 1840, havia se iniciado juntamente com o renascimento de fortes tensões antilusitanas<sup>445</sup>, o que provavelmente constituiu um fator de repulsão. Ele demarca uma saída significativa de portugueses para o Rio de Janeiro, este mesmo fato já na década de 1820<sup>446</sup> havia sido percebido por Ribeiro, que verificou a chegada de portugueses à corte imperial, movidos pelo medo das perseguições aos lusos<sup>447</sup>. Estes dois historiadores apontam o Rio de Janeiro como seguro para os portugueses, pela

---

<sup>442</sup> LINEBAUGH, Peter. *Todas as montanhas atlânticas estremeceram*. Revista brasileira de história. n.6,1984. p 33-34

<sup>443</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza.

<sup>444</sup> CÂMARA, op. cit. p. 253

<sup>445</sup> *ibid*

<sup>446</sup> RIBEIRO, 2002. Op. cit. p .71

<sup>447</sup> *Ibid*

grande comunidade dessa nacionalidade que lá residia. Já foi apontado por nós que Fortaleza recebeu vários caixeiros portugueses<sup>448</sup> que antes habitavam Recife, entre o fim da década de 1830 e início dos anos de 1840.

A referida praça cearense, nem de longe pode ser comparada com o Rio de Janeiro em termos quantitativos, porém ela também apresentava fatores de atração para os portugueses que saíam do Recife por causa do antilusitanismo, como o fato de ser uma economia em expansão que oferecia postos de trabalho e possibilidades de ascensão social. Em termos políticos, a capital cearense poderia ser mais segura que Recife, posto que havia muito poder concentrado pelos portugueses, que eram poderosos dentro de sua Câmara bem como ocupavam cargos importantes, como a chefatura de polícia da cidade, estas questões discutimos no primeiro capítulo desta dissertação.

Bruno Câmara<sup>449</sup> também enfatiza o rigor na cobrança de impostos sobre os trabalhadores portugueses que atuavam no comércio, isso somado ao que elencamos acima, poderia ter influenciado os deslocamento para Fortaleza.

Para o Rio de Janeiro, Gladys S. Ribeiro mostra que o antilusitanismo se revelava de forma clara no mercado de trabalho e que isso tinha raízes nas disputas pela sobre vivência ao longo do XIX. No contexto do Primeiro Reinado, os lusitanos hierarquizavam o mercado de trabalho, reservando os priores postos para brasileiros pobres, escravos ao ganho e de aluguel e alforriados. A autora mostra que mais do que conflitos nacionais, havia um luta constante no incipiente mercado de trabalho entre trabalhadores brasileiros, livres e escravos, e portugueses. Estes últimos eram preferidos pelos patrões, que tinham a sua mesma

---

<sup>448</sup> MACIEL, op. cit. p. 30 -36

<sup>449</sup> CÂMARA, op. cit.p. 47

origem<sup>450</sup>. Afirmou, ainda, que a realidade de competição provavelmente se prolongou pelo Oitocentos e se agravou em um antilusitanismo violento no início da República e nos anos de 1920<sup>451</sup>. .

Provavelmente esse antilusitanismo, apontado por Bruno Câmara<sup>452</sup> para o Recife, e por Gladys S. Ribeiro para o Rio de Janeiro<sup>453</sup>, configura-se como uma boa pista, de que existiu uma preocupação de parcela da elite e da população trabalhadora do Ceará em combater a presença e a dominação portuguesa no setor comercial, com a criação, em 1848, de um imposto provincial que taxava as casas comerciais por cada caixeiro estrangeiro que nelas trabalhasse. Assim, um aviso de 1850, exarado pelo inspetor da tesouraria provincial, alertava para o cumprimento da tal lei:

O senhor inspetor da tesouraria provincial do Ceará manda fazer publico que até o dia 15 do mez de outubro, todos os donos de lojas e tabernas, ou qualquer estabelecimento de commercio, onde se vendea retalho, deverão pagar a tesouraria o imposto de 120\$000 reis por cada caixeiro estrangeiro que tiverem, como determina a lei de 13 de agosto do ano passado...<sup>454</sup>

Como mencionado, é fato conhecido que nas grandes cidades do Império, como Rio de Janeiro<sup>455</sup> e Recife<sup>456</sup>, existiram diversas formas de expressão e prática do antilusitanismo. Uma delas era pelo menos a defesa, quando

---

<sup>450</sup> RIBEIRO, 2002. Op. cit. capítulo 2. RIBEIRO, 1990.

<sup>451</sup> RIBEIRO, 2002. Op. cit.1990

<sup>452</sup> CÂMARA. Op. cit. p.253

<sup>453</sup> RIBEIRO, 2002. Op.cit .

<sup>454</sup> ABREU, João da Cruz. Presidentes do Ceará. Segundo Reinado. Cel Joaquim Mendes da Cruz Guimarães. Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Fortaleza, T .36.Ano 1922. p 16.

<sup>455</sup>RIBEIRO, op. cit. 1990. P. 62; RIBEIRO,2002. op. cit. p .97-106;195 ; 294-295

<sup>456</sup> CÂMARA, op. cit. p. 253

não a execução, de medidas de retração da presença de portugueses nos postos de trabalho ofertados no comércio <sup>457</sup>.

O que os estudos feitos no Brasil por Ribeiro<sup>458</sup>, Câmara<sup>459</sup>, Popinigis<sup>460</sup>, Alencastro<sup>461</sup>, Silva Dias<sup>462</sup> e Martinho<sup>463</sup> revelam, é que o comércio era o setor para onde os lusos se encaminhavam, dentre as poucas chances de trabalho livre e a proteção que tinham dos patrícios por meio de redes comerciais e de contatos entre o Brasil e Portugal. Outro caminho de reserva de postos de trabalho era a atuação do Estado que, por vezes, tentava proteger o acesso ao comércio para os brasileiros. As leis, como a citada acima, podiam ser esse tipo de instrumento. Outra forma era a constante reedição de medidas de vigilância sobre os estrangeiros<sup>464</sup>, como por exemplo, a chamada feita em 1839, pelo chefe de polícia de Fortaleza. Por seu intermédio, verificamos que na capital cearense, nesta altura do Oitocentos, já havia bastante portugueses - que preocupavam o poder público:

José Maria de Eustaquio Vieira nesta cidade da Fortaleza e seu termo, e nella chefe de polícia e faço saber a todos os estrangeiros de qualquer nação, que residirem nesta mesma cidade, e seu município, que no período de hum mez da data deste, devem comparecer neste juízo para assignarem termo de rezidencia e receberem o título da mesma e receberem título della....sob a pena de que não comparecendo dentro do referido prazo serão conserdados como desobedientes , e como taes punidos...Fortaleza 4 de outubro de 1839.<sup>465</sup>

---

<sup>457</sup> RIBEIRO,1990.op. cit. 1990. P 62; RIBEIRO,2002. op. cit. p .173-178 ;195 ; 294-295

<sup>458</sup> RIBEIRO,1990.op. cit. 1990.p. 11-26; 29-31. e RIBEIRO,2002. op. cit. p .97-106;181-202

<sup>459</sup> CÂMARA, op. cit. p. 20- 34; Cap. 3

<sup>460</sup> POPINIGIS, op. cit. p. 32- 33.

<sup>461</sup> AIENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Luíza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In História da vida privada no Brasil. VII Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P 307-310.

<sup>462</sup> DIAS, Maria Odila Leite Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.p. 80

<sup>463</sup> MARTINHO, op .cit. p .39;56; 69-75.

<sup>464</sup> RIBEIRO, 2002. Op. cit. p 87 - 106

<sup>465</sup>BNRJ\Hemeroteca Digital.Jornal Dezesseis de dezembro, 5 de outubro de 1839 p 1. Em nota de rodapé na página 88 desta dissertação, pode- se encontrar as informações referentes ao jornal Dezesseis de dezembro.

Certo é que essa fonte se refere aos estrangeiros que moravam em Fortaleza e a maior parte deles, naqueles anos, era portuguesa. É bom lembrar que este tipo de legislação deu origem aos termos de residência de estrangeiros, utilizados nesta pesquisa. Pelo resultado do trabalho do chefe de polícia podemos confirmar ser a maioria lusitana. Sobre a quantidade de portugueses, de acordo com os *Termos de Residência e estrangeiros*, temos registrados no livro I, de 1839, cento e treze portugueses; e no livro II de 1842, temos noventa e nove lusos.<sup>466</sup> Dos duzentos e trinta e dois termos de estrangeiros por nós coligidos, duzentos e doze eram portugueses.<sup>467</sup>

A historiografia que trata dos caixeiros assinalou momentos em que os trabalhadores portugueses foram acusados de se posicionarem politicamente, a favor dos comerciantes e negociantes. Isso pode ser apontado como um indício de o trabalhador luso aderir aos valores do patrão, se pensarmos na formação do caixeiro, que em geral começava bem novo na profissão. Havia um caráter patriarcal muito forte neste processo, como foi destacado por Fabiane Popinigis<sup>468</sup> e anteriormente por Gladys Sabina Ribeiro<sup>469</sup>. Os trabalhadores do comércio de origem portuguesa tinham uma convivência muito próxima ao patrão e, frequentemente, com sua família, uma vez que a caixeiragem podia viver no local

---

<sup>466</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656.

<sup>467</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656.

<sup>468</sup> POPINIGIS, op. cit 101-103

<sup>469</sup> RIBEIRO, 1989.Op. cit. p.21

de trabalho, ou mesmo na residência do seu empregador, característica antes percebida por Gladys Sabina Ribeiro<sup>470</sup> e também por Popinigis.<sup>471</sup>

Este aspecto do cotidiano abordado por Ribeiro para o Rio de Janeiro pôde ser visto em Fortaleza como foi mostrado nesta dissertação<sup>472</sup>, quando analisamos os endereços informados pelos caixeiros nos termos de residência de estrangeiros. Muitos destes trabalhadores portugueses realmente residiam no mesmo endereço.

### 2.3.3- Hierarquia, classe e paternalismo

O cunho familiar e doméstico da organização<sup>473</sup> do trabalho, para Lenira Martinho, era a base das relações paternalistas entre patrão e caixeiro, que eram reforçadas quando o trabalhador residia no próprio trabalho e/ou com o patrão, às vezes convivendo com a sua família. Para a autora, este quadro influenciaria a visão de mundo do caixeiro e fomentaria uma identificação do trabalhador com os ideais do patrão<sup>474</sup>. Fabiane Popinigis aponta que o paternalismo, mesmo na segunda metade do Oitocentos carioca, não significaria, necessariamente, que os caixeiros fossem ideologicamente cooptados pelos valores de seus patrões. Encontramos para Fortaleza, um anúncio do ano de 1856, em que fica visível que a relação com o patrão também possibilitaria uma convivência estreita:

O abaixo assinado deixou de ser caixeiro do senhor Francisco Coelho da Fonseca por sua espontânea vontade desde dia 26 do corrente mez, e não só ao mesmo senhor como a sua ilustríssima família sumamente agradece o bom tratamento e as urbanas maneiras com que se dignarão acolhe-lo que foi seo caixeiro.

---

<sup>470</sup> Ibid

<sup>471</sup> POPINIIGIS, op. cit. p 92

<sup>472</sup> MACIEL, op. cit. p. 44-46

<sup>473</sup> MARTINHO, op. cit. p. 74-82

<sup>474</sup> Ibid.

Pode-se notar o caráter de dívida de gratidão. São vistos também outros anúncios de caixeiros que deixam seus patrões de maneira grata ou “urbana”, como gostavam de dizer. Alguns poucos o fazem desta forma por estabelecerem seus pequenos negócios, neste ponto o agradecimento mais parece com um sinal de vitória e de autoafirmação ligada à ascensão social. Além disso, estes anúncios eram um aviso, para que a praça soubesse que a partir daquele momento, o ex-caixeiro agiria em próprio nome, não mais representando negócio algum de seu ex-patrão.

É necessário dizer que nestes casos há um deslocamento do indivíduo de sua classe, que não se percebe no seu lugar no processo produtivo. O caixeiro português vislumbrava mudar de condição de classe, ou seja, desejava ascender socialmente e virar um comerciante e, quiçá, um negociante<sup>476</sup>. Para Popinigis esta situação no final do século XIX já era diferente, pelo menos no Rio de Janeiro, onde os caixeiros não mais alimentavam a esperança de ascensão<sup>477</sup>.

---

<sup>475</sup> BNRJ\Hemeroteca digital. O comercial, Fortaleza 28 de fevereiro de 1856. P 3. BNRJ

<sup>476</sup> BRAUDEL, op.cit.p. 332. Este autor afirma que ser Negociante tinha um sentido de grande mercador, de proprietário de muitas mercadorias, deste modo em francês *marchand*, seria um dono de loja, enquanto *que marchand de gorsse* ou *grossier*, seriam os termos equivalentes ao de negociantes, que em italiano equivaleria ao *negoziante* ). No dicionário de Comércio, em uma das passagens adaptadas para o contexto lusitano e acrescidas por Alberto Jaqueri de Salles, o termo mercador, diz respeito ao dono de loja ou aquele que vende a retalho. ( Salles. Op. cit p 225. TIII).Ambas as compreensões afirmam que o mercador é um lojista ou retalhista, um varejista. Para Braudel o negociante faz o comércio grosso, em um claro sentido de atacado. No dicionário de comércio, comércio grosso significa remeter as riquezas de um país para outro, e os responsáveis por estas operações seriam os *Homens de Negócio* (Salles, op. cit . p 154. TII) Max Weber, também associa o comércio de atacado à um estamento mercantil específico, seus integrantes estariam separados daqueles que praticavam o varejo. ( Weber. Op ,cit. p 3-35.)

<sup>477</sup> POPINIGIS, op. cit. p.44

Popinigis chama atenção que o ambiente patriarcal não era apenas o sonho da ascensão social. O ambiente no qual viviam também era espaço de disputas: aderirem ao ideário do patrão não significava que eles não tivessem suas reivindicações apresentadas de forma mais pragmática<sup>478</sup>. Para ela, “a deferência é muitas vezes teatralização”<sup>479</sup>. Isto de uma maneira específica podia ocorrer: por vezes a submissão seria uma teatralização, ou podia ser uma forma de garantir um direito tradicional que os trabalhadores julgavam ter.

Popinigis aborda o paternalismo mostrando o seu progressivo desgaste, que foi simultâneo ao avanço da consciência de classe entre os caixeiros. Este traço da obra da autora em questão denota uma de suas assumidas influências, Edward Thompson. Verificamos na obra deste historiador, que sua visão sobre o paternalismo era de algo em “diluição”<sup>480</sup>.

O que esses agradecimentos citados mostram é que ambos os aspectos podiam fazer parte da realidade que viviam: eram medidas, sim, mas também uma formal homenagem para garantir uma parceria de crédito em forma de dinheiro ou mercadoria fiada. A forma como a hierarquia era simbolicamente apresentada, podia ser considerada uma forma de dominação, que contribuiu para a individualização dos trabalhadores portugueses, posto que eram obrigados a se depararem com isso, cotidianamente.

A hierarquia entre esses trabalhadores e patrões pode ser igualmente visualizada na sociedade beneficente, onde o sócio era obrigado a estar presente em um ambiente que enaltecia os grandes homens de negócios e onde aqueles

---

<sup>478</sup> Ibid.p101

<sup>479</sup> Ibid. p 102

<sup>480</sup> THOMPSON, Edward P. Thompson. *Costumes em comum: Estudos sobre a Cultura Popular*. Cap 02 Patrícios e Plebeus. Companhia das Letras. São Paulo. 2002. P42.

diretores podiam, por meio dos pagamentos extras, colocar seus retratos no salão de reuniões, possibilidade aberta em um dos artigos do estatuto só para os sócios beneméritos. Assim, aqueles que tinham o seu poder conquistado com base no capital econômico tentavam ampliá-lo por meio de uma diferenciação simbólica, como foi definido por Bourdieu:

“Vale dizer, as diferenças propriamente econômicas, são duplicadas pelas distinções simbólicas..que transmutam os bens em signos, as diferenças de fato em distinções significantes...”<sup>481</sup>

Então, o conceito de classe é importante para esta pesquisa: os caixeiros portugueses fizeram parte da grande massa de trabalhadores em circulação no século XIX. Nesse sentido, partimos não só da concepção de E. P. Thompson, mas igualmente do trabalho Marcel Van der Linden, para quem:

existe na sociedade capitalista uma grande classe de pessoas cuja força de trabalho é mercantilizada de muitas formas diferentes .É por essa razão que me refiro a essa classe como um todo, como trabalhadores subalternos. Eles formam um grupo variegado, que inclui escravos, meeiros, pequenos artesãos e assalariados. <sup>482</sup>

Linden<sup>483</sup> buscou o auxílio de dois filósofos para formular a sua concepção de classe. Em primeiro lugar, trouxe de Castoriadis <sup>484</sup>a oposição entre a autonomia e a heteronomia, ou seja, quanto menor a autonomia pior seria o nível

---

<sup>481</sup> BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo. Perspectiva, 2005. P. 16

<sup>482</sup> LINDEN, Marcel Van der. Trabalhadores do Mundo, ensaios para uma história global do trabalho. Campinas. Ed Unicamp, 2013.

<sup>483</sup> Ibid. p. 40-41

<sup>484</sup> CASTORIADIS, Cornelius. The imaginary institution of society. 1.ed.Cambridge: LINDEN, 2013.p. 40-41.

de proletarização e exploração do trabalho. Este filósofo grego afirmou que esta seria uma “heteronomia institucionalizada”, posto que manifestada “como uma massa de condições e opressão, como uma estrutura solidificada e global, material e institucional da economia, do poder, e da ideologia, como indução, mistificação, manipulação e violência”<sup>485</sup>.

A heteronomia institucionalizada seria a expressão e a revalidação de uma divisão “antagônica da sociedade e, paralelamente, o poder de uma determinada categoria social sobre o todo “(...) Desse modo a economia capitalista – produção, distribuição, mercado, etc – é alienante, na medida em que acompanha a divisão da sociedade em proletários e capitalistas ”<sup>486</sup>. Outro aspecto importante para compor a concepção de classe trabalhadora de Linden, é a opinião de outro filósofo, Gerald Cohen, que apresentou a compulsão econômica como o elemento mais importante da proletarização.

Ele<sup>487</sup> afirmou que um trabalhador, mesmo que possuísse meios de produção, como um artesão ou um operário que trabalhasse em uma fábrica com seus próprios instrumentos, dependia de um capitalista que o contratasse, sendo ainda válida a necessidade de vender sua força de trabalho. Ao dado da compulsão econômica, Linden elencou a compulsão física:

Todo portador ou portadora de força de trabalho cuja força de trabalho é vendida (ou alugada) a outra pessoa em condições de compulsão econômica ou não econômica pertence á classe dos trabalhadores subalternos, independente do portador ou portadora da força de trabalho vender ou alugar ele mesmo sua força de trabalho, e independente de o portador ou portadora possuir meios de produção .<sup>488</sup>

---

<sup>485</sup> Ibid. p 40-41

<sup>486</sup> CASTORIADIS, Cornelius. The imaginary institution of society. 1.ed.Cambridge: LINDEN, 2013.p. 41.

<sup>487</sup> COHEN, Gerald. Karl Marx ‘s Theory of History. 1 ed. Oxford: LINDEN, 2013. P. 41

<sup>488</sup> Ibid

O que Linden<sup>489</sup> buscou argumentar é que existem muitos matizes dentro desta grande classe, nascidos das diferenças nas formas em que os vínculos entre capitalistas e proletários se estabelecem. Essas diferenciações internas da classe subalterna seriam o que o historiador do trabalho devia buscar. Ao pensarmos nestas diferenciações internas, o historiador holandês sugere que percebamos que os diferentes regimes de exploração de trabalho não estão monoliticamente separados.

Junto com a obrigação de análise das diferenças entre os grupos de trabalhadores, alerta igualmente para se atentar para a convivência dialética entre tipos de subalternos<sup>490</sup>. Existiriam relações, intercessões e transições entre os grupos de trabalhadores e destes com suas famílias e as dos patrões. Neste sentido, o que cabe perceber seriam os graus maiores de autonomia e heteronomia entre patrão e empregado (fora e dentro do espaço de trabalho), empregado e colegas de trabalho, entre o trabalhador e o produto do seu trabalho.<sup>491</sup>

Linden pode ser melhor compreendido<sup>492</sup> quando se pensa sobre alargada classe subalterna e se analisa quais eram os vínculos entre trabalho escravo e “livre”, bem como as suas formas intermediárias. Para ele, as formas de trabalho estão vinculadas por uma mesma economia<sup>493</sup>. Alerta igualmente para a investigação sobre as suas famílias, pois se apresentam como sistemas de

---

<sup>489</sup> LINDEN, op.cit. p . 41-43.

<sup>490</sup> Ibid. p. 42-43

<sup>491</sup> Ibid.

<sup>492</sup> Ibid. p. 43

<sup>493</sup> Ibid

parentesco e outros tipos de redes e conexões. Além disso, dentro de uma mesma família podiam existir indivíduos sujeitos a diferentes regimes de trabalho<sup>494</sup>.

Ainda <sup>495</sup>outro aspecto de extrema importância que este autor ressalta são as passagens de um regime para outro; como um operário que muda de emprego, alcançando um grau mais elevado entre os subalternos<sup>496</sup>, aplicando à nossa pesquisa, como os caixeiros que se tornavam comerciantes e mercadores, e alguns chegaram a negar sua condição anterior ao se tornarem negociantes.

Para o trabalhador português que se fixava no Ceará, e muito provavelmente para os outros que fizeram o mesmo em outros pontos do Império, o trabalho no comércio, fosse como caixeiro ou dono de uma pequena venda, ou taberna, não estaria tão apartado do trabalho artesanal. É exemplar, nesse sentido, o caso do taberneiro e marceneiro português Bento Joaquim de Carvalho<sup>497</sup>.

Em seu inventário, datado de 1851<sup>498</sup>, verificamos que ele dividia a sua vida profissional entre as atividades de artesão e de pequeno comerciante. Era o dono de taberna, que funcionara na zona portuária de Fortaleza, ao mesmo tempo em que, era ativo na sua outra atividade. Isso demonstra que, na prática, as atividades de pequeno comércio e artesanato não estavam tão distantes dos destinos individuais dos trabalhadores.

Bento Joaquim Carvalho chegou ao Ceará, vindo de São Miguel, nos Açores, em 1838. Nesta época, ele foi registrado apenas marceneiro, mas também

---

<sup>494</sup> Ibid

<sup>495</sup> Ibid

<sup>496</sup> Ibid

<sup>497</sup> BR APEC. Fundo Cartórios de Fortaleza. Cartório Feijó. Livro 3. Inventário Post-Mortem de Bento Joaquim de Carvalho. 23 de Julho de 1851.

<sup>498</sup> BR APEC. Fundo Cartórios de Fortaleza. Cartório Feijó. Livro 3. Inventário Post-Mortem de Bento Joaquim de Carvalho. 23 de Julho de 1851.

identificado como morador do mercado da cidade, que era o local de moradia de boa parte dos caixeiros identificados no termos de residência<sup>499</sup>. Os portugueses que se dedicavam às atividades comerciais, fossem como caixeiros, mercadores ou até negociantes, em geral, eram originários do Minho e Entre Douro, assunto que mais à frente discutiremos.

Os ilhéus faziam trabalhos manuais. Eram artesãos e agricultores, portanto, não era comum encontrar um açoriano neste ramo. Lindem também chama atenção para os casos em que um proletariado tinha mais de um tipo de trabalho<sup>500</sup>. Neste sentido, este caso citado é exemplar. Podemos até mesmo dizer que foi criativo ao buscar uma colocação diferente: com treze anos de experiência em Fortaleza como imigrante, pôde rearranjar sua vida e ter outro trabalho. Provavelmente o seu contato<sup>501</sup> estreito com o comércio, ou seja, o seu contato com os trabalhadores deste ramo, por ser morador do mercado, lhe possibilitou a chance de buscar outra profissão, de modo pouco esperado para um açoriano, que em geral se dirigia para o artesanato ou agricultura.

Outros carpinas e marceneiros açorianos foram listados nesta documentação, contudo em sua maioria viviam junto aos engenhos de cachaça da região serrana de Maranguape. Para usar como exemplos, optamos por analisar os primeiro livro dos termos, que por ser datado de 1839, estava muito próximo à data de chegada dos açorianos trazidos a mando de José Martiniano de Alencar, já referidos em nosso primeiro capítulo. Observando apenas os açorianos que

---

<sup>499</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Termo de residência de Bento Joaquim de Carvalho. 17 de Outubro de 1839. Folha 13

<sup>500</sup> LINDEM. Op. cit. p 38

<sup>501</sup> BARBOZA, Edson Holanda Lima. A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do norte (1877-1884). Doutorado em História Social. São Paulo: PUCSP, 2013. p 11-15.

declararam exercer a profissão de marceneiro, serrador ou carpina, neste livro, listamos sete indivíduos. Apenas um residia na área urbana de Fortaleza, que no caso é o próprio Bento Joaquim de Carvalho; foi encontrado um serrador residente na área rural da mesma cidade, Antonio Porto de Carvalho<sup>502</sup>, que morava e trabalhava na localidade de Cajazeiras. Os cinco que sobraram, eram todos carpinas e residentes na Jubaia, área rural de Maranguape. Eram eles: Antônio Francisco, solteiro, dezenove anos<sup>503</sup>; Antônio Rapozo de Mello<sup>504</sup>, dezessete anos; Francisco Martins<sup>505</sup>, dezesseis anos, solteiro; João Francisco de Oliveira<sup>506</sup>, solteiro e vinte e dois anos; João Antonio do Amaral<sup>507</sup>, dezenove anos, solteiro.

Estes cinco jovens carpinas, eram todos da Ilha de São Miguel dos Açores, vieram no mesmo navio, o Brique Maria Carlota, que àquela época havia sido contratado pelo governo Alencar, embora tenha vindo em viagens diferentes, os dois primeiros chegaram em 1837 e os três restantes, na viagem de 1838. Viviam na mesma localidade exercendo a mesma profissão.

O destino de Bento não foi o típico de um açoriano. Com ele queremos dizer que fatores ligados ao mercado de trabalho podiam se impor aos de origem étnica ou regional. E eram fatores originários das situações que a luta pela sobrevivência impunha ao colocar o trabalhador em outras zonas de contato com outras profissões. A labuta no mercado foi o espaço privilegiado para que o

---

<sup>502</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Livro I Folha 4

<sup>503</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Livro I Folha 5

<sup>504</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Livro I Folha 5

<sup>505</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Livro I Folha 28

<sup>506</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Livro I Folha 47

<sup>507</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839- 1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Livro I Folha 49

marceneiro tivesse contato com os caixeiros e pequenos comerciantes portugueses. A noção de *zona de contato*<sup>508</sup>, como é tratada aqui, é inspirada no que concebeu o historiador cearense, Edson Holanda Barboza. Na compreensão deste autor, determinados espaços, nos quais circularam trabalhadores de diferentes origens, foram espaços de troca de experiências coletivas e rearranjos profissionais que muitas vezes poderiam abrir horizontes novos, este autor observou no final do século XIX, as trocas de experiências entre retirantes cearenses e escravos fugidos na Amazônia. Este tipo de situação, em que indivíduos de origens e hábitos laborais diferentes dividiam espaços comuns, as zonas de contato, poderia fazer um indivíduo desviar de sua expectativa de vida profissional, pelo fato de ter aprendido um novo ofício ou uma forma mais efetiva de resistir à exploração.

Enfim as situações que as zonas de contato proporcionaram, são ligadas à troca de experiências e solidariedade, e são tão variadas quanto os tipos dessas zonas, que no caso estudado por esse autor eram áreas rurais<sup>509</sup>, e no nosso exemplo, era um mercado, em que um marceneiro açoriano conviveu com caixeiros e pequenos comerciantes do norte de Portugal.

É possível, então, conjecturar que o público que frequentava a sua taberna fosse, no mínimo, acostumado ao consumo de produtos portugueses e que, no meio destes, deviam existir trabalhadores lusitanos. Afirmamos isso porque verificarmos nos bens listados que as bebidas eram em maior quantidade, vinhos de origem portuguesa “½pipa de vinho do Porto, ½ pipa do dito de Lisboa, ½ do

---

<sup>508</sup> BARBOZA, Edson Holanda Lima. A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do norte (1877-1884). Doutorado em História Social. São Paulo: PUCSP, 2013. p 11-15; 185-208p

<sup>509</sup> Ibid.

dito do Porto, 4 garrafas de licor francês, 4 ditas de cerveja preta.”<sup>510</sup> A origem da bebida pode ser indicativa do público que a consumia. Se é óbvio que brasileiros também tomavam vinhos portugueses, estranhamos a ausência da cachaça entre as bebidas listadas. Quem sabe, então, se o seu estabelecimento seria uma espécie de ponto de encontro de lusitanos?

A importância das relações entre portugueses para o estabelecimento dos pequenos negócios pode ser vista também no exemplo de Bento. Este devia uma quantia emprestada por um negociante importante, Manuel Nunes de Mello. O dinheiro emprestado ao taberneiro\marceneiro, ao que parece, seria pago em serviço: obras de marcenaria no sobrado do negociante.

De acordo com o credor, que também era o inventariante, devido à morte de Bento as obras não foram acabadas, ficando ainda um resto da dívida. Mesmo se descontando o valor dos bens do morto e do serviço parcialmente feito, ainda havia um saldo em favor do inventariante.

O que Lindem tem chamado atenção recentemente, já há muito tempo tem sido uma preocupação para alguns historiadores brasileiros, que tomaram por base dos seus trabalhos o historiador inglês E. P. Thompson. Em meados da década de 1980, ainda no início de suas carreiras, Sidney Challoub, Gladys Sabina Ribeiro e Marta Abreu escreveram, em parceria, um texto que versava sobre a relação entre trabalhadores livres e cativos, nacionais imigrantes e mulheres<sup>511</sup>. Neste texto demonstravam que diferentes tipos de trabalhadores partilhavam as

---

<sup>510</sup> BR APEC. Fundo Cartórios de Fortaleza. Cartório Feijó. Livro 3. Inventário Post-Mortem de Bento Joaquim de Carvalho. 23 de Julho de 1851. p.3

<sup>511</sup> CHALHOUB, Sidney. ABREU, Marta. RIBEIRO, Gladys sabina. Trabalho Livre na cidade do Rio: vivência de libertos, “galegos” e mulheres pobres. Revista Brasileira de História. São Paulo. V 55.n 8/9 Set.1984/Abril.1985.

mesmas experiências, mesmo que vividas de forma distintas. Havia encontros e conflitos entre eles. Em muitos negócios, os diferentes tipos de exploração de mão de obra podiam conviver, como em muitos casos, em que trabalhadores livres de origem portuguesa, trabalharam lado a lado com nacionais livres, libertos e cativos.

De forma mais próxima desta pesquisa, que trata de portugueses, se situam os trabalhos de Gladys S. Ribeiro. Em *Mata Galegos* e *A Liberdade em construção*, além de seus artigos, vemos conflitos entre portugueses e brasileiros, trabalhadores livres estrangeiros x trabalhadores nacionais livres e escravos.<sup>512</sup>

Com relação a esses conflitos contatos, para o Ceará temos pelo menos informações que dizem que entre os anos de 1877 e 1879<sup>513</sup>, por conta de uma grande seca, um contingente imenso de cearenses se deslocou para fora da província, com ou sem o custeio do governo local. Tyrone Cândido<sup>514</sup> lançou a ideia de que aquele momento de grande calamidade, que colocou muitos cearenses no rumo da Amazônia, tenha gerado encontros e contato com imigrantes estrangeiros, especialmente portugueses, que naquele momento estavam também se dirigindo para o citado destino.

Para entender as questões acima levantadas, devemos considerar que a seca gerava um efeito dominó. O comércio da capital vendia menos quando os produtores interioranos, de médio ou grande porte, não lucravam. Portanto, as condições de desemprego e a alta de alimentos ocorriam. Deparamos, então, com

---

<sup>512</sup> RIBEIRO, op .cit. 1989, 2002.

<sup>513</sup> BARBOZA, op. cit. p 41-59.

<sup>514</sup> CÂNDIDO. Op. cit. p 123 – 134.

uma triste e inusitada situação: a de que no Ceará um estrangeiro podia virar retirante e seguir reemigrando. Isto demonstra o cruzamento de dois processos migratórios: um nacional e um estrangeiro/internacional.

### CAPÍTULO 3 – NEGOCIANTES, MERCADORES E LOJISTAS.

#### 3.1 O COMÉRCIO PORTUGUÊS EM FORTALEZA

Este capítulo busca compreender a ação dos portugueses enquanto proprietários de negócios. Estes podem ter dimensões diferentes. Portanto usamos três termos. Iniciemos pelo termo negociantes, que compreende os indivíduos mais enriquecidos. Movimentavam o comércio grosso e/ou eram grandes lojistas, mas atuavam em outras áreas, como o crédito e a produção agrícola e pecuarista, a navegação, aluguel e venda de imóveis urbanos.

Braudel define negociante pela não especialização e também pela variedade de negócios: “A regra comercial impôs-se lhe tornar-se e sobretudo ser negociante e ter, não o direito, mas a obrigação de lidar, quando não com tudo, pelo menos com muitas coisas”<sup>515</sup>.

No Dicionário de Commercio<sup>516</sup>, traduzido por Jaquerie de Salles, o termo negociante é definido na compreensão de homem de negócios ou de comércio grosso, ou seja, de grandes volumes de mercadorias, principalmente movimentadas internacionalmente<sup>517</sup>.

Esse grupo também mantinha relações mais próximas com a administração

---

<sup>515</sup> BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Os Jogos da troca*. Editora Martins Fontes. São Paulo. 2009. 334 p.

<sup>516</sup> SALES, Alberto Jaqueri de. *Dicionário Universal de Commercio. Trad. E adaptação manuscrita do Dictionnaire Universel de Commerce, de Jaques Savary des Brulons*, 4 vols. 1813 Tradução Jaquerie de Salles. Site da Biblioteca Nacional. <http://purl.pt/13945/4/>

<sup>517</sup> Ibid. T II, p 153-155.

provincial, o que ficava evidente pelo prestígio representado pelos títulos nobiliárquicos e pelas comendas que obtiveram, bem como pela ocupação de cargos e funções públicos estratégicos, e por terem sido eventuais abastecedores do governo da província. Pensamos então que os negociantes podem ser considerados frações daquilo que Ilmar Mattos<sup>518</sup> chamou de classe senhorial.

Mercadores eram comerciantes que, mais do que uma loja, tinham uma diversidade de pequenos e médios negócios, tais como lojas e tropas de animais para transporte de mercadorias entre o interior e os portos. Podiam, igualmente, ter lojas de diferentes tamanhos e especialidades sem, no entanto, serem grandes o bastante para serem considerados negociantes.

Retomando Baudelaire, mercadores podem ser definidos, economicamente, como aqueles que vendem mercadorias. Já o Dicionário de Commercio caracteriza o mercador como sendo “Aquelle q’negocia comprando, vendendo. Esta palavra se diz no idioma portuguez, peculiarmente dos que tem loja aberta e que vendem a retalho ”<sup>519</sup>. Por lojista, consideramos a definição do dicionário de comercio<sup>520</sup>, que compreende todo dono de um único estabelecimento. Nosso entendimento vai ao encontro de autores como Jonathan Morris e Daniel Alves. O primeiro propõe que o lojista seja um pequeno proprietário de comércio<sup>521</sup>, opinião convergente com a de Daniel Alves, que identifica

---

<sup>518</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo. Hucitec, 1987. p. 3-5

<sup>519</sup> SALES, Alberto Jaqueri de. *Dicionário Universal de Commercio. Trad. E adaptação manuscrita do Dictionaire Universel de Commerce, de Jaques Savary des Brulons*, 4 vols. 1813 Tradução Jaquerie de Salles. Site da Biblioteca Nacional. <http://purl.pt/13945/4/>. T III. p. 223

<sup>520</sup> Ibid

<sup>521</sup> MORRIS, Jonathan. *Traders, taxpayers, citizens: the lower middle classes from liberalism to fascism in Modern Italy* ( 2002), 7 (2), 153-169. P 154-155

o lojista como dono de pequeno estabelecimento, onde se vende a retalho.<sup>522</sup>

Para se ter uma ideia da presença portuguesa no comércio da capital do Ceará, exemplificaremos com as exéquias em homenagem à morte de D.Maria II. De acordo com o jornal O comercial, neste dia “Não só as repartições públicas foram fechadas como também lojas e oficinas: estavam as ruas desertas e sombrias (...)”<sup>523</sup> .

Provavelmente muitas oficinas e lojas pertenciam a portugueses. Havia uma comissão responsável por este ato fúnebre, que era justamente formada por negociantes portugueses, como podemos supor da nota acima. Além disso, segundo esse mesmo número de jornal, a Igreja do Rosário estava lotada de portugueses.

### 3.2 - PORTUGUESES E INGLESES: CONCORRÊNCIA E PARCERIA

Para verificar como os portugueses estavam presentes no comércio do Ceará e, notadamente, no de Fortaleza, observei a movimentação de seus negócios por meio da análise dos anúncios de jornais. Sentimos, imediatamente, que esses portugueses travavam atividades comerciais, lado a lado, com ingleses. Ocorria uma interação entre eles tanto no comércio de grosso quanto no retalhista.

Alguns desses anúncios são bem significativos por revelarem, ao mesmo tempo, facetas do comércio grosso e retalhista. Isso pode ser encontrado nos manifestos das embarcações (nacionais e estrangeiras) que traziam mercadorias importadas. Como veremos abaixo, a operação de contratar um grande carregamento acabava sendo um

---

<sup>522</sup> ALVES, Daniel . A República atrás do Balcão. Os lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia. (1870-1910) p 18.

<sup>523</sup>BNRJ\Hemeroteca Digital. O comercial, 21 de março de 1854. P.4. BNRJ\Hemeroteca Digital

ponto de convergência de negociantes e de proprietários de pequeno e médio porte.

Manifesto da barca inglesa Falcon chegada de Liverpool a 8 do corrente  
consignada a Singlehurst Corlett & Cia

A Frederico José Pereira 2 caixas biscoito, 12 barricas de Genebra, 3 lanções de chumbo, 16 barricas e 40 barris de tinta – A Pacheco e Mendes 50 barricas de baunilha, 50 ditas breu, 1 gigos louça, 5 caixas 8 fardos fazendas- A João W Studart 10 caixas linha 50 barricas serveja, 9 caixas biscoitos, 1 caixa ferragens, 1 perambulator 33 fardos e 47 caixas fazendas, 5 caixas e 200 barris de pólvora, 1 gigo louça - A Marcos Theófilo 4 caixas papel de cor , 1 caixa tinta – A Joaquim da Cunha Freyre e irmão 4 barris de chumbo, 22 gigos de louça, 50 barris de pólvora, 40 barricas genebra, 30 barricas serveja, 47 fardos e 3 caixas fazendas, 7 barricas ferragem – Francisco Luis Carreira 1 caixa calçado, 1 fardo ignora, 11 gigos louça 1 caixa biscoito, 1 caixa papel – A José Raimundo Carvalho 35 fardos 6 caixas fazendas –A Salgado e irmão 5 barris e 20 meios ditos de manteiga, 3 caixas de fazendas e vidros- A ordem 1 vidro para espelho, 1 caixa para comida, 12 barricas de cidra, 12 pares de calçado, 30 gigos louça.... – A José Smith de Vasconcellos 20 caixas 10 barris ferragem, 4 gigos louça, 1 caixa objectos d'escriptorio, 1 barril manteiga, 138 caixas e 134 fardos com fazendas – A Singlehurst Corlett & C. 54 barricas de serveja, 17 toneladas de ferro em barra, 10 barris manteiga, 100 caixas genebra, 65 cadeiras de ferro, 8 engenhos de dito, 8 caixas biscoito, 3 rolos de chumbo em lançol, 12 tornos e 150 panelas de ferro, 1 barrica de tinta , 1 barril olio linhaça, 2 gigos louça, 1 caixa pílulas, 3 caixas chapeos de sol, 24 fardos e 83 caixas de fazendas, 50 toneladas lagedo de pedra, 10 embrulhos pas de ferro, 2 pacotes no porrete, 2 caixas metal amarelo<sup>524</sup>

Este anúncio é muitíssimo revelador para o nosso propósito. A embarcação havia sido consignada à Casa Inglesa, como era comumente tratada a firma Singlehurst Corlett & C, que se fixara em Fortaleza ainda no período joanino (1811). Porém o que se percebe não é um carregamento trazido por simples e exclusiva iniciativa dos ingleses, uma vez que houve uma complexa rede de acordos de encomendas para viabilizar tamanha viagem de abastecimento de mercadorias.

<sup>524</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 13 de Agosto de 1857 p.3.

Dessa forma o anúncio atesta que se misturaram, no mínimo, três tipos de pessoas que estavam envolvidas em uma grande compra no critério nacionalidade. Eram elas comerciantes e negociantes ingleses, portugueses e brasileiros. Poderíamos até pensar, em um primeiro momento, que esses agentes estavam organizados piramidalmente, com os ingleses no topo, vendendo mercadorias para portugueses e brasileiros. Mas não é isso que verificamos na consulta à documentação. Não é raro encontrar casos como o de João (John) W. Studart, lojista inglês que comprou, para sua loja, 10 caixas linha 50 barricas cerveja ( sic )... Percebe-se, portanto, que os ingleses também praticavam o comércio a retalho.

Alguns portugueses haviam chegado como funcionários das casas de comércio, ou mesmo já na condição de pequenos patrões. Os comerciantes brasileiros também participavam desse tipo de operação, como foi o caso de Francisco Castro Carreira<sup>525</sup>. Além desses indivíduos, frisamos que encontramos, com frequência, portugueses que encomendavam mercadorias para suas lojas. Um exemplo disso é o caso de Frederico José Pereira, natural da cidade do Porto<sup>526</sup> e primeiro nome citado no anúncio da barca Falcón <sup>527</sup>. Ele era o dono da menor encomenda de mercadorias, tendo adquirido apenas “2 caixas biscoito, 12 barricas de Genebra, 3 lanções de chumbo, 16 barricas e 40 barris de tinta”<sup>528</sup>, o que denota ter sido um lojista, ou seja, um comerciante que vendia a retalho. Outro exemplo de lojista luso foi Manoel Antônio da

---

<sup>525</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 13 de Agosto de 1857 p.3. BN.

<sup>526</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839-1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Livro 1 (1839). Folha 25.

<sup>527</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 15 de Agosto de 1857 p.3. BN.

<sup>528</sup> Ibid.

Rocha júnior<sup>529</sup>, natural de Coimbra, que recebeu uma encomenda de duas caixas de livros, chegada de Liverpool na barca inglesa Anil<sup>530</sup>. Esta, assim como a barca Falcon, trazia diversas encomendas, de diferentes dimensões, e, igualmente, reunia portugueses, brasileiros e britânicos entre os compradores. Verificamos, então, que os lojistas portugueses se destacavam. Contudo não eram os únicos, dada a presença dos brasileiros e britânicos.

Assim, a documentação consultada nos leva à complexidade de todo o comércio fortalezense, bem como aos meandros de sua circulação. Podemos afirmar que este comércio possuía, como característica básica, a interdependência entre o capital inglês, ligado à importação, e os setores comerciais situados logo abaixo, que distribuía ou vendiam a retalho, as mercadorias em questão. Estes setores eram de composição nacional mista, pois incluía portugueses, britânicos e brasileiros .

Grandes viagens de compra seriam um ponto de convergência que, eventualmente, congregava as encomendas de concorrentes em uma mesma viagem. Isto os tornava codependentes, em uma certa instância, de viagens e negócios que supunham risco. Outro fato importante, ainda exemplificado por esse anúncio, é a ordem crescente da apresentação dos compradores. Os dois últimos, José Smith de Vasconcellos (futuro Barão de Vasconcellos) e a casa Singlehurst Corlett acabaram por ter as compras mais volumosas. O fato das compras mais volumosas pertencerem a portugueses e ingleses demonstra que, para Fortaleza, o topo da comunidade mercantil era ocupado por negociantes destas duas origens nacionais.

Evidentemente, os ingleses tinham um volume muito mais significativo se

---

<sup>529</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839-1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Livro 1 (1839). Folha 64.

<sup>530</sup> BNRJ/Hemeroteca Digital. O Comercial. 30 de Abril de 1857. P 3

pensarmos na quantidade de bens de capital que traziam, como barras de ferro. Mas deve-se destacar que Smith de Vasconcellos era o maior comprador de bens de consumo, principalmente tecidos (134 fardos e 138 caixas), com um número bem superior ao dos próprios ingleses (24 fardos 83 caixas). Também é bom lembrar que, a esta altura, os tecidos de algodão ainda eram o principal produto de exportação do Reino Unido.

De maneira muito reveladora, percebemos que esses capitais se entremeavam, ou seja, um negociante português, em uma praça, era o principal fornecedor e comprador de tecidos ingleses em uma outra praça, do norte do Império. Para além do caso das grandes compras, se pensarmos no conjunto de compradores, veremos que o que existiu era muito mais uma combinação e negociação de interesses do que uma hegemonia de comerciantes ingleses, que simplesmente colocavam quase impositivamente produtos de sua nação.

Mais um fato chama a nossa atenção no anúncio: uma das firmas elencadas, a casa portuguesa Salgado e Irmão, de propriedade dos irmãos Salgado Couto, mesmo fazendo encomendas aos ingleses, também fazia, ela própria, o trabalho de importar dos portos europeus. E mais: os irmãos Salgado não eram apenas consignatários de embarcações, eram proprietários também.

Devemos destacar que a complexidade e interdependência de negócios se dava em uma cidade pequena, como era Fortaleza nesse período. Esses negociantes tinham seu próprio barco, como fica claro neste e em outros anúncios, como o do lojista português Francisco Dutra Macedo.

do corrente – armazem de diversas bebidas, para o que principiará por vender vinhos de Lisboa chegados pelo navio dos srs. Salgado & irmão...<sup>531</sup>

A partir desses elementos analíticos, acreditamos romper com uma visão canhestra de que os portugueses, em determinados contextos, não faziam o grande comércio e não importavam mercadorias em grande quantidade. O que constatamos foram situações contrárias. Por este motivo, julgamos ser de enorme importância este exercício comparativo: dos portugueses entre si, pois tanto havia lusos negociantes como comerciantes retalhistas; e entre os negociantes portugueses e os negociantes ingleses. Nele mostramos que, mais do que uma rígida divisão de papéis e mercados, também existiam situações complexas, que envolviam concorrência e parceria.

Mais à frente, quando nos ocuparmos de relações de crédito, veremos que havia ligações entre a casa inglesa e a casa portuguesa dos Salgado Couto. Tratando de como esses agentes portugueses e ingleses se “misturavam” no mundo dos negócios, devemos lembrar que a historiografia brasileira<sup>532</sup>, que se ocupou da presença inglesa, tradicionalmente colocava os negociantes e comerciantes portugueses como sendo indivíduos arcaicos no mundo dos negócios. Nesse sentido, afirmava que o comércio exportador teria ficado majoritariamente na mão dos ingleses.

Tal situação foi comentada por Carlos Gabriel Guimarães:

A historiografia brasileira sobre a presença inglesa no Brasil do

---

<sup>531</sup>BNRJ\ Hemeroteca Digital. O Comercial 20 de agosto de 1857.p.4

<sup>532</sup> GRAHAM, Richard. Brasil- Inglaterra, 1831-1889. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. T II, Vol IV*. São Paulo. DIFEL, 1974. P.141-153. FREYRE, Gilberto. *Os Ingleses no Brasil*. 3ed. Rio de Janeiro:Topbooks,2000. GORENSTEIN, Riva; MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de cultura , turismo e esportes, 1992.

século XIX ressaltou na associação dessa presença com a modernização, ou seja, com o capitalismo moderno, e o controle do comércio exportador e importador brasileiro pelos ingleses em detrimento da forma arcaica dos negociantes portugueses.<sup>533</sup>

O negociante lusitano de nome Francisco Salgado, que não era do clã dos Salgado Couto já referidos, agiu de forma nada arcaica. Foi fato discutido por Lenira Martinho<sup>534</sup> e Riva Gorenstein<sup>535</sup> que, após 1808, os negociantes portugueses foram forçados a modernizar suas práticas devido à chegada dos negociantes ingleses<sup>536</sup>, seus grandes concorrentes. Uma das maneiras de encaminhar a modernização das casas comerciais portuguesas foi enviar os sucessores ao exterior, principalmente para a Inglaterra, onde aprenderiam novas técnicas mercantis<sup>23</sup>. A forma arcaica a que nos referimos era o aprendizado dentro da casa comercial, em ambiente que misturava a atmosfera familiar com os negócios. Com tirocínio, após árduo trabalho e relativo sucesso financeiro, Francisco enviou o seu filho, Alfredo Salgado, à Europa para estudar e, depois, conduzir os negócios da família. Ao retornar o jovem e bem preparado rapaz não foi trabalhar na casa do pai, e, sim, na Casa Singlehurst. Devia adquirir experiência prática. Lá acabou por tornar-se guarda-livros e intérprete de três línguas. Mais tarde, em 1882, e retornado ao Ceará, a firma em questão foi liquidada. Ele e um outro ex-empregado inglês, George Holderness, assumiram a propriedade da antiga casa inglesa, aparecendo assim Holderness & Salgado C<sup>537</sup>. Portanto o jovem

---

<sup>533</sup> GUIMARÃES, Carlos Gabriel. A presença inglesa nas Finanças e no Comércio no Brasil Imperial. Rio de Janeiro. Alameda. 2012 p. 229.

<sup>534</sup> MARTINHO, Lenira Menezes. In, GORENSTEIN, Riva; MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de cultura, turismo e esportes, 1992.p 70-74

<sup>535</sup> GORENSTEIN, Riva. In, GORENSTEIN, Riva; MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de cultura, turismo e esportes, 1992. 136-142.

<sup>536</sup> MARTINHO, Loc.cit; GORENSTEIN, Ibid. p140

<sup>537</sup> <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/09/alfredo-salgado-e-sua-residencia.html>

Alfredo ampliou os negócios familiares com cabedal adquirido e alçou uma parceria importante no comércio regional.

A parceria acima demonstra que além dos capitais de portugueses e ingleses convergirem, muitas vezes, para os mesmos negócios, também um pai negociante português pensava de modo racional e ambicioso sobre o futuro do filho e do negócio da família. Ambos os aspectos estavam ligados. Quando o preparado rapaz voltou a Fortaleza, não foi trabalhar na empresa da família. Foi mandado pelo pai para trabalhar na maior casa comercial e importadora da época, de origem inglesa, a (Singlehurst)<sup>538</sup>. Ali ele poderia aprender mais, conseguir contatos e colocar em prática aquilo que havia aprendido na Europa. Como vimos, a estratégia deu certo e o seu filho, anos à frente, tornou-se sócio da dita casa e, mais tarde ainda, proprietário majoritário<sup>539</sup>.

Somada à estratégia comercial, verificamos outra, de cunho pessoal, e que mostra o estabelecimento de redes parentais que sustentavam os negócios e ampliava possibilidades comerciais. O jovem Alfredo casou-se com uma parente de um importante negociante português. Sua esposa, Alexandrina Smith Ribeiro era neta de José Smith de Vasconcellos. Casamentos desse tipo, como sabemos, guardavam razões frequentemente relacionadas aos negócios.

As questões familiares e de redes de sociabilidades, partes da estrutura em que os negócios se faziam existir<sup>540</sup>, revelam-se simultaneamente no caso de Alfredo. Ele foi educado para suceder o pai e ascender no mundo dos negócios, o que ocorreu

---

<sup>538</sup> <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/09/alfredo-salgado-e-sua-residencia.html>

<sup>539</sup> <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/09/alfredo-salgado-e-sua-residencia.html>

Reportagem do memorialista Marciano Lopes. 02/10/1988. Site: Fortaleza Nobre. Data de acesso: 13\11\2017

<sup>540</sup> GUIMARÃES, Carlos Gabriel. A presença Inglesa nas Finaças e no Comércio no Brasil. Os casos da sociedade Bancária Mauá, Macgregor & cia e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840).Alameda .São Paulo. 2012. p. 251. Tomo por base os comentários de Carlos Gabriel Guimarães sobre a definição de família de Michel Bertrand e de rede de sociabilidades de Barth.

quando da criação da firma Viúva Salgado & filho. Depois com a sociedade que realizou, após a liquidação da casa Singlehurst e com a criação da Holderness & Salgado.

A educação no exterior e a experiência como intérprete e guarda livros na casa britânica, cuja sede era em Liverpool, o integraram a uma rede de sociabilidade mais ampla que a de sua origem. Ele também manteve os contatos que herdara da comunidade de portugueses presentes no comércio de Fortaleza daqueles tempos e, por fim, o casamento com Alexandrina sacramentou a convergência de famílias, de redes de sociabilidades e de negócios.

No sentido da inter-relação de negócios: antes de terminar este item, queremos assinalar que ainda encontramos negociantes portugueses vendendo terras para os ingleses. Este foi o caso do Barão de Santo Amaro, Manuel Caetano de Gouveia que vendeu, por 22 contos de réis, no ano de 1856<sup>541</sup>, sítios no local denominado Aratanha, região rural próxima de Fortaleza, e terras ditas devolutas mais próximas da cidade ao negociante inglês Henry Ellery.

Parte dessas terras compradas pelo inglês tem até hoje o seu nome, o Bairro Ellery, em Fortaleza. Porém o que é mais importante assinalar é que a fixação de outros negociantes na região, e a conseqüente maior circulação de capitais possibilitaram ao português Manoel Caetano um negócio lucrativo, uma vez que provavelmente havia comprado aquelas terras a um preço muito mais barato do que vendeu.

Como conclusão, afirmamos que as relações de negócios, amigáveis ou não, ocorriam tanto entre portugueses e ingleses quanto entre portugueses e brasileiros.

---

<sup>541</sup> BR APEC-Fundo Cartórios de Fortaleza. Cartório Feijó livro 02. Escritura de compra e venda que fazem Manuel Caetano de Gouveia e sua mulher a Henrique Ellery.

Deve-se destacar que essas relações eram extremamente importantes para comprovar as interações entre negociantes e comerciantes portugueses e outros grupos, nacionais ou estrangeiros, que movimentavam os negócios da praça.

## SOCIEDADES E CIRCUITOS COMERCIAIS

Um fato ocorrido em 1842 colocou como adversários um negociante português, Martinho Borges, que comercializava ouro e joias, e o Senador Alencar. Por meio de cartas do agente de Alencar<sup>542</sup> em Fortaleza (Joaquim da Silva San Tiago), tomamos conhecimento que esse político e figura de destaque da elite agrária cearense se envolvia com o comércio de ouro e joias, bem como de mantimentos como farinha de mandioca. Enviava também essas mercadorias da Corte para Fortaleza.

Na capital cearense, havia compradores e avaliadores, dentre os quais, o português Martinho Borges, a quem o senador dirigia parte de seu ouro, como podemos verificar:

(...) acrescento agora dizer-lhe, que falando a Borges a respeito do com muito gosto me encarregarei (...): a primeira remessa que fizer deve ser pequena, que he para experimentar o que terá maior extração, para eu então poder pedir quantidades certas de cada um dos objetos.<sup>543</sup>

---

<sup>542</sup>Anais da Biblioteca Nacional. Correspondência passiva do Senador Alencar.1966. [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_086\\_1966.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_086_1966.pdf). Estas cartas, foram enviadas ao Senador Alencar, que vivia na corte, por seu procurador na cidade de Fortaleza João da Silva Santiago.

<sup>543</sup>Anais da Biblioteca Nacional. Correspondência passiva do Senador Alencar.1966. p.11-12.Carta 4 de 01 de janeiro de 1842. [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_086\\_1966.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_086_1966.pdf)

Dessa maneira, um circuito<sup>544</sup> comercial do tipo centro – periferia podia ser o espaço para uma conexão entre um comerciante português e um membro da elite que era proprietário local (um ente da velha elite agrária), mas que, pelas evidências, parece ter mantido relações comerciais similares às de um negociante,<sup>545</sup> mesmo sem ter se identificado como tal. As iterações entre nacionais e portugueses no Ceará ultrapassaram os papéis de clientes, consignatários ou parceiros, e verificamos que, não raro, desembocavam em sociedades.

Relações de sociedade (negócios) existiam também quando da sucessão das casas comerciais após a morte de seus donos. Esse foi o caso do ex-cônsul e ex-presidente da Associação Comercial do Ceará (entidade existente até hoje), o comendador Luís Ribeiro da Cunha, que continuou sócio da casa em que foi funcionário mesmo após a morte do principal proprietário, que também era seu sogro. Desta maneira, continuou a parceria com a viúva. Assim diz o anúncio:

#### Aviso comercial

Eu abaixo assignado tenho desolvido amigavelmente a associação que tinha com a senhora Dona Manuela Marcolina Vieira de baixo da firma Viúva Eustáquio Vieira & Cunha- dede o 1 de janeiro p.p ficando a liquidação de todo o activo e passivo a meu cargo, e de baixo de minha responsabilidade.

---

<sup>544</sup> FRAGOSO, João Luís. Mercadores e Negociantes Imperiais :Um Ensaio sobre a Economia do Império Português ( Séculos XVIII e XIX).História: Questões e Debates, Curitiba,n.36,p.99-127, 2002.Editora UFPR. A noção de circuito comercial que trabalhamos , é originária desta definição desenvolvida por João Fragoso.

<sup>545</sup>A correspondência passiva do Senador Alencar revela um número bem significativo de transações comerciais, são negócios que vão das joias e ouro em barra até o envio de cargas de farinha comprada por ele no Rio de Janeiro e enviadas para seu agente em Fortaleza e de lá até para Recife. Fora isso, seu agente em Fortaleza, ainda menciona parcerias com lojistas ou negociantes em cidades do interior do Ceará, para onde ele reenviaria as mercadorias mandadas por Alencar.

Ceará 14 de fevereiro de 1856

Luís Ribeiro da Cunha <sup>546</sup>

Era comum, em várias latitudes do Brasil onde existiram núcleos de negociantes e comerciantes portugueses, quando um filho do negociante não o sucedia, que um ex-caixeiro português de confiança se tonasse sócio e até casasse com a filha do ex-patrão, igualmente português. Este fenômeno foi confirmado por Jorge Pedreira<sup>547</sup>. Para este autor, transformar um caixeiro em um protegido, posto, às vezes, de um familiar (um sobrinho, por exemplo), não era um fato isolado em regiões específicas da América Portuguesa. Mas sim um fenômeno típico das comunidades mercantis lusas. Este parece ter sido o caso do comendador Luís Ribeiro da Cunha. Eustáquio Vieira era um negociante português do Porto, fixado em Fortaleza no período da Independência e pai de Dona Maria Carolina, que casou com o citado Luís.<sup>548</sup>

As sociedades entre portugueses e brasileiros podiam ocorrer tanto na praça de Fortaleza; espaço onde os portugueses eram mais numerosos que em outras vilas e cidades cearenses, mesmo não sendo a maior urbe da província até 1850<sup>549</sup> ; como podiam ocorrer com pessoas do interior da província. Tal foi o caso anunciado por José Smith de Vasconcellos em abril de 1850:

---

<sup>546</sup> BNRJ\ Hemeroteca Digital. O Comercial 28 de fevereiro de 1856. P.4.

<sup>547</sup> PEDREIRA, Jorge M. Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (séculos XVII e XVIII). Anais da Universidade de Évora, 08 e 09.1998 \1999: P.60-62

<sup>548</sup> Studart, Barão de. Estrangeiros no Ceará.In Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará. 1922

<sup>549</sup> VIEIRA JR, Otaviano. Op cit p 20-22. Sobral era a maior cidade e ao que parece Aracaty e Icó durante boa parte da primeira metade também eram cidades maiores que Fortaleza.

O ABAIXO assignado concluiu a sociedade que tinha com o sr Vital da Costa Pinheiro nenhum estabelecimento em Sobral, que girava debaixo da firma de Pinheiro & Cia; ficando a cargo daquela a liquidação da mesma.

Ceará 28 de março de 1850

José Smith de Vasconcelos<sup>550</sup>

O documento acima revela a complexidade das relações que os negociantes portugueses teciam, relacionadas a certas mudanças na economia do Ceará. Para alcançar partes significativas do mercado consumidor da província, posto que Sobral ainda era populacionalmente maior que Fortaleza e, ao que parece, não tinha uma comunidade de mercadores portugueses, o futuro Barão se valeu de uma aliança com um brasileiro.

Provavelmente, se existisse uma comunidade mercantil portuguesa residindo em Sobral, Smith de Vasconcelos teria escolhido patrícios para se associar em negócios naquela cidade, e dispensaria parceiros brasileiros naquele centro sertanejo. Contudo a situação exigia uma maneira mais plástica de se moldar às condições econômicas: penetrar no interior cearense, que tinha um comércio historicamente estabelecido, demandava que se fizessem alianças com os comerciantes tradicionalmente consolidados nas praças sertanejas. E era isso que criava uma forma particular de interação.

Também este fato revela uma mudança nas rotas de circulação de mercadorias dentro da província. Mesmo localizada a 100 quilômetros do mar, - em fundo de estuário e denominada por Cabral de Mello como um porto do Sertão -

---

<sup>550</sup> Biblioteca pública Menezes Pimentel. Jornal Pedro II 06 de Abril de 1850. P.4

Sobral<sup>551</sup>, por longo período, mandou as mercadorias do oeste cearense para Recife, por meio de portos pequenos em sua região de influência. Nesse caso localizados nas barras dos rios Acaraú e Coreaú.

As mercadorias seguiam de Sobral para o mar em comboios de bois. De lá alcançavam Recife, que era de onde o algodão, os couros e carnes secas do Ceará ganhavam o comércio atlântico.<sup>552</sup> Com as mudanças ocorridas a partir do período joanino e a confirmação de Fortaleza como capital do Ceará, este já desmembrado de Pernambuco, as velhas rotas que ligavam as terras alencarinhas à capital pernambucana tenderam ao desuso, embora não tenham deixado de existir.

Fortaleza tornou-se, paulatinamente, a ligação com a Corte do Rio e com a Europa. Assim, os negócios tomaram novas rotas. As regiões mais prósperas do Ceará passaram a ter como intermediário econômico Fortaleza, e não mais o Recife. Para entender o funcionamento dos negócios desses homens é revelador seguir seus rastros, pois os seus caminhos mostram as rotas de circulação que usavam e quais as conexões comerciais com outras cidades.

Por este motivo, resolvemos discutir o caráter diferenciado das circulações de caixeiros e de homens de negócio. Estes dois subgrupos estão em pontas diferentes do processo produtivo. Por vezes, suas trajetórias podem não coincidir. Se por um lado Fortaleza se impunha, muitas vezes usando a força do Estado para se tornar capital econômica; por outro, verificamos que as velhas rotas, principalmente o circuito econômico Recife- Aracati – Icó, continuaram, em certa medida, ativas.

O espaço dominado pelas vilas de Aracati e Icó era o principal eixo

---

<sup>551</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. A cabotagem no Nordeste oriental. In Um imenso Portugal História e historiografia. São Paulo. Editora 34, 2002. P 180-181.

<sup>552</sup> Ibid

econômico do Ceará colonial. Em meados do século XIX, era ainda palco de muitas transações com a praça pernambucana. Este circuito originário do contexto colonial guardava características do Antigo Regime, como a relação entre o Santo Ofício e os negociantes da região, incluídos os reinóis. Otaviano Jr relata que, entre os fins do século XVIII e inícios do século XIX, houve procura por parte de 20 negociantes pelo cargo de Familiar do Santo Ofício.<sup>553</sup>

O "familiar" era uma espécie de espião. Ele podia denunciar qualquer prática que fosse contra os valores defendidos pela Inquisição portuguesa, agindo anonimamente e, em casos mais raros, fazer diligências e prisões. Eram habilitados com base em verificação de pureza de sangue, patrimônio, postura moral e domínio da escrita.

Esta função podia facilmente ser incorporada à atividade mercantil desses indivíduos, uma vez que a circulação era parte da profissão e, portanto, não levantariam suspeita: suas ligações comerciais lhes obrigavam a manter meios de comunicação ativos, mesmo no período que não existia um serviço racionalizado de correios. Vejamos um caso de um negociante português que foi "familiar":

O negociante João Pinto Martins que tinha barcos e comer e vivia de fazer comércio entre Recife e o Sertão de Aracati. Nascido em Meixomil, Portugal...fora enviado para o Brasil onde construíra um vultuoso cabedal. Ele como seus outros três irmãos, todos moradores do Ceará, foi em 1774 habilitado como familiar do Santo Ofício. Tendo sua candidatura aprovada, João e seus irmãos fortaleciam suas posições sociais...<sup>554</sup>

---

<sup>553</sup> VIEIRA Jr, Antonio Otaviano. Inquisição e Sertão: Ensaio sobre a ação do Santo Ofício no Ceará. Fundação Demócrito Rocha. Fortaleza. 2014. P 38-39.

<sup>554</sup> Ibid

Este caso mostra a presença de portugueses que agiam no circuito comercial predominante antes da capitalidade econômica de Fortaleza ocorrer. Exemplifica também um tipo atividade possível para um português naquela Praça. É este mesmo espaço e circuito comercial que podemos encontrar no relato de George Gardner, de 1838, que noticiou que dois negociantes portugueses residentes em Icó costumavam ir a Recife se abastecer de diversos gêneros.<sup>555</sup>

Da capital pernambucana, o inglês seguiu de carona para o Ceará com os ditos portugueses. Eles faziam esta viagem por terra, de Icó até Aracati, e, de lá, em barco até Recife. Gardner nos deu informações detalhadas da viagem e das circunstâncias nas quais ocorria:

As melhores informações recebi-as de dois comerciantes portugueses de nome Pinto, residentes em Icó, grande cidade do interior da província do Ceará e que tinham vindo a Pernambuco fazer compras, como era seu costume a cada dois ou três anos. Eram gente da maior influência naquela zona, pelo que me considerei feliz(...) para transportar suas mercadorias até Aracati haviam fretado pequena escuna (...)<sup>556</sup>

Não se tem como afirmar se o roteiro de ida ao Recife foi feito por terra e mar, passando pelo Aracaty, ou apenas por terra, direto de Icó para o Recife. Mas o trecho acima mostra a rota, os tempos de duração da viagem e o trabalho de transporte.

Esse caminho por meio do qual transitavam mercadorias canalizava a economia de vasta região sertaneja, que abrangia boa parte do Ceará com ramificações pelo Piauí, Paraíba, Rio Grande e Pernambuco. Destes pontos de redistribuição de

---

<sup>555</sup> GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil. Editora Itatiaia\Editora USP. São Paulo. 1975.p.80.

<sup>556</sup> Ibid.p.80

mercadorias, como era a vila icoense – um verdadeiro entreposto de Sertão-, partiam e cruzavam velhos caminhos condutores de gado e nos quais, desde os fins do século XVIII, também rodavam cargas de algodão.

No sentido inverso chegavam manufaturados, que, a partir de Icó, eram mandados para as ramificações interioranas. O relato dessa viagem serve igualmente para mostrar como funcionavam as conexões entre as rotas atlânticas e as rotas de abastecimento do interior. Importante também é o dado sobre a periodicidade das viagens: dois a três anos era o tempo entre uma ida ao Recife e a seguinte, o que nos dá ideia do volume do consumo e do tempo necessário para somar encomendas que justificassem a viagem.

Essas rotas e circuitos apresentam-se como palco de redes de solidariedade que ligavam famílias de negociantes espalhadas por diferentes praças comerciais. Segundo Girão<sup>557</sup>, os negociantes Pinto, de Icó, eram irmãos e parentes de outros negociantes de sobrenome Pinto Nogueira, que residiam no Recife. Exemplo de rede intrainperial<sup>558</sup>, possivelmente eram parentes do português João Pinto Martins<sup>559</sup>, citado anteriormente.

A embarcação desse relato era pequena e lotada. Levou uma carga de 100 toneladas e os comerciantes e demais passageiros dormiram a céu aberto devido à inexistência de espaço para deitar, de tão cheia seguia a escuna<sup>560</sup>. No retorno, o inglês observava astutamente o que mais circulava pelo caminho do interior para o porto do Aracati. Enquanto eles seguiam em burros para o Icó, cruzavam com tropas também de

---

<sup>557</sup> GIRÃO, Raimundo. História econômica do Ceará. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1947.

<sup>558</sup> PESAVENTO, Fabio. Para além do Império Ultramarino Português: As redes Trans e extraimperiais no Século XVIII. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009

<sup>559</sup> VIEIRA Jr, op .cit. p. 38-39

<sup>560</sup> GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Editora Itatiaia, 1975 . p. 80

muas que iam levando algodão em sentido contrário<sup>561</sup>.

Ao chegar em Icó, o viajante descreve esse núcleo urbano como uma cidade de comerciantes:

Grande parte dos habitantes são comerciantes que suprem o interior com mercadorias europeias, recebendo em troca produtos que enviam para a costa.<sup>562</sup>

Tudo nos leva a acreditar que, na ida para o Recife, os portugueses fizeram o mesmo percurso pelo Aracati e levaram produtos do Sertão, o que tornaria a viagem lucrativa tanto na ida e na volta.

Em um juramento de naturalização<sup>563</sup>, encontramos um certo João Pinto Nogueira<sup>564</sup>, morador da cidade do Icó, português e declarado como negociante. Em 1885, aos 56 anos, tornou-se brasileiro. Nesse documento, declarou igualmente ser casado com brasileira.

Pela idade do seu filho mais velho (25 anos), podemos afirmar que estava no Brasil há pelo menos um quarto de século. Da data desse registro e pela idade declarada, não deve ser um daqueles com quem Gardner viajou. Entretanto, pela profissão de negociante, por seu sobrenome Pinto Nogueira e por residir no Icó, suspeitamos que fosse algum parente dos primeiros negociantes de igual sobrenome e

---

<sup>561</sup> Ibid. p. 84

<sup>562</sup> Ibid. p. 87

<sup>563</sup> BR APEC, MAT ENC 01. Termos de juramento de estrangeiros naturalizados brasileiros. 1873-1889. Este conjunto de documentos são referentes ao processo de obtenção de nacionalidade brasileira, que os estrangeiros que residiam no Ceará se submetiam. Apesar de a referência arquivística acusar o ano de 1873 como a data de início do fundo, os registros nele contidos se iniciaram em 1871 e terminaram em 1889. De um total de quarenta e seis (46) termos de naturalização, quarenta (40) foram de portugueses. Eles informavam nome completo com alguma eventual modificação deste, ano de efetivação da naturalização, local de nascimento (país, cidade, e\ou mais alguma especificação), estado civil, nacionalidade da esposa ou esposo, quantidade e idade dos filhos.

<sup>564</sup> BR APEC, MAT ENC 01. Termos de juramento de estrangeiros naturalizados brasileiros. 1873-1889. Termo de Juramento 18. Folha 8

que podem ter se estabelecido naquele lugar, por intermédio de vínculos familiares. Ou seja, chegou ao sertão do Ceará graças à sua integração a uma rede de solidariedade familiar.

Portanto, cruzando documentos diferentes encontramos uma interessante movimentação de negociantes portugueses nas décadas de 1860 e 1870 nos registros de concessão de passaportes.<sup>565</sup> Este conjunto de documentos está bastante deteriorado, o que nos possibilitou a leitura de apenas dezesseis passaportes autorizados pelo governo da província. Selecionamos apenas as concessões de passaportes que claramente eram referente a indivíduos de origem portuguesa. Foram detectados dez portugueses, que fizeram treze viagens, para cada viagem um indivíduo pedia a autorização do referido documento, por isso o número de autorizações de passaportes é ligeiramente maior que o de requerentes.

Os lusos eram reconhecidos de duas formas: 1- indivíduos de sobrenome português designados como brasileiros adotivos; 2 – indivíduos nomeados como súditos de sua majestade fidelíssima. Como o título “Fidelíssima” era de uso exclusivo do monarca de Portugal, conseguíamos identificar a origem portuguesa do sujeito em questão. Dessa maneira selecionamos treze documentos referentes a dez indivíduos. As viagens todas para a Europa, a maioria não informava os países para onde se dirigiam. Ocorreram duas exceções: os casos de Luís Ribeiro da Cunha<sup>566</sup>, que era o vice-cônsul da Espanha; e de Francisco Joaquim da Rocha<sup>567</sup>, então vice-cônsul de Portugal. Ambos

---

<sup>565</sup> APEC-Registros de passaportes 1865-1887 APEC. Ala: 04. Estante:04. Prateleira: 21. Número do livro: 304.

<sup>566</sup> APEC-Registros de passaportes 1865-1887 APEC. Ala: 04. Estante:04. Prateleira: 21. Número do livro: 304. Registro de passaporte de 06 de Março de 1873

<sup>567</sup> APEC-Registros de passaportes 1865-1887 APEC. Ala: 04. Estante:04. Prateleira: 21. Número do livro: 304. Registro de passaporte de 12 de Fevereiro de 1873

declararam que fariam escala em Lisboa antes de se dirigir aos outros destinos. Sete indivíduos declararam ser negociantes e que iriam por motivos de negócios, ou para resolver seus interesses. Foi o caso do citado Francisco Joaquim da Rocha, que viajaria acompanhado de sua esposa Paulina Moreira da Rocha, e, provavelmente, acumulava razões profissionais e recreativas em seu deslocamento.

Dos passaportes analisados, o indivíduo que mais teve viagens registradas foi José Raimundo de Carvalho, um negociante residente na cidade do Aracati, nas décadas de 1860 e 1870. Viajou para a Europa. Declarou ir cuidar de seus negócios comerciais nos anos de 1873<sup>568</sup>, 1874<sup>569</sup>, 1876<sup>570</sup> e 1878<sup>571</sup>. Todos os outros portugueses registrados em viagens de negócio para Europa eram domiciliados em Fortaleza, porém José Raimundo de Carvalho foi o viajante mais assíduo e o único negociante português do Aracati a pedir passaporte nos anos citados. A relevância do caso deste negociante português tem importância comparativa. Nossa hipótese é que os portugueses intermediavam as operações comerciais que colocavam o Ceará em contato com o comércio internacional. Diferente de Fortaleza, a praça aracatiense não contava com uma comunidade de negociantes portugueses, portanto José Raimundo sozinho acumularia esta função para a praça do Aracati.

Essas emissões de vistos para viagem deixa-nos a impressão de que mesmo Aracati tendo perdido espaço para Fortaleza, ainda tinha importância comercial para a rota regional litoral-sertão em que se encontrava. Em outras palavras, embora Aracati tenha deixado de ser o principal intermediário mercantil entre todo o Ceará e regiões

---

<sup>568</sup> APEC-Registros de passaportes 1865-1887 APEC. Ala: 04. Estante:04. Prateleira: 21. Número do livro: 304.Registro de passaporte de 24 de Março de 1873.

<sup>569</sup> APEC-Registros de passaportes 1865-1887 APEC. Ala: 04. Estante:04. Prateleira: 21. Número do livro: 304.Registro de passaporte de 16 de Março de 1874.

<sup>570</sup> APEC-Registros de passaportes 1865-1887 APEC. Ala: 04. Estante:04. Prateleira: 21. Número do livro: 304.Registro de passaporte de 11 de Fevereiro de 1876.

<sup>571</sup> APEC-Registros de passaportes 1865-1887 APEC. Ala: 04. Estante:04. Prateleira: 21. Número do livro: 304.Registro de passaporte de 04 de Abril de 1878.

adjacentes de outras províncias, continuou funcionando como ligação de uma rota sertaneja mais limitada, menos importante, porém ativa.

Atente-se que a movimentação de portugueses se dirigindo ao exterior para viagens de negócios tinha como ponto de partida a cidade de Fortaleza. Nas concessões de passaportes, eram declaradas quais as intenções e os objetivos de cada viagem. Assim encontramos alguns portugueses se dirigindo não só a Portugal, mas também a outros pontos da Europa com interesse comercial. Embora a documentação não deixe claro quais eram esses destinos, podemos trabalhar com outras fontes que nos ajudem a reforçar nossa hipótese. Utilizaremos uma das viagens do negociante português residente em Fortaleza, José Smith de Vasconcelos. Foi noticiado no jornal O Comercial de 3 de abril de 1856 que, no dia 25 do mesmo mês, a barca inglesa Genoveva seguiria viagem para Liverpool levando o dito negociante, juntamente com uma carga de algodão, café, couros e açúcar.<sup>572</sup>

As viagens de negócios ajudam então a atestar o início do desenvolvimento da praça de Fortaleza como ponto exportador. Fornecem também a noção de quais rotas e conexões comerciais mais valiam para os negócios do Ceará.

As estatísticas de exportação do Ceará em meados do século XIX, assim como os documentos das alfândegas de Fortaleza e do Aracati, mostram forte ligação com a Inglaterra,<sup>573</sup> o que é até natural, pois tecidos de algodão, naquele período, eram o principal produto de exportação da Inglaterra, seguido de outros manufaturados, como calçados e outros artigos de couro. De acordo com Thomaz Pompeu de Sousa Brasil<sup>60</sup>, a soma de valores exportados para a Inglaterra, no ano fiscal de 1855-1856, foi de

---

<sup>572</sup> BNRJ\ Hemeroteca digital.O Comercial 3 de abril de 1856. P. 4

<sup>573</sup> APEC. Fundo Alfândegas de Fortaleza e Aracati. 1836-1867.

637:145\$400. O algodão somou 356:744\$140, os couros salgados vieram logo após, contabilizando 158:31\$500. Neste ano, nem no seguinte (1857-1858), as exportações dirigiram-se unicamente para portos ingleses<sup>574</sup>. Na movimentação datada até o ano de 1862, outros destinos apareceram, como os Estados Unidos e França e suas possessões, só que em valores muito inferiores, como pode ser visto na tabela extraída do trabalho de Brasil e que está logo abaixo:

**TABELA DOS GÊNEROS E MANUFATURAS DE PRODUÇÃO NACIONAL, EXPORTADAS PARA FORA DO IMPÉRIO, NOS ANOS DE 1855 A 1862.**

Produtos	1855-1856		1856-1857		1857-1858		1858-1859		1859-1860		1860-1861		1861-1862	
	Quantidade	Valor												
1 Algodão em bruto	180	115.000	...	...	97.310	42.500.000	...	...	...	...	...	...	11	6.500
2 Algodão em fiavel	65.135	290.744.114	61.578	269.508.000	76.250	319.205.114	71.204	302.205.114	77.000	330.000.000	70.700	300.000.000	60.000	270.000.000
3 Açúcar cru	3	6.000	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
4 Açúcar refinado	22.000	22.000.000	17.000	17.000.000	180.000	720.000.000	187.000	748.000.000	197.000	788.000.000	205.000	820.000.000	190.000	760.000.000
5 Café	10	10.000	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
6 Café torrado	90	360.000	58	232.000	28	112.000	27	108.000	45	180.000	40	160.000	57	228.000
7 Café verde	8.771	35.084.000	...	...	181.000	724.000.000	...	...	36.000	144.000.000	36.000	144.000.000	36.000	144.000.000
8 Cachaça	5	20.000	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
9 Cebola	25.000	100.000	23.000	92.000	31.000	124.000	34.000	136.000	36.000	144.000	37.000	148.000	38.000	152.000
10 Cevada	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
11 Carne salgada	31.715	126.861.000	31.200	124.800.000	35.000	140.000.000	31.700	126.800.000	30.000	120.000.000	28.000	112.000.000	30.000	120.000.000
12 Carne fresca	1.700	6.800.000	2.000	8.000.000	1.500	6.000.000	1.800	7.200.000	1.600	6.400.000	1.700	6.800.000	1.800	7.200.000
13 Carne seca	74	296.000	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
14 Matéria de lã	32.000	128.000.000	31.000	124.000.000	32.000	128.000.000	33.000	132.000.000	34.000	136.000.000	35.000	140.000.000	36.000	144.000.000
15 Lã	19	76.000	18	72.000	19	76.000	20	80.000	21	84.000	22	88.000	23	92.000
16 Lã crua	1.200	48.000	1.100	44.000	1.200	48.000	1.300	52.000	1.400	56.000	1.500	60.000	1.600	64.000
17 Lã fiavel	10	40.000	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
18 Seda	10	40.000	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
19 Arroz cru	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
20 Arroz cozido	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
21 Carne salgada	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
22 Carne fresca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
23 Carne seca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
24 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
25 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
26 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
27 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
28 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
29 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
30 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
31 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
32 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
33 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
34 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
35 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
36 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
37 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
38 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
39 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
40 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
41 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
42 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
43 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
44 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
45 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
46 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
47 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
48 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
49 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
50 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
51 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
52 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
53 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
54 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
55 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
56 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
57 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
58 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
59 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
60 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
61 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
62 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
63 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
64 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
65 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
66 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
67 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
68 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
69 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
70 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
71 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
72 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
73 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
74 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
75 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
76 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
77 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
78 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
79 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
80 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
81 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
82 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
83 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
84 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
85 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
86 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
87 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
88 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
89 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
90 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
91 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
92 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
93 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
94 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
95 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
96 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
97 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
98 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
99 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
100 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
101 Farinha de trigo	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
102 Farinha de mandioca	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
103 Farinha de feijão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
104 Farinha de milho	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
105 Farinha de trigo	...	...</												

Um enigma que se coloca é o papel da cidade de Hamburgo. A nossa hipótese é que parte das exportações que se dirigiam para a Inglaterra não ficava em solo britânico, pois, na verdade, seriam redistribuídas para a praça hamburguesa. O jornal *O Comercial*, órgão de imprensa já mencionado e que era dedicado aos interesses mercantis da praça fortalezense, em junho de 1857<sup>576</sup>, dedicou um de seus editoriais à importância de Hamburgo para os principais produtos de exportação cearenses: algodão, café e couros. O editor do jornal em questão afirmava então que os preços dos citados produtos atingiam uma alta nunca vista, e que os negociantes hamburgueses se abasteciam deles na Inglaterra. Por esse motivo, chamava a atenção para a necessidade de criar canais de ligação direta entre Fortaleza e aquela praça.

Esta praça estratégica da Alemanha, importante desde os tempos da Hansa, era a mais importante distribuidora de commodities para o centro da Europa e Báltico. Também nos tempos de exclusivo colonial, era a segunda região que mais enviava produtos para serem reexportados para o Brasil, por meio de Portugal. Portanto Hamburgo estava historicamente atrelada ao comércio com a Colônia portuguesa e vice-versa. Para finalizar, ressaltamos que esta cidade era igualmente importante entreposto para a distribuição de couros e algodão.<sup>577</sup>

No que diz respeito às importações, a Inglaterra é tão dominante quanto nas relações de exportação. Se Portugal, até o início do século XIX, era um importante fornecedor, como foi mostrado em nosso primeiro capítulo; na década de 1850 tornou-se quase insignificante. França e Estados Unidos aparecem como coadjuvantes, como podemos ver na tabela de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil. Mais uma vez retornamos

---

<sup>576</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. *O Comercial* 4 de junho de 1857. p. 1-2

<sup>577</sup> WEBER, Adelir. *Relações Comerciais e acumulação mercantil: Portugal, Hamburgo e Brasil entre a colônia e a nação*, USP, Tese de Doutorado em História Econômica, São Paulo, 2008. p. 191- 304.

ao problema das relações com Hamburgo: ela sequer é citada por Brasil, mas os produtos hamburgueses aparecem noticiados em O Comercial. São numerosas referências, tantas, que mereceriam um estudo à parte. Seleccionamos algumas informações repassadas por esse órgão de imprensa. Na primeira quinzena de 1854<sup>578</sup>, Hamburgo apareceu como a segunda maior fornecedora de tecidos de algodão, (114 volumes), ultrapassada apenas pela Inglaterra (475 volumes), e bem à frente do terceiro fornecedor, a França (47 volumes). Encontramos diversos anúncios de lojas que vendiam tecidos Hamburgueses, como o da loja de José Barboza Cordeiro, que avisava ter em sua loja linhos hamburgueses,<sup>579</sup> ou de jóias hamburguesas na loja de Guilherme Augusto de Miranda<sup>580</sup>. No que diz respeito aos importados de Hamburgo, nossa hipótese é que, da mesma forma que o algodão ou couro chegavam àquela cidade via intermediários, com os importados se dava da mesma forma; eram trazidos para Fortaleza em navios ingleses ou por cabotagem via Recife. Esta última alternativa fica transparente através do anúncio feito pela casa comercial pernambucana Almeida, Alves & Cia<sup>581</sup>, que oferecia aos interessados da praça de Fortaleza serviços de importação de produtos provenientes da citada praça alemã.

Percebe-se, analisando as transações, movimentações e deslocamentos dos negociantes portugueses, a transformação, em termos práticos, de Fortaleza em entreposto comercial. Além disso, observando individualmente cada negócio e transação, vemos que o Ceará, por meio de sua capital provincial, passava a se integrar em outras rotas, sendo uma delas a que ligava o norte do Império a Liverpool. Esta cidade inglesa era responsável pela saída do algodão e pela importação de manufaturados, e a outra rota que passou a ter importância era a ligação com o Rio de

---

<sup>578</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O comercial, 25 de julho de 1854. p.2

<sup>579</sup> Biblioteca pública Menezes Pimentel. Setor de microfilmes. Pedro II 14 de agosto de 1850. P. 4

<sup>580</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. Pedro II 24 de Agosto de 1854. P. 4

<sup>581</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. Pedro II 20 de Abril de 1859. p. 4

Janeiro. De acordo com Thomaz Pompeu<sup>582</sup>, os valores das importações de dentro do império que entraram no porto fortalezense entre os anos de 1855 e 1862 colocaram a praça carioca entre as três principais parceiras econômicas de Fortaleza, alternando o posto de primeiro lugar com Salvador e Recife. Devemos destacar que, para os anos fiscais de 1856-1857 e 1858-1859<sup>583</sup>, o Rio de Janeiro foi a praça brasileira que mais forneceu mercadorias para a capital do Ceará, o que podemos ver na tabela abaixo:

PROCEDENCIA.	1855—1856.	1856—1857.
Pará. . . . .		1,764\$900
Maranhão. . . . .		11,683\$320
Piauhy . . . . .		
Rio Grande do Norte. . . . .		1,854\$000
Parahyba. . . . .		
Pernambuco . . . . .		17,886\$620
Bahia . . . . .		16,960\$220
Rio de Janeiro. . . . .		18,742\$156
Portos do interior. . . . .		798\$150
<i>Total.</i> . . . . .	59,249\$025	69,638\$220

BRASIL, op.cit.p. 458

584

Se o Aracati era o intermediário do Ceará com Recife, Fortaleza era não só a ligação com a Europa e Estados Unidos, mas, da mesma forma, a conexão com a capital política e comercial do Império do Brasil: o Rio de Janeiro. Isto é bem perceptível quando os nossos homens de negócios trabalhavam como agentes de empresas ou negociantes da praça carioca. É o que podemos ver em um anúncio de 1850:

<sup>582</sup> BRASIL, op.cit.p. 458-459

<sup>583</sup> Ibid.

<sup>584</sup> BRASIL, op.cit.p. 458

SAIBÃO quantos este publico documento virem que temos devidamente nomeado nosso agente na cidade do Ceará ao Ilm.o Sr. José Smith de Vasconcellos para poder vender a nossa genuína salsa Parrilha de Sands. Este documento será reformado a cada trez meses. Dado com o nosso sello no rio de Janeiro aos vinte cinco dias do mês de agosto de 1849.

Assignado - Soulthiworth & Sands

(Está reconhecido e sellado) <sup>585</sup>

Ao que parece, os negociantes de quem Smith de Vasconcellos era agente eram estrangeiros, provavelmente ingleses e residentes no Rio. Este dado é importante porque mostra que, independente de ser português, brasileiro ou inglês, o Rio de Janeiro era um local que possibilitava alcançar com regularidade os outros portos do país, criando condições para o contato entre negociantes de diferentes origens.

Eulália Lahmeyer Lobo já afirmava que os circuitos mercantis da capital tinham verdadeira abrangência imperial. Sobre a praça carioca, esta autora afirmava que “usufruiu de uma vasta rede de comércio interno que se estendia do Pará até o Rio Grande do Sul, do litoral ao planalto Central” .<sup>586</sup>

Deve-se reforçar que se a reorganização do espaço brasileiro, após a separação de Portugal, trouxe mudanças na circulação de mercadorias em termos nacionais. No Ceará, os reflexos da Independência foram as mudanças de rotas para a cidade de Fortaleza e a ligação desta com a capital do Império. Parte infeliz da ligação

---

<sup>585</sup> BNRJ/Hemeroteca Digital. Jornal Pedro II 09 de fevereiro de 1850. p.4

<sup>586</sup> LOBO, Eulália Lahmeyer. Os circuitos comerciais das empresas do ramo de tecidos, roupas e armarinhos do Rio de Janeiro: o estudo de dois casos. In *Convergência Lusíada* n 19. Rio de Janeiro 2002, p 137.

com o sul do Império foi o tráfico imperial, processo denunciado já por Cabral de Mello<sup>587</sup> como um golpe dado no fim do Império pelos decadentes, embora ainda poderosos produtores rurais e negociantes do norte agrário<sup>588</sup>. Estes articularam politicamente condições que dificultassem importação de trabalhadores estrangeiros pelos fazendeiros do sul, para que assim fossem vendidos e enviados escravos das províncias como Ceará e Pernambuco. Apesar da população escrava do Ceará não ser o sustentáculo de sua produção agrícola, posto que já afirmamos que o algodão era fruto de trabalho livre, os escravizados somavam quantidade bastante para serem vendidos. De acordo com Souza Brasil, eles representavam aproximadamente dez por cento da população do Ceará. Por outro lado, a exportação desses indivíduos não comprometia a cotonicultura, pelo fato de existir no Ceará um contingente grande o bastante de trabalhadores livres para manter a produção algodoeira.

Essas condições faziam com que os preços dos cativos fossem elevados, o que tornava a operação de comprar escravos no Norte e vendê-los caros no Sul um lucrativo negócio. Assim, é importante saber quem operava compras de escravos em Fortaleza, pois mais tarde, em anos de seca, foram mandados para o Sul aos milhares<sup>589</sup>, entre 1871 e 1882, saíram para as províncias do Sul, sete mil (7000) cativos<sup>590</sup>, este dado é apenas o úmero oficial, pois provavelmente um número de saídas ilegais ocorreu, e suspeita-se da participação dos mesmos negociantes portugueses nestas vendas.

---

<sup>587</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império. 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1999. P. 29-39;40-45; 63; 75

<sup>588</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império. 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1999. P.14. Prefere-se o uso desse termo, pois o Nordeste não existia nem enquanto divisão administrativa nem como articulação, o célebre historiador pernambucano assim define como Norte Agrário “... as áreas de grande lavoura de exportação do Maranhão ao Recôncavo baiano, especializadas no fabrico do açúcar e no cultivo do algodão.”

<sup>589</sup>PINTO, J. M. de Alcântara, *A extinção da escravatura na província do Ceará*, Fortaleza, Revista do Instituto do Ceará, 1984, p. 122

<sup>590</sup> Ibid

Em benefício deste argumento, encontramos alguns negociantes portugueses que anunciavam com frequência a compra de escravos. Luís Ribeiro da Cunha, por exemplo, em 1857 fez publicar um mesmo anúncio onde fazia propaganda da venda de farinha de trigo e mencionava o interesse em comprar jovens escravos: “Luís Ribeiro da Cunha tem para vender farinha de trigo (...). Também compra dois moleques de 12 a 15 anos ”.<sup>591</sup> Da mesma forma, vemos que anúncio do português e Barão de Santo Amaro<sup>592</sup>, Manuel Nunes de Mello: “Escravos Manoel Nunes de Mello compra escravos e paga os bem sendo bonitas figuras ”.<sup>593</sup>

A preferência pelos jovens também era nítida. Em um anúncio de outro negociante português encontramos: “Escravos, Manoel Antonio da Rocha Júnior, compra escravos de ambos os sexos, de 10 a 24 anos, sendo de boas figuras ”.<sup>594</sup>

Sabemos que muitos desses lusitanos possuíam grandes plantéis de escravos. Ao analisar o inventário do Barão de Santo Amaro<sup>595</sup>, Manoel Caetano de Gouveia, de 1865, detectamos que possuía ao todo 102 escravos, que totalizavam 45:909:600, quarenta e cinco contos, novecentos e nove mil e seiscentos réis. Este valor equivalia a boa parte do seu patrimônio, que era de 109 contos de réis e compunha-se de grandes faixas de terra nas proximidades de Fortaleza .

Para melhor compreendermos esses valores, é preciso que digamos que ele vendeu, ainda em vida, boa parcela das suas propriedades ao negociante inglês Henry

---

<sup>591</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O comercial, 23 de julho de 1857. p.4

<sup>592</sup> Título concedido pela Coroa portuguesa.

<sup>593</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial, 18 de setembro de 1856. p.4

<sup>594</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial, 10 de Janeiro de 1856. p.4

<sup>595</sup> APEC – Fundo Cartorial- Cartório Feijó- Pacote 162. Processo 25. Inventário de Manoel Caetano de Gouveia.

Ellery<sup>596</sup>. As propriedades vendidas, foram os sítios “Boa Vista, Vila Velha , Aratanha e Capivara”, que, por serem referidos como sítios, teriam alguma função produtiva e também por estarem na zona cafeeira da Serra da Aratanha. A outra propriedade era uma larga “faixa de terras devolutas ... da praia ao Riacho Maranguapinho”, e eram bem próximas de Fortaleza e, provavelmente, hoje equivaleriam ao bairro Ellery de Fortaleza. Podemos então questionar se o tamanho do plantel de escravos não seria para a venda e aluguel em serviços dentro de Fortaleza, ao invés de ser usado para a produção agrícola, uma vez que Manuel Caetano não deixou sinais de ser um produtor rural destacado. Em seu inventário, não constam mais propriedades rurais, apenas urbanas.

### 3.3 RELAÇÕES DE CRÉDITO

As relações de crédito da comunidade mercantil portuguesa foram analisadas através de informações obtidas nos anúncios e notícias veiculados em jornais, registros de hipotecas, ofícios e relatórios do setor de obras públicas da província. Essas atividades que acompanhamos abrangiam as transações com mercadorias vendidas a prazo, o que era muito importante para os pequenos comerciantes e, principalmente, para os que estavam deixando de ser caixeiros e abrindo suas primeiras lojas com mercadoria fiada. Também fazem parte das atividades em questão: as concessões feitas por negociantes portugueses em empréstimos hipotecários,

---

<sup>596</sup> APEC- Fundo Cartorial- Cartório Feijó\Livro 2. Novembro de 1853-Março de 1857. Escritura de compra e venda que fazem Manuel Caetano de Gouveia e sua mulher dos sítios e arredores, Vila Velha, Aratanha, Boa Vista, Capivara e as terras devolutas entre a praia e o riacho Maranguapinho, a Henrique Ellery. 02 de Maio de 1856. \* Observação: As demais especificações sobre a localização do documento não puderam ser feitas, por causa do fechamento temporário do fundo cartorial .

os protestos de dívidas, as estratégias de substituição de papel moeda, um caso de introdução de moedas falsas e a situação da oferta de crédito em Fortaleza naquele período. Mas, antes de nos aprofundarmos caso a caso, devemos tratar do problema da falta de capitais na praça de Fortaleza, o que dificultava a concessão de empréstimos a juros mais praticáveis.

Um relatório do porto de Fortaleza, do ano de 1861, mencionava esta dificuldade. Ali se reportava as questões de importação, exportação e obras do porto, que foram deixadas um pouco de lado para tratar do que gerava problemas nesta área e do que, naquela época, poderia ser feito para a melhoria da oferta de crédito.

Vejamos:

Os longos prazos concedidos de 12 mezes pela venda de mercadorias, e ainda mais a falta de pagamento em dia, da maior parte dos compradores de fora da capital, fazem no geral sofrer grandes empates, e por consequência, sofrer vários prejuízos sofrem os negociantes desta praça que deste modo não podem quase calcular operação alguma, ainda mesmo baseada em recursos de que poderiam (...)

Os capitais desta praça não se acham associados, cada capitalista obra de per si.

As transações, desconto de letras e dinheiro a juro unicamente, efetuam-se ao prêmio de 1\2 a 2 p: ao mês, com as necessárias garantias; juro caríssimo, e que em maior escala faz passar a maior parte dos seus lucros do negociante, para a burra do capitalista, de sorte que levando em vista tal prêmio, terá necessariamente de deixar de dar maior desenvolvimento as suas operações, e neste cargo define o comércio em proveito do capitalista.<sup>597</sup>

Conseguir e conceder empréstimos em Fortaleza eram atividades que não ocorriam em condições vantajosas. O fato de o pouco capital destinado a essas operações não estar organizado em uma instituição bancária dificultava mais ainda o seu

---

<sup>597</sup> BR APEC, OP, COM, 09. Obras Públicas. Oficinas e plantas. Porto de Fortaleza – Porto de Fortaleza – Exportação 1861- Folhas 01 e 02.

acesso.

O documento prossegue ainda mencionando as condições piores com que os empréstimos eram concedidos no interior. Dava como exemplo os empréstimos concedidos aos produtores de café do maciço de Baturité, região de atuação dos portugueses Salgado Couto, onde possuíam uma filial da firma. Os cafeicultores daquela região deviam pagar com a safra, e os juros em um ano chegavam a 50 ou 40 por cento<sup>598</sup>.

Desnudar essa realidade nos ajudou a ver o quanto era difícil conseguir um empréstimo em boas condições no Ceará desse período. Produtores rurais hipotecavam seus sítios de café.<sup>599</sup> Detectamos igualmente a atividade de alguns portugueses concedendo empréstimos hipotecários. Em 1859, Manuel Nunes de Mello concedeu empréstimo de 1:970:100 réis a Antonio D'olanda mediante a hipoteca de dois escravos .<sup>600</sup>

Também em 1859 encontramos um caso que indica a aproximação de negociantes portugueses com os produtores de café. Em Maranguape Manuel Sagado Couto concedeu empréstimo ao sitiante, Guilherme Calvino Alves da Fonseca, que foi utilizado na mesma operação para pagar os credores do sitiante, ficando hipotecado metade do:

---

<sup>598</sup> BR APEC, OP, COM, 09. Obras Públicas. Ofícios e plantas . Porto de Fortaleza – Exportação 1861-Folha 02.

<sup>599</sup> LIMA, Pedro Ayrton Queiroz . A sombra das Ingazeiras. : o café na serra de Baturité 1850-1900. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, 2000 (IFCS) Segundo este historiador, no Ceará no século XIX usava-se o termo Sítio para qualquer propriedade rural de serra úmida , assim um sítio poderia ter 4ha como 1000 ha, e era nestas áreas , que se produzia café. No maciço do Baturité havia uma área de 25.000ha de cafezais e na Serra da Ibiapaba 20.000 , também existiam cafezais nas Serra de Maranguape e da Aratanha. Fazenda era o termo para propriedades da depressão sertaneja, maior parte do Ceará, onde se plantava algodão e criava-se gado.

<sup>600</sup> APEC – Fundo Cartórios de Fortaleza - Cartório Feijó – Livro 03. Escritura pública de hipoteca de 31 de Março de 1859.

sítio na Serra de Maranguape, denominado Alagoas, com casa plantações e mais fruteiras...pelo quantia de dous contos sete centos trinta e nove mil oitocentos e noventa e cinco réis, dinheiro que o hipotecário pagou aos credores dos hipotecantes.<sup>601</sup>

No inventário do marceneiro Bento Joaquim de Carvalho<sup>602</sup>, o inventariante e credor foi o negociante Manuel Nunes de Mello. Este declarou que Bento Joaquim havia acertado de fazer, em sua casa, um serviço de marcenaria como pagamento por gêneros fornecidos a prazo para a taberna do marceneiro.

Havia, desta forma, uma certa solidariedade entre os lusitanos e relações de confiança ligadas à concessão de crédito. O acerto de pagar, com serviço, as mercadorias era uma forma de facilitar não apenas o pagamento como o acesso à compra das mercadorias para a manutenção do pequeno negócio. Concluímos, portanto, que o pequeno crédito era essencial para o estabelecimento dos novos lojistas e dos novos comerciantes de menor vulto, quando estavam em processo de abertura de seus primeiros negócios. Este tipo de situação expressava a menor dificuldade que tinham para ascender economicamente nos meios mercantis de Fortaleza, se compararmos com os brasileiros, que não estavam inclusos nas relações que facilitação de crédito existentes entre os portugueses.

Afirmamos que existem casos, principalmente encontrados nos jornais,<sup>603</sup>

---

<sup>601</sup> APEC – Fundo Cartórios de Fortaleza - Cartório Feijó – Livro 03. Escritura de hipoteca de 2 de Março de 1859.

<sup>602</sup> APEC – Fundo Cartórios de Fortaleza – Cartório de Órfãos de Fortaleza. Pacote 162. Documento solto.

<sup>603</sup> Dada a variedade de situações que esta dissertação aborda, não foi possível fazer um aprofundamento, em que pudesse se identificar um número razoável destes caos entre portugueses. A identificação dos comerciantes portugueses é muito difícil, apenas quando seus nomes aparecem completos podemos verificar a nacionalidade nos termos de residência de estrangeiros, o principal fator que dificulta este

em que o crédito fornecido por negociantes era dirigido aos seus ex-caixeiros em forma de mercadorias. Era essa uma das maneiras em que a ascensão social ocorria, na ajuda a um ex-funcionário de confiança (às vezes este também era um parente) para que ele se estabelecesse como comerciante autônomo, dono de sua própria loja. Em uma terra onde conseguir crédito era difícil, e caro, uma rede de solidariedade que facilitasse isso fazia grande diferença.

Uma amostra dessas práticas pode ser vista neste anúncio:

constando me que se tem entendido contra o sr. João Duarte Franco o anúncio que fiz para que ninguém fizesse transação comercial com ele na fé da minha responsabilidade, porque ele tinha deixado de ser meu caixeiro, devo declarar em abono de sua honra, que minha intenção foi somente fazer publico que o seu comércio é absolutamente independente do meu, e somente por sua conta e risco, e não porque eu duvide de sua reputação, pois lhe vendi um conto e tanto de fazendas fiadas a seu crédito. Com isto creio ter repostado qualquer mal, que sem intenção possa ter feito ao dito senhor, somente com o fim de evitar o engano do público ao meu respeito, se ele for feliz como lhe desejo.

J.A.P Pacheco <sup>604</sup>

O ex-patrão de João Duarte Franco foi quem o ajudou a se estabelecer. O primeiro forneceu mais de um conto de réis em tecidos fiados. Mais do que um demonstrativo de solidariedade, este anúncio mostra a prática comum de um caixeiro se transformar em lojista e, dependendo do sucesso, até mesmo em um negociante. O crédito entre portugueses parecia que se dava de forma realmente muito menos complicada, principalmente se pensarmos em crédito na forma de mercadorias.

Outro caso que vale mencionar é o do português Francisco Teixeira e de

---

processo, é que nos anúncios os comerciantes e negociantes, eram identificados apenas por um sobrenome, o que não basta para detectar quem faria parte de nosso estudo.

<sup>604</sup>BNRJ\Hemeroteca Digital. Jornal Pedro II 23 de fevereiro de 1850. p.4

sua mulher, a paraense Maria Augusta Pinheiro Bezerra. Em 1867 saíram de Belém e foram viver em São Luís. De acordo com o chefe de polícia do Maranhão, em ofício dirigido às autoridades policiais do Ceará:

abriu aqui uma pequena casa de negócio, e aproveitando-se da boa fé, que reina na força do comércio desta cidade, fez grandes compras de vario gêneros a diversos negociantes, enviando uns para o porto de sua conta e outros para Lisboa (...) e outros finalmente para essa província (...)

Passado algum tempo, e vendo fechada a casa do mesmo indivíduo, procurarão os seus credores saber de seu destino, e conseguiram verificar que esse sujeito e a mulher (...) seguirão para esta província (...) <sup>605</sup>

Provavelmente ser português facilitava conseguir crédito. Caso tivesse, pelo menos aparentemente, o perfil de um comerciante se estabelecendo; ou que assim fizesse que acreditassem, o capital seria acessado. Acreditamos que os vínculos nacional e profissional acionavam redes de solidariedade entre os patrícios. Em pouco tempo de vivência em uma cidade, logo Francisco Teixeira conseguiu mercadoria fiada. Tal fato se repetiu algumas vezes, como em Fortaleza, pois, em menos de uma semana, já estava com loja na rua da Amélia e já tinha feito compras a prazo nessa praça.

Em resposta ao chefe de polícia ludovicense, o seu colega de Fortaleza informava que “Francisco Teixeira acha-se estabelecido nesta capital com uma venda na rua da Amélia, e já devendo nesta praça”<sup>606</sup>.

Pensamos então haver uma solidariedade que se apresentava de outra forma,

---

<sup>605</sup> BR APEC, CP CO, RE, ENC 01. Secretaria de policia da província. Ofícios recebidos de outras províncias. 1867-1876. Ofício de 15 de janeiro de 1867.

<sup>606</sup> BR APEC, CP, CO, RE, ENC, 01. Documentos recebidos pelo chefe de polícia da província. 1867-1876. Ofício de 25 de fevereiro de 1867.

bem mais ampla e com outros indicadores, que não eram apenas na forma de redes tradicionais relativas ao comércio. Havia uma solidariedade baseada nos laços do grupo étnico ao qual pertencia: os portugueses anteriormente imigrados. Esses laços proporcionavam boas condições de estabelecimento, mesmo para alguém pouco conhecido, simplesmente por apresentar-se como lusitano, posto que tanto em São Luís como em Fortaleza o golpista conseguiu facilmente, e em pouco tempo, o crédito necessário para se estabelecer.

Teixeira aproveitou-se da facilidade de crédito gerada pela solidariedade entre portugueses para agir desonestamente. Parte da operação do casal consistia em enviar a mercadoria comprada a prazo, em São Luís, a Portugal e a Fortaleza, onde pensavam talvez em dar continuidade aos golpes. Desta maneira conseguiam capital só em comprar mercadoria fiada para vender.

Em mercados como o do Ceará, onde a falta de moeda era um problema, havia lojistas, e mesmo negociantes, como Luís Ribeiro da Cunha, que não tendo como passar trocos em um estabelecimento seu, fazia uso de bilhetes que equivaliam a valores em dinheiro:

Eu abaixo assignado rogo aquellas pessoas que tiverem em ser bilhetes e minha responsabilidade de 500 e 1000 réis. A bondade de os mandar receber que prontamente serão satisfeitos. Aproveito esta ocasião para agradecer (...) servindo-me declarar que o único fim (...) foi remediar alguns trocos miúdos pelos quaes me via de continuo veixadissimo com o que destribui dos de valor de 500 reis até o numero 275 e de 100 reis até o

numero 750 (...) <sup>607</sup>

O documento acima nos revela o problema de trocos menores, e de como a falta de moeda na praça eram resolvidos com paliativos.

A falta de moedas podia ser a causa de problemas mais graves, como a introdução de moedas falsas. Ao que parece, muitos portugueses se envolviam em crimes dessa natureza. Basta verificar os avisos dos chefes de polícia de todo o norte do império, que chegavam ao Ceará pedindo que prendessem portugueses evadidos e que haviam introduzido cédulas falsas<sup>608</sup>. Mas o caso mais notável desta natureza que nos deparamos foi o da já citada firma dos Salgado Couto, cujos detalhes dariam uma nova investigação para serem totalmente elucidados. Porém vale a pena narrar, em linhas gerais, o sucedido<sup>609</sup>.

Os irmãos Salgado Couto haviam estabelecido uma filial de sua firma na cidade de Baturité, como já foi descrito anteriormente. A dificuldade de se conseguir crédito nesse importante entreposto de café do Ceará era maior que em Fortaleza. Baturité foi palco de um escândalo ligado à introdução de moeda falsa, e os irmãos Salgado Couto, os acusados<sup>610</sup>.

O caso é complexo e pudemos acompanhá-lo com base nas matérias do Jornal O Comercial. Em setembro de 1857<sup>611</sup>, os irmãos foram presos. As provas foram cartas interceptadas e atribuídas aos irmãos. Após a prisão, este caso continuou sendo

---

<sup>607</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 19 de novembro de 1857.P.1-2

<sup>608</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 15 de outubro de 1857.p.1-2

<sup>609</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 15 de outubro de 1857.p.1-2

<sup>610</sup> BNR\Hemeroteca Digital. O Comercial 15 de outubro de 1857.p .1-2

<sup>611</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 22 de outubro de 1857.p .2

discutido no citado órgão de imprensa. Em uma outra matéria, de Outubro, apareceu o nome do comendador Luís Ribeiro da Cunha, que defendeu os negociantes portugueses<sup>612</sup>. Afirmava que, pela distribuição e quantidade de notas, eles não seriam os introdutores das mesmas, ou, pelo menos, não seriam os únicos.

O que fica patente é que a prisão e acusação se deram em um contexto de disputa comercial, no qual provavelmente a acusação feita podia apenas ser um pretexto para retirá-los do mercado. Evidentemente isso atendia aos interesses de seus concorrentes, tanto em Baturité como em Fortaleza. Esse trecho de jornal aponta nesta direção:

Um boato ou não sei que denúncias, derão como certa , a introdução de cédulas falsas em Baturité, onde os senhores Salgados por desgraça tinham uma casa, que fazia sombra as outras d´aquelle lugar , não nos consta que nem aqui nem ali, fossem tais sedula apreendida , em quantidade que desse lugar a suspeitar (...)<sup>613</sup>

A partir desse dia, a concorrência passou a aparecer no jornal como a motivação da prisão<sup>614</sup>. Além disso, o negociante Luís Ribeiro da Cunha também os defendia<sup>615</sup>. Não seria essa defesa mais um elemento para nos fazer pensar na solidariedade da rede de portugueses residentes em Fortaleza? Havia algum espírito de corpo que os movimentasse em prol da defesa de seus membros?

Se a concorrência revelou-se uma situação problemática para os Salgado Couto no interior, ela igualmente aparecia em Fortaleza. A firma deles estava correndo

---

<sup>612</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 22 de outubro de 1857.p .2

<sup>613</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 15 de outubro de 1857.P.1-2

<sup>614</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 22 de outubro de 1857.p .2

<sup>615</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 22 de outubro de 1857.p .2

risco de ser fechada<sup>616</sup>. Ao examinar a sua situação contábil, veio à tona as relações com a firma inglesa Singlehurst & Corlett: os ingleses e os Salgado eram os negociantes que naquela época possuíam, ou consignavam, embarcações, bem como eram os responsáveis por grandes transações de importação<sup>617</sup>.

Era voz corrente<sup>618</sup> que a casa inglesa teria acusado de dívida os Salgado e se aproveitado da prisão desses negociantes portugueses para receber o navio deles em pagamento das supostas dívidas. Prontamente trocaram o nome da embarcação. Na época dizia-se que a firma britânica teria agido de má fé e desonestamente, aproveitando-se da situação e que, a bem da verdade, seriam os Salgado Couto os seus credores:

(...) poderíamos explicar o procedimento do gerente ou administrador da casa inglesa nesta praça, o qual como nós afirmão, se for - prompto - em desconfiar dos senhores Salgado outrora seus amigos, não foi menos veloz em desacreditar requerendo - lhes procedimento judicial como falidos, e ainda mais rápido - em lhes aceitar o - restaurador- o navio da casa dos Salgado..

O que é certo é que a casa dos Salgados não estava como não está fallida (...)

O que é certo é que do balanço ainda não ultimado, se antevia um saldo considerável, a favor dos Salgados, e já a casa inglesa generosamente - lhes recebia em pagamento o Restaurador - a quem pô o nome de Rápido. A casa inglesa não gosta de quem se lhe queira avantajear em rapidez! Tem razão - são ingleses (...)<sup>619</sup>

Este caso serve para revelar detalhes interessantes sobre operações de crédito entre firmas que tinham dívidas entre si. Entretanto só poderíamos chegar a

---

<sup>616</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 22 de outubro de 1857.p .2

<sup>617</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 22 de outubro de 1857.p .2

<sup>618</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 22 de outubro de 1857.p .2

<sup>619</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 22 de outubro de 1857. p .2

conclusões mais abalizadas ao verificar, detalhadamente, a contabilidade dessas firmas e/ou negociantes. Apesar de muito instigante, infelizmente este caso foge ao escopo do presente trabalho, nem haveria tempo hábil para acrescentar tal investigação no âmbito de uma dissertação.

O que aconteceu provavelmente foi decorrência das importações que os Salgado às vezes faziam, via embarcações consignadas pelos ingleses, e vice versa. Uma economia de dimensões reduzidas, como a da praça fortalezense, exigia que essas viagens de importação fossem aproveitadas por diferentes negociantes e comerciantes ao mesmo tempo.

Este exemplo ainda serve para mostrar a complexidade das relações entre ingleses e portugueses no mundo dos negócios: ora eram parceiros, ora concorrentes. Ao mesmo tempo, revela o oportunismo inglês frente à possibilidade de eliminar o concorrente que possuía um navio. E obtiveram sucesso, pois, ao reclamar a posse deste como pagamento de uma suposta dívida, a acusação não foi nem verificada.

A hipótese que levantamos é a de que para a principal praça comercial do Ceará, dado o número reduzido de agentes que se ocupavam de transações de importação, não havia um clima de forte divisão por nacionalidade. Como foi mostrado, alguns destes referidos agentes ora concorriam, ora se associavam. No entanto, a despeito desta aparente liquidez das citadas parcerias, outras apresentavam uma certa constância, o que nos indica que, em certos casos, portugueses e ingleses uniam-se em rede.

Ao analisarmos os manifestos das barcas inglesas<sup>620</sup> publicados em *O*

---

<sup>620</sup> BNRJHemeroteca Digital. *O Comercial* . 20 de junho de 1854.p.4; *O Comercial*, 3 de Abril de 1856.p.4; *O Comercial*, 8 de Agosto de 1854; *O Comercial*, 14 de Novembro de 1854; *O Comercial*, 2 de Abril de 1857.

*Comercial*, temos visto que dois nomes são perenes: Singlehurst (Casa Inglesa) e o português José Smith de Vasconcelos. Estes são os principais agentes importadores, aparecem em todos os manifestos que analisamos como proprietários das maiores encomendas. Smith de Vasconcelos também exportava, deslocando-se, até pessoalmente, para Liverpool com mercadorias, como já indicamos<sup>621</sup>. Ele também chegou a ter firma registrada com filial funcionando na Inglaterra, a Smith de Vasconcelos & Sons<sup>622</sup>. Acreditamos que Smith de Vasconcelos e a Casa Singlehurst trabalharam em rede, uma rede de caráter binacional em solo brasileiro.

### 3.4 RELAÇÕES COM O ESTADO

Foram encontradas diversas situações em que os negociantes portugueses se relacionavam com a instância administrativa da província. Algumas vezes atuavam como fornecedores; outras, arrematavam o direito de cobrar impostos e até assumiam cargos de governança. Devemos considerar aqui a relação com o Estado brasileiro, e com o Estado português, que agia por meio cônsules e dos representantes consulares em alguns pontos da província.

Começamos pela situação de um negociante natural do Porto, Desidério Miranda. Ele foi chefe de polícia de Fortaleza, nos anos de mil oitocentos e trinta. Como tal fez publicar um anúncio que chamava os estrangeiros da cidade a declararem

---

<sup>621</sup> BNRJ\ Hemeroteca digital.O Comercial 3 de abril de 1856. P. 4

<sup>622</sup> The Glasgow Herald- 9 de março de 1875 p 6  
<https://news.google.com/newspapers?nid=GGgVawPscysC&hl=pt-BR>

seus endereços nos termos de residência de estrangeiros<sup>623</sup>. Podemos conjecturar que a posse de um cargo como este, para um negociante, seria de grande utilidade, pois poderia privilegiar com melhor policiamento as áreas de seu interesse.

Sabemos que em Fortaleza, e em todo Ceará, em anos de seca e carestia ocorriam saques aos armazéns e comércio de alimentos. Mesmo em anos normais, o policiamento em áreas comerciais ainda era muito importante. O cargo também era estratégico pelo fato de a chefatura de polícia ser chamada para resolver casos de golpistas que circulavam pela costa do norte do Império. É isto que vemos nos comunicados entre os chefes de polícia<sup>624</sup>. Estar nesta posição significava ter acesso a informações, e seria a oportunidade de prevenir-se, bem como de prevenir a praça de atos desonestos. Além disso, possuir um cargo importante na governança significava ter capital político para lidar com a sociedade local.

Encontramos um negociante português arrematando o direito de cobrança sobre um importante imposto, o que podemos ver no anúncio de Manuel Antonio da Rocha Júnior, que arrematou o direito de arrecadar a taxaço sobre a venda de escravos na província:

Manoel Antonio da Rocha Junior, tendo arrematado na tesouraria provincial, o imposto de meia ciza dos escravos, que forem vendidos na província, do 1 de janeiro ao ultimo de dezembro corrente anno; declar, que recebe nesta cidade o dito imposto, e nos outros minicipios, será cobrado pelos seus procuradores novamente nomeados (...) <sup>625</sup>

---

<sup>623</sup> BNRJ\Hemeroteca Digital.Jornal Dezesesseis de dezembro, 5 de outubro de 1839. P. 1

<sup>624</sup> BR APEC, CP, CO, RE, ENC, 01. Documentos recebidos pelo chefe de polícia da província. 1867-1876.

<sup>625</sup>BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 10 de janeiro de 1856. BN. P.4

Esta situação se torna mais interessante somado ao fato de Rocha Junior mercadejar escravos. Encontramos, no mesmo dia que comunicava a arrematação do direito de cobrar o imposto, um outro anúncio, em que o mesmo senhor se oferecia como comprador de escravos, de “boa figura de 12 a 25 anos ”<sup>626</sup>. Provavelmente, para quem comprava e vendia escravos, ter a cobrança desse imposto era estratégico.

Outro exemplo é o do português Francisco Coelho da Fonseca, que arrematou as aferições de pesos e medidas:

O ABAIXO assignado como arrematante das aferições de pesos e medidas, do município desta cidade, faz publico que do dia 15 do corrente mez em diante abrirá aferição na sua loja n rua da palma das 2 horas, as 5 da tarde Ceará 3 de janeiro de 1850. Francisco Coelho da Fonseca <sup>627</sup>

Arrematar direitos de cobrar impostos não era novidade alguma; era fato comum desde os tempos da Colônia. O que nos interessa mostrar é que esses indivíduos eram remediados quando recém-chegados, ou mesmo pobres, como era o caso tanto de Francisco Coelho<sup>628</sup> como de Rocha Jr<sup>629</sup>. Chegavam caixeiros e ascendiam, por meio da atividade mercantil, a ponto de assumirem tais responsabilidades e serem respeitados pela comunidade mercantil.

É importante também desnudar as atividades de negociantes portugueses que agiam como fornecedores de materiais para as obras públicas, e que chegavam a concorrer duramente com os ingleses. Quando analisarmos os relatórios e ofícios de

---

<sup>626</sup>BNRJ\Hemeroteca Digital. O Comercial 10 de janeiro de 1856. BN. P.4

<sup>627</sup> Biblioteca Pública Menezes Pimentel\Setor de microfilmes. O comercial 3 de Janeiro de 1856. P.4

<sup>628</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839-1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Livro 1 (1839). Folha 25 (frente).

<sup>629</sup> BR APEC, CP, RE, ENC, 04. Termos de Residência de Estrangeiros. 1839-1842. Chefatura de Polícia de Fortaleza. Numeração antiga do livro: 1656. Livro 1 (1839). Folha 64 (frente).

Adolpho Herbster<sup>630</sup>, o engenheiro chefe das obras públicas da província, notamos uma situação incômoda: o governo provincial havia encomendado à casa Singlehurst lajedos e ladrilhos para obras de calçamento das ruas e de cantaria em prédios públicos. Esta teria cobrado um preço excessivo pelo carregamento vindo de Liverpool. Foi aqui que, mais uma vez, os Salgado Couto, portugueses, tornavam-se a “pedra no sapato” dos ingleses, e puseram no mercado um produto de qualidade mais adequada e em melhor preço:

Cumprindo-me informar sobre o preço qualidade e aplicação q poderia ter o lagedo de Lisboa q Salgado e Irmão offerece no requerimento junto pelo preço de 4:500 RS a jarda quadrada. Direi que o lagedo não he do mais fino, porém é superior em rijeza ao lagedo inglez q e vende no mercado por 6:500ª jarda, quanto ao preço, se attender q quando cada jarda quadrada pagava 1: 440 (?) de direitos vendia-se por 6\$000a jarda, hoje q só paga 800 RS por jarda deveria vender-se por 5:360, por conseguinte não acho demais o preço de 4: 500 e ainda menos o de 4:400q ultimamente me pedio o mesmo Salgado & irmão (...) <sup>631</sup>

Ao presidente da província, o engenheiro comunica que o preço mais elevado era o da firma inglesa. Entretanto, em ofício anterior, também afirmava a mesma coisa: a cobrança a maior dos ingleses. É interessante observamos a forma utilizada para defender o produto português, que mesmo não sendo o “mais fino”, era o “mais rígido”.<sup>632</sup>

Contudo a realidade sobre a qualidade da mercadoria e a veracidade dos

---

<sup>630</sup> BR APEC, OP, CO, EX.02. Setor de Obras Públicas da Província do Ceará Ofícios expedidos a Presidência da Província. 1857. Ofício do engenheiro chefe ao presidente da província de 01 de Agosto de 1857. Folha 1

<sup>631</sup> BR APEC, OP, CO, EX.02. Setor de Obras Públicas da Província do Ceará Ofícios expedidos a Presidência da Província. 1857. Ofício do engenheiro chefe ao presidente da província de 01 de Agosto de 1857. Folha 1

<sup>632</sup> BR APEC, OP, CO, EX.02. Setor de Obras Públicas da Província do Ceará Ofícios expedidos a Presidência da Província. 1857. Ofício do engenheiro chefe ao presidente da província de 01 de Agosto de 1857. Folha 1

seus argumentos não nos importam aqui. O que ressaltamos é como uma firma portuguesa, operando em condições similares a uma inglesa, enfrentava, e até vencida a concorrência em condições similares. Talvez isso se desse pelo fato de os Salgado contarem com navio próprio. Por esse motivo, podiam investir na importação, e não só de manufaturados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação procurei mostrar o desenvolvimento econômico de Fortaleza, paralelamente à formação e consolidação de uma comunidade mercantil portuguesa ali fixada durante os primeiros setenta anos do século XIX. Essa comunidade participou de uma espécie de *start* no protagonismo econômico fortalezense dentro do Ceará. Antes do fenômeno exportador do algodão, a capital da antiga capitania, anexa a Pernambuco, não apresentava relevante movimento comercial.

É fato comprovado, através deste estudo, que a comunidade mercantil portuguesa teve papel extremamente relevante na centralização da economia do Ceará na cidade de Fortaleza. Após o seu posicionamento contrário à Confederação do Equador, essa comunidade obteve mais possibilidades de ampliar seus negócios. Notamos que os investimentos provinciais agiram no sentido de sufocar a concorrência de outras praças da província, principalmente a praça de Aracati. A capitalidade de Fortaleza está diretamente ligada à sua comunidade mercantil portuguesa.

Certas ações coletivas desse grupo de negociantes portugueses foram determinantes para a manutenção de Fortaleza no referido status administrativo, o que garantiu, igualmente, a continuidade do lugar privilegiado para os seus negócios. São exemplos a carta-relatório da câmara e dos notáveis da vila que argumentava sobre qualidades que eram favoráveis à permanência de Fortaleza como capital, bem como às maiores doações para a instalação do serviço de correios.

O governo do então José Martiniano de Alencar, que mais tarde seria conhecido como Senador Alencar, foi significativo para a centralização das funções administrativas da Província na Vila da Fortaleza. Obedecendo a um padrão que se dava em âmbito imperial, em que paulatinamente forças políticas centrípetas competiam com

forças políticas centrífugas, o período alencarino tendeu a articular materialmente as funções de capital que haviam sido confirmadas politicamente nos períodos tardio colonial e joanino. Foi, neste momento, que houve uma maior fixação de caixeiros portugueses no comércio da cidade, vindos do norte de Portugal. Também deve-se destacar que nesta dissertação foram estudados os imigrantes açorianos trazidos por Alencar: ilhéus, em sua maioria, que não se dedicaram ao comércio. Seus perfis foram analisados com a finalidade de estabelecer comparações entre eles e os portugueses destacados pela nossa pesquisa, os nortenhos que emigraram para trabalhar no comércio. Além do mais, o caso dos imigrantes açorianos foi o ponto de partida para o exame da política de imigração de Alencar.

A política de centralização administrativa e comercial em torno de Fortaleza foi observada através da sua estruturação material e da sabotagem de sua principal concorrente, a praça do Aracati. Foram erguidos equipamentos, construídas estradas, assim como foi detectado que estruturas fiscais e comerciais, de vilas concorrentes, como a alfândega do Aracati, foram sufocadas. A partir desse período, as ligações terrestres entre Fortaleza e as regiões produtoras de algodão e café próximas foram incentivadas e reforçadas. Tal relação, entre a capital e áreas contíguas, criou um movimento dialético em que, à medida em que as ligações terrestres eram aprimoradas, ambos os crescimentos, tanto da área urbana e comercial, de onde se exportava, quanto das áreas cafeicultoras e algodoceiras, se potencializavam, ou seja, ocorreu dinamização mútua de suas economias.

A provincialização do comércio foi, portanto, um fenômeno que se deu gradualmente e desde o marco inicial do recorte temporal desta pesquisa. Esse processo foi a concentração das ligações comerciais de exportação, importação e abastecimento

em Fortaleza. Antes, as vias terrestres favoreciam o comércio com a praça do Recife e, por vezes, com a praça de São Luís. Fortaleza ficava quase fora das rotas internas.

A já mencionada tendência política de privilegiar a construção de estradas para a vila fortalezense ocorria ao mesmo tempo em que o governo negligenciava a ligação com Recife. Esta se dava pelo porto concorrente do Aracati e pelas estradas que conduziam até o porto em questão. Houve uma mudança no eixo econômico do Ceará, que antes tinha o circuito Icó - Aracati - Recife como principal canalizador de riquezas. Tal realidade foi superada pelas conexões econômicas entre Fortaleza-Baturité e Fortaleza-Sobral, havendo um deslocamento do eixo econômico das aéreas leste-sul para o centro-oeste da província. Isso não implicou na extinção da conexão leste, apenas na sua superação. Foi percebida a presença de mercadores portugueses agindo no interior, ligando Fortaleza e Aracati aos destinos do sertão. Nessas paragens, não só as elites consumiam importados, representados, principalmente, pelas louças inglesas; mas também a população pobre adquiria importados; e combinava estes artigos com outros de origem artesanal e local.

Por fim percebemos a presença predominante dos portugueses no comércio de Fortaleza, principalmente no ramo lojista. Aliás, atuavam em todos os gêneros de varejo, bem como no atacado. Um dado de extrema relevância é que, em nosso estudo do caso de Fortaleza, pudemos negar a tendência historiográfica. Esta entendia o comércio das praças do século XIX brasileiro como liderado, majoritariamente, pelos ingleses. Eles figurariam no topo da pirâmide, desempenhando o papel de grandes importadores; e os portugueses, o papel secundário, de seus compradores e, conseqüentemente, de comerciantes varejistas.

O que encontramos foi um quadro bem mais complexo, posto que tanto portugueses quanto ingleses mercadejavam como grossistas e varejistas. Também os

lusos eram fortes nas atividades ligadas à concessão de crédito. Rastreamos suas viagens de negócios, o que nos possibilitou identificar onde, nos circuitos econômicos, estavam as redes de relações nas quais estes homens transitavam. Os circuitos ligavam Fortaleza ao Recife e ao Rio de Janeiro. Gradualmente a praça carioca tornou-se mais presente para os portugueses de Fortaleza que a praça pernambucana. Um exemplo disso foi a atuação do Negociante José Smith de Vasconcelos, que tanto estabeleceu fortes ligações com a Inglaterra, onde abriu firma, quanto com o Rio de Janeiro. Internacionalmente, os circuitos nos quais Fortaleza e seus negociantes lusos se inseriam eram ligados a Liverpool, Lisboa e, indiretamente, Hamburgo.

A pesquisa também se voltou para a base da comunidade mercantil portuguesa: os caixeiros, sujeitos que faziam toda essa estrutura funcionar. Como aspecto mais relevante desta parte da dissertação, destacamos a circulação de caixeiros portugueses entre as praças do norte do Império. Encontramos uma movimentação significativa destes trabalhadores entre Fortaleza e as praças do Recife e São Luiz. Boa parte da caixeiragem domiciliada em Fortaleza antes havia residido nas capitais pernambucana e maranhense. Este aspecto demonstra que existia uma mobilidade do imigrante português dentro do espaço imperial brasileiro. Por isso podemos afirmar que o processo de imigração não acabava quando ocorria sua chegada ao Brasil. As eventuais mudanças registradas ajudam a comprovar que as comunidades portuguesas de diferentes cidades brasileiras se conectavam. Elas também abriam possibilidades de colocação para trabalhadores lusos, bem como oportunizavam mercados pouco explorados; verdadeiras zonas de fronteira econômica, para os que queriam se estabelecer como proprietários de negócios.

Para além desses aspectos, que são novos para a historiografia da imigração portuguesa, encontramos, na Fortaleza oitocentista, elementos comuns entre a realidade

estudada e outras pesquisas já realizadas; os traços paternalistas da relação entre caixeiros portugueses e seus patrões da mesma nacionalidade, sua presença dominante no comércio causava a exclusão dos brasileiros de um ramo do limitado mercado de trabalho livre; a coabitação de caixeiros; as relações entre áreas de moradia e locais de trabalho e, por fim, as formas de exploração sofridas por estes imigrantes.

## ANEXO

Listas de nomes de portugueses registrados nos Termos de Residência de estrangeiros de Fortaleza.<sup>633</sup>

## Lista I- Livro I: 1839

Antonio Teixeira de Souza, Antonio José Maria Jorge, Antonio Fernandes da Silva, Antonio Joaquim de Souza, Antonio Ramos, Antonio Nunes de Mello Guimaraens, Antonio Cabral de Mello, Antonio da Rosa de Oliveira, Antonio da Ponte Carvalho, Antonio José de Medeiros, Augusto Carlos Martins da Cunha, Antonio Francisco, Antonio Rapozo de Mello, Antonio de Oliveira Borges, Antonio Faustino de (ilegível), Antonio José de Souza, Alexandre José da Costa, Antonio (sobrenome ilegível. Folha 7); Bento Joaquim de Carvalho, Bernardo José Pacheco, Bento Antonio Esteves, Bazilio Cardozo, Bento José de Almeida, Caetano da Silva Oliveira, Carlos Eduardo (sobrenome ilegível), Domingos Luís Machado, Desidério Antonio de Miranda, Duarte Borges da Silva Mello, Francisco Coelho da Fonseca Chaves, Frederico José Pereira, Francisco Alves Pereira Vianna, Francisco José de Souza, Francisco de Almeida, Felipe Rodrigues dos Santos Moreira, Francisco Soares Pereira, Francisco Rapozo, Francisco Joaquim Loureiro, Francisco Barradas, Francisco do Amaral, Francisco Martins, Francisco Torcatto, Francisco Teixeira Bastos, Francisco Gonçalves da Justa, Francisco de Assis Guerra, Francisco Luiz Salgado, Hilário Sampayo, José Smith de Vasconcellos, José Duarte Pereira, Joaquim José da Silva, José Maria Macedo, José de (ilegível) Ávila, João Themoteo da Rocha Galvão, João José Martins, Joaquim José Coelho, João Antonio Garcia, José Joaquim da Guerra, José Pereira, Raimundo Joaquim José Ferreira, Joaquim da Costa, José Joaquim de Barros, José Gonçalves Amorim, João Botelho(20\10\1839), João Botelho ( 25\10\1839)José Pacheco Custódio, Joaquim Antonio Paiva, José Cabral de Mello, Joaquim Rodrigues Pavão, João Pedro Assumpção, Jacinto Benevides, João Gonçalves de Miranda, João Jacinto Martins, João Francisco de Oliveira, José Francisco de Oliveira Guimaraens, José Joaquim Pereira(Açores), Joaquim Manuel Pereira, José Joaquim Pereira (Minho), João Afonso

---

<sup>633</sup> Nessa listagem, obedecemos a ordem de apresentação dos nomes encontrada nos livros. Também é possível encontrar no segundo livro, portugueses que já tinham sido registrados no primeiro.

Botelho, José Correia de Mello( Açores), João Antonio do Amaral, João Alves de Medeiros, Joaquim dos Santos, João Firmino Lamas, José Lobo, Jacintho Rapozo, Jacinto da Costa, Joaquim José de Medeiros, João Maria Pacheco, José Gonçalves Villar, João Coelho, Valentim Antonio dos Santos, José Joaquim da Silva, Luís Gonçalves da Justa, Luis Antonio da Silva Guimaraens, Manoel Antonio da Rocha Júnior, Manoel Jacintho de Medeiros, Manoel Carreira, José Machado, Manoel José Tavares, Manoel Gouveia Pinto, Manoel Ignacio da Silva Pimentel, Manoel Francisco de Oliveira, Manoel Joaquim de Carvalho, Manoel Jacintho Pavão, Manoel Furtado, Manoel Cabral de Medeiros, Manoel Rodrigues Braga, Manoel Antonio da Silva

Mamoel Nunes de Mello.

Lista II- Livro II: 1842 –

Antonio Oliveira Borges, João José Martins, João Gonçalves de Miranda, Antonio Coelho da Fonseca, Luis Gonçalves da Justa, Manoel Antonio da Rocha, Antonio Joaquim Rodrigues, Francisco Pereira da Costa, Antonio Joaquim de Souza, Nicolau Pereira, Manuel Nunes de Mello, José Joaquim Machado, Francisco Ignacio limão, Vitorino Teixeira Leite, Francisco da Guerra Machado, João Antonio do Amaral, Joaquim José da Silva, Manoel José Tavares, Antonio Joaquim de Andrade, Honofre Antonio Ferro, José Antonio Ferreira, Antonio Theodozio Ramos, Manoel Dias de Oliveira, Manuel Ignacio Pimentel, Duarte Borges da Silva, Claudio José Galdino, Francisco Coelho da Fonseca, Joaquim Manoel, Antonio Roza de Oliveira, João Francisco de Oliveira, João Afonço Botelho, Manoel Pimentel, José Joaquim da Guerra, Antonio Rapozo de Mello, Bento Joaquim de Carvalho, Roberto da Cunha Batista, Antonio de Souza Felisardo, Caetano da Silva e Oliveira, Antonio Cabral de Mello, João Pedro da Assumpção, Francisco Luís, João Martins, Antonio Cabral Brilhante, Luís da Silva do Amaral, Jacintho Ignacio de Oliveira, Manoel Martins, Manoel de Araújo, João Raposo de Lima, Antonio José Correia, José Carvalho de Moura, José Gomes Rodrigues, José da Silva, Domingos luís Machado, João Martins de Aguiar, Raimundo Manoel Jacinto Câmara Aragão, Antonio Ignacio Rabelo, José Antonio de Medeiros, Luís de Almeida, Manoel de Gouveia Pinto, Joaquim Antonio da Costa, Francisco José de Freitas, Manoel José Machado, João Studart de Vasconcelos, Antonio Joaquim de Carvalho, Jacintho de Aguiar, Manoel Cabral de Medeiros, José Cabral de Mello, (primeiro nome ilegível)Antonio de Miranda, Joaquim José de Medeiros, José de Andrade de Medeiros, Manoel Fonseca, Alberto José dos Santos, Francisco Antonio Cuimbra, José Duarte Pereira, José Maria Conde, Antonio Ferreira da Silva, Joaquim José de Oliveira, José Joaquim de Barros, Francisco Ferreira Bastos, Narciso José Ferreira, José Gonçalves de Aguiar, Francisco Torcato, Pedro Borges, , Gaspar Antonio, Joaquim Marques, Marcos Antonio, Manoel da Silva, Manoel Joaquim de Carvalho ,

Manoel Jacintho, Manoel Francisco de Oliveira Guimaraens, José Smtih de Vasconcelos, Antonio José Maria Jorge, Frederico José Pereira, Paulino José Manoel Ferreira, Francisco Suares Pereira, Francisco Joaquim Loureiro, João Antonio Garcia, Manoel Rodrigues Braga, João Garcia Martins, João Chrisóstomo da Silva.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Ed. da Univ. de Brasília, 1963.

ABREU, Cruz. **Presidentes do Ceará, Segundo Reinado Cel Joaquim Mendes da Cruz Guimarães**. Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Fortaleza, v.36, 1922.

AGUIAR, Marcos Magalhães de. **A evolução da vida associativa em Minas Colonial e a sociabilidade confrarial negra**. Anais da XXI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH. Curitiba: SBPH, 2002.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. e Renaux, Maria Luíza. **Caras e modos dos imigrantes**. In Alencastro, Luís Felipe de. História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.2001.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. **Escravos e Proletários: Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro,1850-1872**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo 1988.

ANASTASIA, Carla. **Direitos e motins na América Portuguesa. Justiça e História.**

Porto Alegre, v.1. n.ºs 1 e 2, 2001.

ARANHA, Manoel Guedes. **Opinião de Guedes Aranha sobre o Comércio da praça de Lisboa com o porto de Fortaleza-1821.** Fortaleza. Revista do Instituto histórico do Ceará, 1894. V.9.

ARAÚJO, Daniel Mendonça. **O custo da incerteza: uma análise do pensamento Novo institucional de Douglass North.** TCC. UFRPE. Recife 2015.

ARAÚJO, Emanuel. **A sociedade da aparência.** In: Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

ARRUDA, José Jobson de. **O algodão brasileiro na época da revolução industrial.** Am. Lat.Hist. Econ. Anõ 23 num 2 Mayo – Agosto 2016.

AVANCI, Silvia Helena Sarti. **O deslumbramento dos descobridores.** In: Navegadores, Colonos, missionários na Terra de Santa Cruz: um estudo psicológico da correspondência epistolar. São Paulo: Loyola, 1997.

AZEVEDO, Aloísio de . [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/cortico.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/cortico.pdf)

BAUDRILLARD, Jean. El sistema de los objetos. Siglo XXI editores. Mexico, D.F. 2010

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do norte (1877-1884)**. Doutorado em História Social. São Paulo: PUCSP, 2013.

BAUDRILARD, Jean. **O sistema dos Objetos**. Perspectiva. São Paulo. 2004. p

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O Rio de Janeiro no século XVIII: A Transferência da Capital e a construção do Território Centro-Sul da América Portuguesa*. In Urbana. Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. V1 N1 2006.

BLAJ, Ilana. **Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana**. Revista Brasileira de História, São Paulo, 18 (36): 281-296, 1998.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BONNOT, Thierry. **Itinerário biográfico de uma garrafa de sidra**. In Cândido, Manuelina Maria Duarte; Ruoso, Carolina (org). *Museus e Patrimônio: experiências e devires*. Recife. Fundação Joaquim Nabuco, 2016.

BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. Tomo 1. Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo. VII Os jogos da Troca.** Martins Fontes Rio de Janeiro. 1998.

BEIGUELMAN, Paula. A crise do escravismo e a grande imigração. Editora Brasiliense. São Paulo, 1987.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas Câmara. **O “retalho” do comércio: A política partidária, a Comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870.** Tese de Doutorado em História. Recife. UFPE, 2012.

CANABRAVA, Alice. A Grande Lavoura. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo. Diffel, 1974.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **PROLETÁRIOS DAS SECAS: ARRANJOS E DESARRANJOS NAS FRONTEIRAS DO TRABALHO (1877-1919).** Tese de Doutorado em História. Fortaleza. UFC, 2014.

CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. **Pontos e linhas: teoria e tupinologia.** In: Araweté: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p. 81-127.

CHALLOUB, Sidney . Abreu, Marta. Ribeiro, Gladys Sabina. **Trabalho Livre na cidade do Rio: vivência de libertos, “galegos” e mulheres pobres.** Revista Brasileira de História. São Paulo. V 55.n 8/9 Set.1984/Abril.1985

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Comerciantes das Minas Setecentistas: a diversidade de atuação no mercado colonial.** Caderno de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte (10): 135-143, abr. 1998.

COELHO, Antônio Borges. **A Revolução de 1383.** 5 ed. Lisboa: Caminho, 1981.

COSTA. Lustosa M.C. **Fortaleza, capital do Ceará: Transformações no espaço urbano ao longo do século XIX.** Fortaleza. Revista do Instituto Histórico do Ceará. 1994.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Da Guerra das Relíquias ao Quinto Império: Importação e Exportação da História no Brasil.** Novos Estudos Cebrap, São Paulo, (44): 73-87, mar./ 96.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

DIAS, J. S. da Silva. **Os descobrimentos e a modelação da mente nacional**. In: Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI. Lisboa: Editorial Presença: 1982.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, vol.1 (Cap. 1 e 3, p. 3-34 e p. 83-109).

FARIA, Sheila de Castro. **O público e o privado sem limites na colônia brasileira**.

MARTINS, Ismênia; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli; SÁ, Rodrigo Patto de. História e Cidadania. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP, ANPUH, 1998, p. 599-607.

FAUSTO, Carlos. **Fragmentos da história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP: SMC, 1992.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Estrutura agrária e relações de poder em sociedades escravistas: perspectivas de pesquisas de critérios de organização empresarial e de mentalidades econômicas no Período Colonial**. Revista Brasileira de História, São Paulo, 11 (22): 35-47, mar. 91/ ago. 91.

FERNANDES, Florestan. **A sociedade escravista no Brasil**. In: Circuito fechado. São Paulo: Hucitec, 1976, p.11-63. GORENDER, Jacob. A categoria escravidão. In: O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1978, p. 60-87.

FERNANDES, George Pimentel. A violência segundo Rodolfo Teófilo. Documentos. Revista do Arquivo Público do estado do Ceará. Número 4. Cidade e Violência. Secretaria de Cultura do estado do Ceará. Fortaleza. 2006.

FERNANDES, Neusa. **Os cristãos-novos em Minas Gerais**. In: A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: UERJ, 2000, p. 85-105.

FERREIRA, Cicinato Neto. **História do Fisco Cearense**. Fortaleza Editora Premium. 2011.

FIGUEIREDO, Luciano R. de A. **Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil colonial**. LPH. Revista de História. 5 (1995): 56-87.

FONSECA, Luís Adão. **O sentido da novidade na Carta de Pêro Vaz de Caminha**. Revista USP, São Paulo (1): 38-47, mar./ mai. 1989.

FONSECA, Thaís Nívea. **Inaugurando a História e Construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **No gozo dos direitos civis: Associativismo no Rio de Janeiro, 1903- 1916**. Edições Muiraquitã. Niterói. 2008.

FRAGOSO, João. Florentino, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c1790- c.1840**. Rio de Janeiro. Diadorim, 1993.

\_\_\_\_\_. *Mercados e Negociantes Imperiais: Um ensaio sobre a economia do Império Português (séculos XVIII e XIX)*. In *História : Questões e Debates*, Curitiba, n.36, p .99-127, 2002. Editora UFPR.

FREYRE, Gilberto. **Os Ingleses no Brasil**. 3ed. Rio de Janeiro:Topbooks,2000. 89p

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Editora Itatiaia\Editora USP. São Paulo. 1975.

GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1947.

\_\_\_\_\_, **Evolução Histórica Cearense**. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, 1986.

\_\_\_\_\_. **O Comendador José Antonio Machado e sua descendência.** Revista do Instituto do Ceará.

GORENDER, Jacob. **Brecha camponesa, mercado interno e agricultura de subsistência.** In: A escravidão reabilitada. São Paulo: Ática, 1990, p. 70-86.

GOUVEIA, Fátima. **Poder autoridade e o senado do Rio de Janeiro,** ca 1780-1820 . Niterói. Revista Tempo n 13 Julho 2002.

GUEDES, Manoel. **Opinião de Guedes Aranha sobre o Comércio da praça de Lisboa com o porto de Fortaleza-1821.** Fortaleza. Revista do Instituto histórico do Ceará, 1894. V.9.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença Inglesa nas Finaças e no Comércio no Brasil.Os casos da sociedade Bancária Mauá , Macgregor & cia e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia.(1808-1840).**Alameda .São Paulo .2012

GRAHAM, Richard. Brasil- Inglaterra, 1831-1889. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. T II, Vol IV.* São Paulo. DIFEL, 1974. P.141-153.

GORENSTEIN, Riva. In, GORENSTEIN, Riva; MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência.* Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de cultura , turismo e esportes, 1992.

FREYRE, Gilberto. *Os Ingleses no Brasil*. 3ed. Rio de Janeiro:Topbooks,2000.

LEMENHE, Maria Auxiliadora . *As Razões de uma cidade. Fortaleza em questão*. Fortaleza. Stylus comunicações. 1991.

LIMA, Átila de Menezes. *Geografia da acumulação capitalista: o caso do algodão em Iguatu – Ceará*. Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre . 2010

LIMA, Pedro Airton de Queiroz. **A sombra das ingazeiras: o café na serra de Baturité 1850-1900**. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, 2000 (IFCS).

LINHARES, Maria Yedda. Teixeira, Francisco Carlos. **Região e História Agrária**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 8, n 15 .

LOBO, Eulália Lahmeyer. **Os circuitos comerciais das empresas do ramo de tecidos, roupas e armarinhos do Rio de Janeiro: o estudo de dois casos**. In Convergência Lusíada n 19. Rio de Janeiro 2002.p 137.

LINDEN, Marcel Van der. **Trabalhadores do Mundo, ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas. Ed Unicamp, 2013.

LINEBAUGH, Peter. *Todas as montanhas atlânticas estremeceram*. Revista brasileira de história. n.6,1984.

MACEDO, Jorge Borges de. **Formas e premissas do pensamento luso-brasileiro do século XVIII**. Revista da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1 (1): 74-84, 1981.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1980.

MADUREIRA, Nuno Luís. Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834. Editorial Estampa. Lisboa ,1997

MAGALHÃES, Joaquim Romero. **As descrições escritas e a identidade do Brasil: séculos XVI-XVIII**. Revista USP, São Paulo (1): 26-37, mar./ mai. 1989.

MARCHANT, Alexander. **Do escambo à escravidão**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. 6.O sertanismo, o apresamento de índios e a descoberta das minas.

MAROTTA, Marconni Cordeiro. **As sociedades do Império. Política, Economia e Associativismo no Rio de Janeiro do Segundo Reinado**. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFF. Niterói, 2015. p47-48.

MARTINHO, Lenira Menezes. **Caixeiros e Pés – descalços: Conflitos e tensões em um meio urbano. In Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte. Rio de Janeiro, 1992.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo. Hucitec, 1987.

MATOS, Maria Izilda. **Cotidiano e Cultura: História, Cidade e trabalho**. Bauru. EDUSC, 2001.

MATOS, Maria Izilda. Sousa, Fernando de. Hecler, Alexandre. **Deslocamentos: Os Portugueses**. Bauru. Edusc, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Uma nova Lusitânia**. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Viagem incompleta. A experiência brasileira. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. A cabotagem no Nordeste oriental. In Um imenso Portugal História e historiografia. São Paulo. Editora 34, 2002.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império. 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1999.

MENDES, Fábio Faria. **Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX**. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs). Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 111-137.

MENEZES, José Newton Coelho. **A terra de quem lavra e semeia.** In: O continente rústico. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, p. 143-198.

MESGRAVIS, Laima. **Os aspectos estamentais da estrutura social da Colônia.** Estudos Econômicos, São Paulo, 13 (especial): 799- 811, 1983.

MONTEIRO, John Manuel. **O sertanismo e a criação de uma força de trabalho.** In: Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 57-98.

MORRIS, Jonathan. *Traders, taxpayers, citizens: the lower middle classes from liberalism to fascism in Modern Italy*( 2002), 7 (2), 153-169.

NOBRE, Leila. *Alfredo Salgado e sua residência aristocrática.*Fortaleza,2010. Disponível em <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/09/alfredo-salgado-e-sua-residencia.html>

NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do Império: Práticas de Nobilitação e Hierarquia Social da Elite Camarária de Santa Cruz do Aracati.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. 2012.

NOGUEIRA, Pablo. **O povoamento da América: arqueólogos redescobrem a vinda do homem ao continente.** Galileu Especial, São Paulo (4): 31-42, nov. 2003.

NOVAIS, Fernando Antônio. **A crise do Antigo Sistema Colonial.** In: Idem, Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1981, p. 57-116.

PEDREIRA, Jorge M. Brasil, **Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (séculos XVII e XVIII).** Anais da Universidade de Évora, 8 e 9.1998 1999: 47- 72.

PEREIRA, Mirian Halpern. **A Política Portuguesa de Emigração.** Bauru: EDUSC. 2002.

PESAVENTO, Fabio. **Para além do Império Ultramarino Português : As redes Trans e extraimperiais no Século XVIII.** ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O mundo como texto: leituras da História e da Literatura.*  
<http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30220/pdf>.

PINTO , J. M. de Alcântara, *A extinção da escravatura na província do Ceará,* Fortaleza, Revista do Instituto do Ceará, 1984,

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque – reforma urbana e controle social ( 1860 – 1930)** Edições Demócrito Rocha, 4ª edição – 2010.

POPINIGIS, Fabiane. **“Operários de Casaca” Relações de trabalho e lazer no Comércio do Rio de Janeiro na Virada dos séculos XIX e XX.** Campinas. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2003.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. Rodolpho Theóphilo e Capistrano de Abreu: Algumas memórias no Museu do Ceará. Trajetos. Revista de História . UFC. Fortaleza, Vol 3, número 5, 2004.

REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. **O Espaço a serviço do Tempo. A Estrada de Ferro de Baturité e a Invenção do Ceará.** Tese de Doutorado em História. Fortaleza. UFC, 2015

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em Construção. Identidades nacionais e conflitos antilusitanos no primeiro reinado.** Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. *Mata Galegos. Os Portugueses e os Conflitos de Trabalho na república Velha.* Rio de Janeiro .Editora Brasiliense, 1989

\_\_\_\_\_. **Alimentando o mito do Eldorado: Intercâmbio de capitais entre Brasil e Portugal.** Centro de Estudos Educação e Sociedade. Porto. 2002

ROMEIRO, Adriana. **Um infante para o Brasil.** In: Um visionário na corte de D. João V. Revolta e milenarismo em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 59-98.

ROOSEVELT, Anna. **O Povoamento das Américas: o panorama brasileiro.** In:

RUSSEL-WOOD. Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. Revista Brasileira de História, São Paulo, 18 (36): 187-249, 1998.

SALES, Alberto Jaqueri de. *Dicionário Universal de Commercio. Trad. E adaptação manuscrita do Dictionaire Universel de Commerce, de Jaques Savary des Brulons, 4 vols. 1813,p 88 . T 1.*

SALGADO, Graça. **Fundamentos da organização administrativa do Estado**

**Portugues.** In: Idem (Coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial.*

2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 23-46.

SALZANO, Francisco. **As origens extracontinentais dos primeiros americanos: as**

**evidências dos sistemas genéticos clássicos.** Revista USP, São Paulo (34): 34-43, jun.

/ago. 1997. 2. A situação política, social e econômica de Portugal e a expansão marítima nos séculos XV e XVI

SAMPAIO, José Levi Furtado; ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. **Formação Territorial do Ceará: Dos Caminhos Antigos aos Projetos Ferroviários (1817-1877)**. Boletim Goiano de Geografia, V.32, N 2, p. 139-157, jul/dez. 2012.

SANTIAGO, Theo. **A manufatura e o engenho de açúcar no Brasil**. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 195-205.

SANTOS, Fernando Piteira. **Geografia e Economia da Revolução de 1820**. Publicações Europa-América. Lisboa, 1961.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SOUZA, Laura de Mello. **Da utilidade dos vadios**. In: Desclassificados do ouro. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

STUDART, Barão de. *Datas e Factos Para a História do Ceará*. Tomo II. Fortaleza. Fundação Waldemar Alcântara\Edição FAC-Similar. 2001.

STUDART FILHO, Carlos. *Vias de comunicação do Ceará Colonial*. Revista do Instituto Histórico do Ceará. Tomo LI. Fortaleza, 1937

SYMANSKY, L. C. **Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX:**

**Um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos.** Revista de

Arqueologia, 21, n.2: 73-96, 2008.

THEÓFILO, Rodolfo. **O Caixeiro.** Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/Museu do

Ceará. Fac- símile Fortaleza. 2006. P 34.

THOMPSON, Edwar P. **Costumes em comum: Estudos sobre a Cultura Popular.**

Companhia das Letras. São Paulo. 2002.

VASCONCELOS, Barão de. **Documentos oferecidos ao Instituto do Ceará.** Revista

do Instituto do Ceará. Tomo XXII, 1908.

\_\_\_\_\_. *Documentos oferecidos ao Instituto do Ceará.* Estabelecimento dos Correios

no Ceará - 1o. de Maio de 1812 . Revista do Instituto do Ceará. Tomo 23, 1908.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **A Casa da Roda: os ritmos do abandono.** In: Famílias

Abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em

Salvador - Séculos XVIII e XIX. Campinas: Papyrus, 1999, p. 41-71.

VIEIRA Jr, Antonio Otaviano. **Entre o futuro e o Passado. Aspectos Urbanos de**

**Fortaleza (1799 – 1850).** Fortaleza. Secretaria da cultura do Estado do Ceará, 2005.

VIEIRA Jr, Antonio Otaviano. *Inquisição e Sertão: Ensaio sobre a ação do Santo Ofício no Ceará*. Fundação Demócrito Rocha. Fortaleza. 2014.

Weber, Max. **A Gênese do Capitalismo Moderno**. Organização, apresentação e comentários: Jessé de Souza. São Paulo. Ática, 2006.

WEBER, Adelir. **Relações Comerciais e acumulação mercantil: Portugal, Hamburgo e Brasil entre a colônia e a nação**, USP, Tese de Doutorado em História Econômica, São Paulo, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Ed.UNESP, 2011.

XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, Antônio Manuel. **A representação da sociedade e do poder**. In: MATTOSO, José (Coord.). *História de Portugal (O Antigo Regime)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 113-139.